

ESPAÇOS IBERO-AMERICANOS



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Comissão Econômica para
a América Latina e o Caribe (CEPAL)

Santiago do Chile, outubro de 2006



LC/G.2328

Copyright © Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) / Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Todos os direitos reservados

Impresso em Santiago do Chile, outubro de 2006

Desenho da capa: Osvaldo Aguiló

Desenho e diagramação do texto: Job López

Índice

Apresentação	13
Capítulo I	
Panorama da economia ibero-americana	15
A. A Ibero-América no mundo	17
1. A posição mundial da Ibero-América relativamente a população e produção	17
2. A distribuição por países do PIB ibero-americano não sofreu maiores transformações entre 1990 e 2005	18
3. Entretanto, há diferenças crescentes em termos do PIB per capita	19
4. A volatilidade real na América Latina foi muito maior do que na Península Ibérica	20
B. Evolução recente das economias ibero-americanas	21
1. O crescimento da Ibero-América e suas sub-regiões	21
2. Enquanto a América Latina cresce com superávit na conta corrente, a Península Ibérica apresenta vultosos déficits	22
3. Espera-se que a América Latina cresça em 2006 a uma taxa superior à de 2005, acumulando quatro anos de crescimento com inflação controlada	23
4. O crescimento mundial e a China influem positivamente nos termos do intercâmbio da América Latina, porém se observam diferenças sub-regionais	24
5. As remessas converteram-se numa importante fonte de recursos para os países da América Central e para o México	25
6. As exportações e o investimento continuam sendo os elementos dinâmicos da demanda, porém a taxa de investimento ainda é insuficiente	26
7. A América Latina cresce mantendo um superávit na conta corrente	27
8. O crescimento é acompanhado de uma redução do desemprego	27
9. A região se encontra mais bem preparada para enfrentar os riscos que surgem no cenário internacional por várias razões	28
10. Espera-se que a Península Ibérica continue crescendo	32
11. Na Espanha o crescimento é impulsionado pela demanda interna, favorecida pela maior disponibilidade de financiamento	32
12. Por sua vez, Portugal ainda não consegue consolidar a recuperação iniciada em 2004	33
13. Esta realidade mista tem sua correlação no mercado de trabalho	33
14. A elevação dos preços dos combustíveis e o aumento da demanda (no caso da Espanha) produzem pressões inflacionárias	34
15. O crescimento da Península Ibérica foi acompanhado de um déficit crescente em conta corrente acentuado nos últimos anos pela elevação do preço do petróleo	35

16. O aumento da atividade na Espanha permitiu uma expressiva melhora do balanço fiscal enquanto a situação em Portugal e Andorra piorou	36
17. Estes diferentes desempenhos fiscais refletem-se na evolução do endividamento	36
C. Considerações finais	37
Capítulo II	
A situação social da Ibero-América	39
A. O contexto social da Ibero-América	41
1. A Ibero-América representa 9,2% da população mundial e sua estrutura etária assemelha-se à da média mundial	41
2. Entretanto, prevê-se um envelhecimento acelerado da população, dado que os países latino-americanos mais populosos já se encontram nas fases avançadas de transição demográfica, uma situação que se assemelha cada vez mais à da Península Ibérica	42
3. Existem grandes diferenças entre a Península Ibérica e a América Latina no tocante a seus níveis de produto, bem como ao grau de envelhecimento da população	43
4. Uma diferença entre a América Latina e a Península Ibérica está no contraste marcante entre seus níveis de renda média e indicadores de equidade	44
5. Após um aumento na incidência da pobreza em seguida à crise da dívida, os avanços no sentido de reduzi-la têm sido lentos na América Latina	46
6. Só recentemente e pelo segundo ano consecutivo o número de pobres diminuiu e 13 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2002 e 2005	47
7. Isto responde ao bom encaminhamento de vários países para a consecução do objetivo de desenvolvimento do Milênio de redução da pobreza extrema. O progresso do conjunto da América Latina foi, entretanto, insuficiente	48
8. As marcantes iniquidades que afetam a região limitam a redução da pobreza e influem nos níveis de pobreza relativa	49
9. Os mercados de trabalho, principalmente os latino-americanos, viram-se afetados pelas crises internacionais da década de noventa e somente nos últimos anos se recuperaram	50
10. As melhorias observadas nas condições de emprego dissimulam a vulnerabilidade dos jovens latino-americanos	51
11. Apesar de neste contexto haver sido possível alcançar resultados importantes em matéria de equidade de gênero no acesso à educação	52
12. Outros fatores de risco de exclusão, entretanto, ainda são acentuados por fatores étnicos	53
13. Esta situação também é observada na grande brecha existente em termos de mortalidade infantil, embora a América Latina esteja em via de cumprir o objetivo de desenvolvimento do milênio relativa a este tema	54
B. Os fatores estruturais da pobreza na América Latina	55
1. O Estado destina, na América Latina, menos recursos ao gasto público do que o faz nos países desenvolvidos	55
2. Na América Latina, o gasto público social aumentou 2,3% desde 1990, porém teria que fortalecer sua natureza contracíclica e melhorar sua distribuição de acordo com os objetivos da política social	56

3.	A combinação das características do gasto público social, dos problemas de emprego e da rígida dependência demográfica revela a muitas necessidades das famílias	58
4.	O surgimento de duas estratégias autônomas de proteção social	59
5.	A transmissão da pobreza entre gerações como tema recorrente	60
Capítulo III		
Comércio e inserção internacional na Ibero-América		61
A.	Padrões da inserção e o comércio internacional na Ibero-América	63
1.	Embora vários países ibero-americanos tenham conseguido expandir suas exportações, somente em alguns também aumentou a renda per capita	63
2.	Com o satisfatório desempenho do setor exportador, a Ibero-América conseguiu aumentar sua participação no comércio mundial de bens ...	64
3.	... ainda que sua cota no mercado mundial de serviços se reduzisse	65
4.	O maior dinamismo das exportações que a Espanha e o México mostram em comparação com os demais países deve-se, em parte, à sua especialização em produtos de tecnologia intermediária e alta ...	66
5.	... e a uma proporção maior e crescente de comércio intra-setorial	67
6.	No México cresceu o comércio de produtos de alta tecnologia e intra-setorial, porém a incorporação de valor agregado é pequena	68
B.	Deficiências e potencial do comércio intra-regional	69
1.	O comércio intra-ibero-americano está estancado, ...	69
2.	... acha-se concentrado em poucos países...	70
3.	... que também concentram o maior superávit bilateral	71
4.	A pauta de exportações da Argentina, do Brasil e do México para a Espanha é pouco diversificada	72
5.	O volume das exportações da América Latina para a Espanha é baixo, em parte devido às elevadas barreiras não-tarifárias impostas aos produtos agrícolas...	73
6.	... e à insuficiente competitividade sistêmica e aos altos custos logísticos relativos que afetam a maioria dos países latino-americanos	74
7.	O acima exposto é explicado pela pouca provisão e baixa qualidade dos serviços de infra-estrutura na maioria dos países latino-americanos	75
8.	Os prazos mais longos e o maior número de procedimentos administrativos na América Latina também desestimulam as decisões de exportar e importar	76
9.	A inovação é outra área-chave da competitividade sistêmica e na América Latina o desempenho assemelha-se ao da Espanha e de Portugal	77
10.	Na Ibero-América, a Espanha é o país que mais gasta em pesquisa e desenvolvimento e tem o maior número de empresas participando deste esforço	78
11.	A Espanha supera Portugal em quase todos os indicadores de inovação, salvo em empreendimento	79
C.	Em síntese, existe um grande campo para a cooperação entre os países da América Latina e a Península Ibérica em várias áreas	80

Capítulo IV

Investimento estrangeiro na Ibero-América 81

A. Panorama mundial e ibero-americano do investimento estrangeiro direto (IED) 83

1. O investimento estrangeiro direto: um motor do processo de globalização 83
2. As reformas facilitaram a chegada do capital estrangeiro à América Latina 84
3. O investimento estrangeiro direto foi importante na maioria das economias regionais 86
4. Parte significativa do investimento estrangeiro direto foi destinada à compra de ativos existentes 87

B. Diferenças entre a Península Ibérica e a América Latina 88

1. Espanha e Portugal: protagonistas centrais deste fenômeno 88
2. O despertar das empresas latino-americanas? 89
3. O surgimento das translatinas e suas estratégias 90

C. Investimento estrangeiro e estratégias empresariais na Ibero-América 91

1. As estratégias empresariais são fundamentais para entender a dinâmica do investimento estrangeiro direto 91
2. Em um curto período, a Espanha e Portugal passaram de receptores de investimento estrangeiro direto a investidores internacionais 92
3. América Latina: uma oportunidade única no momento preciso 93
4. Do Cone Sul para o Norte 94
5. Empresas ibéricas: líderes em setores de serviços e infra-estrutura 95
6. América Latina: um “trampolim” para as empresas da Península Ibérica? 96
7. Península Ibérica: um padrão de internacionalização em transição? 97
8. Rumo à liderança regional no setor das telecomunicações 98
9. Atores-chave no complexo setor energético 99
10. A expansão dos bancos espanhóis 100

D. Síntese e conclusões 101

Capítulo V

Situação dos recursos naturais e da energia na Ibero-América 103

A. Recursos naturais na Ibero-América 105

1. A Ibero-América aumentou substancialmente a sua participação no comércio mundial de produtos primários 105
2. Os grandes desafios futuros da agricultura: reduzir a heterogeneidade estrutural e elevar a produtividade 106
3. A luta contra o desmatamento é uma tarefa que se precisa continuar fortalecendo 107
4. A maior parte da produção pesqueira corresponde à captura; deve-se desenvolver o grande potencial existente na aqüicultura 108
5. A gestão integral da água é essencial para garantir a sustentabilidade ibero-americana 109

6.	A Ibero-América conta com abundantes reservas de minerais. O investimento em mineração na América Latina continuará crescendo, porém devem ser reforçados os vínculos internos e o desenvolvimento tecnológico	110
7.	A participação da região na produção mundial de minerais e concentrados é determinante no caso da maioria dos metais básicos e preciosos	111
8.	O crescimento do consumo na Península Ibérica permitiria maior participação da América Latina no atendimento da demanda por minerais e metais	112
B.	Panorama energético ibero-americano	113
1.	De acordo com a tendência mundial, o petróleo e o gás natural constituíram as principais fontes da matriz energética ibero-americana durante os últimos 15 anos	113
2.	É possível aumentar a participação da América Latina nas importações de hidrocarbonetos da Península Ibérica	114
3.	O petróleo cru é especialmente importante	115
4.	Embora os recursos hídricos permaneçam como a principal fonte de geração elétrica na Ibero-América, cresce na região o uso do gás natural e da energia nuclear como fontes de produção, acompanhando a tendência mundial	116
5.	Entre 1980 e 2004 houve um importante incremento da potência hidrelétrica instalada da Ibero-América. Não obstante, na América Latina ainda seria possível aproveitar mais de três quartos de seus recursos hidrelétricos	117
6.	A Ibero-América produz 13% do petróleo mundial, embora não detenha mais do que 10% das reservas do planeta	118
7.	A região possui uma proporção marginal das reservas de gás natural e de carvão mineral. Entretanto, suas reservas lhe assegurariam 238 anos de exploração do carvão nos ritmos atuais	119
8.	O projeto de um corredor latino-americano de interconexão elétrica	120
9.	A América do Sul registrou notável crescimento da infra-estrutura de gasodutos internacionais que se reflete em uma extensão de aproximadamente 6.000 quilômetros e um investimento de 3,4 bilhões de dólares	121
10.	O investimento total necessário para satisfazer a crescente demanda mundial de hidrocarbonetos nos próximos 25 anos ascende a 6 trilhões de dólares, 13% dos quais correspondem à América Latina	122
C.	Síntese e conclusões	123
Capítulo VI		
Migração internacional na Ibero-América		125
A.	Padrões e tendências das migrações internacionais na Ibero-América	127
1.	A migração internacional: uma constante na construção das sociedades na Ibero-América	127
2.	A partir da década de 1950, a imigração na América Latina e no Caribe começou a diminuir, enquanto a emigração cresceu aceleradamente e hoje constitui um fenômeno demográfico de enorme dimensão	128
3.	Em um contexto sub-regional, o peso da população emigrada é muito maior no Caribe, na América Central e no México do que na América do Sul	129
4.	Três quartas partes dos migrantes latino-americanos concentram-se nos Estados Unidos. Ultimamente, entretanto, vem-se observando a ampliação e diversificação dos países de destino	130

5. A migração dentro da Ibero-América está em plena vigência	131
6. A imigração dentro da Ibero-América se caracteriza pela segmentação laboral	132
7. Os Estados Unidos são o principal destino da migração regional e a maioria dos latino-americanos que emigram para esse país provém da América Central e do México	133
8. Os imigrantes nos Estados Unidos oriundos da América Latina e do Caribe apresentam uma heterogeneidade sociodemográfica marcante conforme sua sub-região de origem	134
9. A migração latino-americana para a Espanha e Portugal tem grande intensidade	135
B. Migração internacional na Ibero-América: riscos e desafios	136
1. Na Espanha a inserção no mercado de trabalho se dá principalmente no serviço doméstico e no setor de construção	136
2. Dadas as suas características, a migração supõe uma série de riscos e oportunidades	137
3. A inserção no mercado de trabalho dos migrantes qualificados geralmente não corresponde a seu nível educacional	138
4. A presença feminina nas correntes migratórias está relacionada com a sua crescente participação no mercado de trabalho	139
5. Evolução e impacto das remessas	140
6. A perda de recursos humanos qualificados persistem	141
C. Considerações finais	142
1. O aumento, a diversificação e a heterogeneidade das características das correntes migratórias indicam a necessidade de políticas de vinculação entre os emigrantes e seus países de origem	142
2. É importante considerar a migração a partir de uma perspectiva de responsabilidade compartilhada entre países de origem e destino	143
Capítulo VII	
Assimetrias socioeconômicas na Ibero-América	145
A. Introdução	147
B. Assimetrias na Ibero-América	149
1. Ibero-América: um espaço geográfico e socioeconômico heterogêneo e assimétrico	149
2. As altas taxas de fecundidade apresentadas pelos países latino-americanos mais pobres são substancialmente inferiores às de 40 anos atrás	150
3. Existem nos países marcantes disparidades em relação à maternidade precoce associadas principalmente à desigualdade socioeconômica	151
4. As várias probabilidades de as crianças latino-americanas sofrerem de desnutrição dependem do país e do estrato social de origem	152
5. A mortalidade infantil caiu consideravelmente nos últimos 40 anos, embora persistam as lacunas relativas entre países	153
6. Em que pese a queda generalizada da mortalidade infantil na região, a disparidade aumentou dentro dos países	154
7. As oportunidades de acesso ao sistema educacional também variam conforme o país e o nível de renda familiar	155

8. Uma vez na escola, os jovens mais pobres frequentemente não concluem os estudos primários, portanto os níveis de conclusão da educação secundária mostram grandes diferenças entre países	156
9. Na região, a oferta educacional é extremamente segmentada pela renda, fato que se reproduz entre países	157
10. Em consequência, há uma profunda segmentação do mercado de trabalho segundo qualificações, produtividade e acesso a sistemas de proteção, tanto dentro dos países como entre países	158
11. Não obstante o ingresso crescente das mulheres latino-americanas no mercado de trabalho, persistem importantes lacunas nas taxas de participação entre homens e mulheres	159
12. Nos últimos 35 anos a estrutura produtiva regional experimentou fortes mudanças, porém a agricultura continua sendo importante para muitos países latino-americanos e, de modo especial, para os mais pobres	160
13. Ibero-América: alarga-se a lacuna de produtividade do trabalho em relação às economias mais dinâmicas	161
14. Na América Latina, o nível e a composição das receitas fiscais são muito heterogêneos; não só dependem das políticas tributárias, mas também do grau de informalidade do mercado de trabalho, do nível de produtividade e da cobertura dos sistemas contributivos de previdência social	162
15. As diferenças na capacidade para dispor de recursos e cobrir as necessidades sociais afetam as possibilidades dos países de competir em um mundo globalizado	163
16. As marcantes disparidades socioeconômicas da América Latina impõem diversos desafios em matéria de políticas sociais e produtivas	164
17. Dada a iniquidade existente no espaço ibero-americano, ainda falta a uma grande parcela da população beneficiar-se de políticas e programas de coesão	165

Apresentação

O presente documento, resultado de um esforço conjunto da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), foi elaborado para apresentação à XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo que se realizará em Montevideu, Uruguai, entre os dias 3 e 5 de novembro de 2006. O objetivo principal deste documento é oferecer aos governos que participam dessa Cúpula uma perspectiva global dos temas centrais pertinentes ao desenvolvimento das nações do espaço ibero-americano.

Neste documento apresenta-se, de maneira compacta e original, uma série de temas relacionados com o panorama econômico e social da região, mostram-se as divergências existentes entre os países que a integram e assinalam-se possíveis caminhos de convergência no sentido de padrões de desenvolvimento mais equilibrados. A exposição das assimetrias existentes entre as economias latino-americanas que conformam o espaço ibero-americano e as da Península Ibérica realça o caráter inovador deste enfoque. Na análise também se dispensa especial atenção à heterogeneidade estrutural da sub-região latino-americana em termos sociais, econômicos e geográficos, bem como se ressaltam, nos casos em que foi possível, as importantes disparidades existentes dentro desta sub-região.

O esquema analítico é complementado com abundante material estatístico e gráfico, o qual ilustra as principais mensagens do diagnóstico regional e suas possíveis consequências em matéria de políticas e reflete de maneira muito nítida a magnitude dos problemas e desafios que a região enfrenta.

O documento está estruturado em sete capítulos dedicados ao estudo dos aspectos mais relevantes que caracterizam a Ibero-América na atualidade.

No primeiro capítulo apresenta-se o contexto do crescimento da Ibero-América. Os temas medulares abordados são o desempenho regional em termos de crescimento econômico, com especial ênfase no seu ritmo relativo e em sua volatilidade; o contexto mundial e sua incidência na atividade econômica regional, sobretudo no que diz respeito à evolução dos termos do intercâmbio; as remessas, e os equilíbrios em conta corrente. Também se consideram os equilíbrios fiscais, o desempenho em matéria de investimento e exportações e as ocorrências no mercado de trabalho. A partir desta informação, e numa perspectiva histórica, sublinha-se a necessidade de expandir o investimento e acelerar o incremento da produtividade a fim de aumentar a taxa de crescimento.

No segundo capítulo descreve-se a situação social da Ibero-América. Os aspectos principais analisados são a magnitude da pobreza e a iniquidade que afetam especialmente as nações da América Latina; a situação demográfica e o acesso desigual aos ativos que permitem a acumulação do capital humano necessário à superação da pobreza; a segmentação dos mercados de trabalho; os déficits existentes em matéria de proteção social e os desafios que todas estas situações impõem aos governos em termos de gasto público social, bem como a necessidade de cooperação e coesão social.

No terceiro capítulo estuda-se o panorama atual do comércio e da integração na Ibero-América. Os temas centrais deste capítulo são a importância que tem a região no comércio mundial; os padrões de especialização comercial e diversificação das exportações e o conteúdo tecnológico destas, e os esquemas de integração e os níveis de proteção tarifária. O quarto capítulo está diretamente relacionado com o anterior e trata da relevância do investimento estrangeiro na região e das estratégias empresariais às quais a decisão de investir além das fronteiras nacionais obedece. Com relação a este último ponto, examinam-se especialmente as estratégias das empresas ibéricas e das “translatinas”, bem como as políticas públicas dos países orientadas para atrair investimentos estrangeiros.

No quinto capítulo desenvolve-se uma análise dos recursos naturais e da situação energética na região. Nele se ilustram, entre outros fatores, a dotação de recursos naturais da Ibero-América e o seu nível de exploração, a transcendência da região na produção mineira mundial e os fatores de oferta e procura dos produtos de mineração. Também se pesquisa a situação de outros recursos naturais renováveis, como a pesca. Uma parte importante deste capítulo é dedicada aos casos do petróleo e do gás natural.

O sexto capítulo dá conta de um fenômeno cada vez mais relevante na Ibero-América: a problemática da migração internacional. Este tema tornou-se ainda mais significativo em virtude do maior peso da migração intra-regional, especialmente se os fluxos migratórios de alguns países latino-americanos para os da Península Ibérica forem levados em conta.

Por último, no sétimo capítulo apresenta-se uma resenha dos principais traços que fazem da Ibero-América uma região com fortes disparidades, tanto entre os países que a compõem como dentro deles. Embora o conceito de assimetria seja amplo e integre uma multiplicidade de aspectos e dimensões, o enfoque utilizado neste capítulo se limita a apenas dois tipos de disparidades: as de caráter sociodemográfico e as econômicas. Estas permitem a elaboração de um melhor diagnóstico da situação das nações ibero-americanas, com vistas às recomendações em matéria de políticas públicas.

A SEGIB e a CEPAL colocam o presente documento à disposição dos leitores, a fim de oferecer uma informação bem estruturada sobre o espaço ibero-americano que seja útil aos governos da região no seu desafio permanente de formular políticas públicas e estreitar os laços de cooperação necessários à consecução de um desenvolvimento conjunto e harmônico.

José Luis Machinea
Secretário Executivo da CEPAL

Enrique V. Iglesias
Secretário-Geral da SEGIB

Panorama da economia ibero-americana



A. A Ibero-América no mundo

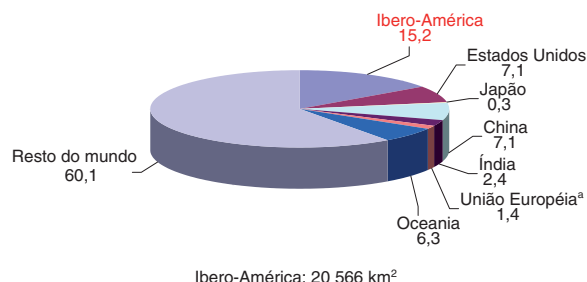
1. A posição mundial da Ibero-América relativamente a população e produção

- A região ibero-americana ocupa 15,2% da superfície do mundo e possui pouco mais de 9,2% de sua população total.
- Em 2005, a participação do PIB ibero-americano no PIB mundial, medido em paridade do poder aquisitivo (PPA), foi de 9,8%, enquanto em dólares constantes de 2000 alcançou 8,3% do total mundial.

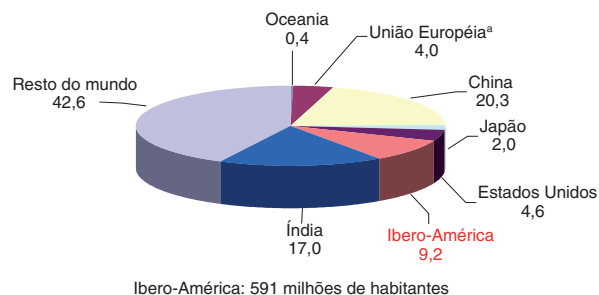
■ Gráfico I.1 ■

Ibero-América: superfície, população e produção, 2005
(Porcentagens dos totais mundiais)

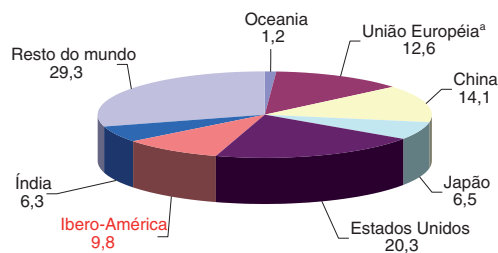
Distribuição da superfície mundial por regiões



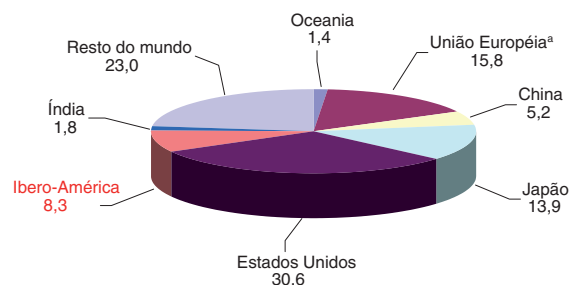
Distribuição da população por regiões



Distribuição do produto interno bruto (em paridade do poder aquisitivo)



Distribuição do produto interno bruto (em dólares de 2000)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2006.

^a União Européia integrada por 15 países (excluem-se a Espanha e Portugal).

2. A distribuição por países do PIB ibero-americano não sofreu maiores transformações entre 1990 e 2005

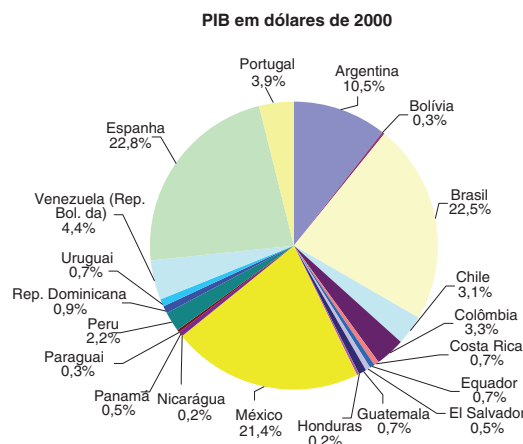
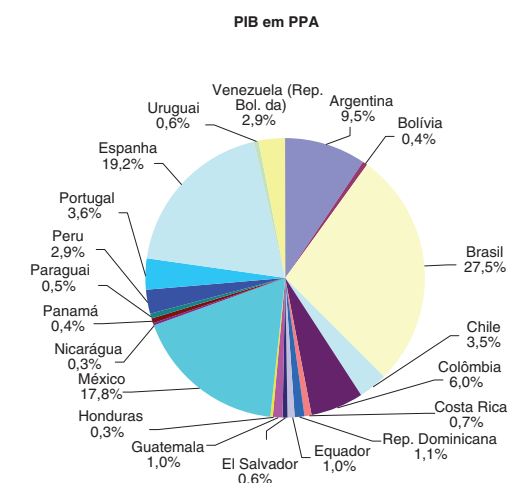
■ Em termos gerais, a distribuição do produto entre os países que compõem o espaço ibero-americano não mudou significativamente durante os últimos 15 anos.

■ Segundo dados de 2005 expressos em paridade do poder aquisitivo (PPA), os países da Península Ibérica representam 22,8% do produto ibero-americano; a América Central e o México, 23%, e a América do Sul, 54,5%.

■ Ao considerar as cifras do PIB em dólares de 2000, a participação da Península Ibérica no produto ibero-americano chega a 26,7%; a da América Central e do México, a cerca de 26%, e a da América do Sul, a 47,6%.

■ Gráfico I.2 ■

Ibero-América: estrutura percentual do PIB por países, 2005

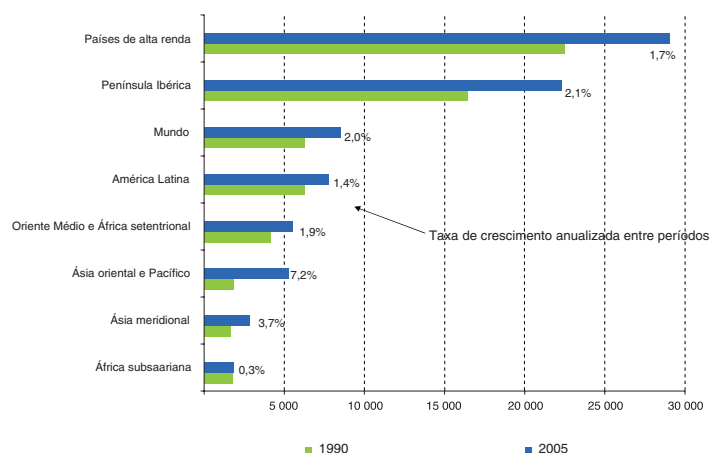


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2006.

3. Entretanto, há diferenças crescentes em termos do PIB per capita

■ Gráfico I.3 ■

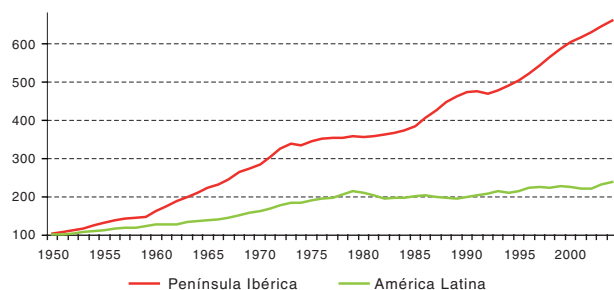
PIB per capita expresso em PPA
(Em dólares)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Banco Mundial, *World Development Indicators*, 2006.

■ Gráfico I.4 ■

Evolução do PIB per capita (1950=100)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ O PIB per capita da Península Ibérica equivale a cerca de três vezes o da América Latina. Esta hiato tendeu a alargar-se entre 1990 e 2005.

■ As diferenças obedecem, em grande medida, às distintas taxas de crescimento da população, o que explica a não variação das participações no PIB regional nos últimos 15 anos, tal como se destaca na seção 2.

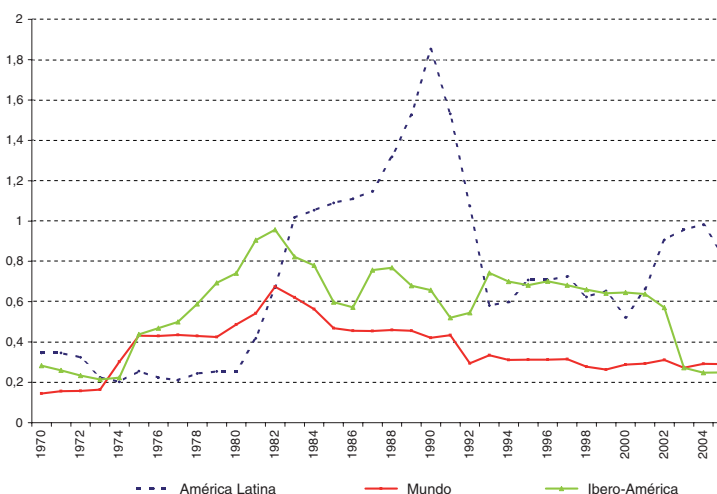
■ As diferenças entre a Península Ibérica e a América Latina ampliaram-se, sobretudo a partir da década de 1980: em momentos durante o início do processo de integração da Espanha e de Portugal na União Européia, a América Latina encontrava-se imersa numa profunda crise que marcou um período de estancamento do produto por habitante e só recentemente começou a ser superada.

4. A volatilidade real na América Latina foi muito maior do que na Península Ibérica

■ Além do baixo crescimento relativo, os últimos 25 anos se caracterizaram por um aumento da volatilidade macroeconômica na América Latina, ao contrário do que ocorreu nos países da Península Ibérica.

■ Por conseguinte, não causa surpresa que a equivalência do PIB per capita da Espanha seja atualmente de duas a nove vezes o de qualquer dos países da América Latina e que o PIB de Portugal corresponda a 1,5-7 vezes.

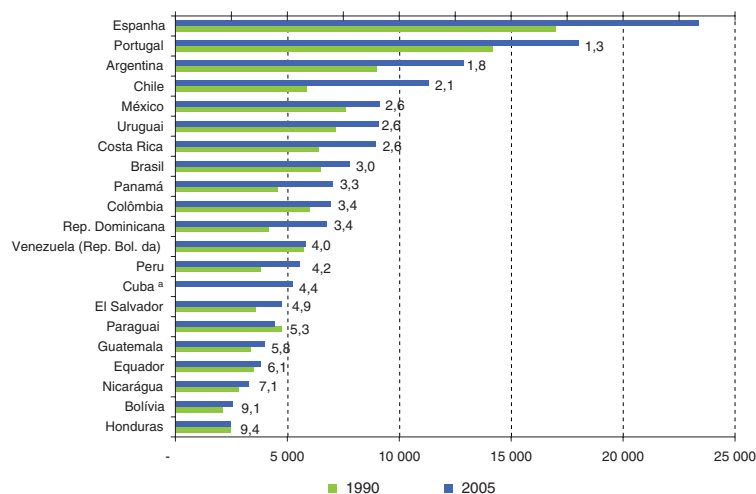
■ **Gráfico I.5** ■
Volatilidade do crescimento
(Decênios móveis)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ **Gráfico I.6** ■

Ibero-América: PIB per capita por países e hiatos em relação à Espanha
(Em dólares da PPA de 2000 e cocientes relativos ao produto per capita da Espanha e o de cada país)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

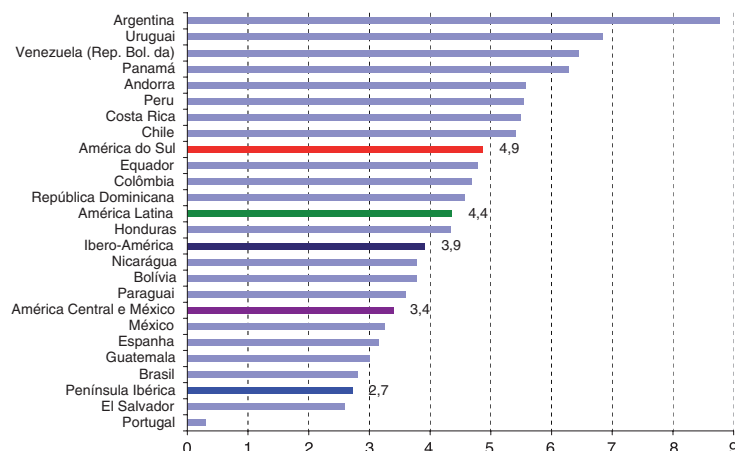
^a A cifra de Cuba corresponde ao ano de 2002.

B. Evolução recente das economias ibero-americanas

1. O crescimento da Ibero-América e suas sub-regiões

■ Gráfico I.7 ■

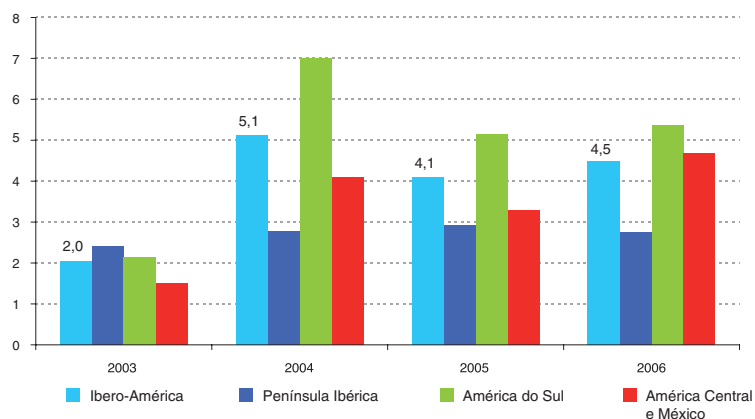
Ibero-América: crescimento do PIB, média de 2003-2006
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Gráfico I.8 ■

Ibero-América: crescimento por sub-regiões, 2003-2006^a
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

^a Projeção.

■ Após 20 anos de estancamento, a América Latina voltou a crescer nos últimos anos a taxas acima da média dos últimos 25 anos, o que permitiu uma incipiente redução da brecha que a separa da Península Ibérica.

■ De modo especial, destacou-se recentemente o comportamento observado nas economias da América do Sul, favorecidas por um significativo incremento dos termos do intercâmbio.

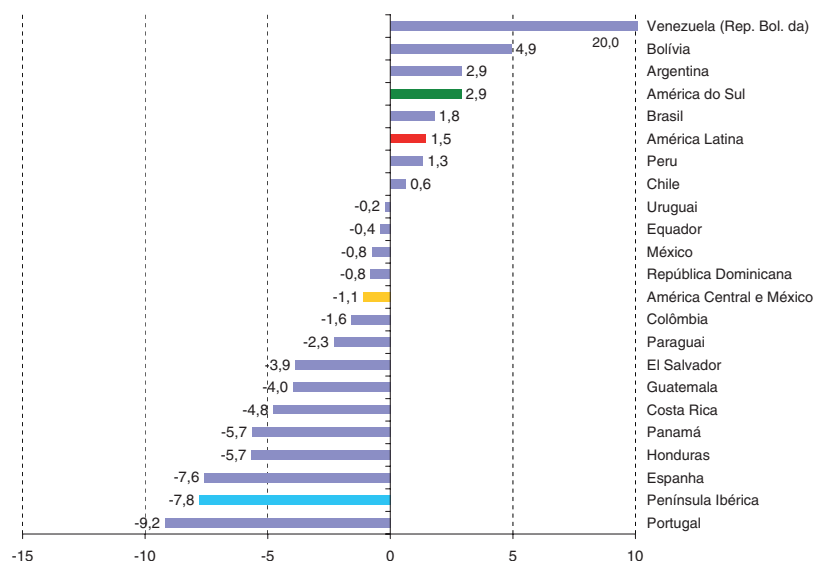
■ O México e a América Central, em contraposição, tiveram um crescimento superior apenas ao dos países da Península Ibérica, razão por que a hiato que indica a evolução do produto por habitante continuou a alargar-se.

2. Enquanto a América Latina cresce com superávit na conta corrente, a Península Ibérica apresenta vultosos déficits

- Os termos do intercâmbio melhorados permitiram aos países da América do Sul crescer com superávit nas contas correntes.
- Na América Central, o aumento dos preços do petróleo traduziu-se em déficit generalizado na conta corrente.
- Os maiores déficits na conta corrente da Ibero-América correspondem, entretanto, à Espanha e a Portugal.

■ Gráfico I.9 ■

Conta corrente como porcentagem do PIB, 2005

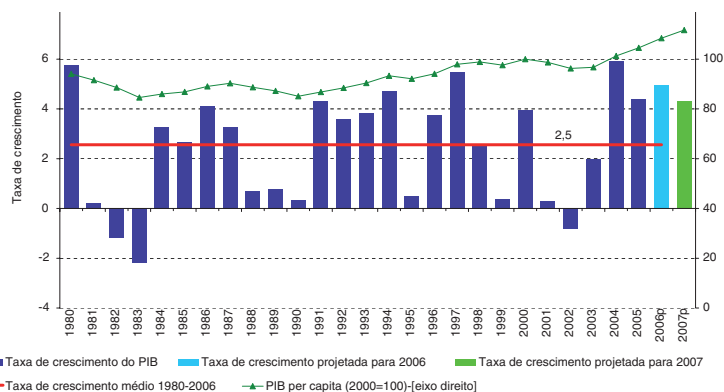


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

3. Espera-se que a América Latina cresça em 2006 a uma taxa superior à de 2005, acumulando quatro anos de crescimento com inflação controlada

■ Gráfico I.10 ■

Crescimento do PIB e do PIB per capita, 1980-2007
(Em porcentagens)

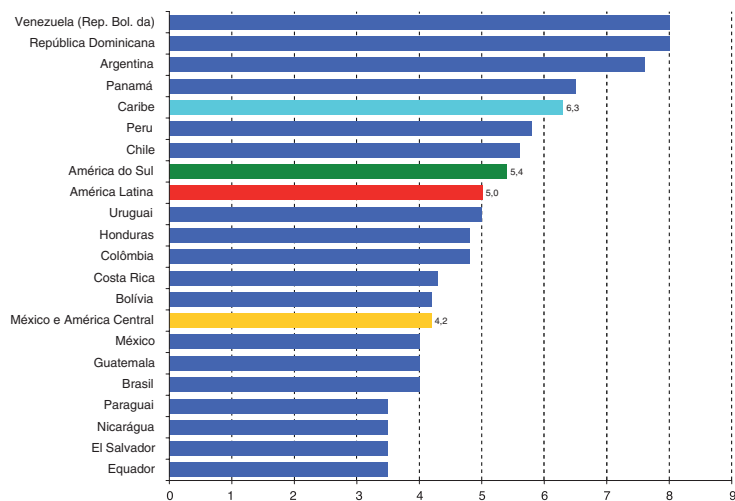


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

Nota: p: projeção.

■ Gráfico I.11 ■

América Latina: taxa de crescimento do PIB projetada para 2006
(Em porcentagens)

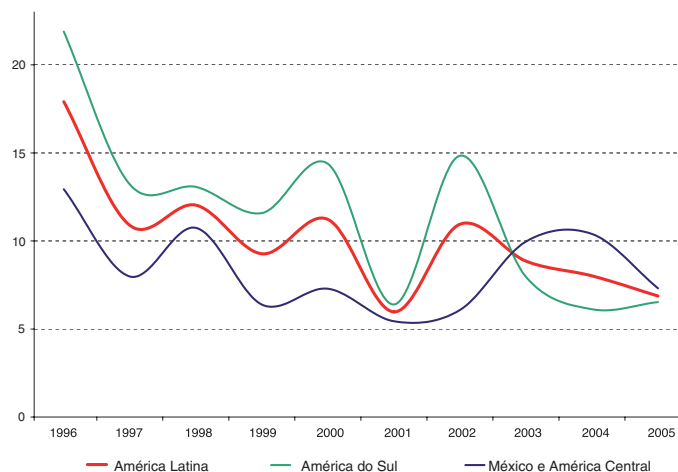


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ A América Latina cresceu 4,5% em 2005 e espera-se que cresça cerca de 5% em 2006; com isso, completaria o quarto ano consecutivo de expansão e acumularia um aumento do PIB regional da ordem de 17,6%, o que implica um crescimento próximo de 12% do PIB por habitante. Para 2007, a CEPAL prevê que a região cresça a uma taxa em torno de 4,5%. Por sua vez, a inflação vem sendo mantida sob controle, havendo-se registrado em 2005 uma taxa média regional próxima de 7% ao ano. No México e na América Central, a inflação média foi de 7,3%, e na América do Sul, de 6,5%.

■ Gráfico I.12 ■

América Latina e sub-regiões: evolução da taxa de inflação
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

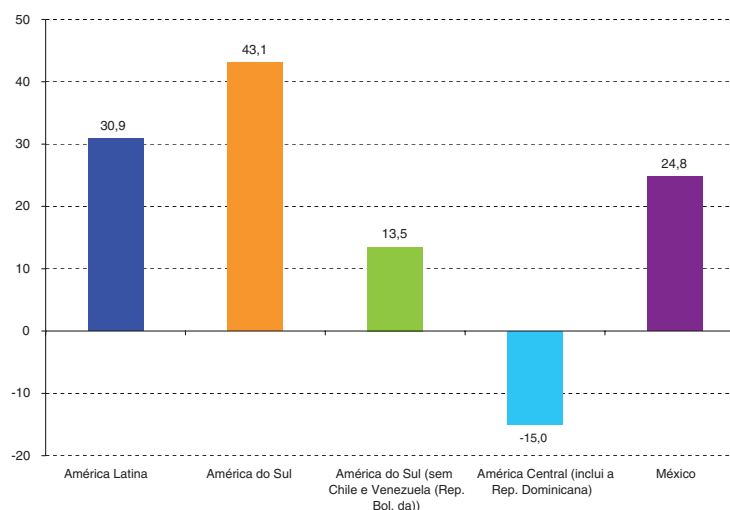
4. O crescimento mundial e a China influem positivamente nos termos do intercâmbio da América Latina, porém se observam diferenças sub-regionais

■ Em 2005 continuou o processo de fortalecimento dos termos do intercâmbio da América Latina.

■ Uma característica desse processo tem sido a desigualdade entre as sub-regiões. Em comparação com a década de 1990, espera-se em 2006 que os termos do intercâmbio da América do Sul tenham um incremento de 43,1%. Excluindo-se o Chile e a República Bolivariana da Venezuela, seu crescimento seria de 13,5%; no México, o incremento estaria próximo de 25%, enquanto na América Central os termos do intercâmbio diminuiriam cerca de 15%.

■ Gráfico I.13 ■

Variação dos termos do intercâmbio entre a década de 1990 e 2006
(Em porcentagens)



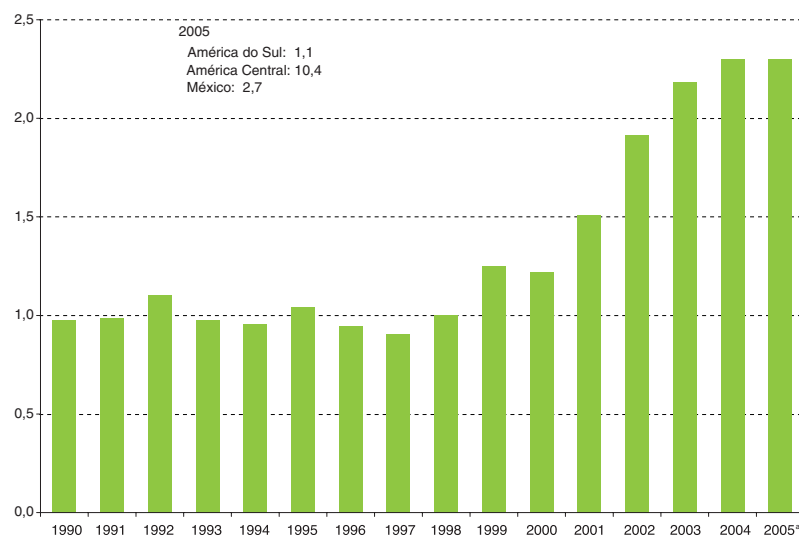
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

5. As remessas converteram-se numa importante fonte de recursos para os países da América Central e para o México

■ Gráfico I.14 ■

América Latina e Caribe: recursos provenientes das transferências feitas por trabalhadores emigrantes

(Como percentagem do PIB corrente)



Fonte: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

^a Estimado.

■ Outro elemento característico da atual conjuntura tem sido a expansão dos recursos que ingressam, principalmente na América Central e no México, a título de remessas efetuadas pelos trabalhadores emigrantes.

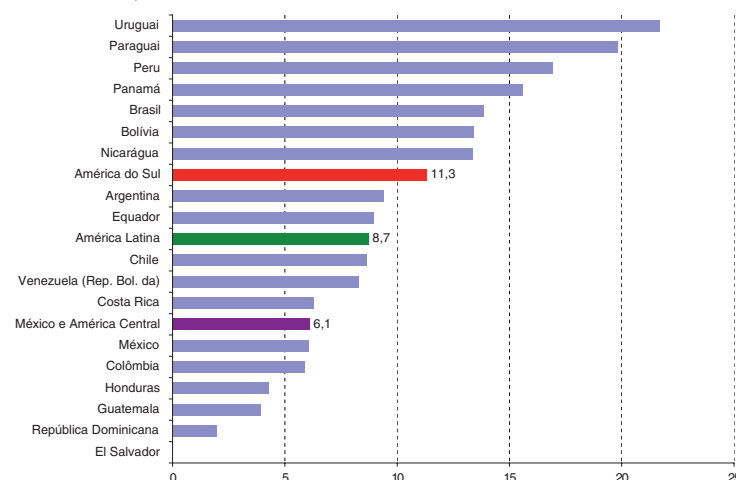
6. As exportações e o investimento continuam sendo os elementos dinâmicos da demanda, porém a taxa de investimento ainda é insuficiente

■ Nos últimos anos as exportações cresceram, em média, 21,7% ao ano. A expansão do volume exportado ascendeu a 8,7%, enquanto a dos preços foi de aproximadamente 13%.

■ Apesar desse incremento, a taxa de investimento de 2005 representou 21,6% do PIB, porcentagem inferior ao nível que se estima necessário para sustentar uma taxa de crescimento que permita à região melhorar a delicada situação de pobreza e iniquidade que a aflige.

■ Gráfico I.15 ■

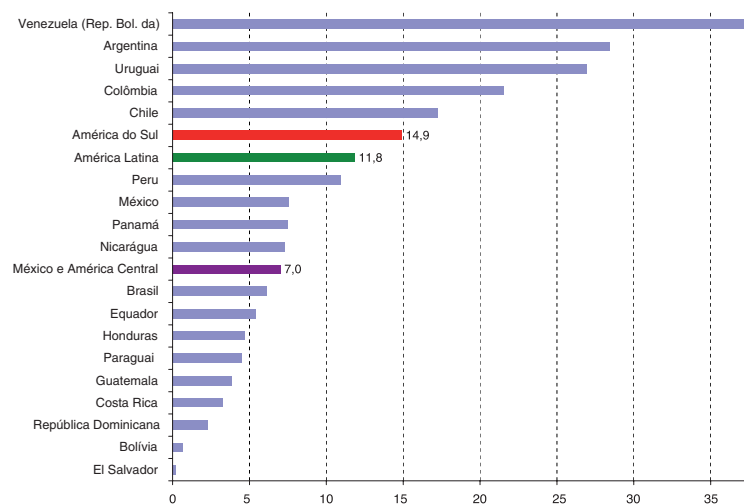
América Latina: taxa de crescimento do volume exportado de bens
(Média de 2004-2005)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Gráfico I.16 ■

América Latina: taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo, 2004-2005

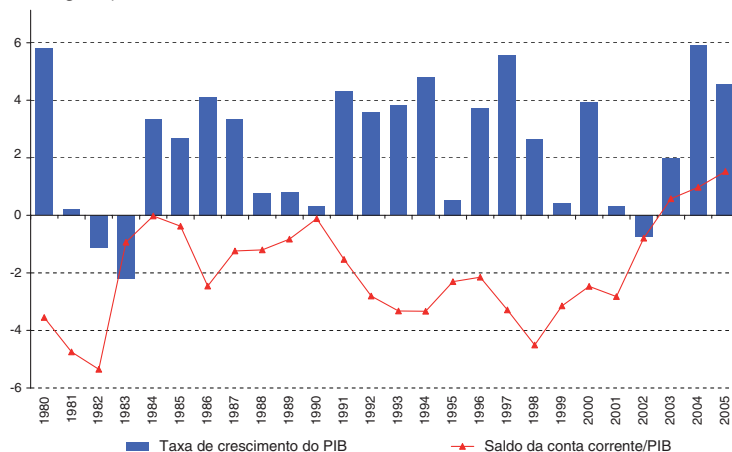


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

7. A América Latina cresce mantendo um superávit na conta corrente

■ Gráfico I.17 ■

América Latina: crescimento do PIB e saldo da conta corrente/PIB
(Em porcentagens)



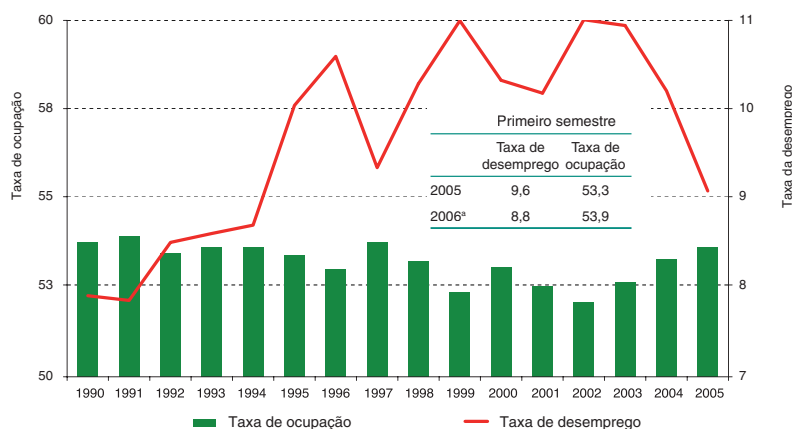
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Nós últimos três anos, o impacto da demanda de origem externa provocou um crescimento importante da atividade econômica, juntamente com um superávit na conta corrente do balanço de pagamentos. Apesar disso, apenas sete países (todos sul-americanos) registraram superávit em conta corrente, dentre os quais se destacam a Argentina, o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela.

8. O crescimento é acompanhado de uma redução do desemprego

■ Gráfico I.18 ■

América Latina: ocupação e desemprego
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.
* Projeção.

■ O ano de 2005 foi o terceiro consecutivo em que se observou um importante aumento da taxa de ocupação, que abrangeu 53,3% da população em idade ativa.

■ A taxa de desemprego caiu mais de um ponto percentual em 2005, situando-se em 9,6%, o nível mais baixo desde meados dos anos noventa.

9. A região se encontra mais bem preparada para enfrentar os riscos que surgem no cenário internacional por várias razões

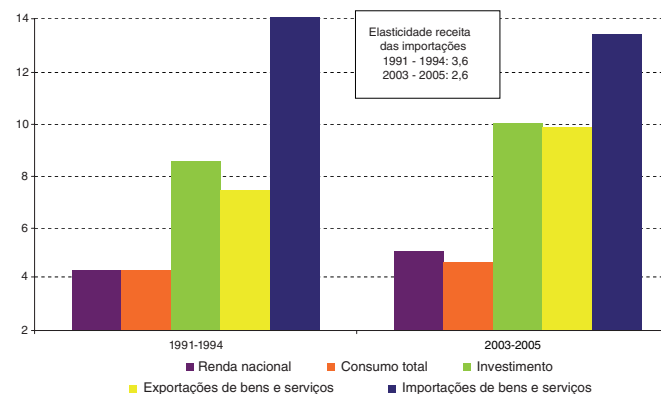
a) Esta fase de crescimento tem bases mais sólidas do que as anteriores

■ A fase de crescimento atual, comparada com outra semelhante (1991-1994), se caracteriza por um aumento da poupança nacional, maior taxa de crescimento do investimento e das exportações e menor elasticidade da receita das importações.

■ Embora os resultados do balanço básico (saldo da conta corrente mais investimento estrangeiro direto) dependam em grande medida da evolução dos termos do intercâmbio, inclusive no pressuposto de uma volta aos preços dos anos noventa (hipótese improvável), o número de países com superávit permaneceria invariável e apenas três países (Chile, México e a República Bolivariana da Venezuela) passariam a ter déficits superiores a 4% do PIB.

■ Gráfico I.19 ■

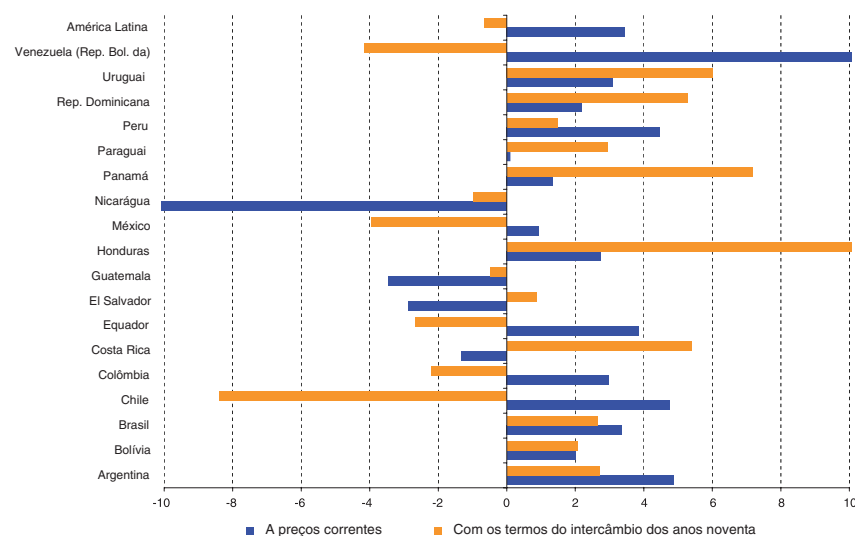
América Latina: taxas de crescimento médio anual no período
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Gráfico I.20 ■

América Latina: balanço básico
(Como porcentagem do PIB)

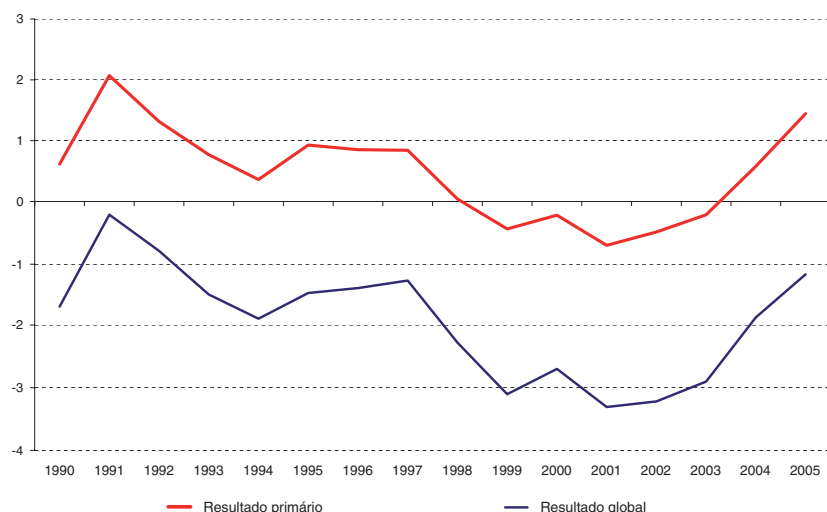


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

b) Alcançou-se maior responsabilidade fiscal e melhores indicadores de endividamento

■ Gráfico I.21 ■

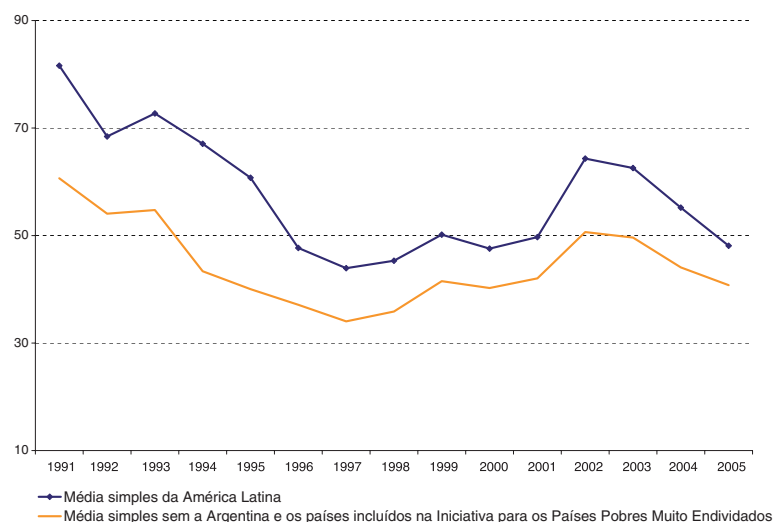
América Latina: resultados global e primário do governo central
(Em porcentagens do PIB, médias simples)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Gráfico I.22 ■

Dívida pública da América Latina, setor público não financeiro
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

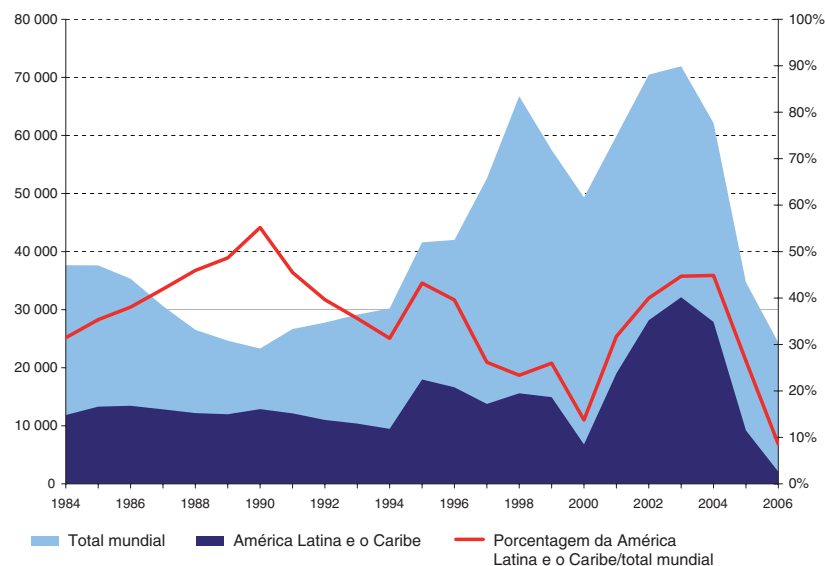
■ A situação fiscal prevalecente desde 2003 se caracteriza por uma diminuição do déficit fiscal global e pela geração de superávit primário como produto do aumento generalizado das receitas fiscais e de um menor incremento dos gastos do fisco.

■ Além da acentuada geração de superávits primários, os fatores que mais contribuíram para essa evolução na região foram os processos de reestruturação do endividamento e a valorização das moedas nacionais em relação ao dólar. Além disso, a incorporação à Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC na sigla em inglês) de alguns países da região (Bolívia, Honduras e Nicarágua) permitiu uma substancial redução de sua dívida pública.

■ Em 2005, a Argentina e o Brasil pagaram antecipadamente seus empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional. Esse pagamento reduziu a quase metade a carteira de empréstimos do Fundo e significou que, pela primeira vez em muitos anos, a América Latina deixou de ser um dos principais tomadores dos recursos financeiros dessa instituição, posto que sua participação diminuiu para menos de 10% do total dos créditos concedidos.

■ Gráfico I.23 ■

América Latina: empréstimos concedidos pelo FMI
(Em milhões de direitos especiais de saque)

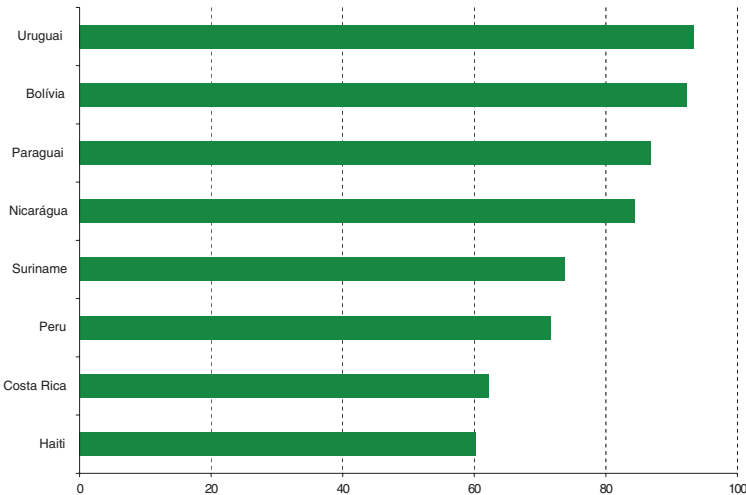


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação do Fundo Monetário Internacional.

c) Entretanto, alguns países estão muito dolarizados ou altamente endividados

■ Gráfico I.24 ■

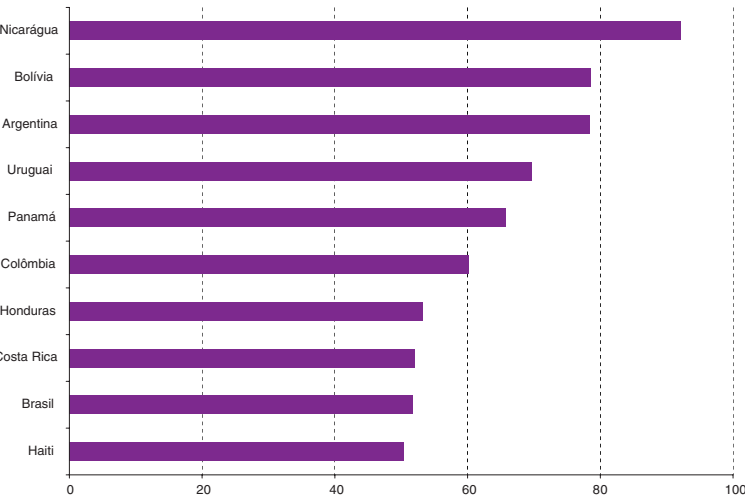
Depósitos em moeda estrangeira
(Como porcentagem dos depósitos totais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Gráfico I.25 ■

Saldo da dívida bruta do setor público não financeiro
(Como porcentagem do PIB)



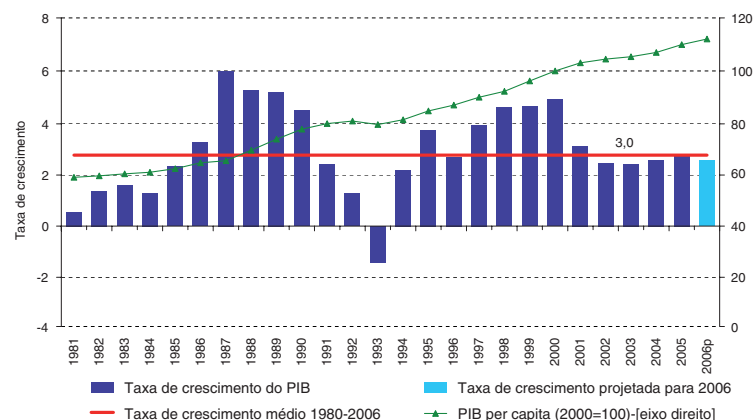
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

10. Espera-se que a Península Ibérica continue crescendo

■ Em 2006 concretiza-se o décimo segundo ano consecutivo de crescimento. Nos últimos anos, entretanto, observa-se uma ligeira desaceleração.

■ Gráfico I.26 ■

Península Ibérica: crescimento do PIB e do PIB per capita
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

Nota: p: projeção.

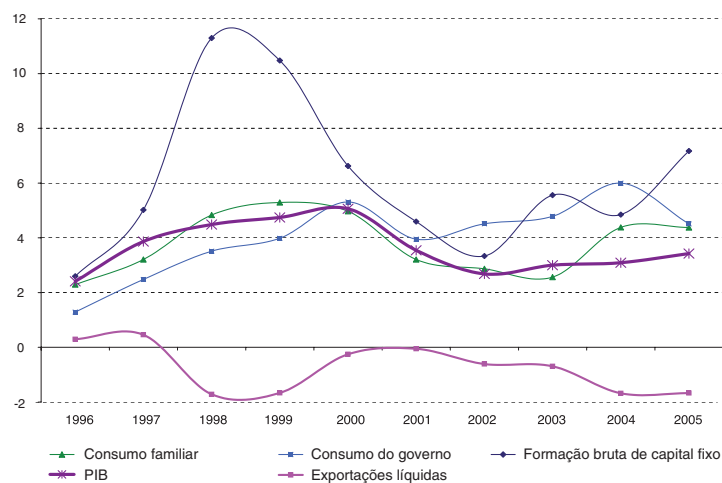
11. Na Espanha o crescimento é impulsionado pela demanda interna, favorecida pela maior disponibilidade de financiamento

■ Nos últimos dois anos o consumo tem crescido mais do que o PIB, o que está diminuindo a poupança interna.

■ O investimento vem crescendo sustentavelmente há vários anos, graças à disponibilidade de financiamento que implica para a Espanha o fato de pertencer à área do euro.

■ Gráfico I.27 ■

Espanha: evolução do PIB e da demanda
(Em porcentagens)

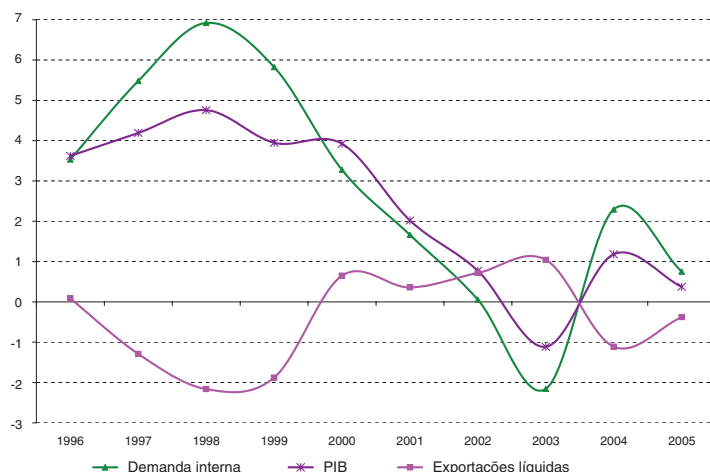


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

12. Por sua vez, Portugal ainda não consegue consolidar a recuperação iniciada em 2004

■ Gráfico I.28 ■

Portugal: evolução do PIB e da demanda
(Em porcentagens)



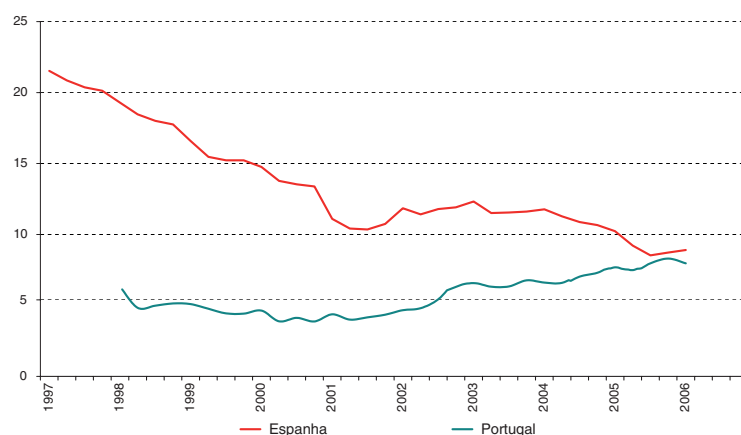
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

- Nos últimos anos a economia portuguesa vem crescendo menos do que a média da área do euro.
- Por sua vez, a economia de Andorra cresceu, em média, 4% no período 2003-2005, evidenciando uma desaceleração do ritmo de crescimento em virtude da perda de dinamismo da indústria turística, principal atividade econômica do país.

13. Esta realidade mista tem sua correlação no mercado de trabalho

■ Gráfico I.29 ■

Península Ibérica: taxa de desemprego
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

- Na Espanha o crescimento sustentado permite o aumento da ocupação, graças ao qual, em 2005, a taxa de desemprego situou-se, pela primeira vez desde 1980, abaixo de 10%.
- Em Portugal, por sua vez, o relativo estancamento do nível de atividade começou a repercutir negativamente nos indicadores do mercado de trabalho.

14. A elevação dos preços dos combustíveis e o aumento da demanda (no caso da Espanha) produzem pressões inflacionárias

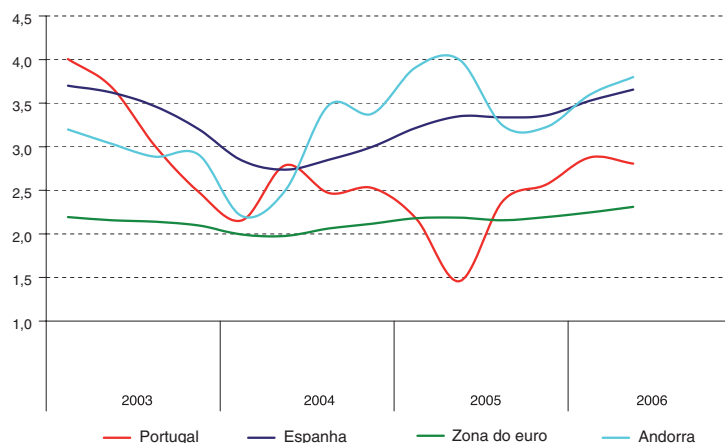
■ A taxa de inflação da Espanha permanece acima da taxa observada na área do euro. Nos últimos anos, o crescimento da demanda interna e os preços dos combustíveis provocaram uma aceleração inflacionária.

■ Em Portugal, o menor dinamismo da demanda interna manteve a taxa de inflação mais próxima da média europeia. Todavia, observa-se desde meados de 2005 uma aceleração da inflação decorrente da elevação dos preços dos combustíveis.

■ O aumento dos preços do setor energético também repercutiu em Andorra, onde nos últimos três anos os custos do transporte aumentaram mais de 16%. Tal incremento, entretanto, não se transferiu para o resto da economia, se for levado em conta o ritmo lento de crescimento dos preços dos bens, situação que mantém a taxa de inflação em torno de 3% ao ano.

■ Gráfico I.30 ■

Área do euro e Península Ibérica: evolução da taxa de inflação trimestral
(Em porcentagens)

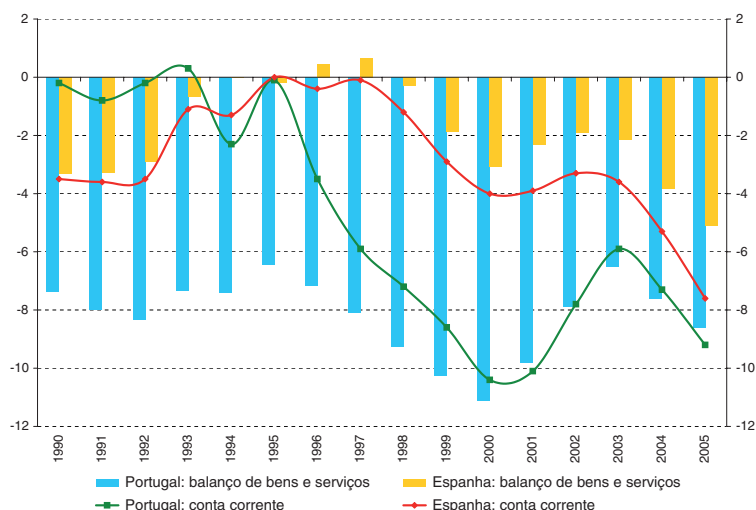


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

15. O crescimento da Península Ibérica foi acompanhado de um déficit crescente em conta corrente acentuado nos últimos anos pela elevação do preço do petróleo

■ Gráfico I.31 ■

Conta corrente e balanço de bens e serviços sobre o PIB
(Como porcentagem do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Na Espanha, a taxa de inflação relativa mais elevada repercutiu negativamente no nível de competitividade da economia e produziu um déficit crescente em conta corrente. Embora o fato de o país pertencer à área do euro afaste qualquer possibilidade imediata de um problema de liquidez, a persistência desses desequilíbrios poderia dar ensejo a um ajuste macroeconômico no futuro próximo.

■ Algo parecido aconteceu em Portugal, onde o crescimento em menor nível havia permitido uma diminuição do déficit entre 2001 e 2004, porém a pressão gerada pelos preços dos produtos energéticos somada à tênue recuperação da economia voltou a acentuar o desequilíbrio externo.

■ Em Andorra, o déficit comercial de bens elevou-se em 2004 a 1,3 bilhão de euros.

16. O aumento da atividade na Espanha permitiu uma expressiva melhora do balanço fiscal enquanto a situação em Portugal e Andorra piorou

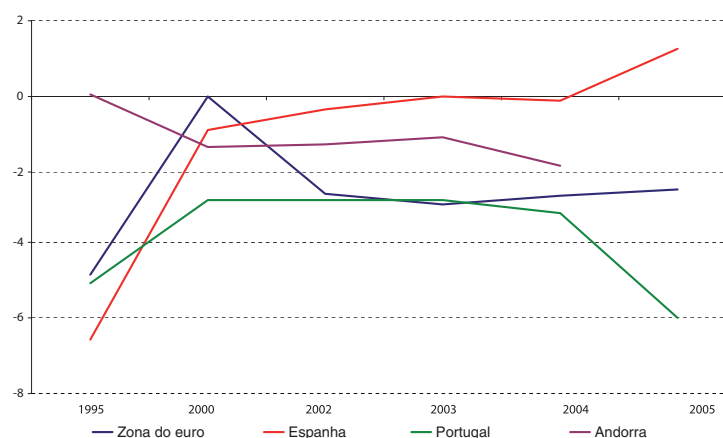
■ No caso da Espanha, os sucessivos melhoramentos fiscais registrados desde 1995 permitiram ao país, em 10 anos, evoluir de um déficit superior a 6% do PIB para um superávit superior a 1% do PIB em 2005.

■ Em Portugal observou-se uma deterioração da situação fiscal, em virtude da qual se registrou em 2005 um déficit de 6% do PIB. De acordo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, esse déficit deveria situar-se em 3% do PIB em 2008, razão por que é previsível que a atividade seja afetada no futuro por uma crescente restrição fiscal.

■ Em Andorra a situação fiscal se deteriorou em fins da década de 1990 e passou de um superávit de mais de 3% do PIB em 1997 a um déficit próximo de 2% em 2004. Para fazer frente a essa situação, uma avaliação estaria sendo feita da possibilidade de introdução de alguns impostos diretos.

■ Gráfico I.32 ■

Balanço fiscal do governo geral
(Como porcentagem do PIB)



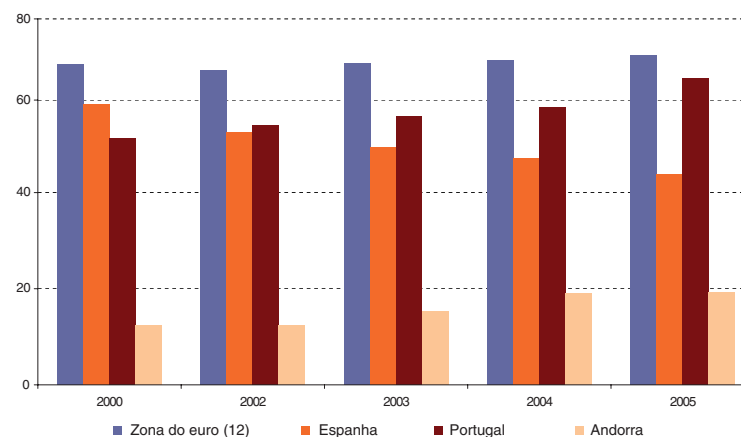
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

17. Estes diferentes desempenhos fiscais refletem-se na evolução do endividamento

■ Enquanto na Espanha a situação fiscal melhorada permitiu passar de uma dívida consolidada de 59,2% do PIB em 2000 a uma de 43,2% em 2005, em Portugal a deterioração dos indicadores fiscais implicou um incremento de 13% da dívida pública, que evoluiu de 50,4% em 2000 para 63,9% em 2005. Igual situação ocorre em Andorra, onde a dívida cresceu de 11% em princípios desta década a mais de 18% do PIB em 2005.

■ Gráfico I.33 ■

Dívida consolidada do governo geral
(Como porcentagem do PIB)



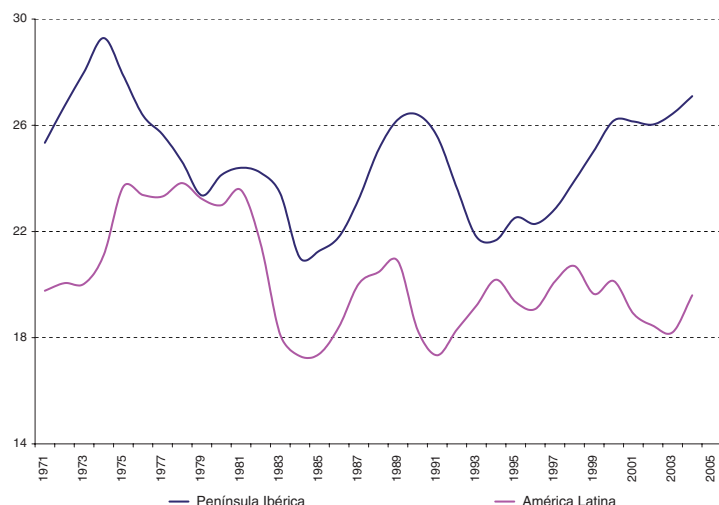
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

C. Considerações finais

■ Gráfico I.34 ■

Ibero-América: coeficiente de investimento

(Formação bruta de capital fixo como proporção do PIB, com base em cifras em dólares correntes)

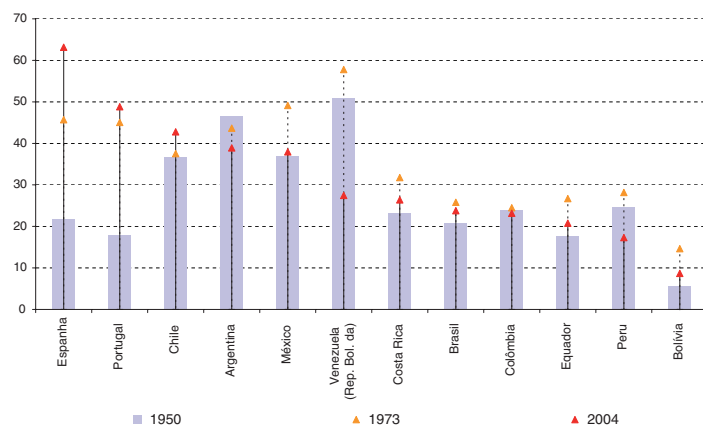


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Gráfico I.35 ■

Ibero-América: hiato da produtividade do trabalho em relação aos Estados Unidos

(PIB por hora trabalhada em cada país como porcentagem do PIB dos Estados Unidos)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oficial.

■ Uma análise a longo prazo da evolução das economias que compõem o espaço ibero-americano põe em destaque, de maneira contundente, as diferenças que se produziram ao longo dos últimos 50 anos de história econômica. Tais assimetrias certamente se traduzem hoje nas diferentes médias de nível de vida observadas nos países da Península Ibérica e nos da América Latina.

■ A evolução comparada do produto por habitante dos países que compõem a região mostra trajetórias divergentes, a começar de pontos de partida não tão díspares. Mais ainda, a divergência acentuou-se nos últimos 20 anos.

■ Embora seja difícil definir —a partir de um conjunto limitado de variáveis— os fatores que explicam essas divergências e, mais ainda, detectar causalidades, é evidente que esse desempenho tão desigual pode ser atribuído, pelo menos em parte, ao comportamento de duas variáveis fundamentais em todo processo de crescimento econômico: o investimento e a produtividade.

■ A partir dos anos setenta inicia-se um período em que as trajetórias do PIB por habitante das economias ibéricas vão se distanciando aceleradamente das dos países da América Latina. Essa primeira fase de divergência é caracterizada por uma diferença marcante nas taxas de investimento, variável em relação à qual os países da Península Ibérica se encontram numa posição mais favorável, ainda que as produtividades relativas não sejam muito diferentes. Observa-se, a seguir, uma segunda fase de divergência, mais acelerada que a primeira e cujo início coincide com o ingresso da Espanha e de Portugal na União Européia e com a crise do endividamento na América Latina; nesse período persistem as diferenças na taxa de investimento, porém as hiatos de produtividade se alargam substancialmente.

- A evolução mais recente da economia do espaço ibero-americano é marcada pelos diversos estilos de os países das diferentes sub-regiões se integrarem no mundo. Os da Península Ibérica, com altas rendas e integrados na União Europeia, não obstante suas diferenças no tocante à evolução do nível de atividade, apresentam uma situação caracterizada pela perda de competitividade do euro e agravada pelas taxas mais altas de inflação relativas a esses países que se traduz em um déficit crescente da conta corrente do balanço de pagamentos.

- Na América Latina, a situação também difere em certo sentido em função dos distintos padrões de integração internacional que se observam no nível sub-regional. O México e a América Central, que têm relativa especialização na produção de manufaturas com diferentes graus de intensidade tecnológica destinadas principalmente ao mercado dos Estados Unidos, sofrem a pressão implícita na concorrência da China e de outras economias asiáticas, cabendo acrescentar a esse fato que, à exceção do México, se trata de países importadores de petróleo. Depois de haverem, na década de noventa, crescido acima da média da região, esses países vêm crescendo nos últimos anos abaixo dessa média e registrando déficits crescentes na conta corrente.

- Os países da América do Sul, especializados na produção de bens com uso intensivo de recursos naturais e que estão não só se beneficiando das mudanças ocorridas nos mercados internacionais com a irrupção da China como sendo favorecidos por uma recuperação significativa dos termos do intercâmbio, crescem a taxas superiores à da média da América Latina.

- As perspectivas de evolução das economias do espaço ibero-americano dependem, em grande medida, de como se desenrolem os acontecimentos no cenário internacional. Neste sentido, embora não se possa descartar a possibilidade de a economia mundial administrar o risco de inflação e corrigir os desequilíbrios globais sem uma forte

desaceleração do ritmo de crescimento, tais fenômenos são fatores de incerteza aos quais cabe acrescentar a importância crescente das tensões políticas no nível global. Mesmo no caso favorável de uma “aterrissagem suave”, atenta-se para a possibilidade de um período de maior volatilidade global e não se pode descartar a possibilidade de uma desaceleração do crescimento e de menor liquidez dos mercados financeiros internacionais. Um cenário como o mencionado poderia gerar, inclusive nos países da Península Ibérica, uma desaceleração do nível de atividade ante a menor disponibilidade de recursos para o financiamento do gasto privado.

- Além disso, caberia esperar um comportamento menos positivo dos preços dos produtos básicos exportados pela América Latina que poderia influir na importância ou no sinal dos saldos em conta corrente. Um superávit menor no intercâmbio de bens e serviços e uma oferta de fundos externos não tão fluida afetariam os mercados de câmbio e poderiam deter ou reverter parcialmente o processo de valorização cambial observado nos últimos dois anos.

- Levando em conta a situação mais favorável em que a América Latina se encontra relativamente à sua vulnerabilidade externa e fiscal, e desde que as mudanças acima assinaladas se dêem de maneira gradual e moderada, não caberia esperar que no futuro próximo se produzissem mudanças bruscas na trajetória de crescimento recentemente iniciada pela América Latina.

- Uma conjuntura caracterizada por preços de produtos básicos um tanto menores e por taxas de câmbio reais ligeiramente mais altas suscita novos desafios para as finanças públicas, porém pode agilizar a busca de um padrão de especialização mais diversificado e com maior conteúdo de conhecimento que, juntamente com um aumento da taxa de investimento, contribuiria decisivamente para que a América Latina alcançasse um crescimento sustentado que lhe permitiria ir reduzindo a hiato que a separa dos países da Península Ibérica.

A situação social da Ibero-América

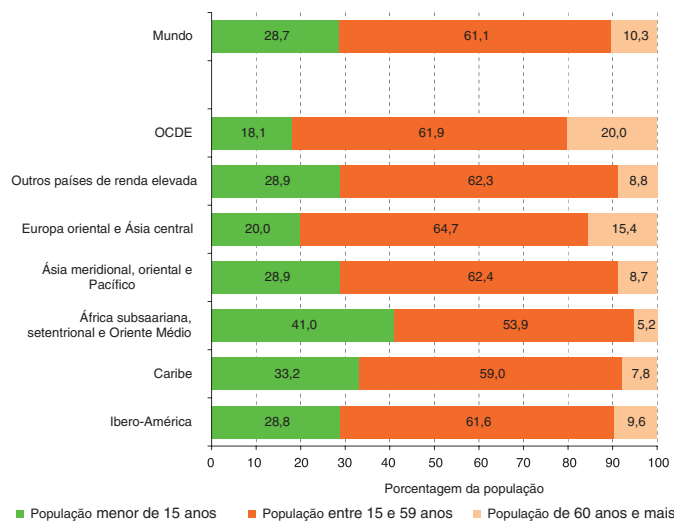


A. O contexto social da Ibero-América

1. A Ibero-América representa 9,2% da população mundial e sua estrutura etária assemelha-se à da média mundial

■ Gráfico II.1 ■

Regiões do mundo: composição da população por grandes grupos etários, 2004



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL e Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Nações Unidas.

■ A população da Ibero-América, que somava pouco mais de 581 milhões de pessoas em 2004, representa 9,2% da população mundial e sua composição é semelhante à da média mundial. Conta com uma população em idade ativa em torno de 62%, uma população dependente menor de 15 anos que chega a quase 29% e uma população idosa de aproximadamente 10%.

■ A relação de dependência demográfica no espaço ibero-americano tem a mesma magnitude que nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), porém sua composição é muito distinta.

■ Na Ibero-América, a estrutura dos dependentes reflete a presença de uma população mais jovem que a dos países da OCDE.

2. Entretanto, prevê-se um envelhecimento acelerado da população, dado que os países latino-americanos mais populosos já se encontram nas fases avançadas de transição demográfica, uma situação que se assemelha cada vez mais à da Península Ibérica

■ As taxas de fecundidade mostraram um declínio a partir de meados dos anos sessenta, o que mudou a estrutura etária da população. Esta, em média, encontra-se numa fase de plena transição a partir da qual começa um processo acelerado de envelhecimento característico das fases avançadas.

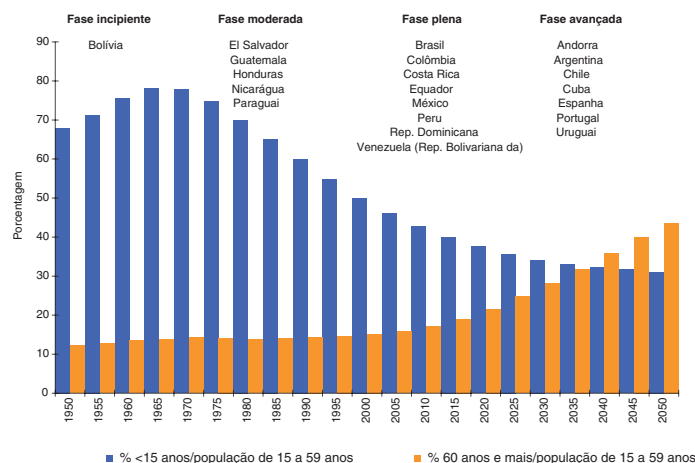
■ Essa característica se manifesta num maior crescimento relativo da população de 60 anos e mais, principalmente quando comparado com o dos jovens e o da população em idade ativa de 15 a 59 anos.

■ A Espanha e Portugal são os países com maior população em idade avançada: 22,3% e 21,5% da população têm 60 anos e mais, o que se compara com um índice de 8,9% na América Latina. No ano de 2050 esses índices terão chegado a 40,9%, 35,6% e 24,1%, respectivamente.

■ Na América Latina, a Argentina, o Chile, Cuba e Uruguai são os países que apresentam os maiores níveis de envelhecimento.

■ Gráfico II.2 ■

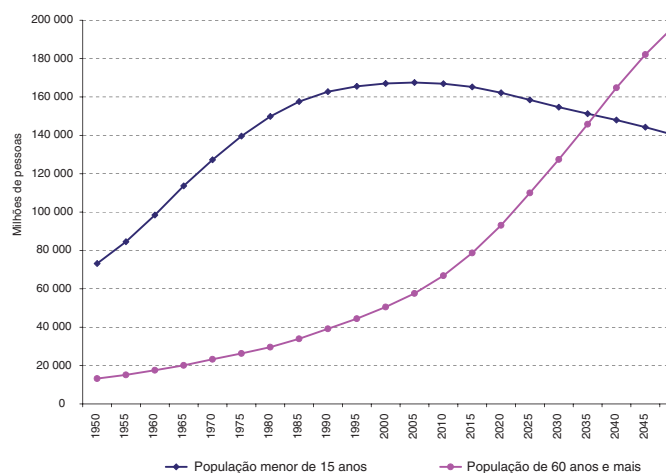
Ibero-América: porcentagem de menores de 15 anos e maiores de 60 anos relativamente à população de 15 a 59 anos



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL e Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Nações Unidas.

■ Gráfico II.3 ■

Ibero-América: número de menores de 15 anos de idade e de adultos de 60 anos e mais, 1950-2050



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL e Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Nações Unidas.

3. Existem grandes diferenças entre a Península Ibérica e a América Latina no tocante a seus níveis de produto, bem como ao grau de envelhecimento da população

■ Gráfico II.4 ■

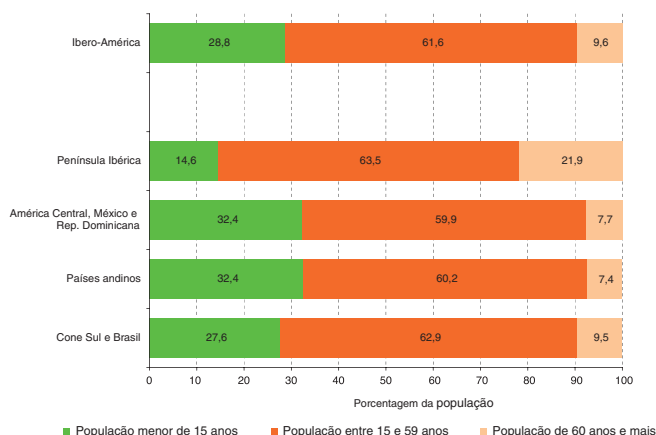
Ibero-América: percentagem da população e percentagem do PIB, 2004



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL; Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Nações Unidas; e Banco Mundial, *World Development Indicators*.

■ Gráfico II.5 ■

Ibero-América: composição da população por grandes grupos etários, 2004



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL e Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Nações Unidas.

Nota: Salvo indicação contrária, as sub-regiões que se incluem na Ibero-América compreendem os seguintes países: na **América Central** —Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana; no **Cone Sul** —Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai; nos **países andinos** —Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Rep. Bol. da Venezuela; na **Península Ibérica** —Andorra, Espanha e Portugal.

■ A Península Ibérica, que representa tão-somente 8,8% da população ibero-americana, equivale a quase 27% da economia ibero-americana. Das demais sub-regiões, os países andinos são os mais sub-representados em termos econômicos, posto que, embora representem mais de 20% da população, só geram pouco mais de 10% do produto regional.

■ No que se refere à composição demográfica, a Península Ibérica é integrada em maior proporção por pessoas idosas (quase 22% de seus habitantes), enquanto os países andinos e centro-americanos (inclusive o México) possuem uma população mais jovem (7,7% ou menos de idosos e mais de 32% de menores de 15 anos). A Península Ibérica, seguida pelos países do Cone Sul, é a que registra maior percentagem de população em idade ativa.

4. Uma diferença entre a América Latina e a Península Ibérica está no contraste marcante entre seus níveis de renda média e indicadores de equidade

■ A Ibero-América é uma região de renda mediana, com um PIB per capita de aproximadamente 6.700 dólares em paridade do poder aquisitivo (PPA); os países latino-americanos têm, entretanto, apenas um terço do PIB per capita da Península Ibérica.

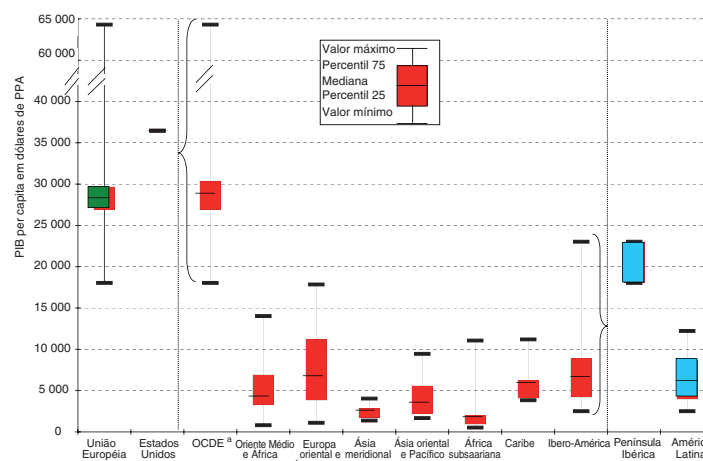
■ Embora possuam igualdade de rendas superior à dos países latino-americanos, a Espanha e Portugal apresentam mais desigualdade que o conjunto de países da OCDE, ainda que em menor nível do que os Estados Unidos.

■ Medida pelos coeficientes de Gini, a sub-região latino-americana evidencia a maior desigualdade do mundo, a qual se reflete em grandes diferenças entre os estratos de rendas mais altas e mais baixas.

■ Esse fato expressa um complexo conjunto de fatores que afetam o bem-estar das famílias de diferente forma. Influi na situação de desemprego, de subemprego por rendas e horas de trabalho, bem como de acesso a oportunidades ocupacionais por parte dos membros das famílias, que ocorre dentro de uma estrutura de produção muito heterogênea, com variados níveis de produtividade, escalas de mercado, tecnologia e acesso à pesquisa e ao desenvolvimento.

■ Gráfico II.6 ■

Regiões do mundo: PIB per capita em dólares de PPA, 2004

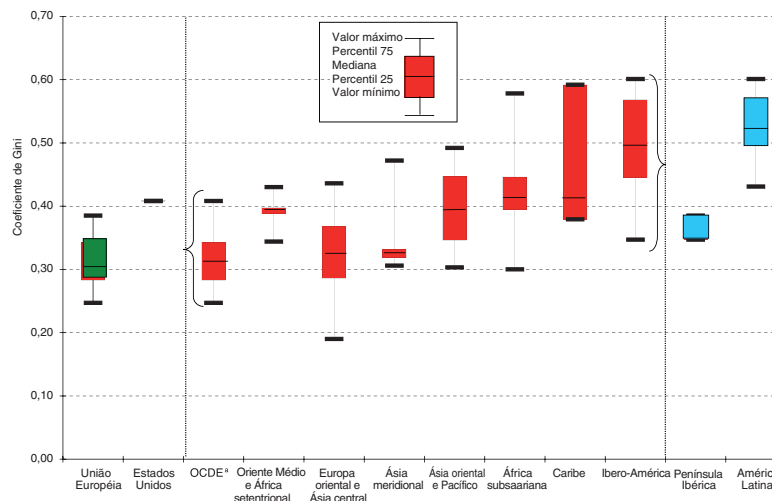


Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators*.

* OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (exclui o México).

■ Gráfico II.7 ■

Regiões do mundo: coeficiente de concentração de Gini, 1997-2004
(Concentração da renda per capita a partir de grupos decílicos)

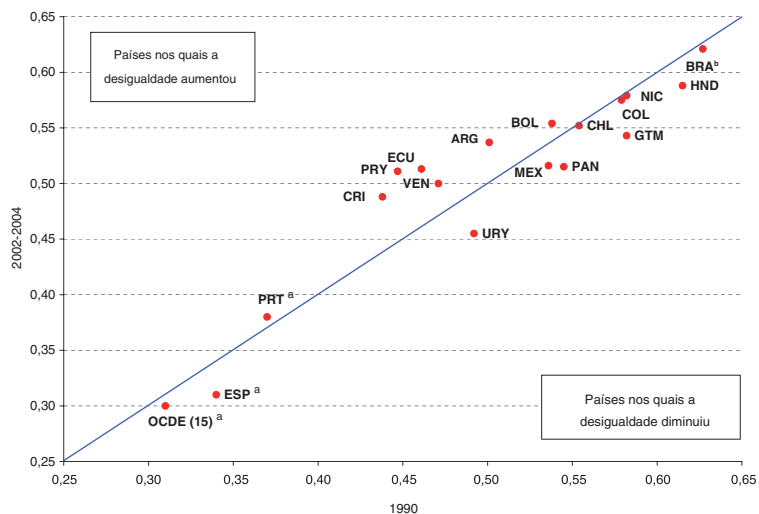


Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators*.

* OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (exclui o México).

■ Gráfico II.8 ■

Ibero-América e OCDE: mudanças no coeficiente de Gini, 1990-2004



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina, 2005* (LC/G.2288-P/E), Santiago do Chile, novembro de 2005, e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat).

^a O dado inicial corresponde a 1995.

^b Informação de 1990 e 2003. De acordo com os antecedentes preliminares, em 2004 haveria uma diminuição significativa do coeficiente de Gini.

- A desigualdade constitui um importante fator limitante da contribuição do crescimento à redução da pobreza. Observa-se que, salvo nos casos da Espanha e de Portugal, o coeficiente de todos os países é superior a 0,43 e aumentou em sete deles, permaneceu praticamente constante em quatro e diminuiu em apenas seis.

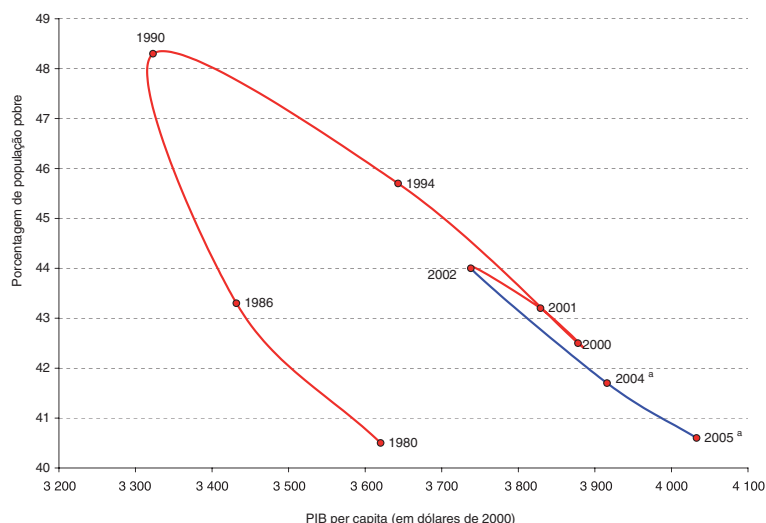
5. Após um aumento na incidência da pobreza em seguida à crise da dívida, os avanços no sentido de reduzi-la têm sido lentos na América Latina

■ Na América Latina, a redução da pobreza calculada sobre a base da porcentagem de famílias e pessoas que não alcançam um nível mínimo de renda para sua subsistência (linha da pobreza) mostra importantes avanços desde 1990.

■ Após a crise da dívida, a incidência da pobreza aumentou devido à queda do PIB per capita e posteriormente diminuiu, ainda que respondesse em menor medida ao ritmo de aumento do PIB per capita. De fato, passadas duas décadas, a incidência da pobreza na América Latina é semelhante à que se observou em 1980, porém afeta 77 milhões de pessoas mais (um total de 213 milhões de pessoas em 2005).

■ Gráfico II.9 ■

América Latina: evolução da pobreza absoluta e do PIB per capita
(Em porcentagens e dólares de 2000)



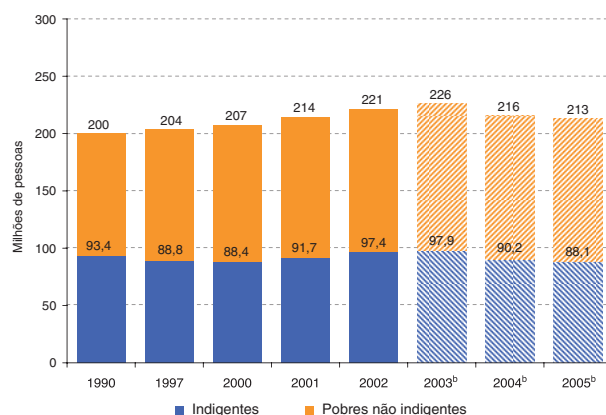
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina, 2005* (LC/G.2288-P/E), Santiago do Chile, novembro de 2005.

^a Projeção.

6. Só recentemente e pelo segundo ano consecutivo o número de pobres diminuiu e 13 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2002 e 2005

■ Gráfico II.10 ■

América Latina: evolução da pobreza absoluta^a e da indigência, 1990-2005^b



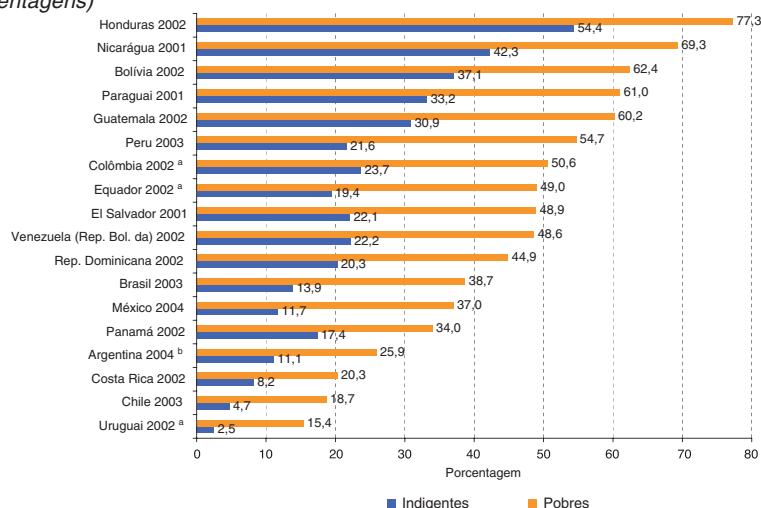
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina, 2005* (LC/G.2288-P/E), Santiago do Chile, novembro de 2005.

^a Corresponde à soma de indigentes e pobres não indigentes.

^b As cifras para 2003, 2004 e 2005 são estimativas.

■ Gráfico II.11 ■

América Latina (18 países): população pobre e indigente, 2001-2004
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas sobre famílias dos respectivos países.

^a Zonas urbanas.

^b Gran Buenos Aires.

■ Graças às melhores condições econômicas, estima-se que a incidência da pobreza e da indigência na América Latina diminuiu em 2004 e 2005, o que permitiria um declínio do número de pobres e indigentes.

■ Contudo, a acentuada diminuição do índice de pobres na última década (de 43,2% em 2001 para 40,6% em 2005) foi em parte anulada pelo crescimento da população, razão por que o número de pessoas em situação de pobreza em 2005 seria semelhante ao observado em 2001.

■ No que se refere aos níveis de pobreza e indigência nos países latino-americanos, o panorama é muito heterogêneo. Os países centro-americanos —à exceção da Costa Rica— e os andinos apresentam elevadas taxas de pobreza e indigência, enquanto os índices mais baixos são observados no Cone Sul.

7. Isto responde ao bom encaminhamento de vários países para a consecução do objetivo de desenvolvimento do Milênio de redução da pobreza extrema. O progresso do conjunto da América Latina foi, entretanto, insuficiente

■ Até o ano de 2005, o Brasil, o Equador, o México e o Panamá haviam conseguido porcentagens de avanço no sentido da realização do objetivo de redução da pobreza extrema superiores ao esperado para esse ano (60%). O Chile e o Uruguai, por sua vez, já haviam alcançado esse objetivo.

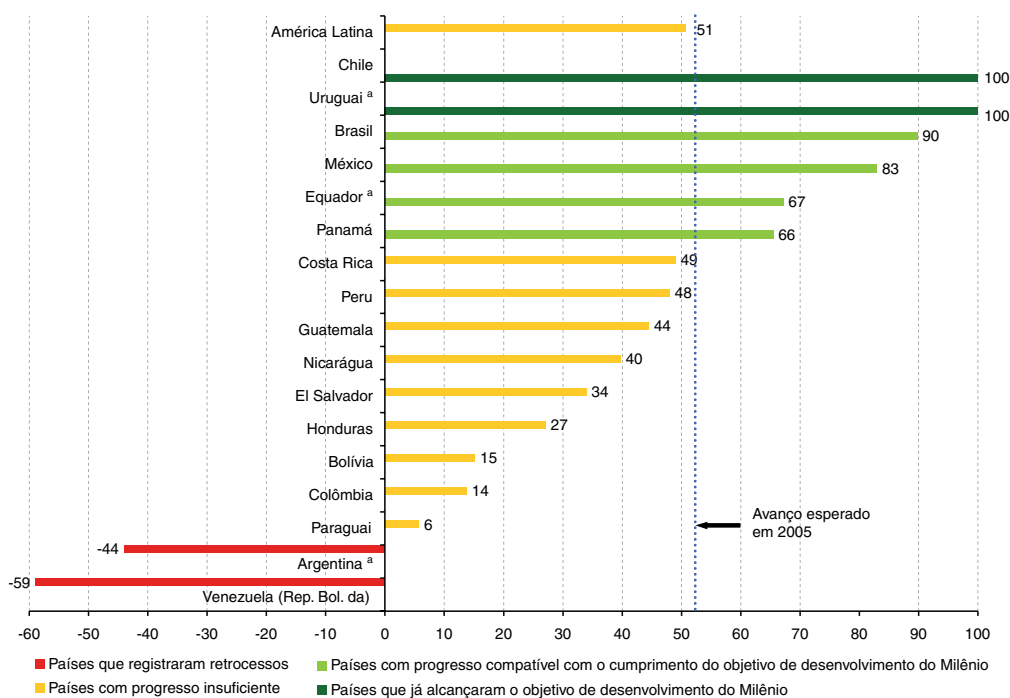
■ Dado, porém, que outros países não tiveram um progresso suficiente, a América Latina em seu conjunto avançou somente 51%, apesar de em 2005 haver transcorrido 60% do período 1990-2015.

■ A Argentina e a República Bolivariana da Venezuela sofreram marcantes retrocessos devido a sérias crises econômicas. As últimas medições nacionais da pobreza indicam, entretanto, significativas recuperações nesses países.

■ Os países com maiores índices de pobreza extrema e menor renda por habitante (Bolívia, Honduras, Nicarágua e Paraguai) são os que enfrentarão maiores obstáculos e muito provavelmente não conseguirão realizar o objetivo proposto.

■ Gráfico II.12 ■

América Latina (17 países): porcentagens de avanço na redução da pobreza extrema entre 1990 e 2005



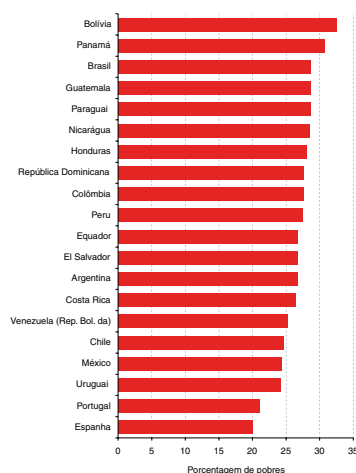
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina*, 2005 (LG/G2288-P/E), Santiago do Chile, novembro de 2005.

^a Áreas urbanas.

8. As marcantes iniquidades que afetam a região limitam a redução da pobreza e influem nos níveis de pobreza relativa

■ Gráfico II.13 ■

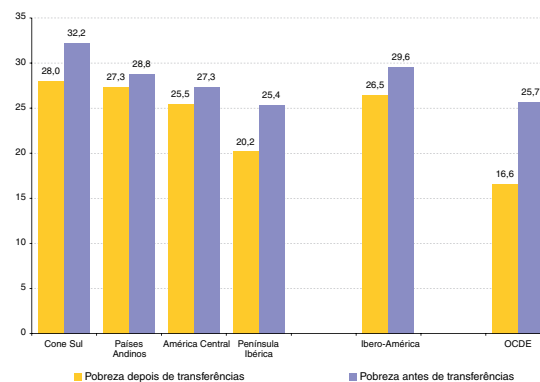
Ibero-América: incidência da pobreza relativa depois de transferências, 2001-2004



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

■ Gráfico II.14 ■

Ibero-América: incidência da pobreza relativa depois e antes de transferências^a, 2001-2004 (Em porcentagens)

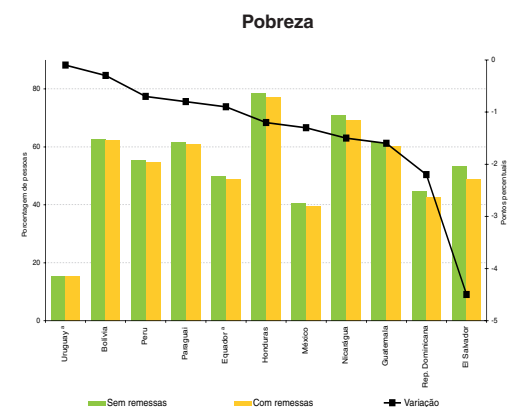
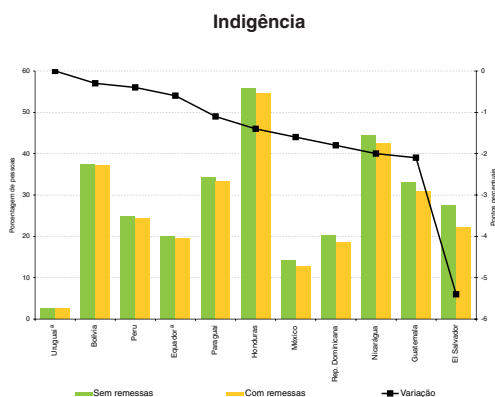


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

^a As cifras da América Latina antes de transferências incluem tanto as governamentais como as não-governamentais. Cabe destacar que as medições das transferências governamentais nos países da América Latina são parciais e que se pode subestimar o impacto na redução da pobreza.

■ Gráfico II.15 ■

América Latina: efeitos das remessas na incidência da pobreza absoluta^a



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países, e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)-Eurostat.

^a As medições das remessas a partir das pesquisas domiciliares revelam que estas constituem aproximadamente um terço do volume registrado nos balanços de pagamento.

■ Ao adotar os critérios de pobreza relativa da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), segundo os quais a pobreza é medida com base nas famílias que não têm renda acima de 60% da renda média, a região mostra níveis superiores aos da Península Ibérica e dos países da OCDE. Isso responde pela maior desigualdade que, como já se assinalou, existe na América Latina.

■ Nesta situação, e dada a insuficiência de recursos, cabe ao Estado uma margem de ação muito limitada para influir na incidência da pobreza, em comparação com o que se observa nos países da OCDE.

■ Por sua vez, e contrariamente ao que se poderia supor, o efeito das remessas sobre as taxas de pobreza e indigência é aparentemente pequeno, pois muitos emigrantes provêm de famílias que não se consideram pobres, embora sejam de baixa renda.

■ Estas conclusões devem ser analisadas com cautela, por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, os estudos da incidência do gasto que foram realizados relativamente às economias tanto da OCDE como às latino-americanas não são comparáveis e, em segundo lugar, o volume de rendas declarado nas pesquisas domiciliares seria muito enviesado em virtude da declaração de cifras inferiores às reais.

9. Os mercados de trabalho, principalmente os latino-americanos, viram-se afetados pelas crises internacionais da década de noventa e somente nos últimos anos se recuperaram

■ Na Península Ibérica, nove de cada cem integrantes da população economicamente ativa não encontram emprego, apesar da acentuada redução do desemprego a partir de 1994; nela, porém, existem melhores seguros contra o desemprego do que na América Latina.

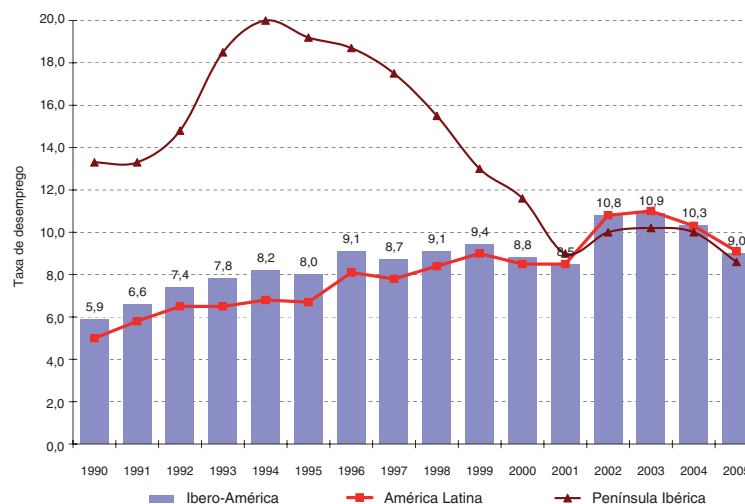
■ Na América Latina, o desemprego cresceu até 2003 e entre a população ocupada aumentou a proporção dos trabalhadores do setor informal. Estima-se que, nas últimas décadas, sete de cada dez empregos tiveram origem no setor informal e que a precariedade do emprego aumentou.

■ Desde 2003 observa-se na América Latina uma importante mudança: não só está havendo uma diminuição da taxa de desemprego, como esta vem sendo acompanhada da expansão do emprego formal.

■ Na Espanha e em Portugal não há registro do setor informal, porém calcula-se o subemprego em termos de horas trabalhadas. Por conseguinte, a diminuição do desemprego foi acompanhada de um aumento do subemprego, de 1,9% dos ocupados para 5,8%, na Espanha, e de 1,5% para 6,4%, em Portugal.

■ Gráfico II.16 ■

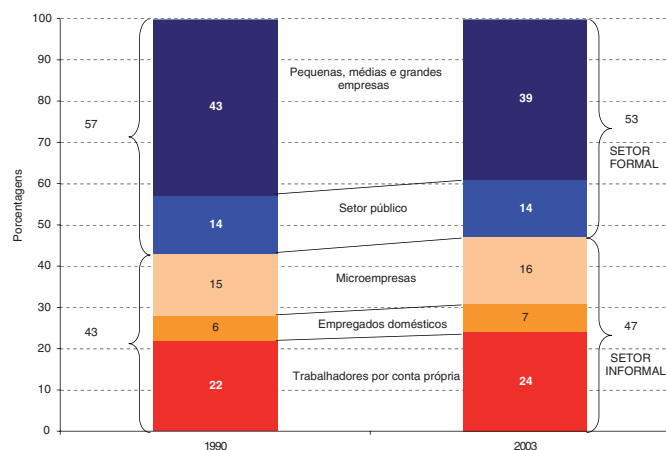
Ibero-América: evolução do desemprego aberto, 1990-2005
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Estudio económico de América Latina y el Caribe, 2005-2006* (LC/G.2314-P/E), Santiago do Chile, julho de 2006, e Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Key Indicators of the Labor Market (KILM) Programme* [on line].

■ Gráfico II.17 ■

América Latina: evolução do setor informal, 1990-2003

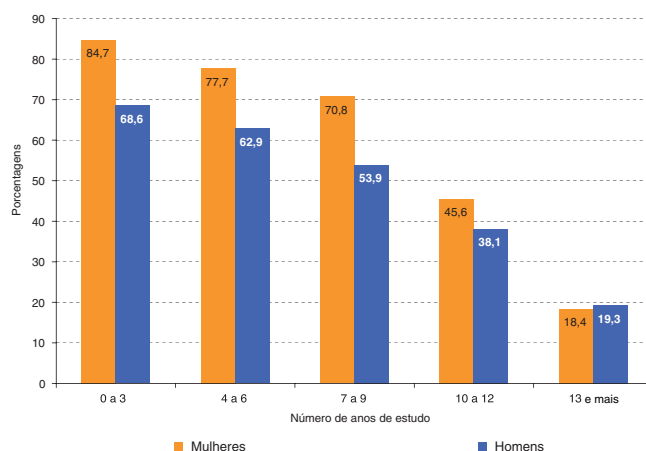


Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Panorama laboral 2005. América Latina y el Caribe*, Lima, 2005.

10. As melhorias observadas nas condições de emprego dissimulam a vulnerabilidade dos jovens latino-americanos

■ Gráfico II.18 ■

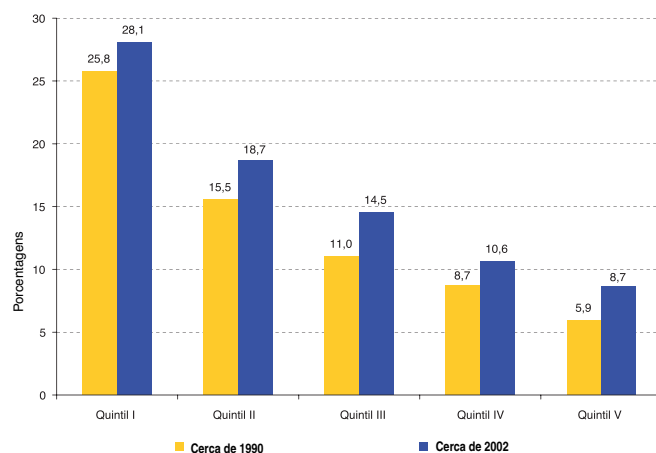
América Latina (15 países): porcentagem de jovens entre 15 e 29 anos de idade em empregos de baixa produtividade segundo nível educacional, total nacional, cerca de 2002
(Médias simples)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), *La juventud en Iberoamérica. Tendencias y urgencias* (LC/L.2180-P), Santiago do Chile, 2004.

■ Gráfico II.19 ■

América Latina (17 países): taxa de desemprego entre jovens de 15 a 29 anos de idade segundo quintis de renda per capita da família, total nacional, cerca de 1990 - cerca de 2002
(Médias simples)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

■ Para os jovens ocupados que têm entre 15 e 29 anos de idade, a educação é um importante fator indicativo da precariedade do emprego que podem conseguir. Dois de cada três homens sem escolaridade secundária trabalham em atividades de baixa produtividade; esta relação aumenta para três entre quatro, no caso das mulheres. As porcentagens diminuem significativamente quando se trata dos jovens com estudos secundários ou que estão concluindo esse ciclo de ensino. No caso dos que possuem educação universitária, apenas um de cada cinco trabalha nesse tipo de atividades.

■ O acesso ao trabalho em setores de baixa produtividade não é uma opção voluntária: diante de taxas de desemprego juvenil superiores a 20%, os jovens —principalmente os que pertencem às famílias mais pobres— não têm aparentemente melhores alternativas ocupacionais.

■ A situação apontada limita a aquisição de uma experiência de trabalho que lhes permitirá ter um melhor futuro profissional. As altas taxas de desemprego entre os jovens mais pobres (28% em 2002), bem como suas oportunidades de emprego em ocupações precárias e de baixa produtividade, os impedem de adquirir a capacitação e a experiência de trabalho que depois serão valorizadas no mercado de trabalho. Por conseguinte, também a mobilidade social desses jovens através do trabalho se verá limitada.

11. Apesar de neste contexto haver sido possível alcançar resultados importantes em matéria de equidade de gênero no acesso à educação

■ Na década de 1990 conquistou-se, na América Latina, a equidade no tocante à educação primária, já que na maioria dos países as taxas líquidas de matrícula de meninas e meninos se equipararam. No ensino secundário e superior as mulheres superaram a taxa de matrícula masculina.

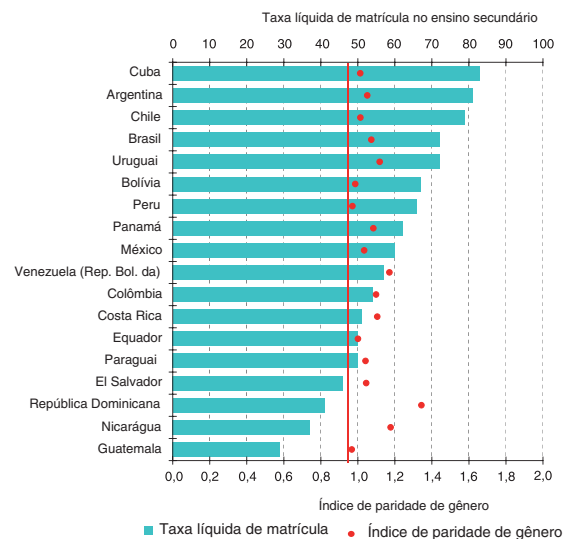
■ Por isso, considera-se que a América Latina já teria alcançado a meta de desenvolvimento do milênio relativa à eliminação das desigualdades de gênero em todos os níveis de ensino.

■ Entretanto, como se verá no capítulo sobre assimetrias, esses resultados coexistem com uma inserção segmentada no mercado de trabalho que produz uma insuficiente diminuição da diferença salarial e o não aproveitamento das capacidades obtidas graças à educação.

■ Gráfico II.20 ■

América Latina (18 países): taxa líquida de matrícula no ensino secundário e índice de paridade entre os sexos, ano escolar iniciado em 2002

(Em porcentagens e proporções)

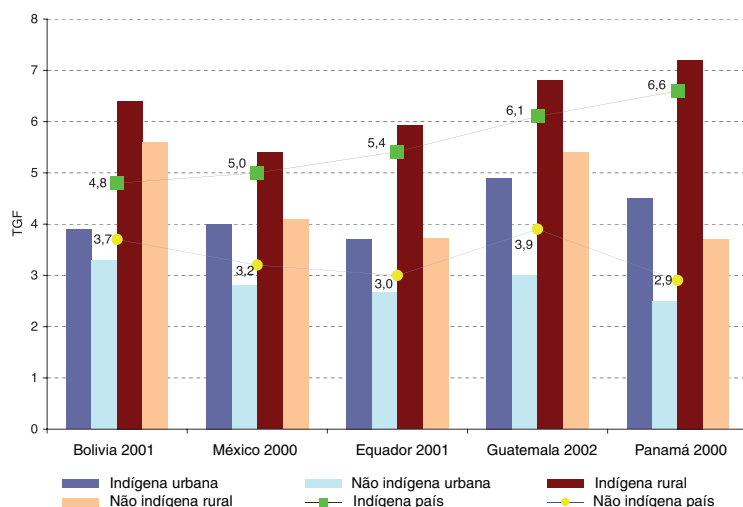


Fonte: Nações Unidas, *Objetivos de desarrollo del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe* (LC/G.2331-P), J.L. Machinea, A. Bárcena e A. León (coords.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), junho de 2005. Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: S.05.II.G.107.

12. Outros fatores de risco de exclusão, entretanto, ainda são acentuados por fatores étnicos

■ Gráfico II.21 ■

América Latina (cinco países): taxa global de fecundidade (TGF) de mulheres indígenas e não indígenas (critério de autopertencença), por zona de residência, censos de 2000



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação do projeto "Os povos indígenas e a população afrodescendente nos censos" (ATN/SF-8043-RG), Santiago do Chile.

■ A população indígena, pouco inferior a 30 milhões de pessoas na região segundo os dados levantados no censo de 2000, é afetada por grandes desvantagens socioeconômicas, entre outras, pela pobreza extrema, pela exclusão e pelos baixos níveis de instrução formal. Também apresenta pautas culturais e hábitos que a distinguem do resto da população, como o comportamento reprodutivo.

■ A alta fecundidade continua sendo um traço marcante da população indígena; entre as indígenas da Bolívia e do Panamá, o nível de fecundidade supera claramente o da média dos respectivos países.

■ Também se observam nos países diferenças em função da origem. No Panamá, a fecundidade das mulheres kunas é de 4,7 filhos, índice que se compara com o de 7,5 filhos no caso das ngöbe-buglé. O efeito da origem étnica no Panamá se manifesta independentemente das características econômicas e educacionais, porém o mesmo não ocorre com as mulheres aymara da Bolívia que, em iguais condições socioeconômicas, registram uma trajetória reprodutiva mais tardia e menos intensa do que as não indígenas.

13. Esta situação também é observada na grande brecha existente em termos de mortalidade infantil, embora a América Latina esteja em via de cumprir o objetivo de desenvolvimento do milênio relativa a este tema

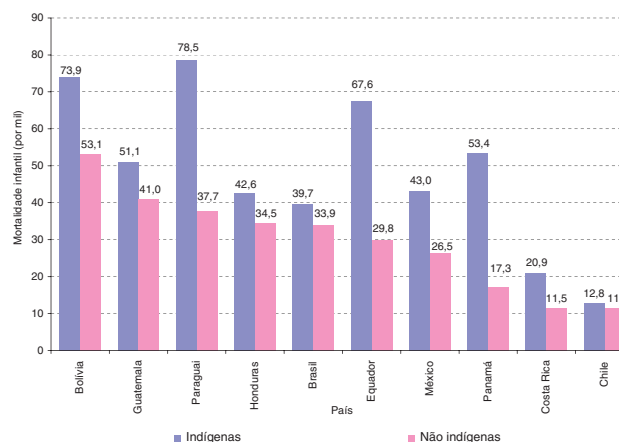
■ As formas de exclusão social de que a população indígena é vítima na América Latina também se refletem na maior probabilidade de óbito das crianças antes de completarem um ano de vida. Entre as crianças indígenas essa probabilidade é sistematicamente maior do que a registrada entre as não indígenas. Essas diferenças persistem, independentemente da zona de residência (urbana ou rural).

■ A mortalidade infantil é uma expressão da desigualdade no acesso aos serviços de saúde e a bens e serviços do Estado, bem como da brecha existente em relação à garantia de observância do direito à saúde. A fim de reduzir progressivamente essa brecha, os programas devem levar em conta os modelos culturais e lingüísticos próprios de cada povo, de modo a assegurar o exercício dos direitos sociais e culturais.

■ Apesar disso, a maioria dos países da América Latina está em via de alcançar o objetivo do milênio relativo à redução da mortalidade infantil em dois terços.

■ Gráfico II.22 ■

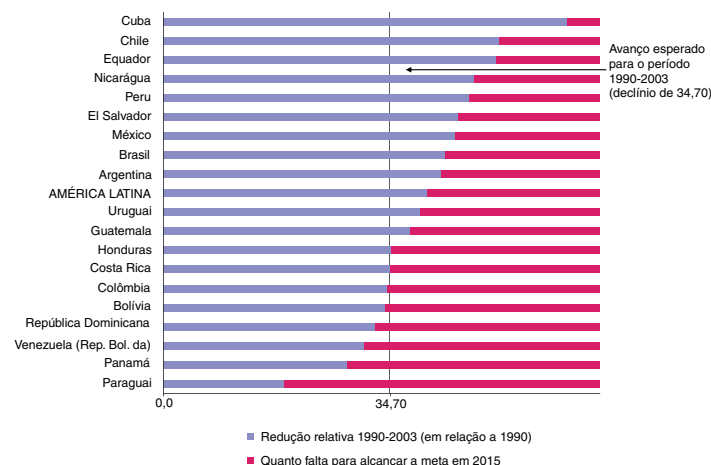
América Latina (10 países): mortalidade infantil indígena e não indígena
(Crianças mortas por mil nascidas vivas, estimativas a partir dos censos de 2000)



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenh de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL.

■ Gráfico II.23 ■

América Latina (19 países): progressos na redução da mortalidade infantil



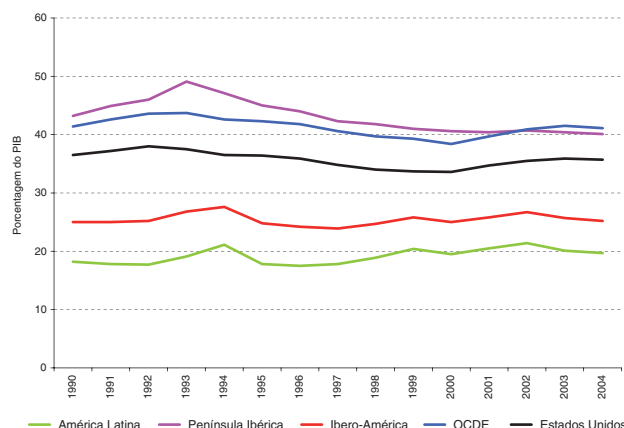
Fonte: Nações Unidas, *Objetivos de desarrollo del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe* (LC/G.2331-P), J.L. Machinea, A. Bárcena e A. León (coords.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), junho de 2005. Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: S.05.II.G.107.

B. Os fatores estruturais da pobreza na América Latina

1. O Estado destina, na América Latina, menos recursos ao gasto público do que o faz nos países desenvolvidos

■ Gráfico II.24 ■

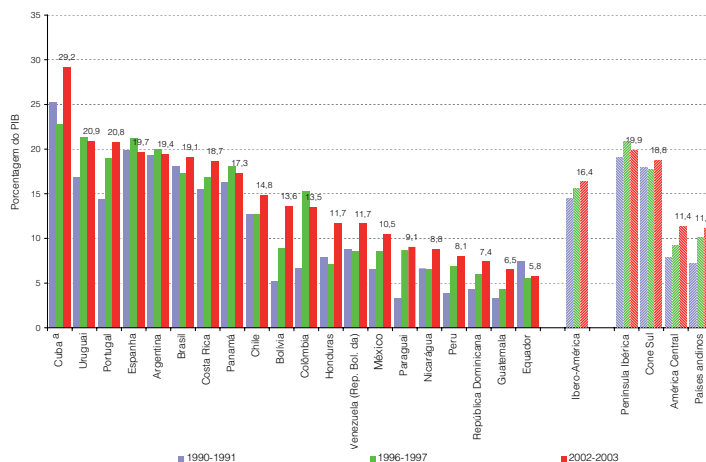
Comparação internacional: evolução do gasto público, 1990-2004, como porcentagem do PIB



Fonte: Para a América Latina - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); para os demais países - Fundo Monetário Internacional.

■ Gráfico II.25 ■

Ibero-América: gasto público social como porcentagem do PIB



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina, 2005* (LC/G.2288-P/E), Santiago do Chile, novembro de 2005, e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat).

^a Em Cuba, o gasto público social é avaliado segundo a taxa de câmbio oficial do país.

2. Na América Latina, o gasto público social aumentou 2,3% desde 1990, porém teria que fortalecer sua natureza contracíclica e melhorar sua distribuição de acordo com os objetivos da política social

■ A maior parte do incremento do gasto correspondeu a segurança e assistência social, fato que decorre tanto do aumento do número de aposentados e pensionistas como da implementação de programas assistenciais e promocionais, cuja maioria conseguiu prolongar-se.

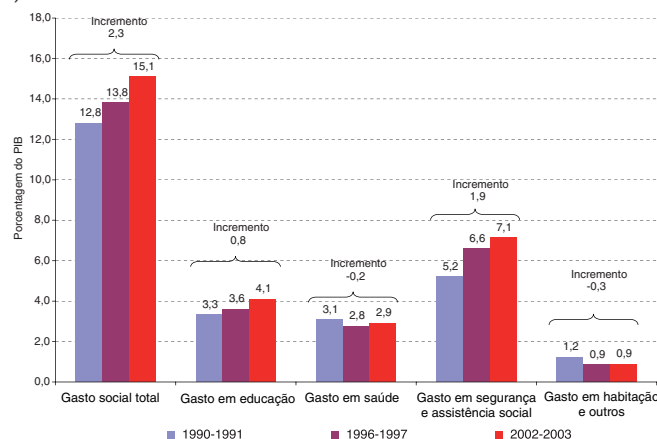
■ Embora o gasto social tenha mantido o seu caráter procíclico, nos últimos anos aumentou na região a preocupação com a sua proteção, no contexto das possibilidades que a disponibilidade de recursos oferece.

■ Apesar disso, o comportamento do gasto que se observa a partir de 1997 revela maior propensão à elaboração do orçamento com base na arrecadação de anos anteriores, em lugar de fazê-lo com projeções da arrecadação corrente. Daí a sua atuação com certo atraso em relação às variações registradas pelo PIB.

■ Gráfico II.26 ■

América Latina: evolução do gasto social por setores como fração do produto interno bruto em 1990-1991, 1996-1997 e 2002-2003

(Em porcentagens)

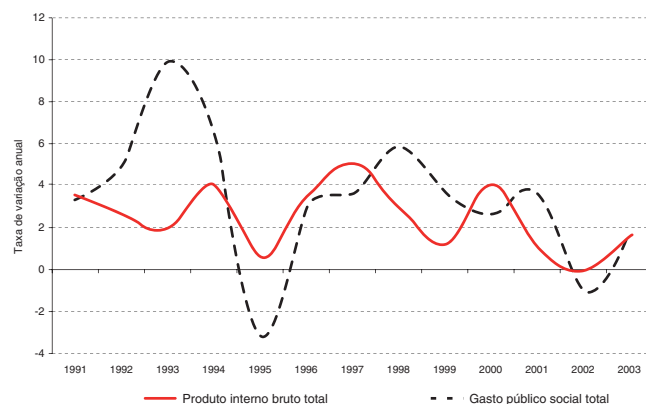


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação oriunda do banco de dados da Comissão sobre gasto social. As cifras estão atualizadas para o segundo trimestre de 2005.

■ Gráfico II.27 ■

Ibero-América: ^a evolução do produto interno bruto e do gasto social total

(Taxas de variação anual)

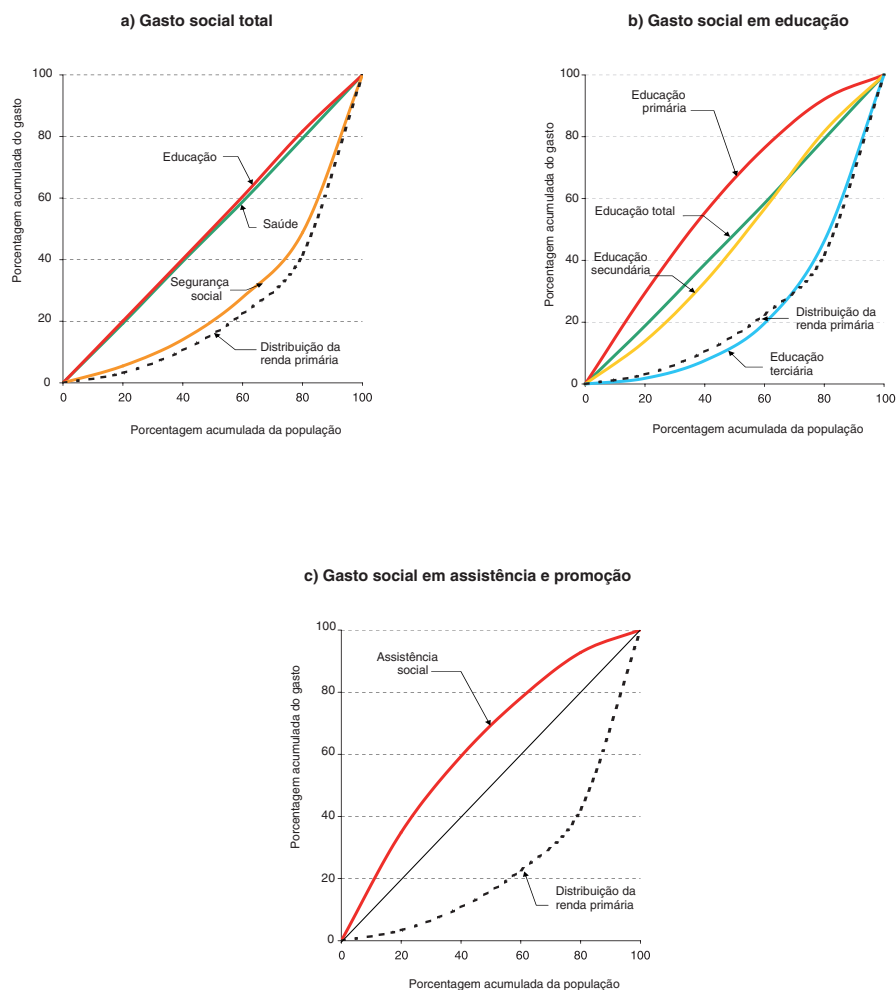


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina, 2005* (LC/G.2288-P/E), Santiago do Chile, novembro de 2005, e Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat).

^a Agregado dos países com informação sobre gasto social, excluídos Andorra e El Salvador.

■ Gráfico II.28 ■

América Latina (nove países): distribuição do gasto social e da renda primária por quintis de renda
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina, 2005* (LC/G.2288-P/E), Santiago do Chile, novembro de 2005.

Nota: Inclui Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México e Uruguai.

■ Os estudos mais recentes disponíveis sobre a orientação do gasto social nos países da região revelam que seus principais componentes (educação, saúde, segurança e assistência social) influem na distribuição primária da renda de diferentes maneiras.

■ Enquanto os gastos em segurança social tendem a reproduzir as iniquidades da renda primária, os orientados para saúde e educação favorecem os setores de menores rendas, razão por que são utilizados com o propósito de superar a seleção natural do gasto privado e desse modo aumentar o grau de universalidade da cobertura. A única exceção a esta regra são os gastos com a educação superior, em virtude da limitação do acesso dos jovens de estratos médios e baixos aos serviços pertinentes.

■ Os programas assistenciais e de fomento são mais avançados que os demais, porque neles a focalização é, via de regra, um critério essencial à distribuição dos benefícios. Sua importância reside no fato de que tais programas costumam interromper os ciclos de reprodução da pobreza por incluírem os setores de menores recursos entre os destinatários das políticas sociais de ampla cobertura.

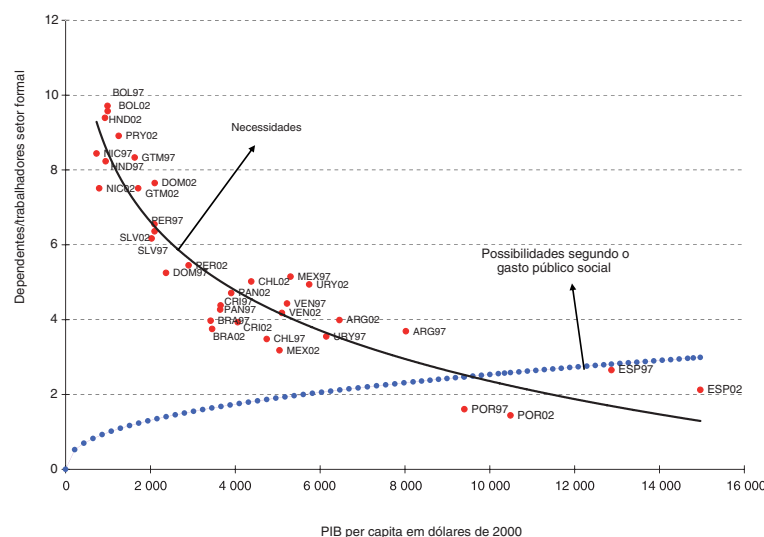
3. A combinação das características do gasto público social, dos problemas de emprego e da rígida dependência demográfica revela a muitas necessidades das famílias

■ Há, em relação a cada trabalhador formal, a possibilidade de um pequeno número de dependentes beneficiar-se de assistência custeada por fundos correspondentes ao gasto público social. O número de dependentes por trabalhador formal que “necessita” de tal assistência excede, entretanto, essa disponibilidade, sendo a brecha maior nos países com menor produto per capita.

■ Somente em Portugal e na Espanha se observa que o gasto social permite superar tal brecha, fato que não ocorre na América Latina.

■ Gráfico II.29 ■

Brecha entre “necessidades” e “possibilidades” de proteção social^a



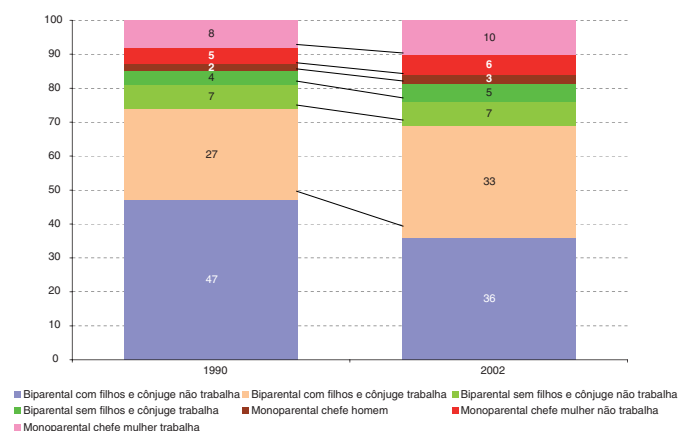
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL; Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Nações Unidas; Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Key Indicators of the Labour Market (KILM)* [on line].

^a Elaborado com base na metodologia de A. Uthoff, C. Vera e N. Ruedi, “Relación de dependencia del trabajo formal y brechas de protección social en América Latina y el Caribe”, *série Financiamiento del desarrollo*, N° 169 (LC/L.2497-P), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2006.

4. O surgimento de duas estratégias autônomas de proteção social

■ Gráfico II.30 ■

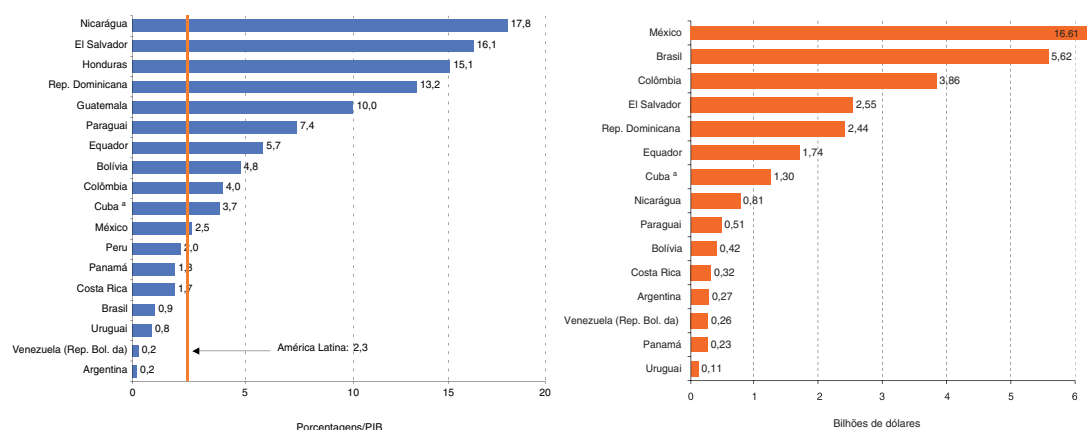
Transições: trabalho e tipos de famílias nucleares urbanas, 1990 e 2002
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Panorama social de América Latina, 2005* (LC/G.2288-P), Santiago do Chile, novembro de 2005.

■ Gráfico II.31 ■

As remessas feitas por emigrantes constituem parte importante das estratégias de subsistência



Fonte: CEPAL, com base em dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento/Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN) (<http://www.iadb.org/mif/remittances/index.cfm>).

* Os dados de Cuba correspondem ao ano de 2003 e foram obtidos de Manuel Orozco, "Remesas a América Latina y el Caribe: temas y perspectivas en materia de desarrollo", Washington, D.C., outubro de 2004.

■ A composição das famílias sofreu mudança radical nas últimas décadas, distanciando-se das estruturas tradicionais. Observa-se que, cada vez mais, a mulher está contribuindo para a subsistência familiar; cresce concretamente a proporção das famílias monoparentais chefiadas por mulheres que trabalham fora de casa, bem como a das famílias biparentais nas quais o cônjuge feminino também trabalha fora de casa. A necessidade de conciliar os papéis por elas desempenhados no mercado de trabalho e no cuidado da casa suscita problemas cada vez maiores.

■ Em muitos países as remessas feitas por emigrantes, que chegaram a representar um volume significativo do PIB, contribuem para atenuar a pobreza de seus lares de origem. Em 2005, mais de 1,7 milhão de pessoas nascidas na América Latina e no Caribe residiam na Espanha; destas, mais de 1,3 milhão não tinham nacionalidade espanhola. Em Portugal, 75.000 pessoas eram oriundas da América Latina, sendo que 39.000 não tinham nacionalidade portuguesa. Na Espanha representam 38% e, em Portugal, 12% dos nascidos no exterior. A imigração oriunda da América Latina é, porém, comparativamente menor do que a que tem por destino os Estados Unidos, país onde residem mais de 19 milhões de latino-americanos e caribenhos, os quais representam mais da metade da totalidade de seus imigrantes.

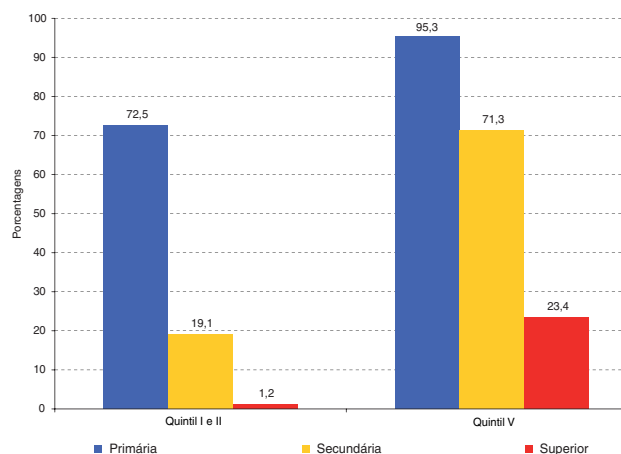
5. A transmissão da pobreza entre gerações como tema recorrente

■ O acesso desigual à educação continua atuando como um veículo de transmissão da pobreza entre gerações. As taxas de cobertura da educação superior são extremamente baixas nos quintis mais pobres e chegam a 23,4% nos mais altos. Além disso, a extensão da cobertura da educação primária e secundária aos estratos mais pobres se caracteriza por serviços educacionais cuja qualidade é inferior à dos que se acham ao alcance dos estratos de renda mais altas.

■ Soma-se a isso o fato de que a carência de emprego e as mudanças nas estruturas familiares põem em xeque as contribuições e a cobertura dos sistemas de proteção social. Os modelos contributivos baseados em um chefe de família provedor e uma família biparental deixarão muitas pessoas desprotegidas. Com efeito, à exceção de El Salvador e do México, em todos os demais países a cobertura dos sistemas de proteção social diminuiu. A falta de financiamento não contributivo e solidário limita a cobertura da proteção social, que é consideravelmente menor do que a da Espanha.

■ Gráfico II.32 ■

América Latina:^a jovens entre 25 e 29 anos de idade que concluíram a educação primária, secundária e superior segundo quintis selecionados de renda per capita^{b c}
(Em porcentagens)



Fonte: CEPAL, com base em tabulações especiais das pesquisas sobre as famílias dos respectivos países.

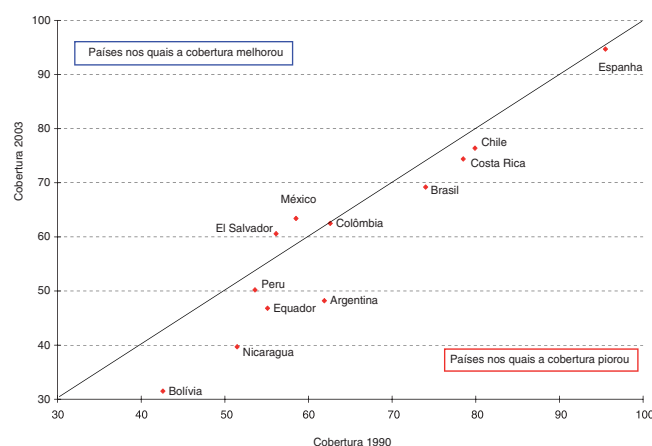
^a Média ponderada dos países em nível nacional, com a exceção da Argentina e do Uruguai para os quais se utilizou o total urbano.

^b Corresponde a ciclos educativos definidos na Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE) para cada país.

^c Quintis de renda per capita das pessoas.

■ Gráfico II.33 ■

Ibero-América: cobertura em 1990 e 2003
(Porcentagem de ocupados que contribuem)



Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT), *Panorama laboral 2005. América Latina y el Caribe*, Lima, 2005, e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em pesquisas sobre as famílias.

Comércio e inserção internacional na Ibero-América

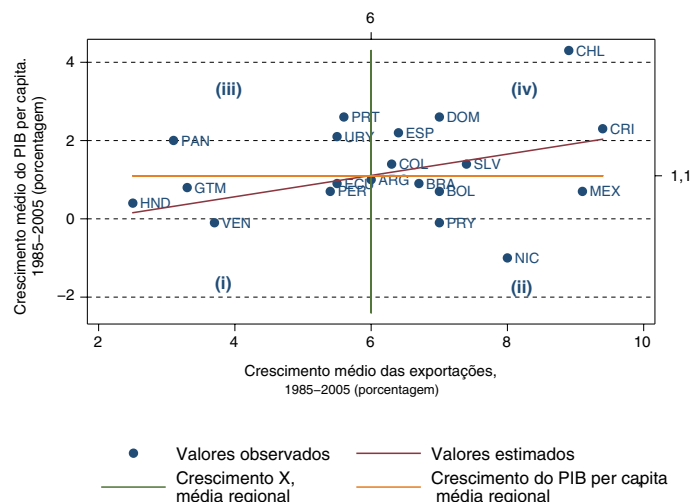
A. Padrões da inserção e o comércio internacional na Ibero-América

1. Embora vários países ibero-americanos tenham conseguido expandir suas exportações, somente em alguns também aumentou a renda per capita

■ Gráfico III.1 ■

Crescimento do volume de exportações e PIB per capita, 1985 a 2005

(Taxas de crescimento médio anuais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Banco Mundial, *World Development Indicators*.

■ Existe uma grande heterogeneidade entre os países ibero-americanos em termos de crescimento econômico per capita e dinamismo exportador.

■ Se os dados do período 1985-2005 forem analisados, observa-se que o produto por habitante da Ibero-América cresceu a um ritmo médio de 1,1%, enquanto as exportações dessa região o fizeram a uma taxa de 6,0%. A partir dessas médias ibero-americanas, é possível distinguir quatro grupos de países, a saber: i) economias cujas exportações e PIB per capita crescem abaixo das médias ibero-americanas; ii) economias com crescimento acelerado das exportações, porém que se encontram abaixo da média ibero-americana em termos de PIB per capita; iii) economias cujo PIB per capita cresce a um ritmo mais acelerado que o da média ibero-americana, porém com menor dinamismo exportador, e iv) economias nas quais tanto suas exportações como seu PIB per capita crescem mais do que a média ibero-americana.

■ Na situação correspondente ao primeiro grupo encontram-se o Equador, Guatemala, Honduras, Peru e República Bolivariana da Venezuela. Além disso, muitos países ibero-americanos tiveram um dinamismo exportador com crescimento econômico nulo ou escasso, isto é, uma evolução como a vivenciada pelo segundo grupo. Panamá, Portugal e Uruguai são os únicos países que se incluem no terceiro grupo. As economias do Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha e República Dominicana pertencem ao quarto grupo, ou seja, são economias nas quais tanto o produto per capita como as exportações cresceram a ritmos mais acelerados do que o da média ibero-americana.

2. Com o satisfatório desempenho do setor exportador, a Ibero-América conseguiu aumentar sua participação no comércio mundial de bens...

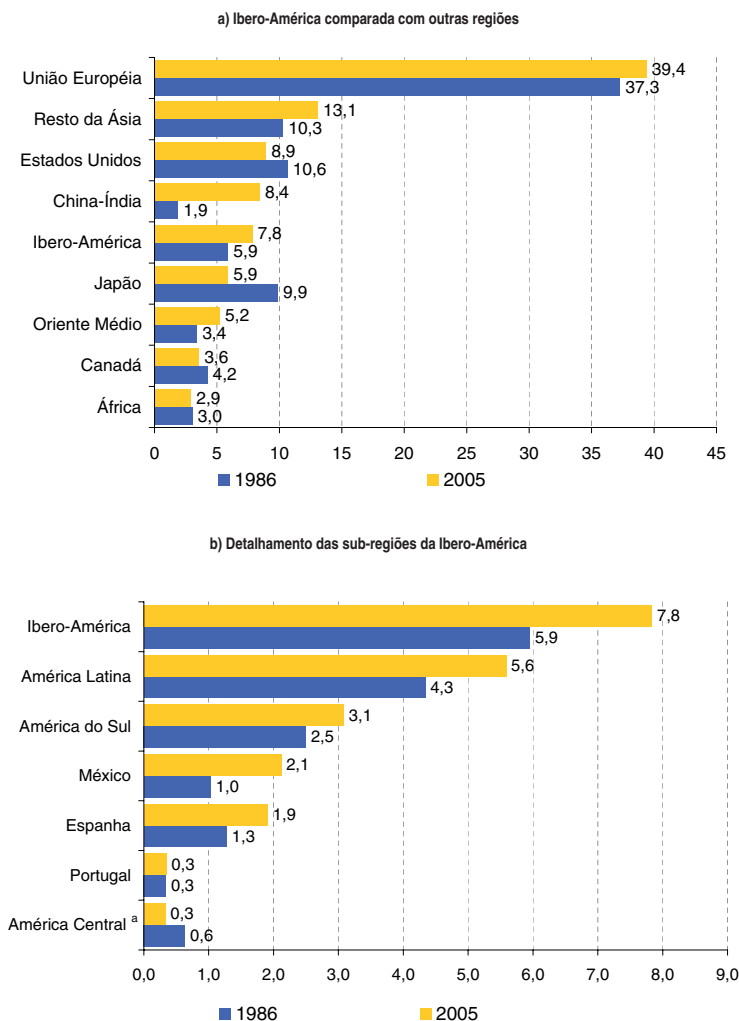
■ Entre 1986 e 2005, os países da Ibero-América aumentaram seu peso no comércio mundial de bens, porém o incremento da cota de mercado é bastante pequeno quando comparado com o aumento da participação conjunta da China e da Índia. O México e a Espanha incluem-se entre os 20 principais exportadores de bens no mundo, ocupando os 15º e 17º lugares, respectivamente.

■ Um exame das sub-regiões deixa evidente que as maiores altas na participação no comércio mundial de bens foram registradas no México, na Espanha e na América do Sul, enquanto a América Central perdeu importância relativa.

■ Gráfico III.2 ■

Ibero-América e suas sub-regiões nas exportações mundiais de bens, 1986 e 2005

(Porcentagem da participação nas exportações mundiais)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados da Organização Mundial do Comércio (OMC).

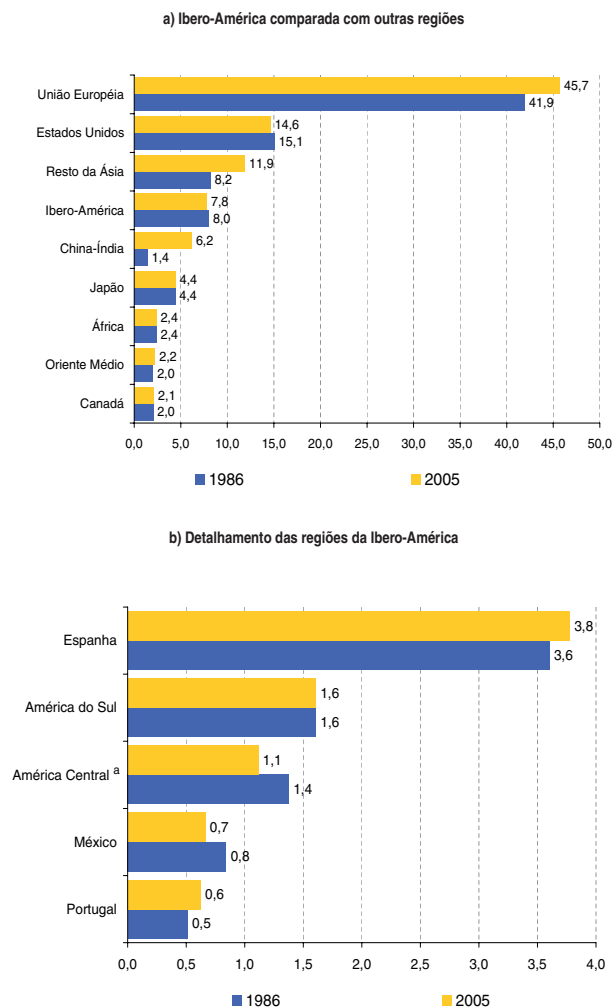
^a Inclui Cuba, Panamá e República Dominicana.

3. ... ainda que sua cota no mercado mundial de serviços se reduzisse

■ Gráfico III.3 ■

A Ibero-América e suas sub-regiões nas exportações mundiais de serviços comerciais, 1986 e 2005

(Porcentagem de participação nas exportações mundiais)



■ O comércio mundial de serviços (2,42 bilhões de dólares em 2005) representa um quinto do total do comércio mundial de bens e serviços (12,54 bilhões de dólares em 2005). Em vários países ibero-americanos, a importância dos serviços como componente das exportações é muito maior: Panamá (três quartos); Cuba (dois terços), e Espanha e República Dominicana (um terço). Na maioria das economias da América Latina, os serviços representam menos de 15% das exportações. Em 2005, a Espanha foi o sétimo exportador (décimo primeiro importador) mais importante do mundo. Neste âmbito, nenhum país latino-americano figura entre os 20 maiores exportadores ou importadores de serviços.

■ Embora a cota do comércio de serviços entre 1986 e 2005 correspondente à Ibero-América considerada como região venha diminuindo, há grandes diferenças entre um país e outro: enquanto a Espanha e Portugal aumentaram sua participação no comércio de serviços, o peso das demais sub-regiões diminuiu ou se manteve invariável.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados da Organização Mundial do Comércio (OMC).

^a Inclui Cuba, Panamá e República Dominicana.

4. O maior dinamismo das exportações que a Espanha e o México mostram em comparação com os demais países deve-se, em parte, à sua especialização em produtos de tecnologia intermediária e alta ...

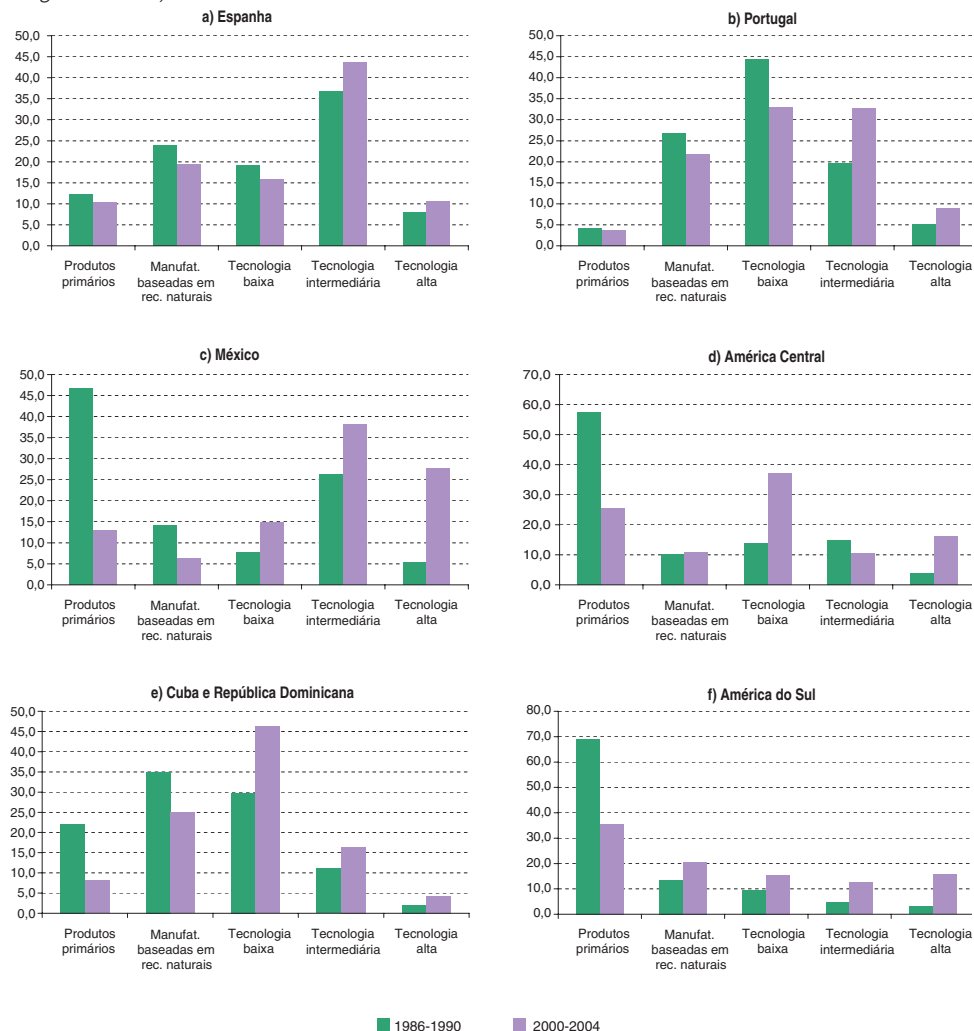
■ A Espanha e o México conseguiram diversificar sua pauta de exportações com maior efetividade do que o fizeram as demais economias ibero-americanas, em parte porque conseguiram aumentar a participação de produtos de tecnologia intermediária e alta. Estes bens se caracterizam por terem uma demanda internacional mais dinâmica em relação aos outros bens de exportação.

■ Outro elemento de destaque é a baixa intensidade tecnológica das exportações da América do Sul, as quais se concentram em recursos naturais e seus derivados. Na sub-região aumentou também a proporção de produtos de tecnologia intermediária (entre outros, automóveis e aço) e de alta tecnologia (entre outros, aeronaves).

■ A América Central, nela incluídas Cuba e República Dominicana, intensificou de maneira notável a sua especialização em produtos de baixa intensidade tecnológica (especialmente no item “confeção”). É importante destacar, além disso, o avanço da Costa Rica no desenvolvimento de produtos de alta tecnologia, graças principalmente à incorporação da INTEL à sua economia em 1997.

■ Gráfico III.4 ■

Estrutura das exportações para o mundo segundo a intensidade tecnológica
(Porcentagem do total)

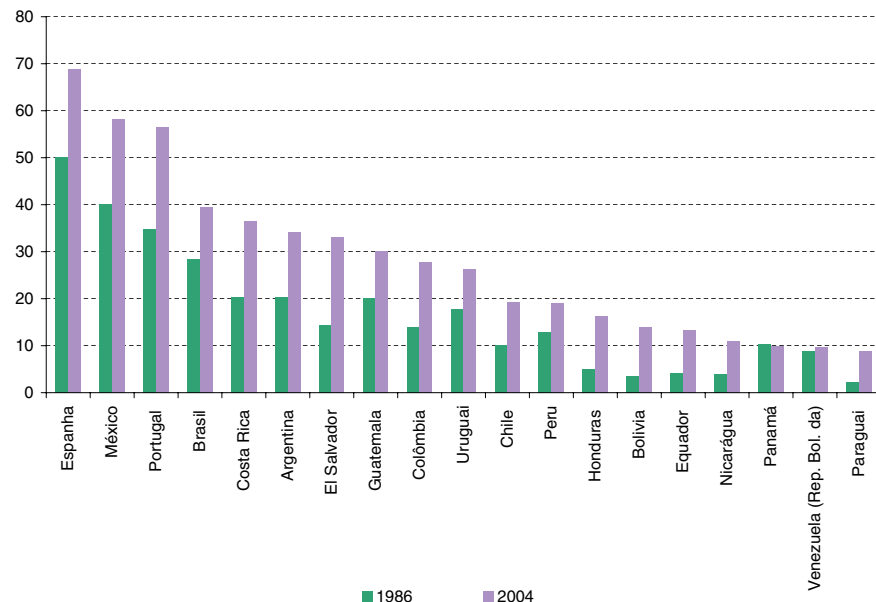


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE), das Nações Unidas.

5. ... e a uma proporção maior e crescente de comércio intra-setorial

■ Gráfico III.5 ■

Países ibero-americanos: comércio intra-setorial, índice Grubel-Lloyd, 1986 e 2004



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de dados estatísticos sobre comércio de mercadorias (COMTRADE), das Nações Unidas.

Nota: Para o cálculo do índice de comércio intra-setorial foram considerados todos os setores, inclusive os de bens primários.

■ O comércio intra-setorial se refere ao intercâmbio de produtos similares que um país faz com seus parceiros comerciais (ao contrário do que ocorre no comércio intersetorial, segundo o qual o país se especializa em itens distintos dos de seus parceiros).

■ A Espanha, o México e Portugal são os países que têm a maior proporção de comércio intra-setorial (de 55% a 70%), graças, em parte, à sua integração com países vizinhos economicamente avançados e à ampla presença de empresas transnacionais. Os três países integraram-se eficazmente a redes de produção industrial, mediante maiores investimentos de empresas multinacionais.

■ Nos demais países, à exceção do Panamá, também aumentou a proporção do comércio intra-setorial entre 1986 e 2004.

6. No México cresceu o comércio de produtos de alta tecnologia e intra-setorial, porém a incorporação de valor agregado é pequena

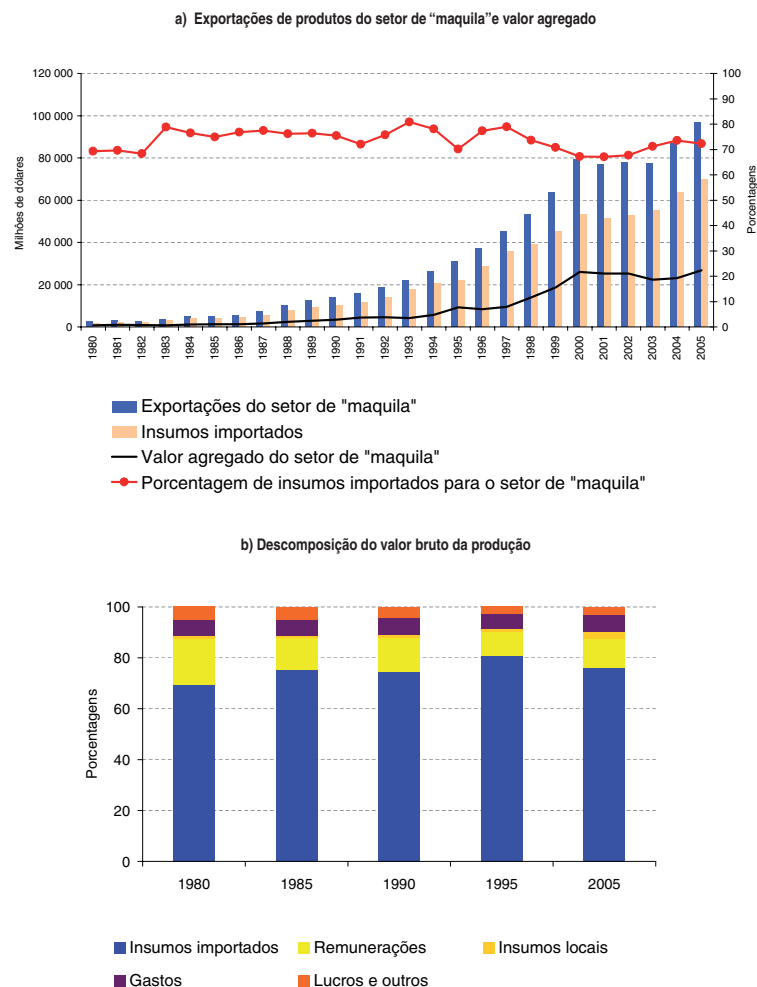
■ A metade das exportações do México e da América Central (um quarto de toda a América Latina) provém de empresas do setor de “maquila”. O rápido incremento das exportações desse setor foi acompanhado de um aumento significativo da importação de insumos. No México, por exemplo, o coeficiente dos insumos importados incorporado nas exportações do setor de “maquila” oscilou entre 70% e 80% durante os últimos 20 anos, enquanto os insumos locais representam tão-somente 4% do valor bruto total da produção.

■ Para os países centro-americanos, as exportações do setor de “maquila” também representam cerca de 50% das exportações. À exceção da Costa Rica, país em que indústrias de alta tecnologia participam do setor de “maquila”, este se concentra em atividades que implica o uso intensivo de mão-de-obra, especialmente no caso da indústria de confecção cujos insumos são, na sua maioria, importados.

■ Gráfico III.6 ■

México: exportações do setor de “maquila” e valor agregado, 1980-2005

(Milhões de dólares e porcentagens)



Fonte: Atualização de Mikio Kuwayama e José Durán, “La calidad de la inserción internacional de América Latina y el Caribe en el comercio mundial”, *série Comercio internacional*, N° 26 (LC/L.1897-P/E), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2003.

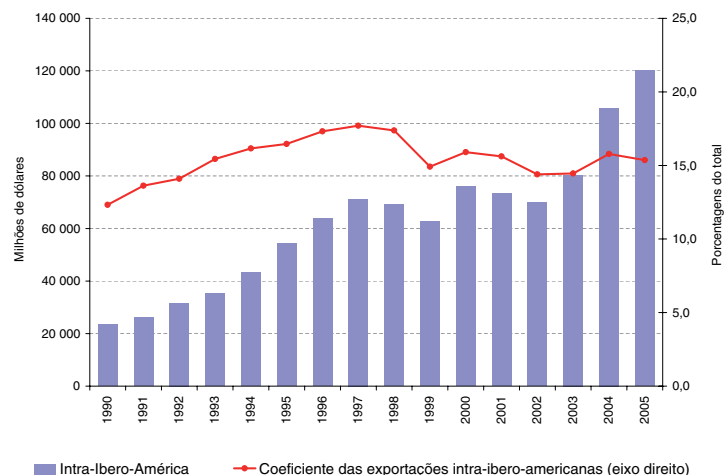
B. Deficiências e potencial do comércio intra-regional

1. O comércio intra-ibero-americano está estagnado, ...

■ Gráfico III.7 ■

Comércio intra-ibero-americano: exportações 1990-2005

(Milhões de dólares e porcentagens do total)



■ O comércio intra-ibero-americano teve maior dinamismo que o comércio extra-regional durante os anos noventa. No último quinquênio, entretanto, o coeficiente de comércio intra-ibero-americano se manteve relativamente estacionário em torno de 15%. O comércio bidirecional ainda é exíguo, sobretudo para alguns países, conforme mostram as cifras da matriz de comércio intra-ibero-americano em 2004. Em contraposição, os fluxos entre a Espanha e Portugal correspondem, por si só, a um quarto do total do comércio intra-ibero-americano.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE), das Nações Unidas.

Quadro III.1

Matriz do comércio intra-ibero-americano, 2004

(Em porcentagens do total)

Exportações (horizontal) / Importações (vertical)	Espanha	Portugal	México e América Central	Cuba e Rep. Dominicana	América do Sul	Ibero-América
Península Ibérica (A)	8,2	16,3	1,9	0,9	3,5	30,7
Espanha	--	16,3	1,8	0,9	3,2	22,1
Portugal	8,1	--	0,1	0,0	0,3	8,5
América Latina e o Caribe (B)	6,8	1,4	16,6	2,0	42,5	69,3
México e América Central	1,9	0,2	5,6	0,7	3,4	11,8
Cuba e Rep. Dominicana	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1	0,4
América do Sul	4,7	1,2	10,9	1,3	39,1	57,1
CAN	0,9	0,1	3,3	0,6	8,9	13,8
MERCOSUL	3,1	1,0	6,0	0,6	27,0	37,6
Chile	0,7	0,0	1,7	0,1	3,2	5,7
Ibero-América (A + B)	15,0	17,6	18,5	2,9	46,0	100,0

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE), das Nações Unidas.

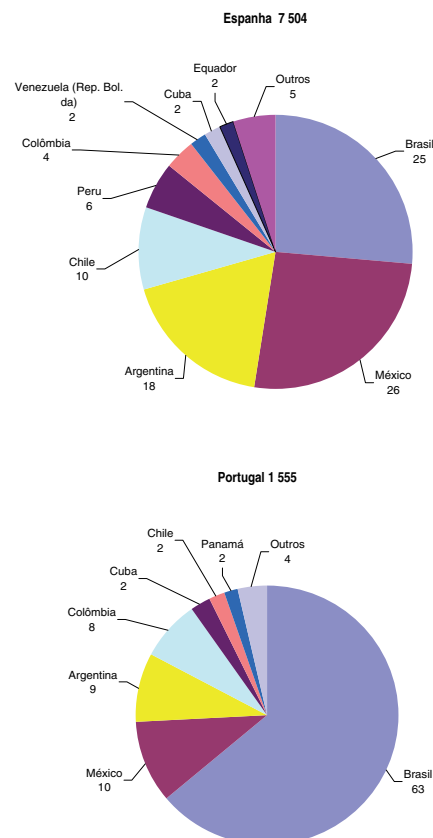
2. ... acha-se concentrado em poucos países...

■ São poucos os países da América Latina que realizam a maior parte do comércio de bens com a Península Ibérica. De fato, mais de dois terços das exportações da América Latina para a Espanha correspondem às realizadas pela Argentina, Brasil e México. No caso de Portugal, o Brasil chega a concentrar quase dois terços das exportações da América Latina para esse país, pelo fato, em certa medida, de compartilharem a mesma História.

■ Gráfico III.8 ■

Exportações da América Latina para Espanha e Portugal, 2004

(Milhões de dólares e porcentagens do total)

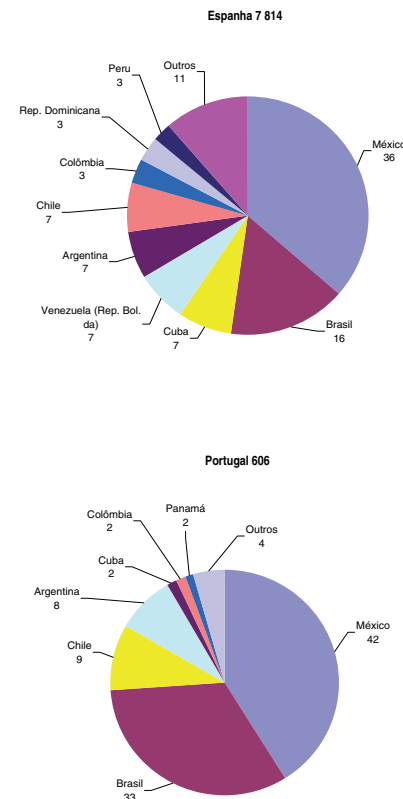


■ Para a Espanha e Portugal, o Brasil e o México são os mercados mais importantes, vindo a seguir os demais países de porte médio. Também chama a atenção, nas exportações da Espanha, a importância relativa de Cuba.

■ Gráfico III.9 ■

Importações da América Latina oriundas da Espanha e de Portugal, 2004

(Milhões de dólares e porcentagens do total)



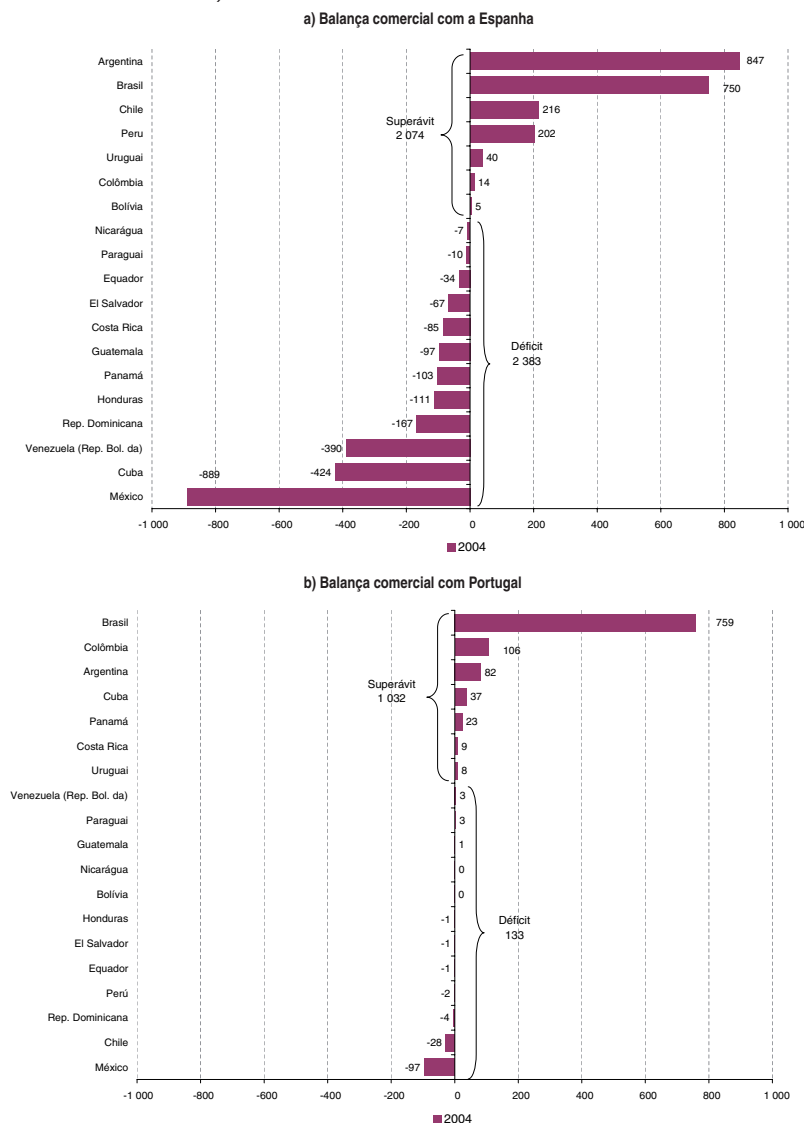
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE), das Nações Unidas.

3. ... que também concentram o maior superávit bilateral

■ Gráfico III.10 ■

América Latina: balança comercial com a Espanha e Portugal, 2004

(Em milhões de dólares)



■ No comércio de bens da Espanha com a América Latina, a balança favorece o país europeu, enquanto no caso de Portugal o saldo beneficia a América Latina. A Argentina e o Brasil têm um superávit com a Espanha e Portugal, enquanto o México tem um déficit com os dois países ibéricos. Destaca-se também o déficit de Cuba e da República Bolivariana da Venezuela com a Espanha.

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE) das Nações Unidas.

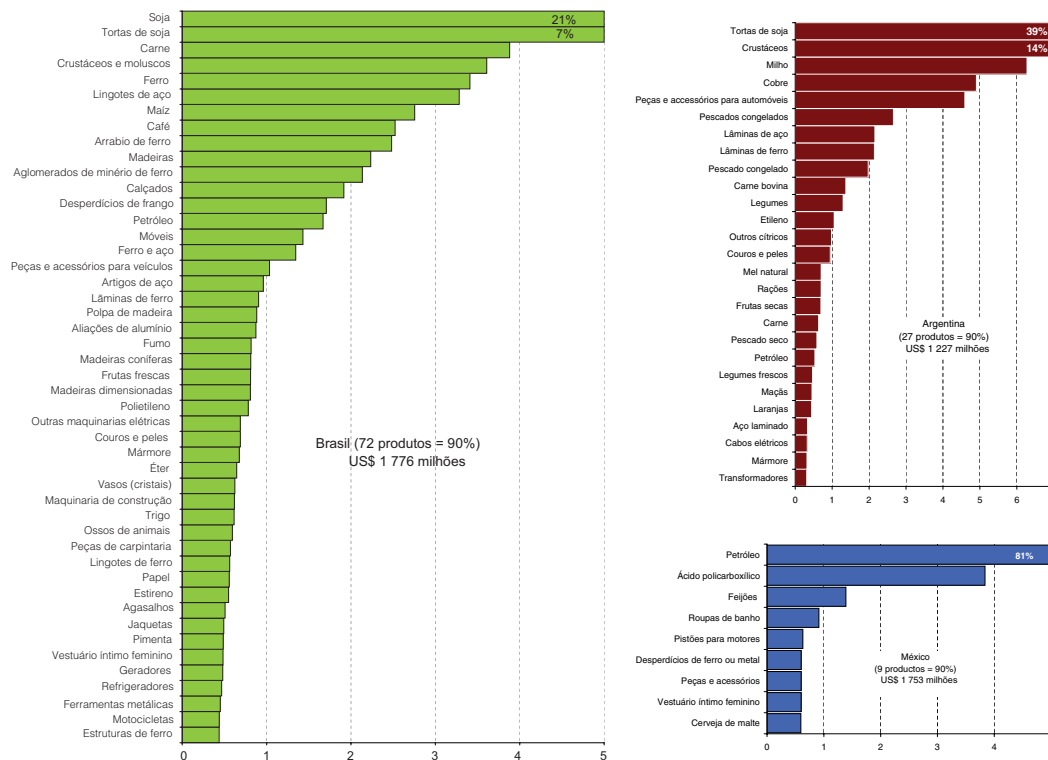
4. A pauta de exportações da Argentina, do Brasil e do México para a Espanha é pouco diversificada

■ As exportações de bens da Argentina, do Brasil e do México para a Espanha estão concentradas em poucos produtos: petróleo, no caso do México; tortas de soja, no da Argentina, e soja no do Brasil. Desses três países, as exportações do Brasil são as mais diversificadas.

■ Alguns produtos agrícolas com grande potencial comercial, como o óleo de soja, não figuram entre as principais exportações da Argentina e do Brasil para a Península Ibérica, em parte por causa das tarifas alfandegárias máximas impostas a esses produtos pela União Européia.

■ Gráfico III.11 ■

Principais exportações do Brasil, Argentina e México para a Espanha, 2004
(Em porcentagens do total)

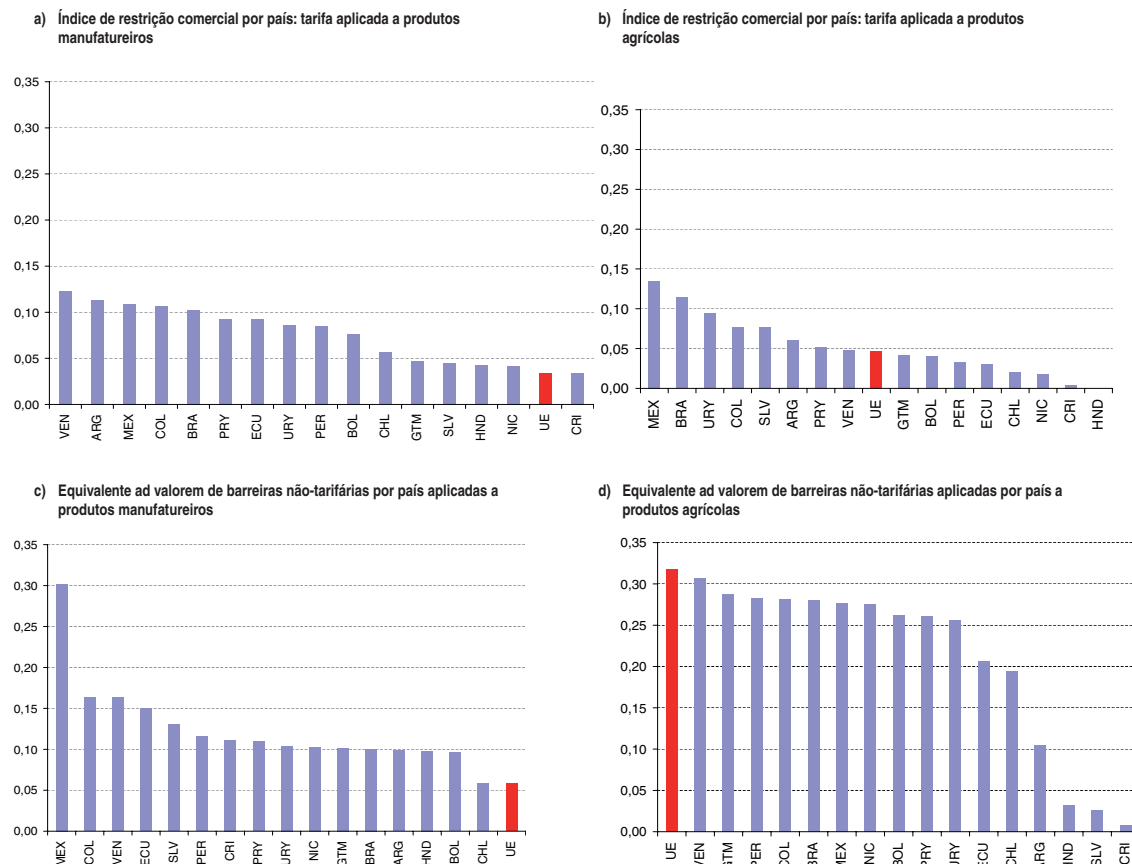


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE), das Nações Unidas.

5. O volume das exportações da América Latina para a Espanha é baixo, em parte devido às elevadas barreiras não-tarifárias impostas aos produtos agrícolas...

■ Gráfico III.12 ■

Restrições ao comércio



■ Apesar das barreiras tarifárias da Espanha e de Portugal (como membros da União Europeia) serem, em média, as mais baixas de todos os países ibero-americanos —ainda que a vários produtos sensíveis sejam aplicadas tarifas muito mais altas—, com as barreiras não-tarifárias ocorre exatamente o contrário, sobretudo no caso dos produtos agrícolas. Nesta última categoria incluem-se os subsídios aos produtores agrícolas, as cotas e as exigências técnicas, sanitárias e fitossanitárias. Para os exportadores latino-americanos é difícil cumprir com tais exigências, que implicam vultosos investimentos públicos, razão por que se abre um campo de cooperação entre as regiões.

Fonte: Banco Mundial.

Nota: O índice (de 0 a 1) de restrição comercial corresponde à tarifa que, quando aplicada, mantém o mesmo montante das importações. Este indicador reflete, ao mesmo tempo, as barreiras tarifárias e não-tarifárias. Trata-se de uma média ponderada das barreiras tarifárias e dos equivalentes ad valorem das barreiras não-tarifárias que usa as elasticidades da demanda de importação para cada produto como ponderadores.

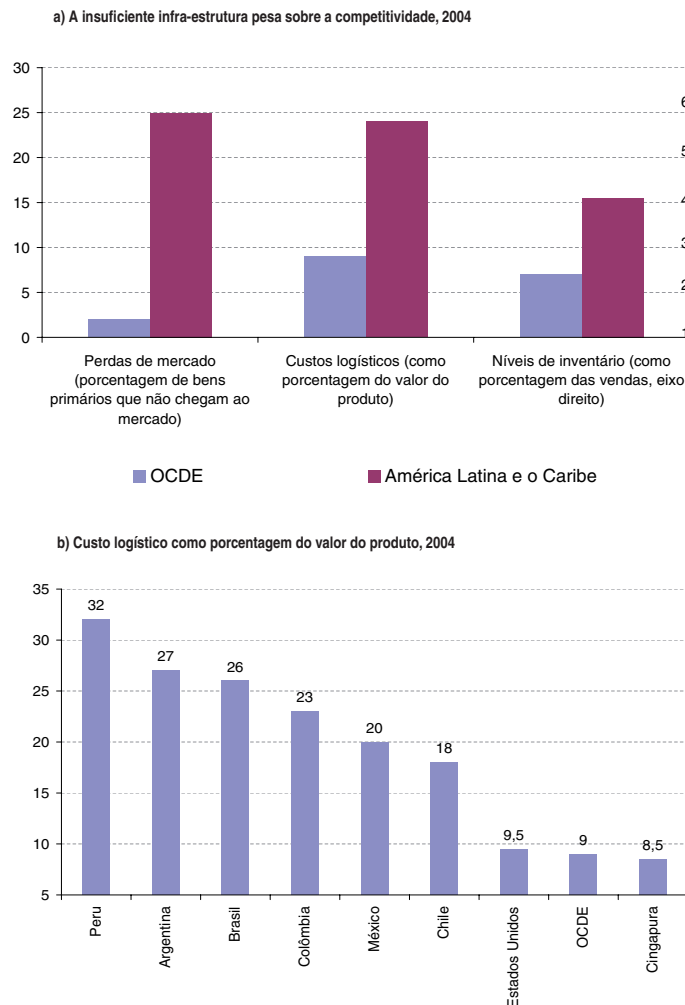
6. ... e à insuficiente competitividade sistêmica e aos altos custos logísticos relativos que afetam a maioria dos países latino-americanos

■ Devido às diferenças entre a América Latina e a Península Ibérica em termos da qualidade da infra-estrutura e do tempo requerido para o cumprimento dos procedimentos burocráticos (alfandegários, fitossanitários, migratórios, entre outros), o custo da atividade exportadora é muito mais alto no caso dos países latino-americanos. Estima-se que, nesses países, o custo médio de transportar produtos da fábrica até o porto (ou aeroporto) representa cerca de 24% do valor dos produtos, o que se compara com apenas 9% nos países da OCDE. O menor custo nos países avançados decorre também do volume menor de estoques.

■ Isso abre amplas possibilidades de cooperação entre os países ibero-americanos nos diversos aspectos da facilitação do comércio, do transporte e da logística.

■ Gráfico III.13 ■

Fatores restritivos da competitividade sistêmica e da logística

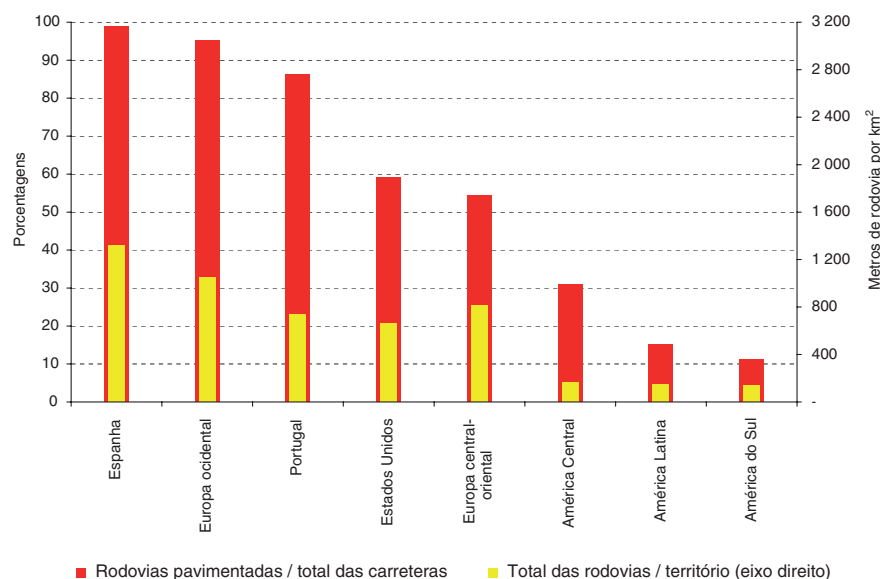


Fonte: J.L. Guasch e J. Kogan, "Inventories and logistic costs in developing countries: levels and determinants, a red flag on competitiveness and growth", *Revista de la competencia y la propiedad intelectual*, vol. 1, Nº 1, 2005.

7. O acima exposto é explicado pela pouca provisão e baixa qualidade dos serviços de infraestrutura na maioria dos países latino-americanos

■ Gráfico III.14 ■

Densidade das rodovias e percentagem de pavimentação



Fonte: R. Sánchez y G. Wilmsmeier, "Provisión de infraestructura de transporte en América Latina: experiencia reciente y problemas observados", *série Recursos naturales e infraestructura*, N° 94 (LC/L.2360-P/E), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2005.

Nota: No gráfico mostram-se índices simples de provisão de rodovias como um dado aproximado da escassez relativa de infraestrutura e de logística; em ambos os casos, os valores da América Latina são os mais baixos.

■ Na América Latina há não só uma baixa densidade de rodovias como a proporção das que são pavimentadas é pequena. Isso eleva os custos logísticos e diminui a competitividade. Os principais centros de produção e consumo têm problemas de conectividade, bem como de infraestrutura e logística para o acesso a outros centros de consumo e aos portos.

■ O transporte intra-regional enfrenta o mesmo inconveniente, devido à escassez de infraestrutura, aos problemas nas travessias de fronteiras ou à rigidez na organização dos mercados de transporte e logística, o que se traduz em problemas de congestionamento e trânsito nas grandes cidades da região. Embora a participação do setor privado no financiamento da infraestrutura viária tenha crescido, continuam a existir problemas regulatórios, contratos imprecisos, condutas oportunistas e mecanismos frágeis de solução de controvérsias, o que favorece o agravamento da ineficiência. As condições institucionais são um elemento determinante dessa situação, a qual muitas vezes se manifesta em contratos que deixam as portas abertas aos abusos e levam mais à discussão de seus termos na esfera judicial do que ao pleno cumprimento das obrigações de contratantes e empreendedores.

8. Os prazos mais longos e o maior número de procedimentos administrativos na América Latina também desestimulam as decisões de exportar e importar

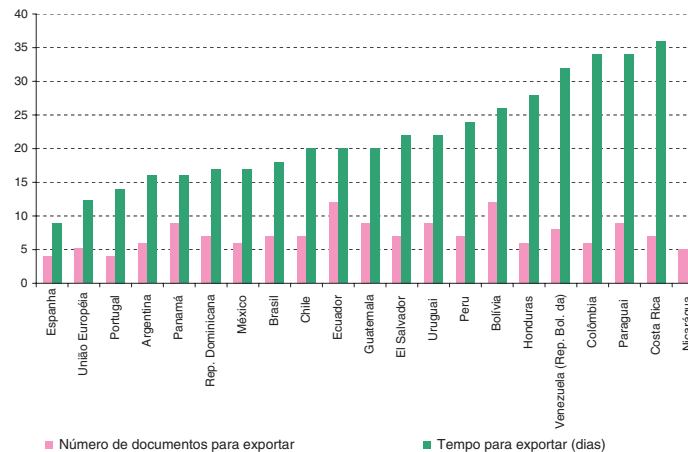
■ Os procedimentos burocráticos (alfandegários, fitossanitários, migratórios, entre outros) podem constituir, juntamente com os custos do transporte, um obstáculo para a exportação e a importação. Em muitos países em desenvolvimento, os custos burocráticos e de transporte costumam ser obstáculos mais importantes do que as barreiras comerciais impostas pelos países avançados às suas exportações. Em média, em 2004, os trâmites de documentação e de alfândega consumiam, nos países latino-americanos, 29 dias (ver a nota abaixo), enquanto a entrada no porto e o transporte até o depósito demoravam sete dias. Nos países da OCDE, os mesmos procedimentos consumiam 10 e 4 dias, respectivamente.

■ Alguns dos países cujo crescimento foi mais acelerado em termos de exportação e renda per capita também são as economias com burocracias mais ágeis e com melhor infra-estrutura. É preciso, entretanto, ter prudência ao se estabelecerem causalidades entre o desempenho econômico e comercial e a qualidade das burocracias locais, dado que não existe evidência empírica sólida que avalize tais vínculos. O Chile é, precisamente, um dos exemplos que corroboram com clareza esta última afirmação: sua economia é a que mais cresceu nos últimos 20 anos, em termos de PIB per capita, e uma das mais dinâmicas no que se refere às exportações, embora, conforme se observa nos gráficos III.15 e III.16, sua qualidade burocrática esteja abaixo da de várias economias latino-americanas cujo desempenho foi mais discreto.

■ Gráfico III.15 ■

Requisitos e procedimentos de importação: alguns indicadores, 2006

(Os valores mais baixos estão relacionados com um melhor desempenho e vice-versa)

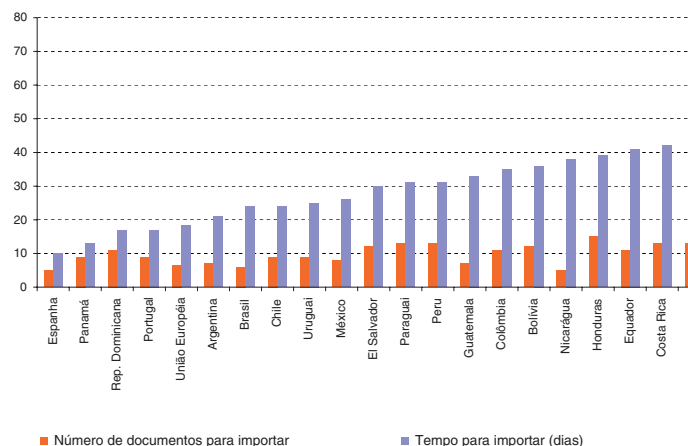


Fonte: Banco Mundial, *Doing Business in 2006. Creating Jobs*, Washington, D.C., 2006.

■ Gráfico III.16 ■

Requisitos e procedimentos de exportação: alguns indicadores, 2006

(Os valores mais baixos estão relacionados com um melhor desempenho e vice-versa)



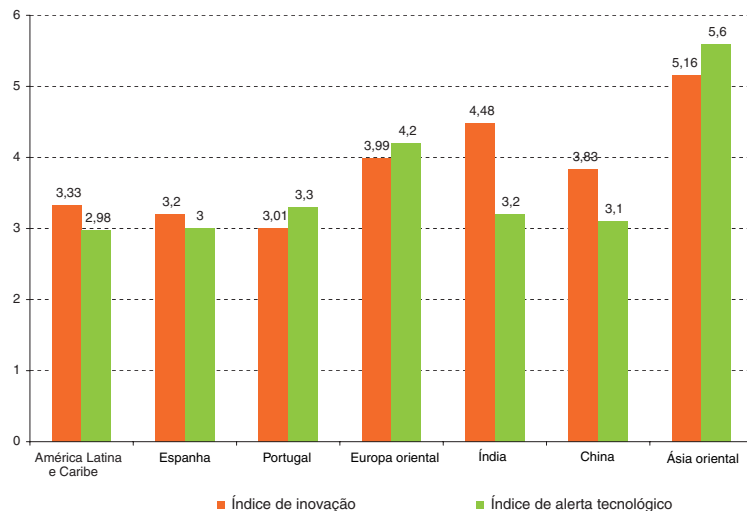
Fonte: Banco Mundial, *Doing Business in 2006. Creating Jobs*, Washington, D.C., 2006.

Nota: Os gráficos apresentam o tempo e os documentos necessários à importação e exportação, começando com o acordo contratual entre as duas partes e terminando com a entrega das mercadorias. O tempo de exportação inclui todos os procedimentos desde a embalagem das mercadorias na fábrica até a sua saída do porto, enquanto o tempo de importação inclui os procedimentos desde a chegada do navio ao porto de entrada até a entrega das mercadorias no depósito da fábrica.

9. A inovação é outra área-chave da competitividade sistêmica e na América Latina o desempenho assemelha-se ao da Espanha e de Portugal

■ Gráfico III.17 ■

Índices de inovação e de alerta tecnológico, 2005



Fonte: Foro Económico Mundial, *The Latin American Competitiveness Review 2006*, Genebra.

Nota: O índice de inovação e o de alerta tecnológico integram o de crescimento da competitividade. O primeiro incorpora aqueles aspectos que têm relação com a capacidade e a gestão da inovação, a disponibilidade de cientistas e engenheiros, a proteção da propriedade intelectual e o grau de colaboração entre os meios académico e empresarial. O índice vai de 0 a 7; quanto mais próximo estiver de 0, mais frágil é a economia nesse aspecto. O índice de alerta tecnológico mede o grau de incorporação das tecnologias da informação e comunicações na produção e no governo, bem como no estágio de desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica.

■ A concorrência em um mundo globalizado transforma a inovação e a incorporação das tecnologias da informação e comunicações (TIC) à produção e ao setor público, bem como o grau de desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica (aqui estimado por um índice de alerta tecnológico), em fatores fundamentais para a avaliação da capacidade que tem um país de manter sua posição internacional e de fazer frente a novos concorrentes.

■ A América Latina tem um fraco desempenho no que se refere aos índices de inovação e de alerta tecnológico, ainda que ele se assemelhe ao da Espanha e de Portugal e ao de outros países em desenvolvimento, como a Índia e a China.

■ Em 2005, esses mesmos indicadores se situam, nos casos da Espanha e de Portugal, abaixo da média da Europa oriental, uma região que vem empreendendo um firme esforço no sentido de alcançar a média da União Européia, aproximando-se dos níveis de inovação da Ásia oriental.

10. Na Ibero-América, a Espanha é o país que mais gasta em pesquisa e desenvolvimento e tem o maior número de empresas participando deste esforço

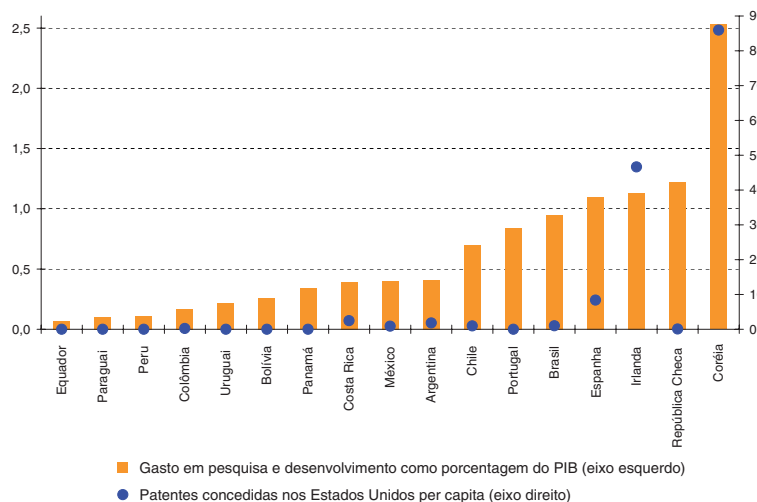
■ Um componente importante da inovação é a criação de conhecimento mediante a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico. O indicador mais difundido nesta matéria é o do gasto em pesquisa e desenvolvimento como porcentagem do PIB. A América Latina mostra um nível muito baixo de gasto em pesquisa e desenvolvimento, com uma média de 0,5% do PIB. Entre os países latino-americanos com maiores índices encontram-se o Brasil e o Chile.

■ A Espanha mostra um investimento maior em pesquisa e desenvolvimento em comparação com os países latino-americanos, da mesma forma que Portugal, embora este país seja superado pelo Brasil. É interessante, entretanto, destacar que países como a Irlanda, a República da Coreia e a República Checa estão fazendo um esforço mais forte em matéria de pesquisa e desenvolvimento do que a Península Ibérica. Além disso, a Irlanda e a República da Coreia têm mais patentes concedidas nos Estados Unidos do que os países ibero-americanos.

■ Outro índice relevante é o da participação das empresas no gasto em pesquisa e desenvolvimento. Entre os países com maior participação relativa na América Latina encontra-se o Uruguai. A porcentagem da pesquisa e do desenvolvimento nacional financiada pelas empresas na Espanha (quase a metade) é superior à de qualquer país latino-americano, porém está abaixo das cifras das empresas da Irlanda, República da Coreia e República Checa (entre 65% e 75%).

■ Gráfico III.18 ■

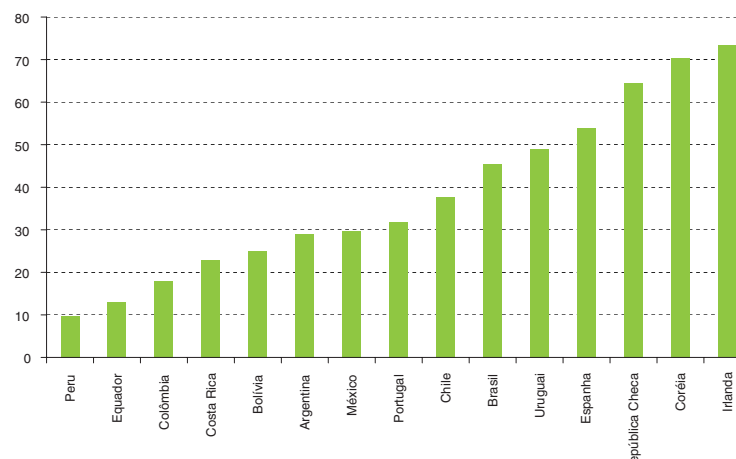
Gasto em pesquisa e desenvolvimento como porcentagem do PIB e patentes concedidas nos Estados Unidos per capita



Fonte: Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT) e Banco Mundial.

■ Gráfico III.19 ■

Porcentagem do gasto total em pesquisa e desenvolvimento financiado por empresas

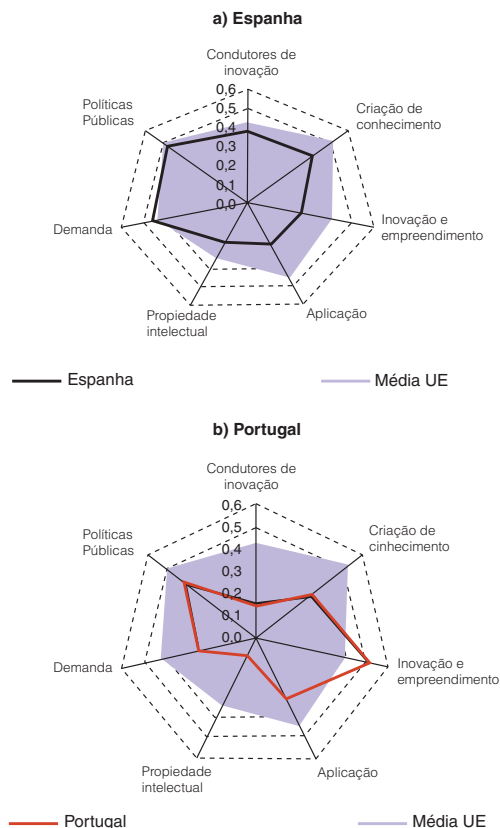


Fonte: Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT) e Banco Mundial.

11. A Espanha supera Portugal em quase todos os indicadores de inovação, salvo em empreendedorismo

■ Gráfico III.20 ■

Componentes do índice de inovação
Espanha, Portugal e média da União Européia



■ A Espanha mostra um desempenho mais equilibrado e melhor do que o de Portugal em quase todos os indicadores de inovação, porém suas maiores fraquezas estão no esforço de inovação e empreendimento por parte das empresas, na aplicação das inovações e sua comercialização no mercado, bem como na criação de conhecimentos e nas respectivas patentes. Em quase todas essas variáveis, tanto a Espanha como Portugal têm uma atuação bastante inferior ao desempenho médio da União Européia. Entretanto, tal como a América Latina, estão bem posicionados em relação à adaptação e aquisição de tecnologia estrangeira.

■ O desempenho de Portugal supera o da média europeia no que se refere à inovação e ao empreendimento, devido à forte absorção das tecnologias da informação e comunicações por parte das pequenas e médias empresas, ao grau de colaboração com os projetos de inovação e à inovação nas organizações, o que lhe permitiu fortalecer sua posição nos mercados interno e externo.

Fonte: Anthony Arundel e Hugo Hollanders, "Innovation Strengths and Weaknesses European Trend Chart on Innovation", Enterprise Directorate-General, Comissão Européia, 2005.

Nota: Nos gráficos mostram-se os pontos fortes e fracos dos sistemas de inovação na Espanha e Portugal. Os eixos das estrelas assinalam os valores de sete indicadores que cobrem diferentes aspectos da capacidade de inovação dos países.

C. Em síntese, existe um grande campo para a cooperação entre os países da América Latina e a Península Ibérica em várias áreas

■ Ainda que vários países ibero-americanos tenham tido um bom desempenho exportador (cresceram em média mais de 6% ao ano) durante o período 1986-2005, somente alguns (entre eles o Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha e República Dominicana) conseguiram aumentar a sua renda per capita acima da taxa média anual de 1,1% do conjunto dos países ibero-americanos. Além do dinamismo de suas exportações, esses poucos países se destacam pelos avanços de sua competitividade sistêmica, sobretudo em pormenores que facilitam o comércio, como a qualidade da infra-estrutura, os requisitos e procedimentos de exportação e importação e os custos logísticos. Cabe destacar os avanços da Espanha e de Portugal, que alcançaram, mediante sua integração com a União Européia, um alto nível de comércio intra-setorial.

■ Para que a América Latina possa melhorar sua inserção internacional e deste modo acelerar seu crescimento econômico, deve dar ênfase à diversificação de suas exportações e ao avanço de sua posição nas cadeias internacionais de valor. É fundamental que prosigam os esforços para que esta região fortaleça sua competitividade sistêmica; em vários de seus componentes fundamentais, tais como a infra-estrutura, os procedimentos alfandegários, a criação de conhecimentos e o desenvolvimento tecnológico, ainda há muito que aprender e aperfeiçoar.

■ A situação da Espanha e de Portugal é, na maioria desses aspectos, melhor que a da América Latina, porém nesses dois países enfrentam-se maiores desafios. É forte a concorrência dentro da União Européia, seu principal mercado de exportação no momento;

além disso, é necessário que se diversifique o destino de suas exportações e se agregue tanto tecnologia como conhecimento aos produtos exportados.

■ De tudo isso se depreende que existe um desafio comum à Península Ibérica e à América Latina: a cooperação ibero-americana.

■ Essa cooperação pode:

- Ampliar e desenvolver o comércio bilateral da América Latina com a Península Ibérica mediante esforços no sentido de promover e melhorar os produtos latino-americanos tendentes a cumprir com as normas européias;
- Melhorar a logística, o transporte e a comercialização, sobretudo nos países latino-americanos, mediante o investimento direto ibero-americano e a cooperação;
- Desenvolver o uso das tecnologias da informação e comunicações nas empresas e nos procedimentos alfandegários, o que, entre outras vantagens, facilita o comércio;
- Fortalecer a capacidade de inovação mediante a geração de redes ibero-americanas que permitam detectar e promover oportunidades de negócios na área da tecnologia;
- Promover encontros empresariais que permitam detectar os principais entraves ao comércio bilateral, bem como obter sugestões sobre políticas e instrumentos que permitam estimular o comércio.

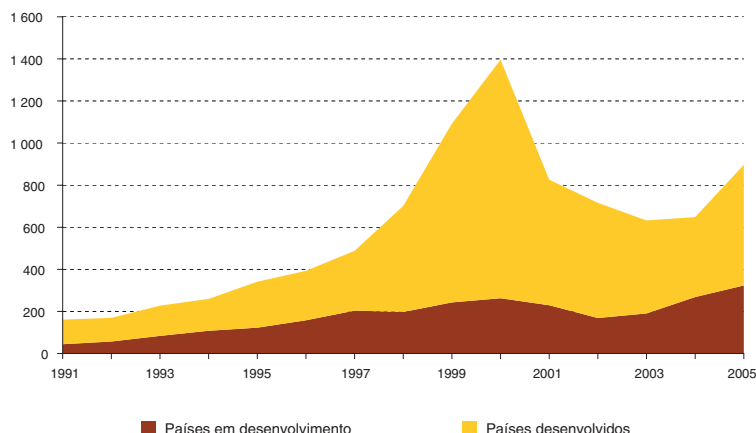
Investimento estrangeiro na Ibero-América

A. Panorama mundial e ibero-americano do investimento estrangeiro direto (IED)

1. O investimento estrangeiro direto: um motor do processo de globalização

■ Gráfico IV.1 ■

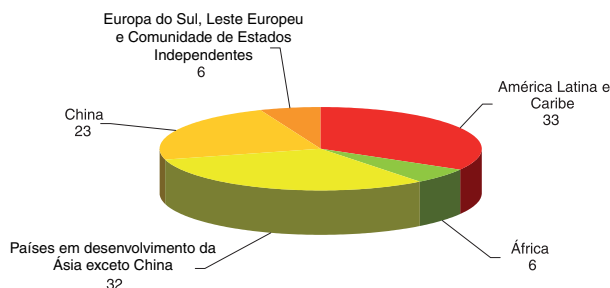
Ingressos líquidos de investimento estrangeiro direto
(Em bilhões de dólares)



Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

■ Gráfico IV.2 ■

O investimento estrangeiro direto nas regiões emergentes, 1990-2005
(Em porcentagens)



Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

■ Em um cenário cada vez mais competitivo, as empresas transnacionais viram-se obrigadas a otimizar seus sistemas de produção, comercialização, pesquisa e desenvolvimento em escala mundial. Isso estimulou a consolidação e concentração de várias indústrias, mediante um processo vigoroso de fusões e aquisições.

■ Durante a segunda metade dos anos noventa, o investimento estrangeiro direto (IED) registrou um marcante crescimento. Na década em curso tal tendência se reverteu como resultado da desaceleração do crescimento da economia mundial e de dificuldades pontuais em vários países e indústrias. No momento, e em consequência do contexto mundial favorável, é previsível que o investimento estrangeiro direto comece novamente a crescer.

■ Os países desenvolvidos são o epicentro deste fenômeno, destacando-se os Estados Unidos e a União Européia. Alguns mercados emergentes também receberam volumes importantes de investimento estrangeiro direto, sobretudo os países em desenvolvimento da Ásia, de modo especial a China. A América Latina foi o destino de um terço do investimento estrangeiro direto orientado para os países em desenvolvimento.

2. As reformas facilitaram a chegada do capital estrangeiro à América Latina

■ Em um contexto internacional favorável, as reformas permitiram ingressos incomparáveis de investimento estrangeiro direto. Destacam-se, dentre as mudanças mais importantes, as seguintes:

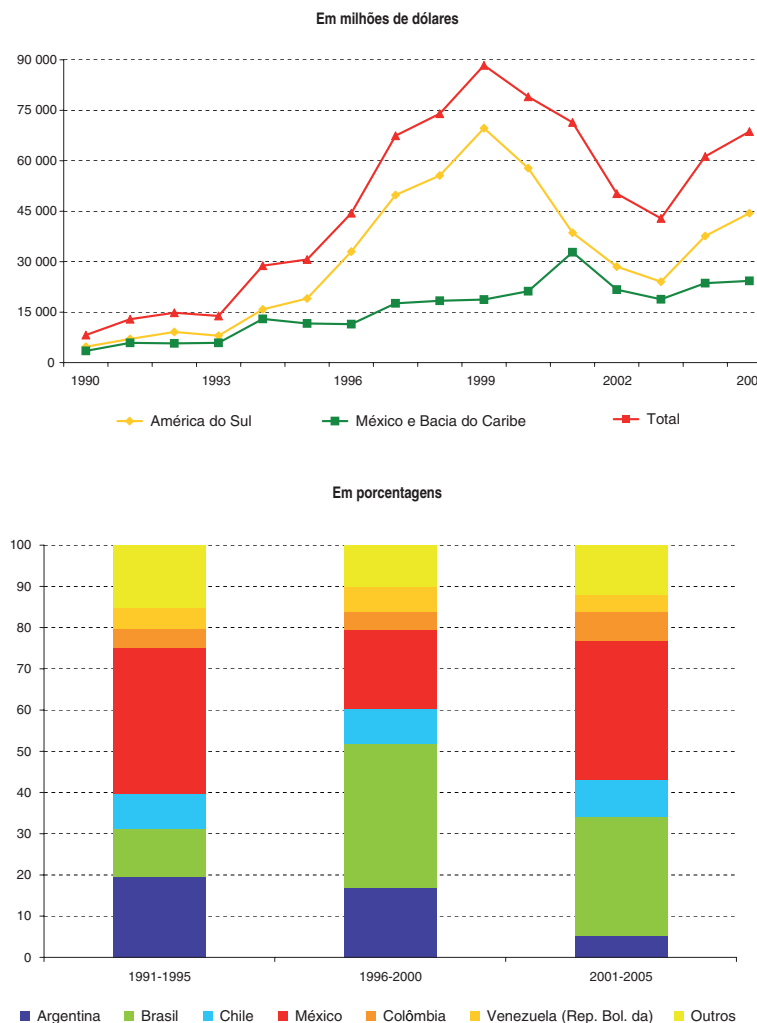
- a privatização de serviços públicos,
- o acesso à exploração de recursos naturais,
- a abertura comercial e financeira,
- o potencial dos projetos de integração regional.

■ Entre a primeira e a segunda metade dos anos noventa os ingressos quase quadruplicaram. No começo da presente década, a instabilidade macroeconômica e os problemas de regulamentação em alguns países da região, a desaceleração do crescimento mundial, a reestruturação global de muitas indústrias e a crescente concorrência da China como destino prioritário dos novos investimentos frearam o investimento estrangeiro direto orientado para a América Latina.

■ Entre 1991 e 2005, os seis maiores receptores captaram 88% do investimento estrangeiro direto.

■ Gráfico IV.3 ■

Investimento estrangeiro direto na América Latina, por sub-região e países



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Quadro IV.1

As tendências do investimento estrangeiro direto na Ibero-América durante os últimos 15 anos

IED médio canalizado para a Ibero-América, 1991-2005

(Em milhões de dólares correntes)

	1991-1995 ^a	1996-2000 ^a	2001-2005 ^a	2004	2005
Brasil	2 477	24 824	16 481	18 146	15 066
Chile	1 666	5 667	4 979	7 173	6 667
Colômbia	912	3 081	3 983	3 117	10 378
Argentina	3 781	11 561	2 994	4 274	4 730
Venezuela (Rep. Bol. da)	943	4 192	2 320	1 518	2 957
Peru	1 304	2 001	1 806	1 816	2 579
Equador	368	692	1 370	1 160	1 530
Uruguai	83	187	390	332	711
Bolívia	158	780	271	63	(280)
Paraguai	104	185	47	51	65
América do Sul	11 797	53 171	34 642	37 650	44 402
México	6 805	12 609	19 189	18 674	18 055
República Dominicana	227	702	689	243	899
Panamá	209	897	663	1 012	1 027
Costa Rica	257	495	592	617	653
El Salvador	19	309	357	376	518
Honduras	42	166	242	325	272
Guatemala	94	244	210	155	198
Nicarágua	38	229	209	250	241
México, República Dominicana e América Central	7 691	15 651	22 153	21 652	21 862
Total América Latina	19 488	68 821	56 794	59 302	66 264
Espanha	10 550	18 040	28 276	24 792	22 789
Portugal	1 562	2 911	4 402	2 103	3 200
Península Ibérica	12 112	20 952	32 677	26 894	25 990
Espaço ibero-americano	31 600	89 773	89 472	86 196	92 254

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

^a Médias anuais.

■ O apogeu que o IED atingiu na segunda metade dos anos noventa foi especialmente importante na América do Sul.

■ Também o declínio dessas correntes na presente década concentrou-se nessa sub-região, principalmente nos países do Cone Sul, à exceção do Chile.

■ No período mais recente, registra-se uma recuperação sustentada em quase todos os países.

■ Exceto no período de apogeu do IED, a Espanha foi o principal receptor do espaço ibero-americano. Além disso, converteu-se no principal investidor intra-regional.

3. O investimento estrangeiro direto foi importante na maioria das economias regionais

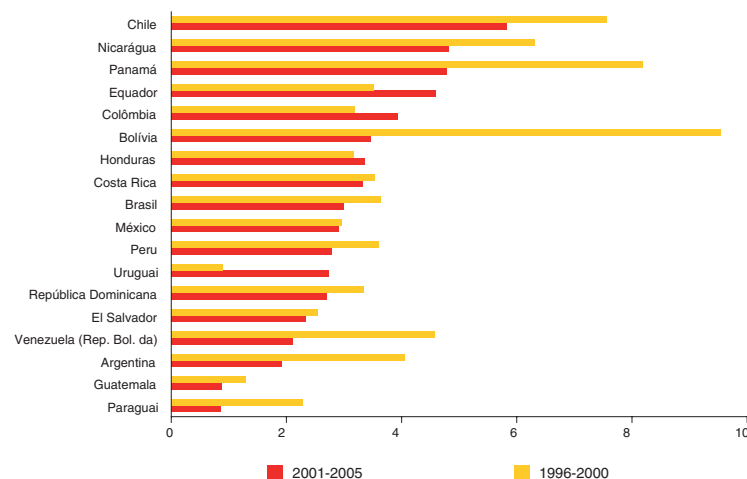
■ Não obstante a forte concentração do investimento estrangeiro direto nos países maiores da região, para muitas economias pequenas esses ingressos de capital foram particularmente significativos. Este fenômeno teve relevância em alguns países andinos e centro-americanos.

■ Desse modo, as empresas transnacionais incrementaram rapidamente sua participação na maioria dos mercados latino-americanos.

■ Na América Latina, o investimento estrangeiro direto adquiriu uma importância superior à que teve na média dos países do mundo e em alguns dos maiores receptores localizados nas economias industrializadas. Com efeito, o peso relativo do investimento estrangeiro direto como porcentagem do PIB é maior nessa região do que nos Estados Unidos ou na Alemanha e chega a níveis semelhantes aos dos países da Península Ibérica.

■ Gráfico IV.4 ■

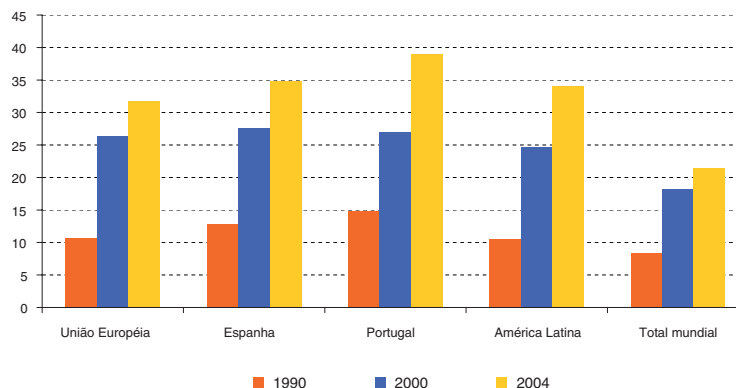
O investimento estrangeiro direto como porcentagem do PIB, 1996-2005
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

■ Gráfico IV.5 ■

Estoque de investimento estrangeiro direto como porcentagem do PIB, 1990-2004
(Em porcentagens)

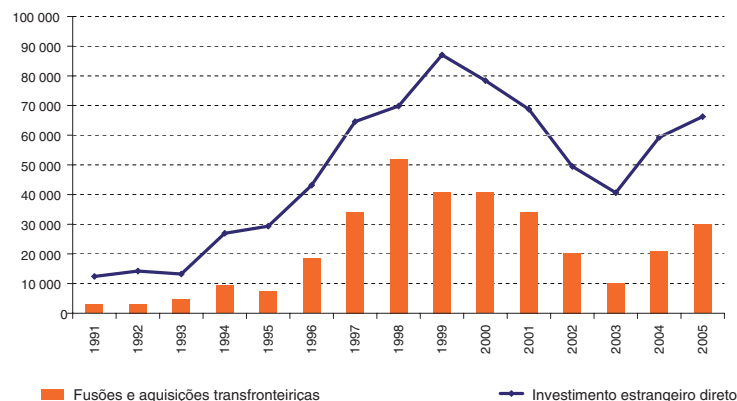


Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

4. Parte significativa do investimento estrangeiro direto foi destinada à compra de ativos existentes

■ Gráfico IV.6 ■

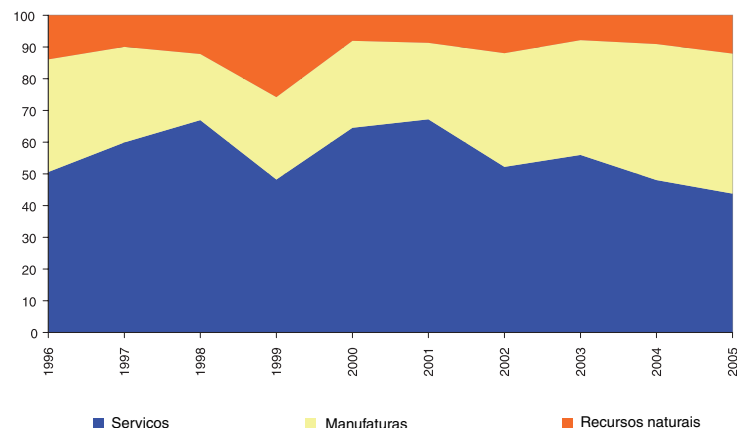
América Latina: investimento estrangeiro direto e fusões e aquisições transfronteiriças
(Em milhões de dólares)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Fundo Monetário Internacional e Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

■ Gráfico IV.7 ■

América Latina: destino setorial do investimento estrangeiro direto, 1996-2005
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

■ A presença, a relevância, a influência e o impacto do investimento estrangeiro direto na América Latina devem ser avaliados cautelosamente. De fato, a compra de ativos existentes foi a modalidade mais utilizada pelos investidores estrangeiros: primeiro, mediante os planos de privatização, e, depois, através da aquisição maciça de empresas privadas locais. Muitas empresas transnacionais valeram-se dessa estratégia para ingressar na região ou nela expandir sua presença. Desse modo, boa parte dos ingressos do investimento estrangeiro direto resultou mais de mudanças de propriedade do que da criação de nova capacidade produtiva.

■ Nesse sentido, o investimento estrangeiro direto foi-se concentrando nas atividades que iam se liberalizando, basicamente nos setores de serviços públicos e infra-estrutura.

■ No período mais recente, o investimento estrangeiro direto no setor manufatureiro ganhou relevância como resultado de algumas grandes aquisições no âmbito das indústrias transformadoras de recursos naturais (alimentos, bebidas, siderurgia e cimento).

B. Diferenças entre a Península Ibérica e a América Latina

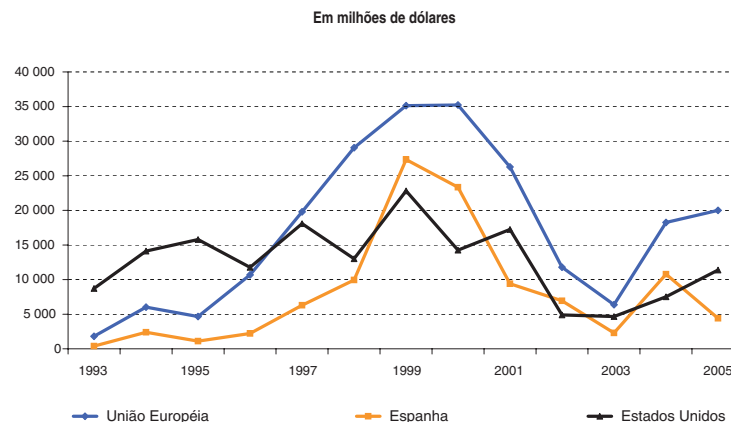
1. Espanha e Portugal: protagonistas centrais deste fenômeno

■ No período de apogeu do investimento estrangeiro direto, os capitais procedentes da União Europeia suplantaram os Estados Unidos como a principal fonte de IED. Os investidores europeus foram muito ativos na privatização de empresas de telecomunicações e energia, bem como na aquisição de bancos privados locais, havendo avançado desde o Cone Sul até o México. As empresas espanholas e, em menor medida as portuguesas, foram as mais dinâmicas, apesar da pouca experiência internacional adquirida previamente.

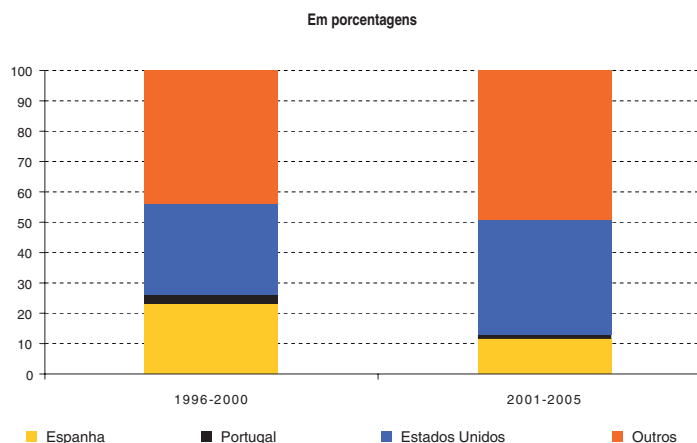
■ O investimento estrangeiro direto dos Estados Unidos teve como destino prioritário a indústria manufatureira. De modo geral, aproveitando certas vantagens (salários baixos, proximidade geográfica da América do Norte e acesso privilegiado ao mercado norte-americano), foram estabelecidas plataformas de exportação que permitiram a esse país melhorar a competitividade no seu próprio mercado. Neste âmbito têm destaque as indústrias automotriz e eletrônica, no México, e as de confecção e eletrônica, na América Central.

■ Gráfico IV.8 ■

América Latina: origem geográfica dos ingressos de investimento estrangeiro direto, 1993-2005



Fonte: Escritório de Análises Econômicas do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EuroStat).



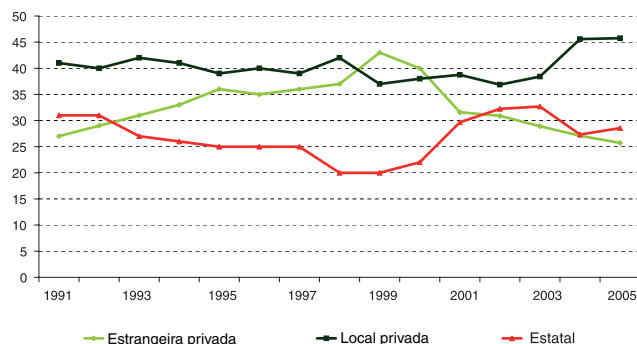
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

2. O despertar das empresas latino-americanas?

■ Gráfico IV.9 ■

América Latina: vendas totais das 500 maiores empresas, por propriedade, 1991-2005

(Em porcentagens)

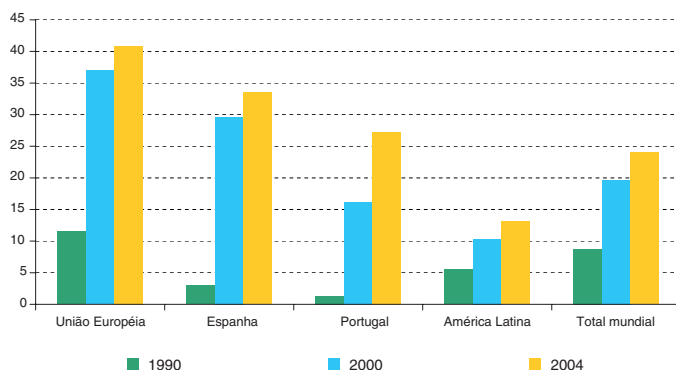


Fonte: *América economía*, Santiago do Chile.

■ Gráfico IV.10 ■

Estoque de investimento estrangeiro direto como porcentagem do PIB, 1990-2004

(Em porcentagens)



Fonte: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

■ Os grupos privados locais e as empresas estatais foram incrementando progressivamente a sua importância na elite empresarial latino-americana. Contribuíram para essa tendência a evolução favorável dos preços internacionais dos recursos naturais e a experiência das firmas locais, que lhes permite operar e identificar oportunidades de negócios em cenários de incerteza.

■ Em mercados saturados, e enfrentando as exigências das autoridades que regulam a concorrência, algumas grandes empresas latino-americanas começaram a explorar oportunidades fora de suas fronteiras, o que deu lugar às denominadas empresas “translatinas”.

■ Nesse âmbito, entretanto, a região continua muito atrasada, sobretudo se for comparada com os países da Península Ibérica.

3. O surgimento das translatinas e suas estratégias

■ O papel do Estado foi fundamental para o desenvolvimento e posterior expansão internacional das translatinas. De fato, as mais importantes, concentradas em indústrias de base, são de propriedade estatal ou foram recentemente privatizadas.

■ Mantendo seus padrões de especialização, as translatinas aproveitaram oportunidades existentes nos países vizinhos para logo estabelecer filiais em algumas economias industrializadas, principalmente a dos Estados Unidos; pouquíssimas chegaram à Península Ibérica.

■ De modo geral, as translatinas não competem diretamente com empresas transnacionais. O caso mais relevante é o das telecomunicações, em que a Telefónica S.A., por um lado, e a TELMEX e a América Móvil, por outro, disputam a liderança regional.

■ Desse modo, os fluxos de capital associados à expansão hemisférica das translatinas poderiam explicar em parte a recuperação das entradas de investimento estrangeiro direto na região. Este processo parece, entretanto, estar limitado ao âmbito regional e condicionado ao interesse das empresas transnacionais pela América Latina.

Quadro IV.1

América Latina: maiores empresas transnacionais e translatinas, 2004 (Em bilhões de dólares)

Empresa	País de origem	Setor	Vendas
Principais empresas transnacionais			
General Motors Corp.	Estados Unidos	Automotor	18,8
Telefónica S.A.	Espanha	Telecomunicações	17,1
Wal-Mart Stores	Estados Unidos	Comércio	14,4
DaimlerChrysler AG	Alemanha	Automotor	14,0
Volkswagen AG	Alemanha	Automotor	11,8
Bunge	Estados Unidos	Agroindústria	10,7
Endesa	Espanha	Eletricidade	9,7
Ford Motor Co	Estados Unidos	Automotor	8,7
Telecom Italia SpA	Itália	Telecomunicações	8,5
Delphi Automotive Systems Corp.	Estados Unidos	Autopeças	7,0
AES Corp.	Estados Unidos	Eletricidade	6,9
Repsol YPF	Espanha	Petróleo/gás	6,7
Principais translatinas			
PVDSA	Venezuela (Rep. Bol. da)	Petróleo	63,2
Petrobras	Brasil	Petróleo	40,8
TELMEX	México	Telecomunicações	12,4
América Móvil	México	Telecomunicações	10,4
CVRD	Brasil	Mineração	10,4
Grupo FEMSA	México	Bebidas	8,4
Cemex México S.A. de C.V	México	Cimento	8,1
Grupo Gerdau	Brasil	Aço	7,4
Grupo Techint	Argentina	Aço	6,4
Grupo Alfa	México	Diversificado	5,3
ENAP	Chile	Petróleo	4,7
Grupo Bimbo	México	Alimentos	4,6

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

C. Investimento estrangeiro e estratégias empresariais na Ibero-América

1. As estratégias empresariais são fundamentais para entender a dinâmica do investimento estrangeiro direto

Quadro IV.2

América Latina: estratégias das empresas transnacionais

Estratégia corporativa/ setor	Busca de matérias-primas	Busca de acesso ao mercado (nacional ou regional)	Busca de eficiência
Bens	Petróleo/gás: Argentina, Comunidade Andina Minerais: Argentina, Chile, Comunidade Andina	Automotor: Argentina e Brasil Química: Brasil Alimentos e bebidas: Argentina, Brasil e México	Automotor: México Eletrônica: Caribe, México e América Central Peças de vestuário Caribe, México e América Central
Serviços	Turismo: Caribe, México e América Central	Finanças: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela (Rep. Bol. da) Telecomunicações: Argentina, Brasil, Chile, Peru, Venezuela (Rep. Bol. da) Comércio varejista: Argentina, Brasil e México Energia elétrica: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e América Central Distribuição de gás: Argentina, Bolívia, Chile e Colômbia	Serviços de administração: Costa Rica

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

■ Concretamente, as estratégias das empresas transnacionais definiram o padrão do investimento estrangeiro direto na América Latina e, segundo tais estratégias, dois espaços econômicos, geográficos e competitivos muito diferentes se distinguem nitidamente:

- No México e na América Central, as empresas transnacionais manufatureiras privilegiaram a busca de eficiência criando plataformas de exportação articuladas com seus sistemas regionais de produção integrados. As operações estão centradas em atividades dinâmicas no comércio internacional (automotor, eletrônica e confecções).
- Na América do Sul, as companhias priorizaram a busca de mercados, especialmente na área dos serviços básicos e de infra-estrutura (telecomunicações, energia e finanças). Nesta categoria, as empresas espanholas e portuguesas tornaram-se protagonistas de primeira ordem.

2. Em um curto período, a Espanha e Portugal passaram de receptores de investimento estrangeiro direto a investidores internacionais

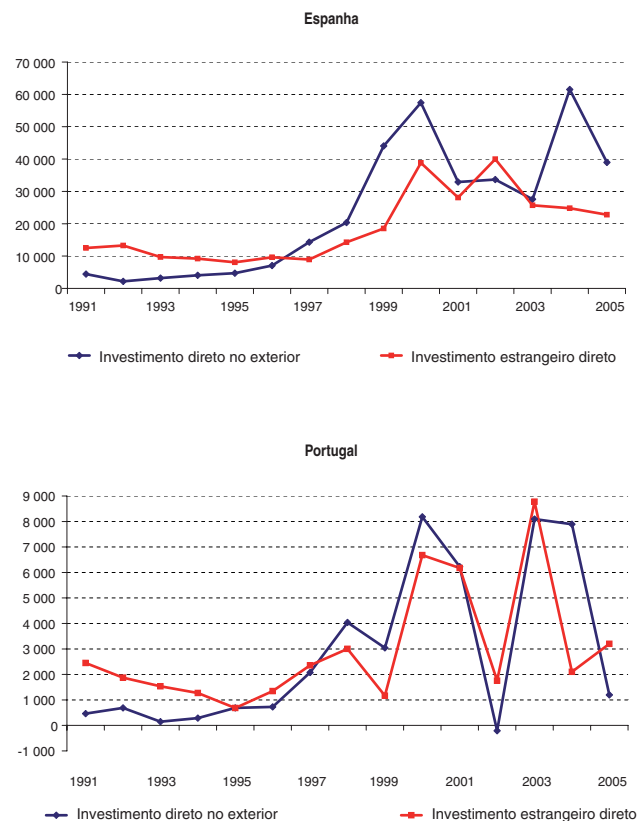
■ A consolidação da integração europeia e a adoção da moeda única contribuíram para o fortalecimento das economias ibéricas. Além disso, as reformas associadas a esse processo levaram a um forte aumento da concorrência nos mercados nacionais, particularmente nas áreas de telecomunicações, energia e finanças.

■ Nesse cenário, as grandes empresas espanholas e portuguesas —médias no concerto europeu e mundial—, muitas das quais em pleno processo de privatização, adotaram ambiciosas estratégias de crescimento. Estas iniciativas procuravam melhorar a competitividade e evitar que as empresas fossem objeto de uma aquisição hostil por parte de seus competidores europeus. Em mercados nacionais saturados, a internacionalização era mais uma obrigação do que uma oportunidade.

■ Assim, em um curto espaço de tempo, a Espanha e Portugal converteram-se em exportadores líquidos de capital. Esta foi uma das mudanças estruturais mais importantes da Península Ibérica desde a sua incorporação à União Europeia.

■ Gráfico IV.11 ■

Investimento direto no exterior e investimento estrangeiro direto no país
(Em milhões de dólares)

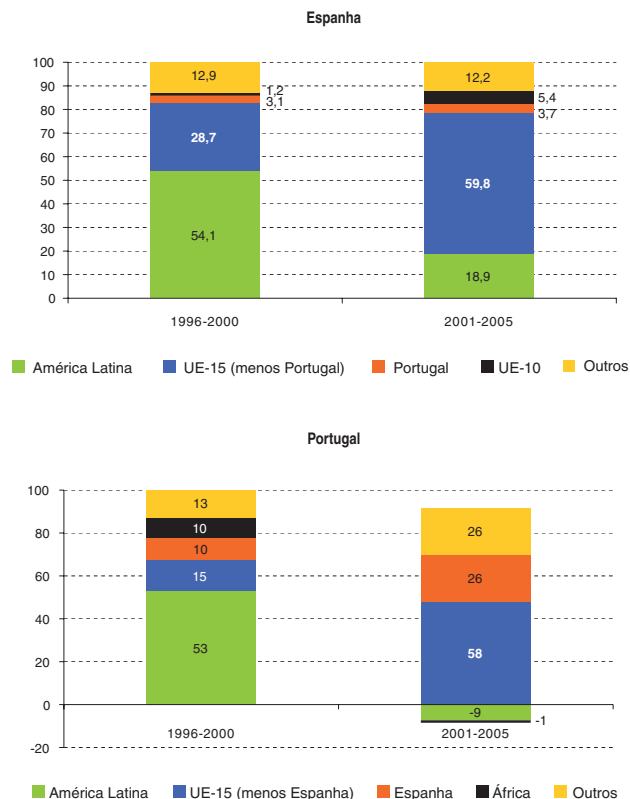


Fonte: Fundo Monetário Internacional, Banco da Espanha e Banco de Portugal.

3. América Latina: uma oportunidade única no momento preciso

■ Gráfico IV.12 ■

Investimento direto no exterior, por país de destino, 1996-2005
(Em percentagens)



Fonte: Ministério da Indústria, Turismo e Comércio e Banco de Portugal.

■ Com limitadas opções no âmbito europeu, os primeiros investimentos importantes concentraram-se na Península Ibérica—espanhóis em Portugal e portugueses na Espanha—e foram-se ampliando progressivamente no sentido de destinos geográficos mais distantes, porém com fortes vínculos em termos de cultura e língua (América Latina e ex-colônias africanas).

■ Em princípios dos anos noventa surgiu uma grande oportunidade que complementava plenamente as necessidades das empresas ibéricas: as privatizações na América Latina. Na segunda parte dessa década, os investimentos dos países ibéricos no exterior atingiram um nível sem precedentes e a América Latina se constituiu no destino prioritário.

■ Nesse cenário, as empresas ibéricas, principalmente as espanholas, demonstraram grande determinação para adquirir —sozinhas ou participando de consórcios— muitos dos ativos mais valiosos, suplantando alguns dos principais operadores mundiais na área de serviços e infra-estrutura.

4. Do Cone Sul para o Norte

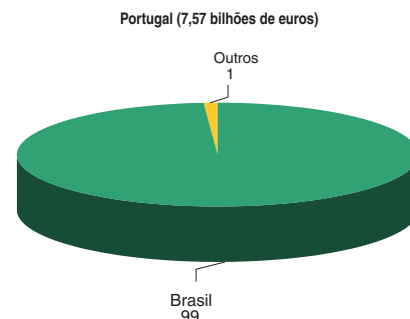
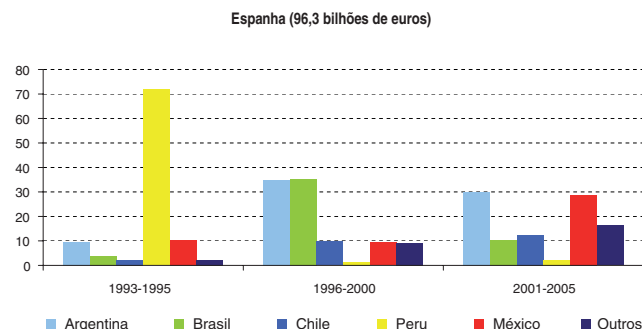
■ Numa primeira etapa, adotando uma estratégia de busca de acesso a mercados locais, a Argentina, o Chile e o Peru foram os principais destinos dos investimentos espanhóis na América Latina. Desse modo, com uma ampla presença nos setores de telecomunicações, energia elétrica e sistema bancário, as empresas espanholas permaneceram em condições de enfrentar com sucesso o seu maior desafio na região: o Brasil. Este país era particularmente atraente devido ao seu grande mercado doméstico e ao seu elevado potencial de crescimento. Novamente, a oportunidade chegou com o início das privatizações.

■ Posteriormente, as companhias espanholas começaram a estender sua presença para o Norte do continente, ganhando participação nos mercados da América Central e do México.

■ Assim como as empresas espanholas se expandiam pela América Latina aproveitando a identidade lingüística e cultural, as firmas portuguesas começavam a chegar ao Brasil. Neste país, as empresas lusas concentraram grande parte de seus esforços de expansão internacional.

■ Gráfico IV.13 ■

Investimento direto na América Latina, por país de destino, 1993-2005
(Em porcentagens)

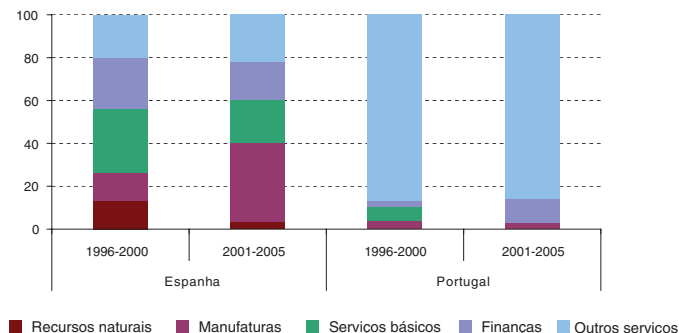


Fonte: Ministério da Indústria, Turismo e Comércio e Banco de Portugal.

5. Empresas ibéricas: líderes em setores de serviços e infra-estrutura

■ Gráfico IV.14 ■

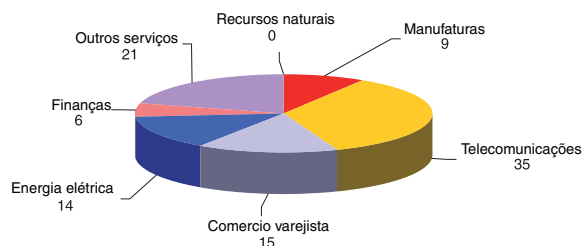
Espanha e Portugal: investimento direto no exterior, por setor de atividade, 1996-2005
(Em porcentagens)



Fonte: Ministério da Indústria, Turismo e Comércio e Banco de Portugal.

■ Gráfico IV.15 ■

Brasil: estoque de investimento direto de Portugal, 2000
(Em porcentagens)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Os fluxos de investimento estrangeiro direto espanhóis e portugueses concentraram-se no setor de serviços e infra-estrutura, especialmente nas telecomunicações, na energia elétrica e nas finanças.

Esse processo foi liderado por um pequeno grupo de grandes empresas que protagonizaram algumas das maiores aquisições feitas na América Latina. Isso permitiu que tais empresas se convertessem rapidamente em líderes dos mercados em que atuavam. Destacam-se, dentre elas, a Telefónica S.A. e a Portugal Telecom em telecomunicações; a Endesa, Energías de Portugal (EDP) e a Repsol-YPF em energia elétrica; e o Banco Santander Central Hispano (BSCH) e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) em sistema bancário e serviços financeiros.

Posteriormente, outras empresas de menor porte imitaram o comportamento das grandes empresas. As novas ondas de investimentos ibéricos centraram-se na construção, no turismo e em atividades financeiras, como os seguros. Destacam-se, neste caso, os investimentos espanhóis na área da construção, com a participação em grandes concessões de obras de infra-estrutura, e os empreendimentos portugueses no desenvolvimento de projetos imobiliários e turísticos.

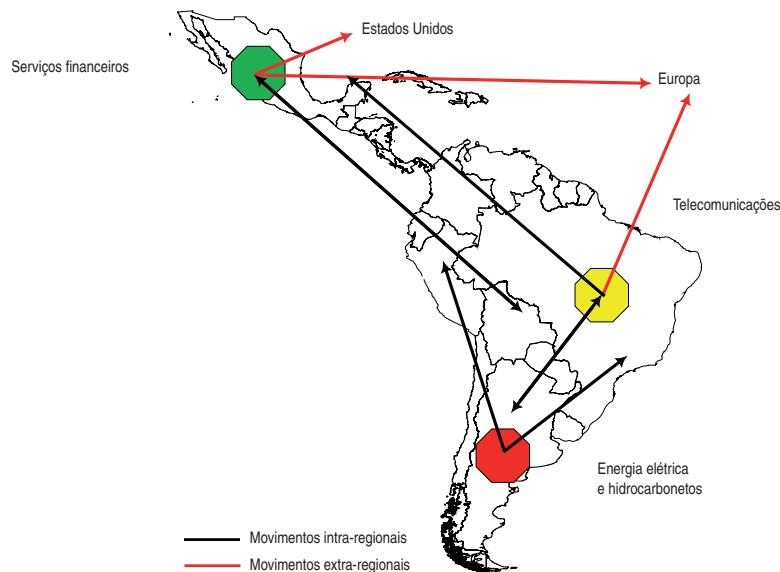
6. América Latina: um “trampolim” para as empresas da Península Ibérica?

■ A sólida posição que as empresas ibéricas haviam alcançado na América Latina permitiu-lhes repensar os objetivos e a cobertura de sua estratégia de internacionalização. A região transformou-se em um “trampolim” para várias empresas ibéricas, espanholas principalmente, que puderam aumentar seu tamanho e suas capacidades de gestão, além de outorgar recursos financeiros adicionais, a fim de abordar mercados mais complexos.

■ Em princípios da década em curso, a deterioração da situação econômica internacional e suas repercussões no âmbito doméstico e regional significaram uma forte contração do investimento da Espanha e de Portugal no exterior. Na América Latina, as companhias ibéricas viram-se diante da necessidade de consolidar os vultosos investimentos realizados, reestruturando as principais filiais regionais. Assim, com um reordenamento de sua posição internacional, os investimentos começaram a concentrar-se de maneira crescente em outros países industrializados (União Europeia e Estados Unidos).

Mapa IV.1

América Latina: focos estratégicos e direção da expansão internacional das empresas ibéricas



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

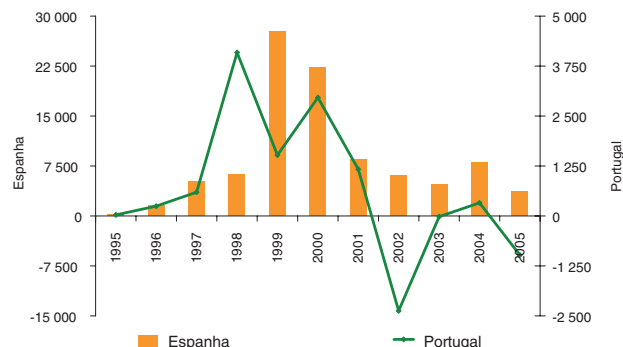
Nota: Os limites e os nomes que figuram neste mapa não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

7. Península Ibérica: um padrão de internacionalização em transição?

■ Gráfico IV.16 ■

Espanha e Portugal: investimento direto na América Latina, 1995-2005

(Em milhões de euros)

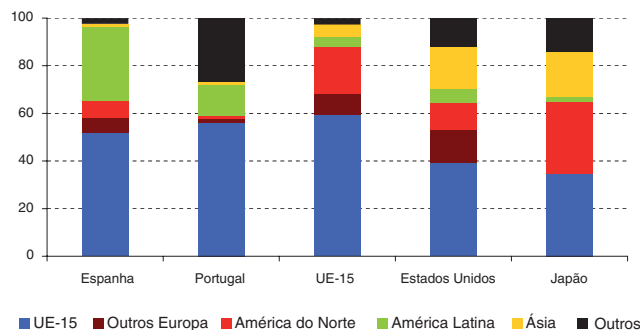


Fonte: Ministério da Indústria, Turismo e Comércio e Banco de Portugal.

■ Gráfico IV.17 ■

Padrão geográfico dos principais países investidores, fluxos acumulados 1999-2004

(Em porcentagens)



Fonte: Escritório de Estatística das Comunidades Europeias (EuroStat).

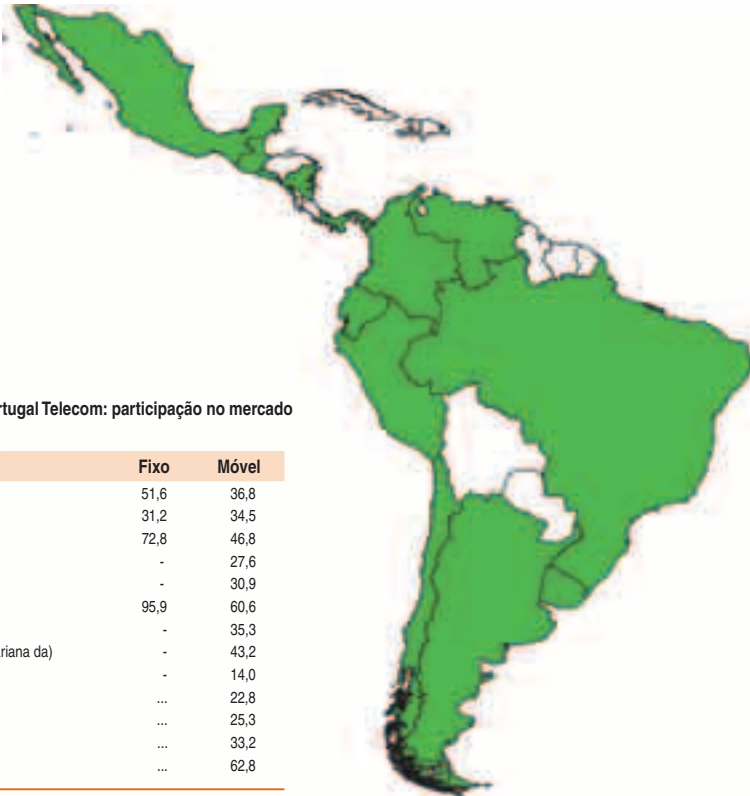
■ Embora os investimentos na América Latina tenham diminuído, a diversificação geográfica do investimento estrangeiro direto oriundo das economias ibéricas continua revelando diferenças importantes em relação aos principais países investidores. As que mais se destacam são a relevância da América Latina e a pouca importância de alguns dos mercados emergentes mais dinâmicos (China, Índia, Europa Central e Leste Europeu). Esta situação poderia ser atribuída a fatores culturais, ao distanciamento geográfico e às características das empresas transnacionais ibéricas, sobretudo na área dos serviços.

■ Todavia, no período mais recente, as empresas espanholas principalmente aproveitaram a pujança da economia local, a alta do mercado bursátil e a abundância de lucros para concentrar operações audaciosas e caras com vistas a ampliar sua presença na União Européia. Além disso, ante a possibilidade de uma contração do mercado nacional, várias empresas, principalmente bancos e construtoras, investiram no exterior a fim de diversificar o risco.

8. Rumo à liderança regional no setor das telecomunicações

- Enquanto os operadores estatais de telecomunicações da Espanha e de Portugal —Telefónica S.A. e Portugal Telecom (PT)— eram privatizados e a concorrência nos mercados locais se intensificava, essas duas empresas iniciavam planos ambiciosos de internacionalização aproveitando as oportunidades surgidas nas privatizações latino-americanas.
- Após terem acesso aos mercados, elas levaram avante várias ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) sobre a totalidade do capital que não controlavam em suas filiais latino-americanas e adquiriram os ativos das empresas que haviam decidido abandonar a região (Motorola e BellSouth). Além disso, celebraram acordos de cooperação entre si, o que lhes permitiu liderar o pujante mercado da telefonia móvel no Brasil.
- Recentemente, tendo essa forte posição na América Latina como aval, a Telefónica S.A. concretizou uma bem-sucedida ampliação de suas atividades voltadas para o mercado europeu, adquirindo grandes empresas operadoras no Reino Unido e na República Checa.

Mapa IV.2
Telefónica S.A.: principais operações na América Latina, 2006



Telefónica S.A. e Portugal Telecom: participação no mercado
(Em porcentagens)

	Fixo	Móvel
Argentina	51,6	36,8
Brasil	31,2	34,5
Chile	72,8	46,8
Colômbia	-	27,6
Equador	-	30,9
Peru	95,9	60,6
Uruguai	-	35,3
Venezuela (Rep. Bolivariana da)	-	43,2
México	-	14,0
El Salvador	...	22,8
Guatemala	...	25,3
Nicarágua	...	33,2
Panamá	...	62,8

Fonte: Telefónica S.A.
* No Brasil, a Telefónica S.A. e a Portugal Telecom operam em conjunto no segmento da telefonia móvel através da empresa Vivo.
Nota: Os limites e os nomes que figuram neste mapa não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

9. Atores-chave no complexo setor energético

Mapa IV.3

ENDESA E EDP: principais operações na América Latina, 2006



ENDESA E EDP: participação no mercado

(Em porcentagens)

	Geração	Distribuição
Endesa		
Argentina	16,0	17
Brasil	4,0	4,0
Chile	43,0	47,0
Colômbia	24,0	24,0
Peru	40,0	34,0
EDP		
Brasil	1,0	6,0

Fonte: Endesa e EDP.

Nota: Os limites e os nomes que figuram neste mapa não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

■ Tal como ocorre no setor das telecomunicações, o setor energético evidenciou mudanças muito importantes e encontrou na internacionalização o mecanismo para enfrentar a crescente concorrência que surgia na Europa.

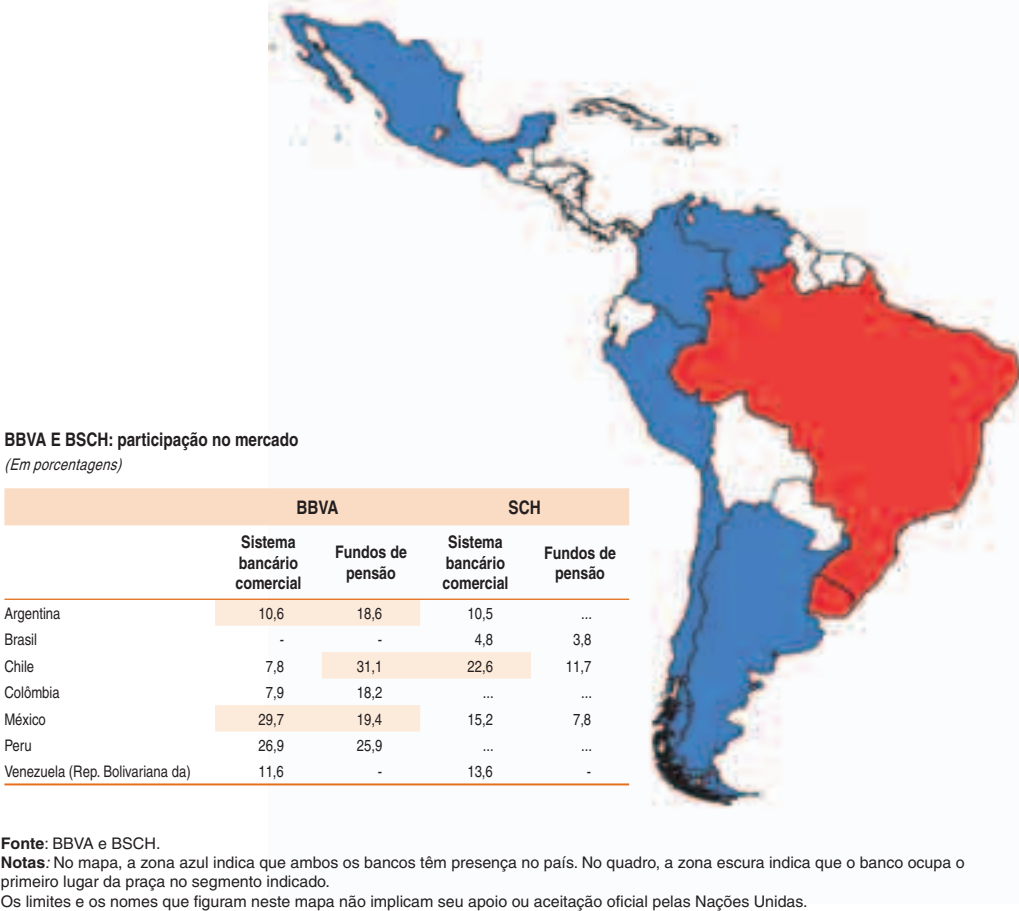
■ Numa primeira fase, as maiores empresas energéticas da Península Ibérica buscaram oportunidades nos países vizinhos e, muito especialmente, na América Latina. Na maioria dos casos visava-se a ativos que lhes permitissem crescer rapidamente, logrando uma diversificação geográfica e maior integração na cadeia produtiva do setor energético. Com esse propósito, as empresas ibéricas adquiriram algumas das maiores translatinas presentes no setor energético (Enersis e YPF).

■ Apesar disso, problemas econômicos, de clima e de regulamentação afetaram fortemente as empresas ibéricas presentes na América Latina, em virtude principalmente de sua marcante exposição no Cone Sul.

10. A expansão dos bancos espanhóis

- Nos anos noventa, a América Latina configurava uma rara oportunidade para os grandes bancos ibéricos, à semelhança do que vinha ocorrendo com as demais atividades. Com efeito, as opções geograficamente mais próximas, como as de outros países europeus, apresentavam mercados saturados, escassas possibilidades e preços de compra elevados.
- Por meio de uma estratégia ambiciosa de aquisição de entidades financeiras locais, os bancos espanhóis concretizaram uma ampla e ágil expansão regional de sua atividade principal, a operação de bancos comerciais. Posteriormente, avançaram na diversificação de seus negócios, no sentido principalmente da administração de fundos de pensão.
- Em princípios da presente década, o BSCH e o BBVA ingressaram com força nos maiores mercados da região, definindo o que seria o seu padrão estratégico global renovado. Nesse sentido, foi fundamental a chegada ao México, por meio da qual se procurou uma aproximação do mercado estadunidense. Paralelamente, concretizaram-se novas aquisições na Europa mediterrânea, no Reino Unido e nos Estados Unidos.

Mapa IV.4
BBVA E BSCH: principais operações na América Latina, 2006



D. Síntese e conclusões

- A América Latina teve destacada participação no período de apogeu dos ingressos de investimento estrangeiro direto. Ante a deterioração da situação econômica internacional e regional, as correntes de investimento estrangeiro direto dirigidas para as economias latino-americanas acusaram uma forte contração, situação que recentemente começou a reverter.
- Nesse contexto, as empresas ibéricas, sobretudo as espanholas, desempenharam um papel muito importante. Várias das maiores companhias da Península Ibérica cuja presença no plano internacional praticamente inexistia até então iniciaram ambiciosos planos de expansão orientados primeiramente para o cenário mais próximo —investimentos cruzados entre a Espanha e Portugal— e, depois, para destinos mais distantes porém com os quais mantinham fortes vínculos em termos de cultura e língua (América Latina e as antigas colônias portuguesas na África). Este processo foi determinado pelas reformas nas economias ibéricas que favoreceram a privatização das companhias estatais e a abertura de alguns setores-chave.
- Desse modo, estimulada pela forte concorrência nos mercados internos e pelas condições favoráveis de financiamento, a América Latina converteu-se, dentro de um curtíssimo prazo, no destino prioritário das empresas espanholas e portuguesas. Ademais, esse processo foi favorecido pelas oportunidades que começaram a surgir na América Latina como resultado das reformas, principalmente as privatizações de ativos estatais e a abertura de atividades em que as empresas ibéricas haviam desenvolvido certas habilidades. Além disso, a desconfiança que a América Latina ainda despertava em algumas das maiores empresas transnacionais do mundo facilitou o acesso dos capitais ibéricos a alguns dos ativos mais valiosos da região.
- As companhias ibéricas foram protagonistas de algumas das fusões e aquisições mais importantes de grupos privados locais. Essas companhias integravam o grupo das primeiras translatinas do período posterior à crise.
- Tais aquisições deram às empresas ibéricas uma posição de liderança na maioria dos países da região, sobretudo nos setores de telecomunicações, energia elétrica e finanças.
- Durante o período de apogeu, a Espanha e Portugal responderam por quase um terço dos capitais que a título de investimento estrangeiro direto foram recebidos pela América Latina, região que foi o destino de mais de 50% dos investimentos diretos espanhóis e portugueses no exterior.
- Na década em curso, o dinamismo dos investimentos diminuiu em consequência da deterioração das condições econômicas globais e regionais. De modo especial, a crise financeira na Argentina dificultou de forma muito significativa as operações das empresas ibéricas na região. Apesar disso, essas empresas, na sua maioria, não abandonaram a América Latina e, diante dos primeiros sinais de recuperação, adquiriram os ativos de algumas das companhias que haviam decidido liquidar suas operações regionais. Com essas aquisições puderam consolidar e ampliar a sua posição nos mercados locais latino-americanos.
- Após a recuperação das grandes empresas da Península Ibérica na América Latina, registrou-se uma nova onda de investimentos cujos protagonistas são empresas de menor porte. Neste grupo têm destaque as companhias espanholas de engenharia e construção presentes em algumas das maiores concessões de projetos de infra-estrutura e as firmas portuguesas que vêm participando de ambiciosos planos de desenvolvimento imobiliário e turístico, fundamentalmente no Brasil.
- Desse modo, com uma sólida posição na Península Ibérica e na América Latina, as principais companhias da Espanha —e em menor medida de Portugal— começaram a explorar mercados mais complexos com bastante sucesso, levando adiante operações cada vez mais audaciosas e caras. Essa dinâmica foi impulsionada pela pujança das economias ibéricas, norteadas pelo consumo e pela construção que estimularam as companhias a buscar novos mercados e a diversificar os riscos.
- Em síntese, os investimentos na América Latina converteram-se, no caso principalmente das empresas espanholas, em elemento central de um processo de internacionalização que foi crescendo em termos de consistência e diversificação geográfica. Os investimentos latino-americanos não só permitiram que essas empresas se defendessem de possíveis aquisições hostis, no início do processo,

como depois lhes proporcionaram experiência e recursos para que ampliassem a sua expansão internacional. No momento, muitas dessas empresas estão incluídas entre os principais operadores mundiais nos setores em que concentram suas atividades.

■ Finalmente, embora a presença das firmas ibéricas tenha permitido a modernização e a introdução de novos produtos e serviços, o que reduziu a lacuna tecnológica, ela também pôs à prova

a fragilidade dos sistemas reguladores em atividades fundamentais para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Esta situação gerou, na década em curso, tensão nas relações entre as empresas e as autoridades governamentais e abriu espaços de incerteza no tocante ao vínculo que algumas empresas manterão com a região e à continuidade ou reativação dos novos fluxos de investimento de que a América Latina necessita com urgência.

Situação dos recursos naturais e da energia na Ibero-América

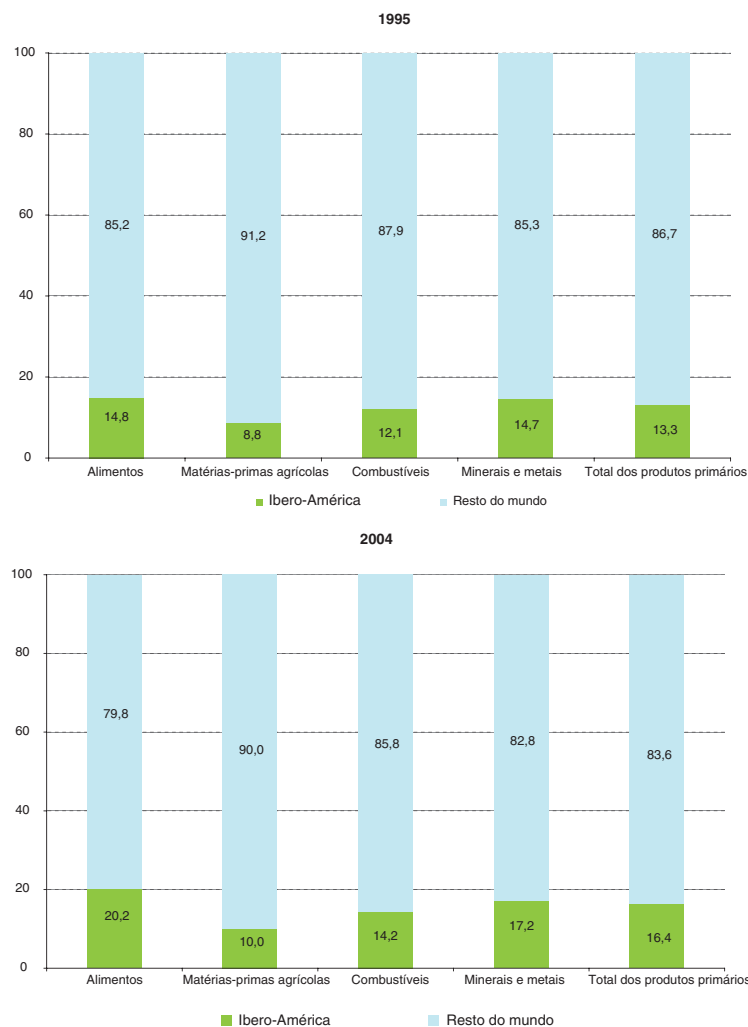


A. Recursos naturais na Ibero-América

1. A Ibero-América aumentou substancialmente a sua participação no comércio mundial de produtos primários

■ Gráfico V.1 ■

Exportações de produtos primários, 1995 e 2004
(Em porcentagens do total mundial)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

■ Nos últimos anos houve maior aproveitamento das vantagens naturais da Ibero-América no comércio mundial.

■ Entre 1995 e 2004, o comércio de produtos primários da região duplicou e chegou a 246 milhões de dólares, o que permitiu aumentar de 13% para 16% a participação da região no comércio mundial de produtos primários.

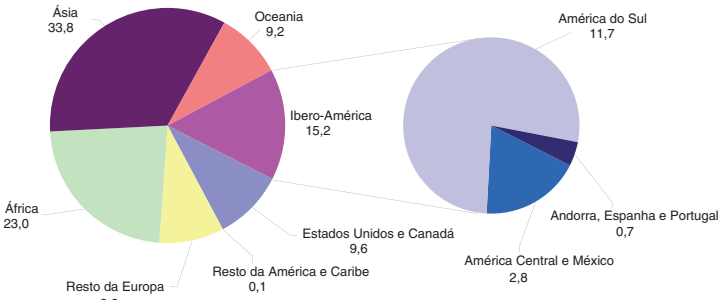
■ Esse incremento deveu-se ao fato de o valor das exportações de combustíveis haver quase triplicado, e o de alimentos, matérias-primas agrícolas e minerais e metais, quase duplicado.

■ Em virtude do crescimento da demanda mundial, os preços dos produtos primários registraram uma forte alta que permitiu melhorar os termos do intercâmbio.

2. Os grandes desafios futuros da agricultura: reduzir a heterogeneidade estrutural e elevar a produtividade

- A superfície agrícola da Ibero-América aumentou cerca de 19 milhões de hectares entre 1993 e 2003, elevando-se a 754 milhões de hectares, extensão que representa 15% da terra cultivável disponível no mundo. Esse aumento foi superior ao que as demais regiões do mundo registraram.
- A América do Sul foi a sub-região que havendo incorporado a maior quantidade de terras respondeu por 90% do incremento da superfície agrícola na Ibero-América.
- Persiste uma grande heterogeneidade no desenvolvimento produtivo da agricultura ibero-americano. Neste coexistem culturas desenvolvidas com tecnologia de ponta, destinadas basicamente ao mercado mundial, com culturas de produtividade muito baixa, destinadas ao consumo de subsistência. Além disso, a exploração excessiva e a baixa adoção de progresso técnico contribuem para a degradação dos solos.
- Existe, entretanto, um potencial não aproveitado, dada a significativa biodiversidade que a região apresenta.

■ Gráfico V.2 ■
Superfície agrícola por regiões, 2003
(Em porcentagens do total mundial)



Ibero-América: 754 milhões de hectares
Mundo: 4,973 bilhões de hectares

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Base de dados estatísticos da FAO [on line] 2006.

■ Quadro V.1 ■
Superfície agrícola por regiões, 1993 e 2003
(Em milhares de hectares)

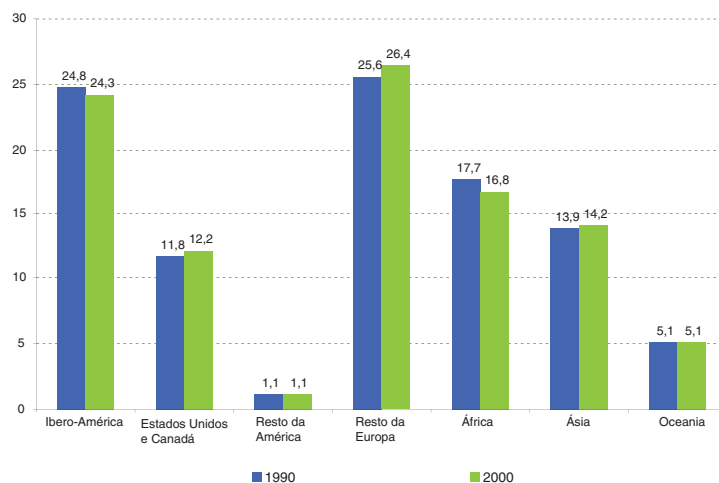
Região	1993	2003
Estados Unidos e Canadá	490 822	476 805
América Central e México	136 996	139 014
América do Sul	564 488	581 303
Resto da América Latina e Caribe	5 976	5 827
Andorra, Espanha e Portugal	34 018	33 959
Resto da Europa	460 759	449 682
África	1 119 109	1 146 070
Ásia	1 657 240	1 681 375
Oceania	479 840	459 132
Ibero-América	735 502	754 276
Total	4 949 248	4 973 167

Fonte: Bases de dados estatísticos da FAO [on line] 2006.
Nota: A superfície agrícola inclui as terras aráveis e as dedicadas à colheitas e pastagens permanentes.

3. A luta contra o desmatamento é uma tarefa que se precisa continuar fortalecendo

■ Gráfico V.3 ■

Distribuição regional das matas
(Em porcentagens do total mundial)

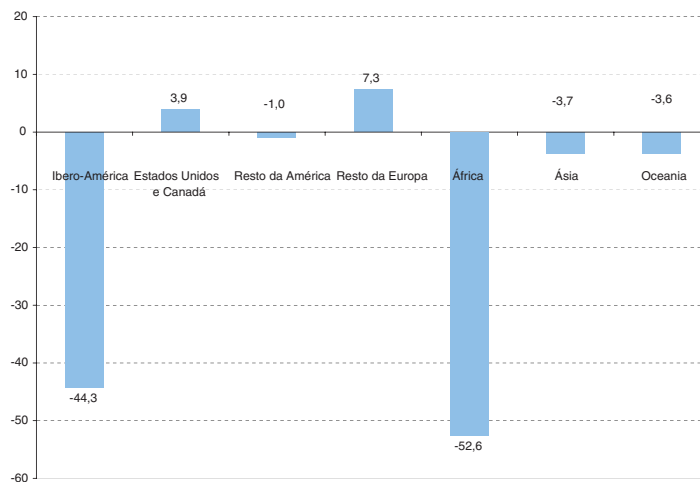


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Nota: Superfície florestal do mundo 3,963 bilhões de hectares em 1990 e 3,870 bilhões de hectares em 2000.

■ Gráfico V.4 ■

Variação da cobertura florestal, 1990-2000
(Em milhões de hectares)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

■ A Ibero-América abriga 24% das matas existentes na Terra e 93% das matas tropicais do planeta, as quais apresentam enorme diversidade biótica. Em escala mundial, nos últimos 10 anos do século XX, perderam-se quase 100 milhões de hectares de matas, dos quais 44 milhões pertenciam à Ibero-América.

■ A maior perda deu-se na América do Sul, que responde por 83% do desmatamento da Ibero-América.

■ O desmatamento tem diversas causas, entre as quais se incluem as pragas, as queimadas, a exploração excessiva, a degradação dos solos, a poluição e a deterioração da água.

■ Na Ibero-América, o desmatamento está também associado à pobreza e ao crescimento demográfico, que se traduzem em formas de exploração não sustentáveis.

4. A maior parte da produção pesqueira corresponde à captura; deve-se desenvolver o grande potencial existente na aquicultura

■ É grande a riqueza pesqueira da Ibero-América, dada a sua enorme superfície de água. Assim sendo, 92% da produção pesqueira, equivalente a cerca de 18 milhões de toneladas anuais, é realizada por meio de captura, enquanto a aquicultura contribui com pouco menos de quatro milhões de toneladas/ano.

■ O Peru (que ocupa o segundo lugar) e o Chile (colocado em quinto lugar) classificam-se entre os cinco primeiros produtores de pesca por captura do mundo cuja lista é encabeçada pela China, que produz aproximadamente 17 milhões de toneladas. A pesca de captura peruana equivale a 56% da produção da China, e a do Chile, a 31%.

■ Por sua vez, a China responde por 67% da produção mundial por meio da aquicultura, que alcança a 45 milhões de toneladas. Em contraposição, a Ibero-América produz pouco menos de quatro milhões de toneladas. O Chile contribui com 40% dessa cifra que representa tão-somente 4% da produção mundial.

■ Caberia à região intensificar o desenvolvimento de sua aquicultura com base na incorporação de progresso técnico, levando em consideração seus vínculos internos e sua contribuição para a geração de emprego e o desenvolvimento local.

■ Quadro V.2 ■

Produção pesqueira da Ibero-América, 2000 e 2004^a
(Em porcentagens do total mundial)

Região ou país	Ano 2000			Ano 2004		
	Captura	Aquicultura	Total	Captura	Aquicultura	Total
América Central e México ^b	1,8	0,4	1,4	1,9	0,4	1,4
América do Sul ^c	18,8	1,9	14,2	18,3	2,5	13,2
Andorra, Espanha e Portugal	1,2	0,9	1,1	1,1	0,8	1,0
Total Ibero-América	21,8	3,2	16,8	21,3	3,7	15,6
Total mundial	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total mundial (em milhares de toneladas)	94 848,7	35 585,1	130 433,8	95 006,8	45 468,4	140 475,2

Fonte: FAO, *Yearbook of Fishery Statistics* [on line] <http://ftp.fao.org/fi/stat/summary/default.htm>, julho de 2006.

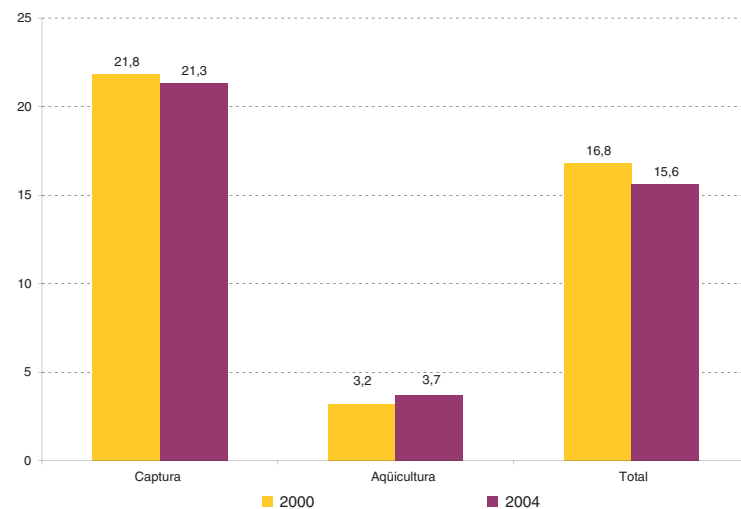
^a Inclui peixes, crustáceos e moluscos, entre outros.

^b Inclui Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e República Dominicana.

^c Não inclui Guiana nem Suriname.

■ Gráfico V.5 ■

Participação da produção pesqueira ibero-americana
(Em porcentagens do total mundial)

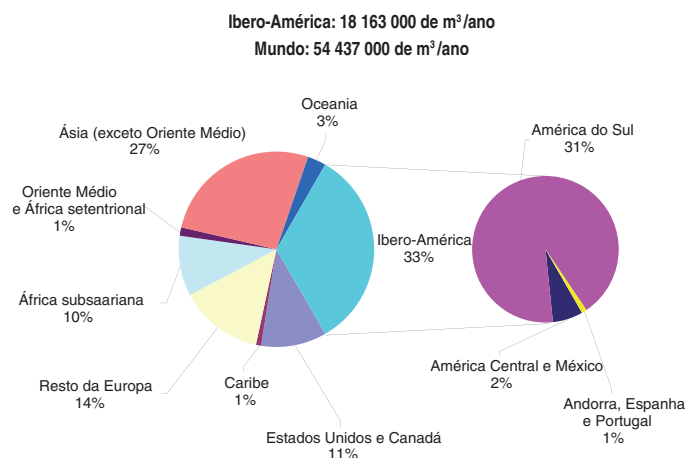


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em FAO, *Yearbook of Fishery Statistics* [on line] <http://ftp.fao.org/fi/stat/summary/default.htm>, julho de 2006.

5. A gestão integral da água é essencial para garantir a sustentabilidade ibero-americana

■ Gráfico V.6 ■

Disponibilidade de água doce por regiões



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base no *World Resources 2005*, Instituto de Recursos Naturais (WRI), Nova York, 2005.

■ A Ibero-América possui 33% da água doce disponível no mundo; dela, entretanto, somente utiliza 2%, índice que se compara com o de 7% correspondente à escala mundial. Por sua vez, a América do Sul utiliza 1% dessa água doce, a América Central e o México, 8%, e a Península Ibérica, 26%.

■ A água está concentrada basicamente na América do Sul, cuja disponibilidade de água doce por habitante é cinco vezes maior do que a média mundial (mais de 8.500 m³).

■ Apesar de o espaço ibero-americano possuir abundantes recursos hídricos, em comparação com outras regiões do mundo, sua distribuição na região é muito desigual, razão por que nela também existem algumas zonas extremamente áridas.

■ Além disso, as atividades econômicas e o crescimento demográfico se concentram, em muitos casos, em zonas carentes de água.

■ Setenta por cento do caudal superficial da América Latina corresponde a bacias compartilhadas que abrangem quase 60% da superfície total da região.

■ O crescimento demográfico acelerado, bem como a urbanização, a expansão da indústria e dos serviços e a mecanização da agricultura —sem a concomitante intensificação da luta contra a poluição— afetam a disponibilidade e a qualidade da água.

■ Persistem uma visão fragmentada e uma fraca função reguladora por parte do Estado. Em consequência, requer-se a adoção de um enfoque integrado a fim de assegurar um uso sustentável dos recursos hídricos.

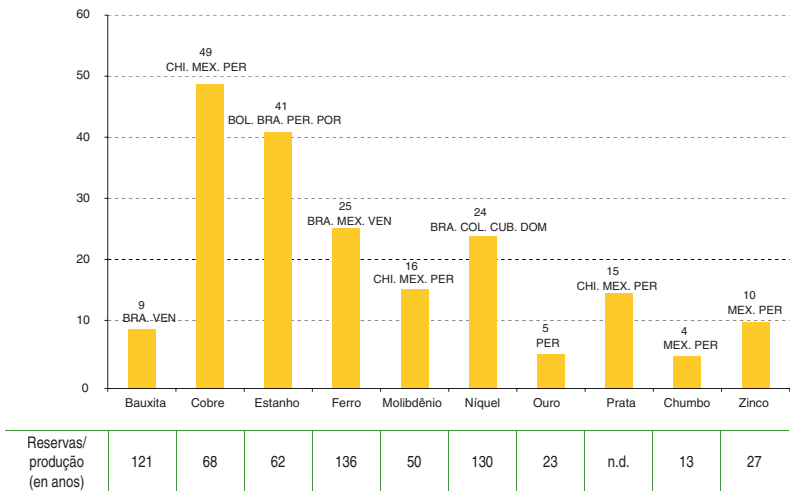
6. A Ibero-América conta com abundantes reservas de minerais. O investimento em mineração na América Latina continuará crescendo, porém devem ser reforçados os vínculos internos e o desenvolvimento tecnológico

■ A região possui grandes vantagens naturais para a exploração de uma série de metais, bem como uma importante e diversificada dotação de recursos. Uma estimativa conservadora dá conta da presença na região de pelo menos 49% das reservas mundiais de cobre, 41% das de estanho, 25% das de ferro e níquel, 16% das de molibdênio e 15% das de prata. Se a atual produção mineira se mantiver, a relação entre as reservas e a produção permitiria à região ainda extrair mais de 68 anos de cobre, 62 de estanho, 136 de ferro, 130 de níquel, 50 de molibdênio, 27 de zinco, 121 de bauxita, 23 de ouro e 13 de chumbo.

■ Segundo a pesquisa “Project Survey 2006”, do *Engineering & Mining Journal*, os projetos de investimento em diferentes estágios de avaliação da indústria mineira mundial ascendiam, em fins de 2005, a 137 bilhões de dólares. Desses projetos, 30% encontram-se na etapa de pré-viabilidade, 31% na de viabilidade e somente 12% na de construção. Os 27% restantes correspondem a diferentes projetos, em todas as etapas, situados em zonas próximas das atuais áreas de produção. O cobre, o ouro, o ferro e o níquel são os metais que recebem os maiores volumes de investimento e respondem por 86% dos projetos.

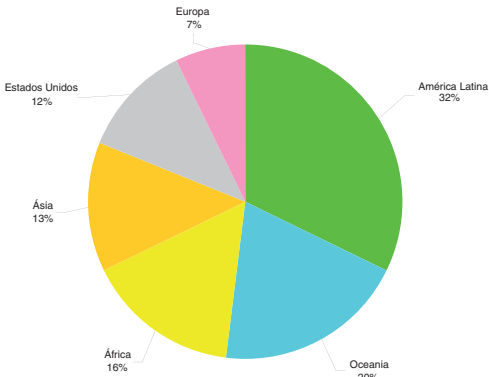
■ A América Latina continua sendo o principal destino do investimento mineiro mundial, posto que a ela toca quase um terço (44 bilhões de dólares) do total investido. Embora em termos absolutos esse montante tenha crescido em relação ao ano anterior (35 bilhões de dólares), em termos percentuais a participação da região no investimento mineiro mundial diminuiu de 34% para 32%. O Chile, o Brasil e o Peru são os países ibero-americanos que integram a lista mundial dos 10 principais países de destino dessas correntes de investimento.

■ Gráfico V.7 ■
Reservas dos maiores produtores da Ibero-América, por metais
(Em porcentagens do total mundial)



Fonte: Calculadas com base em informação do U.S. Geological Survey, *Mineral Commodity Summaries*, janeiro de 2006.
Nota: n.d.: não determinado.

■ Gráfico V.8 ■
Projetos de investimento mineiro por região, 2005
Investimento mundial: 137 bilhões de dólares

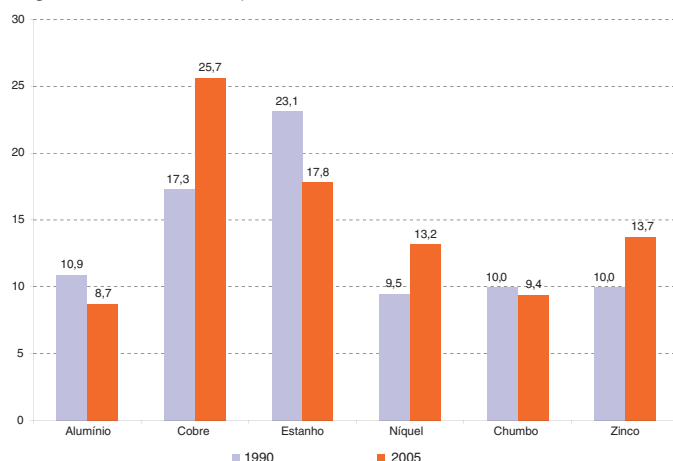


Fonte: *Engineering and Mining Journal*, janeiro-fevereiro de 2006.

7. A participação da região na produção mundial de minerais e concentrados é determinante no caso da maioria dos metais básicos e preciosos

■ Gráfico V.9 ■

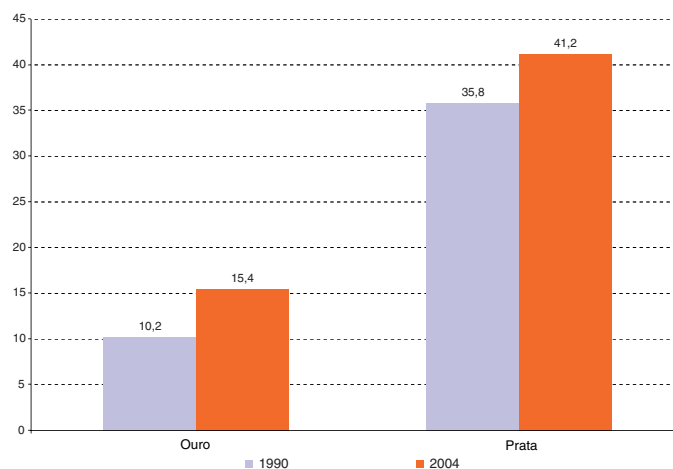
Participação da Ibero-América na produção mundial de metais refinados, 1990 e 2005
(Em porcentagens do total mundial)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras do Escritório Mundial de Estatísticas do Metal.

■ Gráfico V.10 ■

Participação da Ibero-América na produção mundial de metais preciosos, 1990 e 2004
(Em porcentagens do total mundial)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras do Escritório Mundial de Estatísticas do Metal.

■ A Ibero-América continua sendo uma das regiões mais importantes no que se refere à produção e desenvolvimento da mineração. Embora um aumento da capacidade de refino se faça necessário, houve nos últimos anos um avanço muito importante no setor. No período 1990-2005 a participação da região na produção mundial de cobre refinado aumentou de 17% para 26%, a de níquel refinado, de 9% para 13%, e a de zinco, de 10% para 14%.

■ Cumpre destacar também o incremento da produção de ouro e prata. Desde os anos noventa os investimentos na mineração aurífera vêm-se intensificando, ao se incorporarem novas tecnologias que permitiram a exploração de grandes jazidas “a céu aberto”.

■ Os novos investimentos auríferos concentraram-se basicamente no Peru, Chile e Brasil, o que permitiu à Ibero-América incrementar sua participação na produção mundial de ouro de 10% para 15%, entre 1990 e 2004.

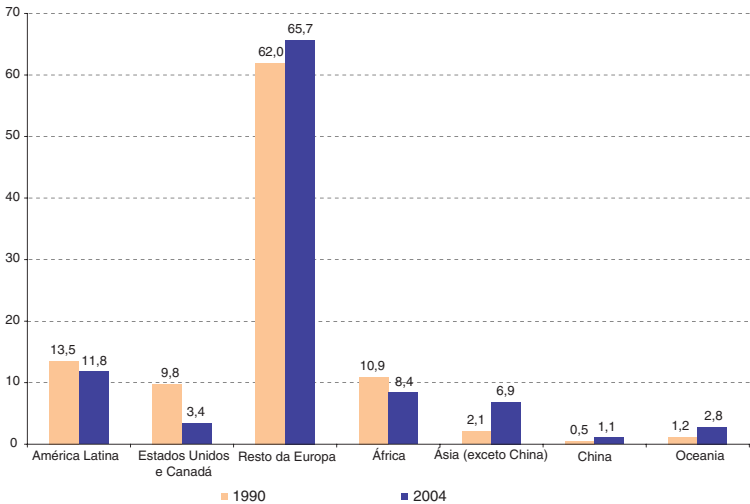
■ A produção de prata, que está associada à de cobre, zinco e chumbo, também cresceu, graças ao desenvolvimento de jazidas polimetálicas, com isso permitindo que a participação da Ibero-América se incrementasse de 36% para 41%. O México e o Peru são os dois primeiros produtores mundiais de prata.

■ Não obstante o desenvolvimento alcançado, há insatisfação em alguns países devido ao pouco benefício social da mineração. Maior atenção deve ser dispensada à contribuição da renda mineira ao desenvolvimento local.

8. O crescimento do consumo na Península Ibérica permitiria maior participação da América Latina no atendimento da demanda por minerais e metais

- Em termos agregados, o valor das importações de minerais e metais da Península Ibérica triplicou entre 1990 e 2004, elevando-se a mais de oito bilhões de dólares. Embora também as importações procedentes da América Latina tenham triplicado, a participação da região nas compras externas de minerais e metais da Península Ibérica diminuiu de 13,5% para 11,8% nesse período.
- No período 1993-2003 a Espanha aumentou substancialmente as suas importações de chumbo não refinado, de cobre refinado e de minério de zinco e alumínio da América Latina. Em contraposição, as importações de cobre e bauxita diminuíram.

■ Gráfico V.11 ■
Participação das importações de minerais e metais da Península Ibérica, por origem, 1990 e 2004
(Em porcentagens do total mundial)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

■ Quadro V.3 ■
Valor das importações de minerais e metais da Península Ibérica, 1990 e 2004
(Em milhões de dólares)

	1990	2004
Procedentes da América Latina	396	974
Procedentes do resto do mundo	2 528	7 292

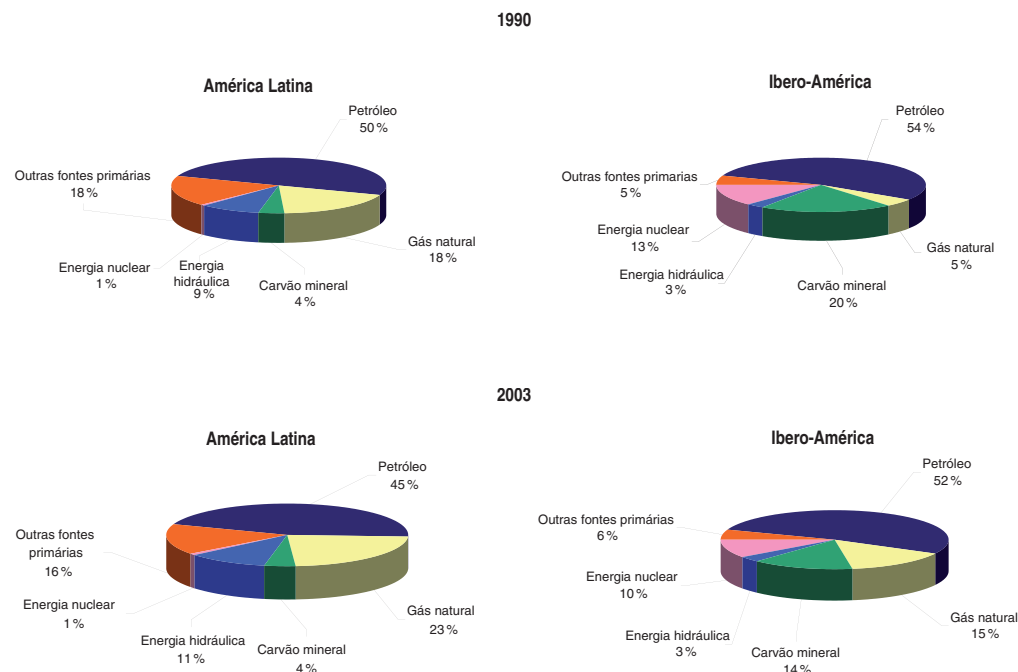
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

B. Panorama energético ibero-americano

1. De acordo com a tendência mundial, o petróleo e o gás natural constituíram as principais fontes da matriz energética ibero-americana durante os últimos 15 anos

■ Gráfico V.12 ■

Oferta primária de energia



Fonte: Elaborado a partir de dados do Sistema de Informação Econômica Energética (SIEE), da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) (<http://www.olade.org.ec>), confrontados com a informação da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), *Energy balances 2002 - 2003 Non OECD* [on line] 2005 (<http://www.oecd.org/>).

■ O gás natural registrou apreciável avanço tanto na América Latina como na Ibero-América. No primeiro caso, sua participação passou de 18% da oferta de energia primária em 1990 para 23% em 2004. O aumento foi muito mais expressivo na Península Ibérica, onde sua participação triplicou de 5% para 15%.

■ O petróleo continuará sendo a fonte predominante de energia, dada a sua importância no transporte e na indústria.

■ Os hidrocarbonetos (petróleo e gás natural), que representam 68% da oferta primária de energia, são seguidos de longe por outras fontes, como a biomassa na América Latina e os resíduos secundários na Espanha e em Portugal, cuja participação chega a 12%.

■ A participação da energia nuclear na Ibero-América, próxima de 3%, é conformatada principalmente pelo seu uso na Espanha, enquanto os 19 países da América Latina respondem pelo percentual correspondente à energia hidráulica (9%).

■ O carvão responde por parte importante da oferta nos casos da Espanha (15%) e de Portugal (13%).

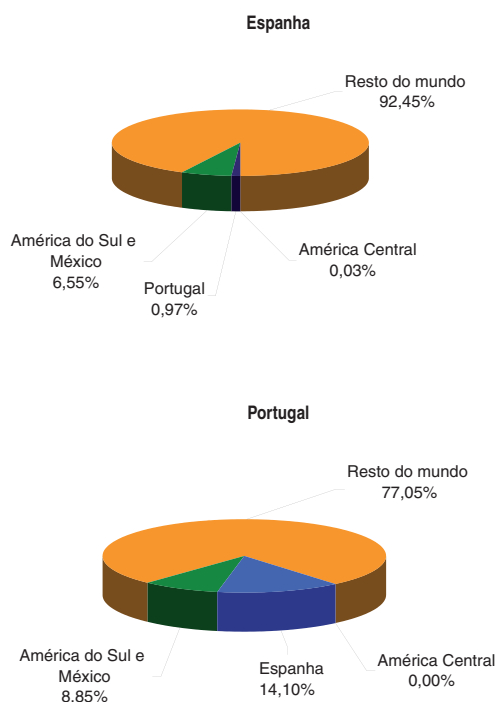
2. É possível aumentar a participação da América Latina nas importações de hidrocarbonetos da Península Ibérica

■ Se o conjunto da Península Ibérica for considerado, o total das importações elevou-se a 35,107 bilhões de dólares, 7% dos quais corresponderam à América Latina e devem-se principalmente às exportações do México para a Espanha (1,7 bilhão de dólares) e do Brasil para Portugal (240 milhões de dólares).

■ Dos 6,145 bilhões de dólares correspondentes às importações de Portugal, só 8,9% (544 milhões de dólares) provieram da América Latina, enquanto no caso da Espanha, cujas importações alcançam quase 30 bilhões de dólares, as que provêm da América Latina não chegam a 7% (1,9 bilhão de dólares).

■ Gráfico V.13 ■

Importações de petróleo e derivados, 2004



Fonte: Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE) [on line] 2006 (<http://unstats.un.org>).

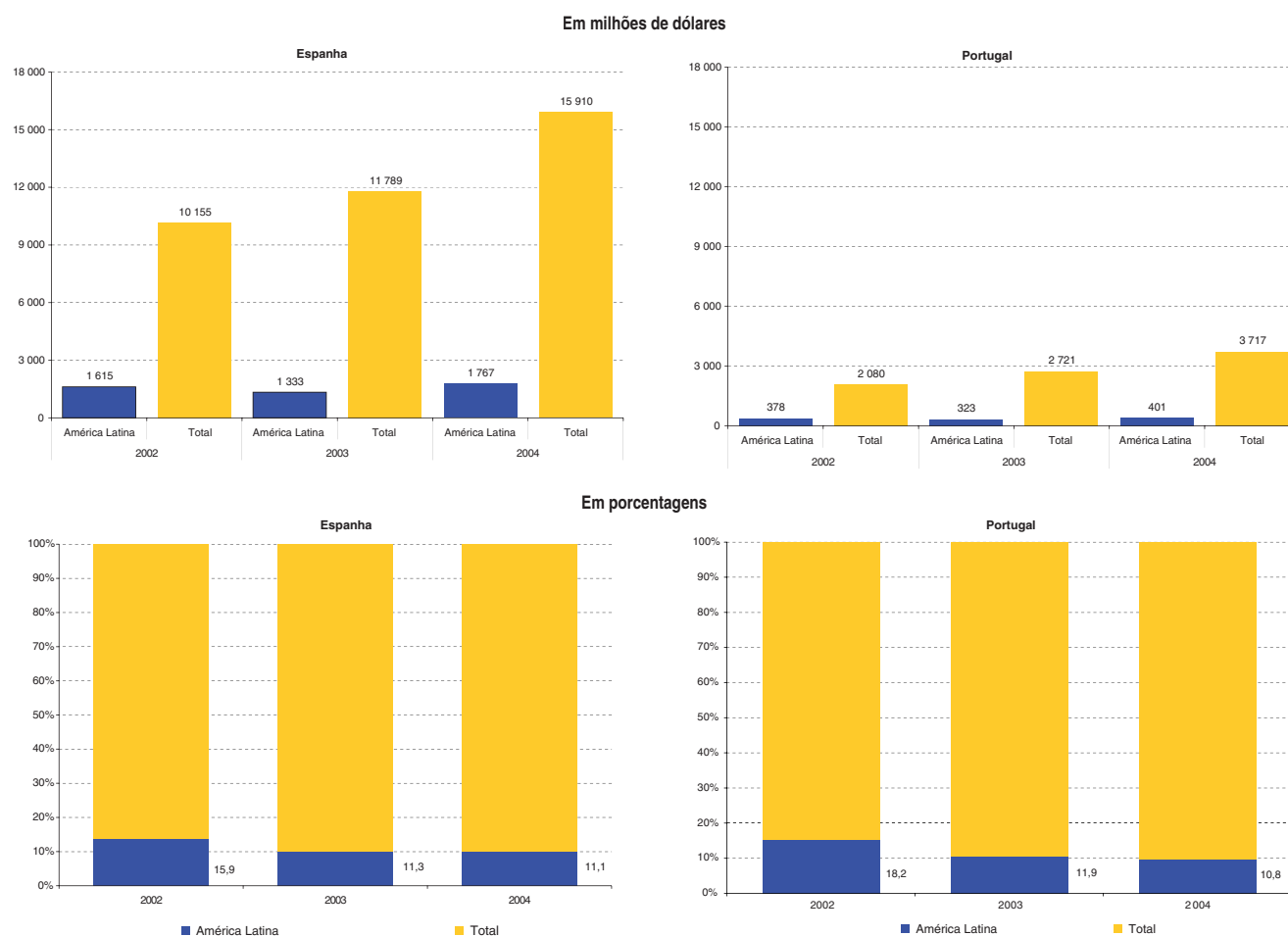
3. O petróleo cru é especialmente importante

■ O preço do petróleo cru registrou forte alta entre 2002 e 2004. No caso da Espanha, isso explica o extraordinário incremento de suas importações que chegou a 50% e representou quase 16 bilhões de dólares. Destes, uma fração cada vez menor correspondeu à América Latina, cuja participação passou de 16% em 2002 a 11% em 2004.

■ No caso de Portugal, embora as importações de petróleo da América Latina tenham aumentado quase 80 milhões de dólares em 2004, em termos relativos elas diminuíram, já que passaram de 18,2% em 2002 a 10,8% em 2004. Tal evolução obedece ao fato de que o volume importado diminuiu de 2,6 milhões de toneladas em 2002 para 1,8 milhão de toneladas em 2004.

■ Gráfico V.14 ■

Península Ibérica: importações de petróleo, por país de origem, 2002-2004



Fonte: Nações Unidas, Base de dados estatísticos sobre o comércio de mercadorias (COMTRADE) [on line] 2006 (<http://unstats.un.org>).

4. Embora os recursos hídricos permaneçam como a principal fonte de geração elétrica na Ibero-América, cresce na região o uso do gás natural e da energia nuclear como fontes de produção, acompanhando a tendência mundial

■ Entre 1980 e 2004, a geração elétrica da Ibero-América aumentou quase três vezes, o que implicou um incremento da sua participação no total mundial de 6% para 8,3%.

■ Para fazer frente a esse incremento ampliou-se a capacidade instalada e elevou-se a produção termoelétrica (óleo combustível, carvão mineral e fundamentalmente gás natural) e nuclear (de 7,41 TWH em 1980 para 88,7 TWH em 2004).

■ Em virtude do esgotamento de recursos na Península Ibérica e das reformas introduzidas no setor elétrico dos países da América Latina (que se traduziram em maior participação do setor privado e na preferência dos investimentos que requerem menor volume de capital), bem como de mudanças tecnológicas (apogeu dos ciclos combinados com gás natural), a geração hidráulica teve um crescimento menos dinâmico do que o da oferta elétrica total. Isso implicou uma diminuição de sua participação no abastecimento elétrico de 7% (de 54% em 1980 para 47% em 2004).

■ O menor dinamismo hidrelétrico também foi observado em escala mundial, o que contrasta com o forte aumento da geração de origem nuclear (2.620 TWH em 2004), que é quase equivalente à hidrelétrica (2.747 TWH).

■ Gráfico V.15 ■

Estrutura da geração elétrica, 1980 e 2004 (TWH)

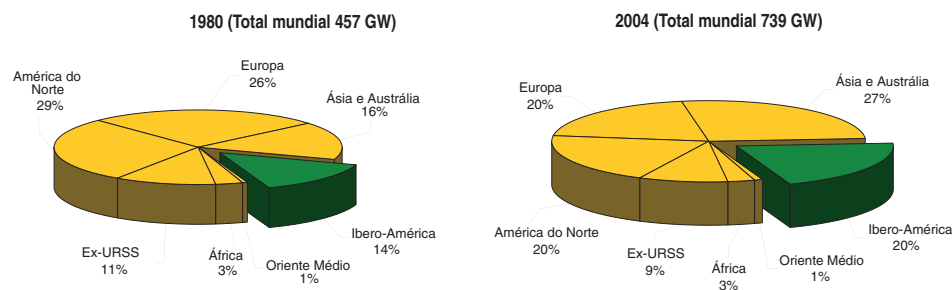


Fonte: Administração da Informação Energética dos Estados Unidos, *International Energy Annual 2004, Statistics Database* [on line] 2006 (<http://www.eia.doe.gov/>).

5. Entre 1980 e 2004 houve um importante incremento da potência hidrelétrica instalada da Ibero-América. Não obstante, na América Latina ainda seria possível aproveitar mais de três quartos de seus recursos hidrelétricos

■ Gráfico V.16 ■

Capacidade hidrelétrica instalada em escala mundial, 1980 e 2004

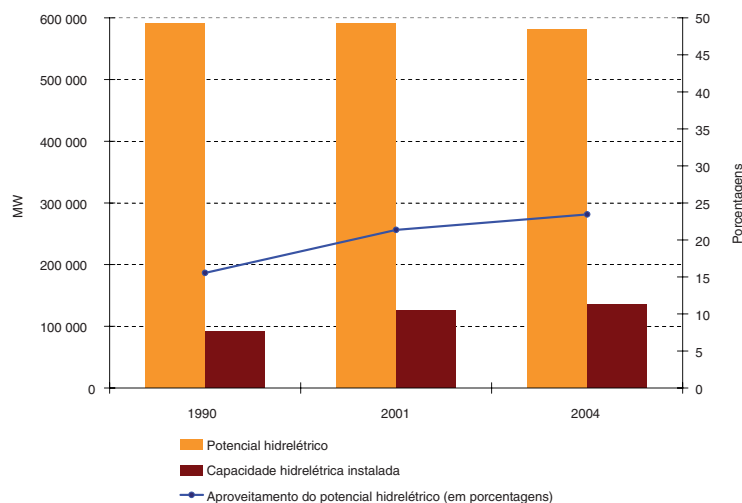


Fonte: Administração da Informação Energética dos Estados Unidos, *International Energy Annual 2004, Statistics Database* [on line] 2006 (<http://www.eia.doe.gov/>).

■ A Ibero-América aumentou duas vezes e meia a sua capacidade hidrelétrica instalada (de 65 GW para 151 GW), entre 1980 e 2004, tendência que também a Ásia acompanhou. Para a região isso significou uma participação crescente no total mundial, que passou de 14% em 1980 para 20% em 2004.

■ Gráfico V.17 ■

América Latina: potencial hidrelétrico e capacidade instalada, 1990-2004 (Em MW)



Fonte: Administração da Informação Energética dos Estados Unidos, *International Energy Annual 2004, Statistics Database* [on line] 2006 (<http://www.eia.doe.gov/>).

■ Todavia, a relação entre a capacidade instalada e o potencial hidrelétrico passou de 15,6% em 1980 para apenas 23,4% em 2004.

6. A Ibero-América produz 13% do petróleo mundial, embora não detenha mais do que 10% das reservas do planeta

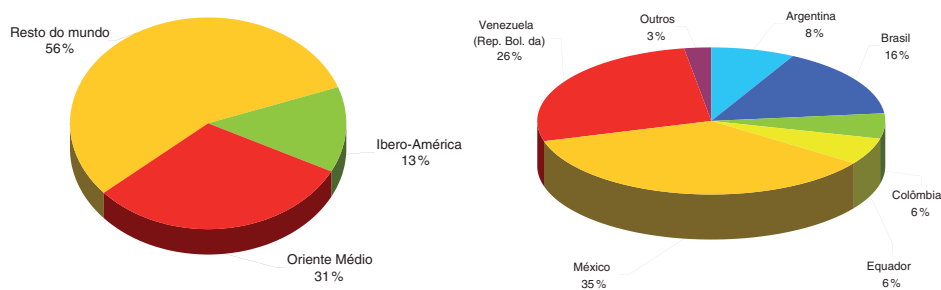
■ Três países respondem por 78,5% da produção petrolífera da América Latina: o México (que em 2004 produziu 3,3 milhões de barris por dia), a República Bolivariana da Venezuela (2,5 milhões) e o Brasil (1,5 milhão). A produção da Argentina, da Colômbia e do Equador ascende a cifras muito menores.

■ A contribuição da Ibero-América para as reservas mundiais de petróleo é pequena e se manteve, nos últimos 20 anos, em torno de 10%. Na América Latina, as reservas estão altamente concentradas na República Bolivariana da Venezuela (que acumula 70% delas). O México e o Brasil possuem, respectivamente, 11% e 10% dessas reservas.

■ A relação atual entre reservas e produção de petróleo na Ibero-América permitiria dispor desse recurso, na região, durante um prazo médio de 34 anos. Seu elevado nível na República Bolivariana da Venezuela se traduziria para esse país numa disponibilidade durante pouco mais de 70 anos, enquanto para a Bolívia e o Equador a disponibilidade seria de 38 e 31 anos, respectivamente, e no México chegaria a 20 anos.

■ Gráfico V.18 ■

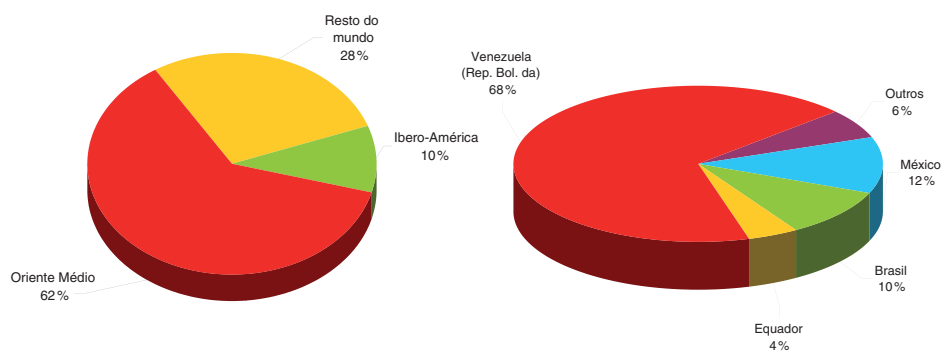
Produção mundial de petróleo, 2004
(72,2 milhões de barris diários)



Fonte: Administração da Informação Energética dos Estados Unidos [on line 2006] (<http://www.eia.doe.gov/>).

■ Gráfico V.19 ■

Reserva mundial de petróleo, 2005
(1,2 trilhão de barris)^a



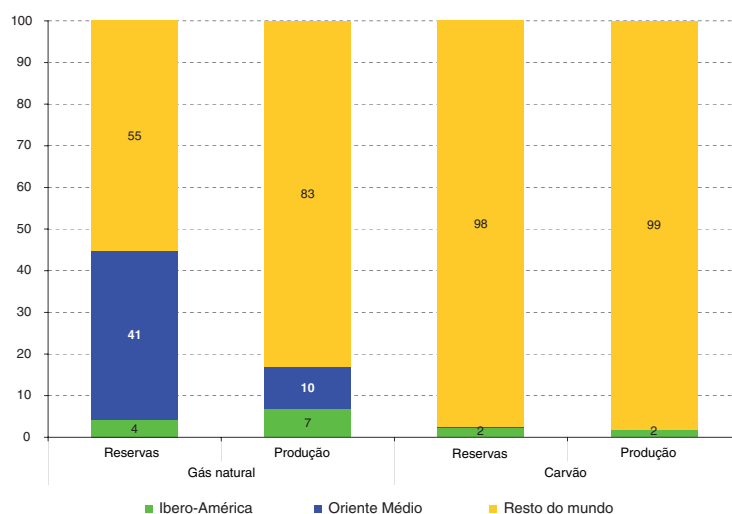
Fonte: Administração da Informação Energética dos Estados Unidos [on line] 2006 (<http://www.eia.doe.gov/>).

^a 1,2 x 10¹².

7. A região possui uma proporção marginal das reservas de gás natural e de carvão mineral. Entretanto, suas reservas lhe assegurariam 238 anos de exploração do carvão nos ritmos atuais

■ Gráfico V.20 ■

Recursos e produção de energia fóssil, 2004
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em dados do Sistema de Informação Econômica Energética (SIEE), da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) (<http://www.olade.org.ec>), e da Agência Internacional de Energia (AIE), Estatísticas [on line] 2006 (<http://www.iea.org>).

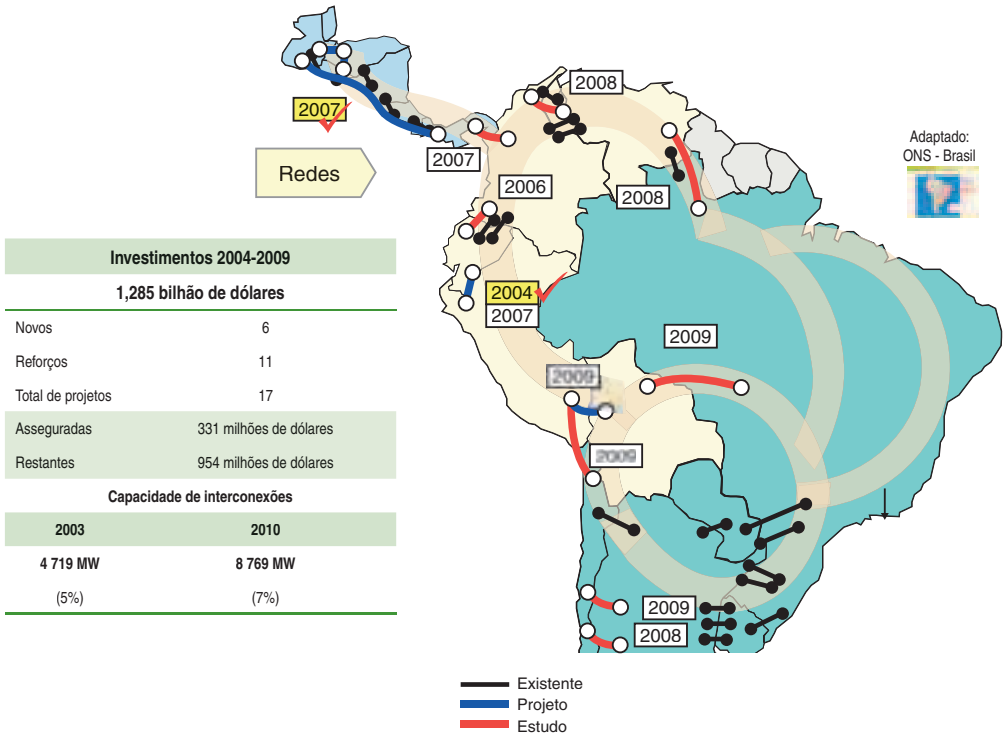
■ **Gás natural.** À região ibero-americana corresponde tão-somente 4,2% das reservas mundiais de gás natural; destas, 33% estão concentradas nos países da ex-União Soviética e 40,5% nos países do Oriente Médio. Na região, 52% das reservas se encontram na República Bolivariana da Venezuela, cerca de 14% estão no México e quase 10% na Bolívia e na Argentina. Estima-se que as reservas de gás natural disponíveis na Ibero-América seriam suficientes para atender ao consumo durante 43 anos.

■ **Carvão mineral.** A região possui apenas cerca de 2% das reservas mundiais de carvão mineral, porém dispõe desse recurso para consumo por mais de 238 anos. Dois países respondem por 74% das reservas ibero-americanas: Colômbia (41%) e Brasil (33%). Em escala internacional, entretanto, as jazidas de carvão da região não são muito competitivas, em virtude do alto teor de enxofre desse mineral. O futuro do carvão na América Latina dependerá da evolução da ampliação da potência elétrica instalada e da sua competitividade com relação ao gás natural e ao óleo combustível na geração térmica.

8. O projeto de um corredor latino-americano de interconexão elétrica

■ A materialização deste projeto exigiria um investimento de 1,285 bilhão de dólares.

■ Mapa V.1 ■
O corredor latino-americano de interconexão



Fonte: CIER, Estudo elaborado pela ISA.
Nota: Os limites e os nomes que figuram neste mapa não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

9. A América do Sul registrou notável crescimento da infra-estrutura de gasodutos internacionais que se reflete em uma extensão de aproximadamente 6.000 quilômetros e um investimento de 3,4 bilhões de dólares

■ Mapa V.2 ■
Correntes de comércio do gás natural e investimentos em gasodutos
Importações-exportações de gás natural, 2004
(Em milhões de metros cúbicos diários)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em informação da Assistência Recíproca Petrolífera Estatal Latino-Americana (ARPEL).
Nota: Os limites e os nomes que figuram neste mapa não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

■ Durante a década de 1990 foram consolidadas na região obras de interconexão e de transporte de gás que facilitaram sua penetração e emprego em substituição a outros combustíveis. As exportações de gás da Argentina e Bolívia com destino aos mercados do Chile, Brasil e Uruguai ascenderam a 18% da demanda da região em 2003.

■ Quadro V.4 ■
Corredor latino-americano de interconexão:
montante de investimentos e capacidade de produção por gasodutos

País	Gasoduto	Investimento (Milhões de dólares)	Capacidade (Milhões de m³)
Argentina-Chile	No andino	241	5
	Atacama	230	9
	Gasandes	162	10
	Pacífico	150	3,5
	Methanex YPF	2	2
	Methanex SIP	3	1,3
	Methanex PAN	7	2
Argentina-Chile	TGM (Uruguiana)	125	2,8
Argentina-Uruguai	Petrouuguay	4	1
	Cruz del Sur	40	6
Total Argentina		964	42,6
Bolívia-Brasil	Gasbol	2 100	30
	Lateral Cuiabá	120	2,8
	Uruguiana-Porto Alegre	180	2,8
Bolívia-Argentina	Yabog I	n.a	8,2
Total Bolívia		2 400	43,8

10. O investimento total necessário para satisfazer a crescente demanda mundial de hidrocarbonetos nos próximos 25 anos ascende a 6 trilhões de dólares,^a 13% dos quais correspondem à América Latina

■ Para assegurar o consumo mundial de hidrocarbonetos durante os próximos 25 anos será necessário realizar investimentos que permitam que os 77.000 barris diários consumidos em 2002 aumentem para 120.000 em 2030.

■ A Agência Internacional de Energia (AIE) estima que na América Latina será preciso um investimento da ordem de 253 bilhões de dólares até 2030 —8,4 bilhões de dólares anuais em média— para atender às exigências internas e de exportação de petróleo.

■ A destinação da maior parte do investimento petroleiro mundial deverá ser a exploração e desenvolvimento de jazidas (72%). Este também é o caso da América Latina onde 241 bilhões de dólares serão necessários para tais atividades no período considerado. Esse montante, segundo a AIE, será investido principalmente em projetos de petróleo convencional no Brasil e na República Bolivariana da Venezuela e de petróleo cru pesado na faixa do Orinoco.

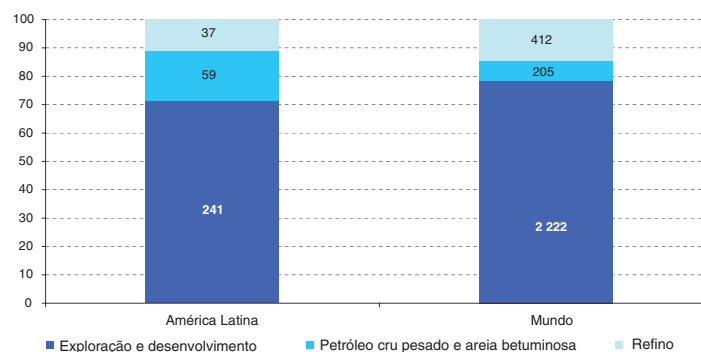
■ No que se refere ao gás natural, a maior parte do investimento mundial (1,73 trilhão de dólares) será usada para expandir a capacidade de produção com vistas a atender ao notório crescimento da demanda que em 2030 duplicaria a de 2001. Além disso, a AIE estima que será necessário um número crescente de gasodutos transfronteiriços de alta pressão, bem como usinas de liquefação e regasificação do gás natural liquefeito (GNL), projetos que suporiam um investimento mundial de 673 bilhões de dólares.

■ As oportunidades de investimento nas fases iniciais da cadeia de produção, os gasodutos de exportação e os projetos de gás natural liquefeito permitiriam maior complementaridade entre países, novas relações entre empresas estatais e alianças estratégicas com investidores privados.

■ Gráfico V.21 ■

Projeção dos investimentos em projetos petrolíferos (2001-2030)

(Em porcentagens; os números dentro de cada barra indicam valor em bilhões de dólares)

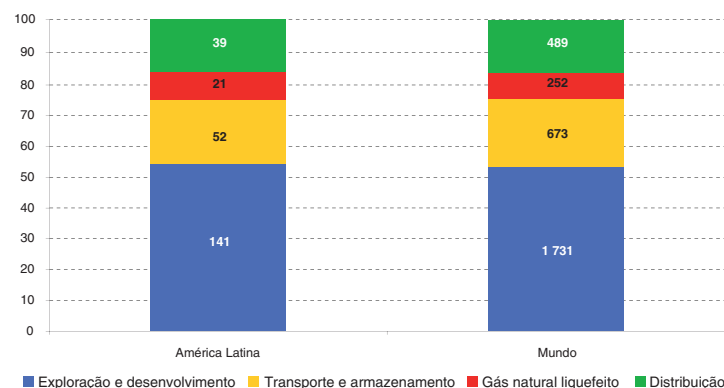


Fonte: Agência Internacional de Energia (AIE), *World Energy Investment Outlook*, 2003.

■ Gráfico V.22 ■

Projeção dos investimentos em projetos gasíferos (2001-2030)

(Em porcentagens; os números dentro de cada barra indicam valor em bilhões de dólares)



Fonte: Agência Internacional de Energia (AIE), *World Energy Investment Outlook*, 2003.

^a 6 x 10¹² dólares dos Estados Unidos.

C. Síntese e conclusões

- A dotação de recursos naturais da região permite uma participação crescente no comércio internacional. Isso exige políticas públicas cada vez mais eficazes e uma responsabilidade empresarial maior, a fim de garantir que sua exploração seja social e ambientalmente sustentável.
- A região não só deve proteger seu patrimônio natural mediante a diminuição do desmatamento, a melhoria do uso dos solos e a garantia da integridade dos recursos hídricos e da biodiversidade, como também incrementar o conhecimento disponível, assegurando os direitos de propriedade intelectual sobre esse patrimônio.
- Os mecanismos de cooperação deveriam ajudar no fomento de cenários propícios à adoção de tecnologias e ao desenvolvimento da capacidade de inovação dos países. O desenvolvimento de conglomerados produtivos em torno dos recursos naturais, além

de dinamizar o consumo interno, permitiria maior propagação do conhecimento e absorção do progresso técnico, que potenciaria a capacidade dos países de produzir e exportar serviços tecnológicos.

- A equidade social, a proteção do meio ambiente e a segurança do abastecimento são três propósitos que se fundem em um só: o desenvolvimento energético sustentável. A diversificação da oferta e o uso eficiente da energia, juntamente com a integração dos mercados e a cooperação energética, contribuem de maneira substantiva para esse propósito.
- O investimento estrangeiro direto desempenhou uma função determinante no desenvolvimento da mineração, já que se constitui em um elemento-chave para aumentar a eficiência e facilitar a transferência de tecnologia e conhecimento a partir do exterior.

Migração internacional na Ibero-América

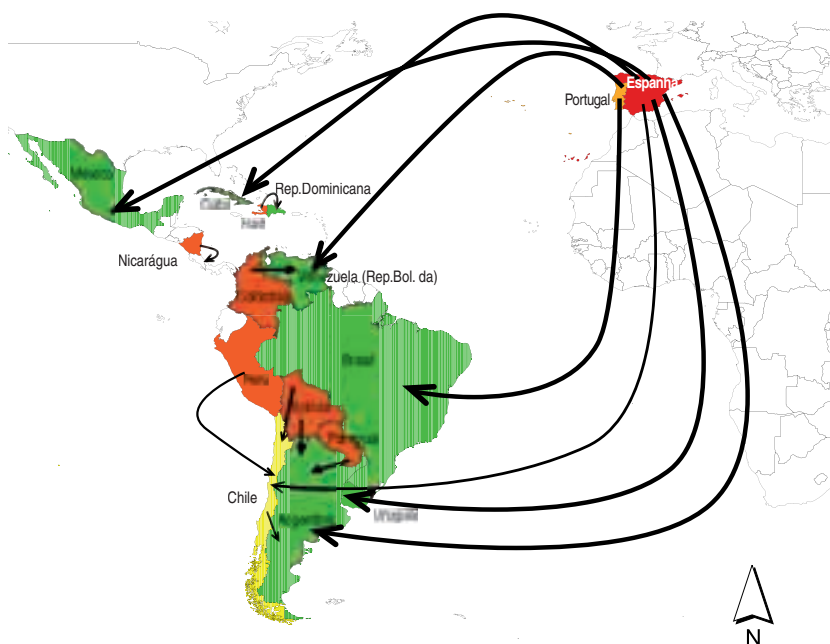


A. Padrões e tendências das migrações internacionais na Ibero-América

1. A migração internacional: uma constante na construção das sociedades na Ibero-América

■ Mapa VI.1 ■

Principais correntes migratórias no espaço ibero-americano, 1850-1950



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenhos de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

Nota: Os limites e os nomes que figuram neste mapa não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

■ A migração internacional tem sido um traço constante da história dos países da Ibero-América. Em virtude dos vínculos com o Velho Mundo que têm os países da América Latina e do Caribe, estes receberam, desde o período colonial até meados do século XX, numerosos imigrantes de além-mar, originários na sua maioria do Sul da Europa, os quais dominaram as correntes migratórias durante muitas décadas e ainda têm uma presença destacada em vários países.

■ Estima-se que da Espanha, do final do século XIX até a década de 1950, chegaram aos países da região cerca de 3,5 milhões de pessoas. No caso de Portugal, pode-se estimar uma cifra da ordem de um milhão de pessoas.

■ A região também recebeu pessoas oriundas de outros países europeus —a Itália e a Alemanha principalmente— e, em menor escala, da África, da Ásia (notadamente chineses, indianos e japoneses) e do Oriente Médio.

2. A partir da década de 1950, a imigração na América Latina e no Caribe começou a diminuir, enquanto a emigração cresceu aceleradamente e hoje constitui um fenômeno demográfico de enorme dimensão

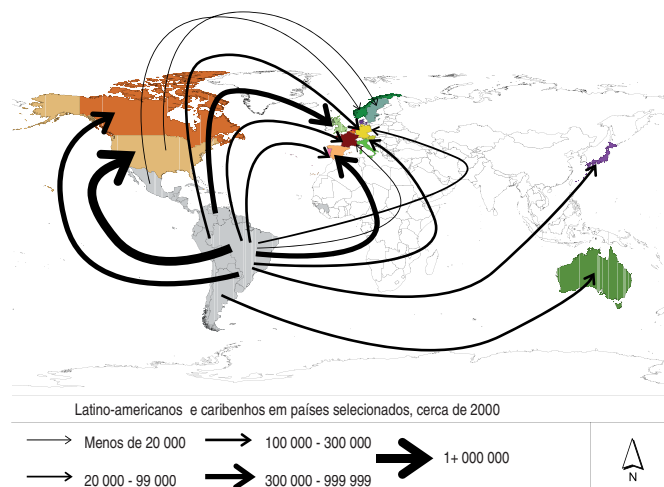
■ A partir da década de 1950, a América Latina e o Caribe começaram a atrair menos imigrantes, enquanto a migração dentro da região e os deslocamentos para o exterior adquiriram muito maior dinamismo.

■ O número de migrantes latino-americanos e caribenhos cresceu consideravelmente nos últimos anos, chegando a pouco mais de 21 milhões de pessoas em 2000 e a quase 26 milhões em 2005. Estas cifras, que não incluem a mobilidade temporal, equivalem à população de um país da região de tamanho demográfico médio e representam 13% dos migrantes internacionais existentes no mundo. Este percentual supera a proporção da população mundial correspondente à América Latina e ao Caribe, que é de 8,6%.

■ Uma primeira aproximação do efeito demográfico da migração na região permite observar que a soma de todos os imigrantes, que representam 1,1% da população regional, equivale à quarta parte do total dos emigrantes.

■ Mapa VI.2 ■

Correntes de emigrantes da América Latina para o resto do mundo

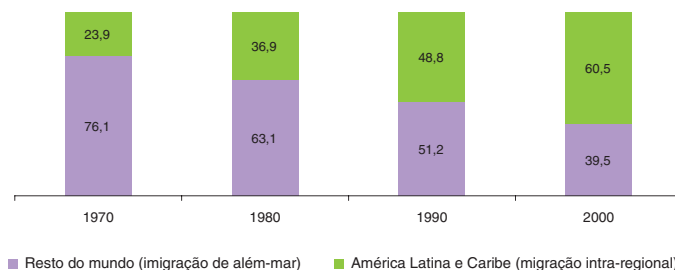


Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América (IMILA).

Nota: Os limites e os nomes que figuram neste mapa não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

■ Gráfico VI.1 ■

América Latina e Caribe: porcentagens da população imigrante por origem, 1970-2000

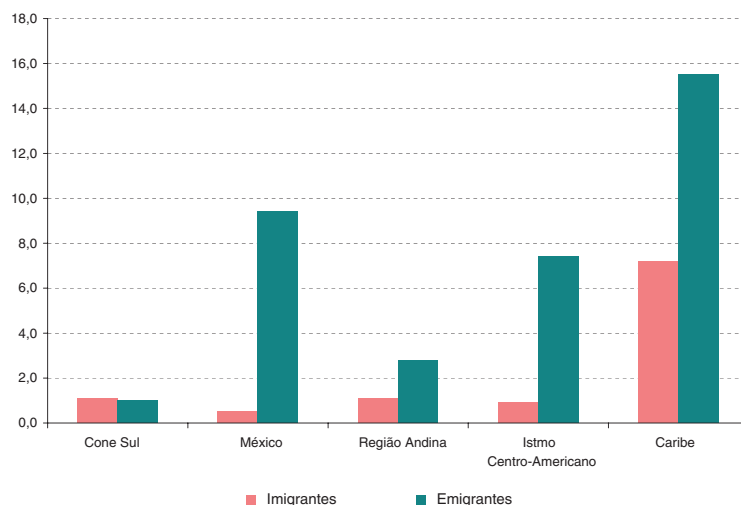


Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

3. Em um contexto sub-regional, o peso da população emigrada é muito maior no Caribe, na América Central e no México do que na América do Sul

■ Gráfico VI.2 ■

Porcentagens regionais de imigrantes e emigrantes em relação à população total, cerca de 2000



■ A notável emigração desde os países latino-americanos e caribenhos não se manifesta de maneira homogênea na região.

■ Em termos relativos, os efeitos da imigração e da emigração nos totais das populações nacionais variam conforme a sub-região: nos países do Cone Sul, o índice de imigrantes é 0,1% maior que o de emigrantes. Os emigrantes são quase três vezes mais numerosos do que os imigrantes nos países andinos, sete vezes no Istmo Centro-Americano e nove vezes no México.

■ Na América Latina, os índices mais altos de emigrantes oscilam entre 8% e 15%, destacando-se os casos de Cuba, El Salvador, México, Nicarágua, República Dominicana e Uruguai. Cabe notar que em alguns países caribenhos, esse índice é de mais de 40%.

Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

4. Três quartas partes dos migrantes latino-americanos concentram-se nos Estados Unidos. Ultimamente, entretanto, vem-se observando a ampliação e diversificação dos países de destino

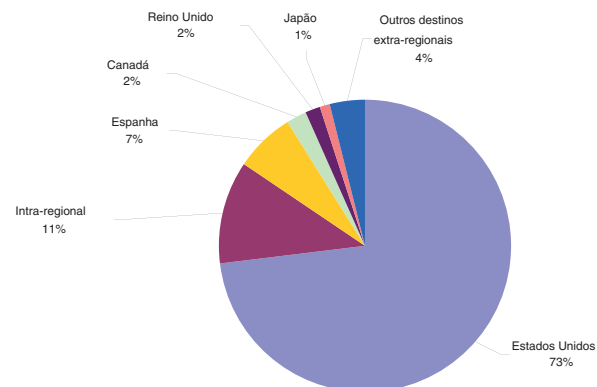
■ Os destinos extra-regionais das correntes migratórias latino-americanas e caribenhas foram-se ampliando e diversificando gradativamente. Os Estados Unidos são o principal destino dos emigrantes regionais. Esse país recebeu aproximadamente três quartas partes dos migrantes da região (19,3 milhões de pessoas).

■ Mais de 3,7 milhões de latino-americanos e caribenhos que se encontram fora da região não residem nos Estados Unidos. Dentre os novos destinos extra-regionais destaca-se a Espanha, o segundo destino mais importante dos migrantes regionais, seguido do Canadá e do Japão.

■ A migração intra-regional compreende cerca de três milhões de pessoas a mais. Em 2000 vieram somar-se aos países tradicionalmente receptores —Argentina, Costa Rica e República Bolivariana de Venezuela— outros destinos que no último período recenseado acusaram um aumento significativo de sua população de imigrantes, entre os quais o Chile e alguns países do Caribe.

■ Gráfico VI.3 ■

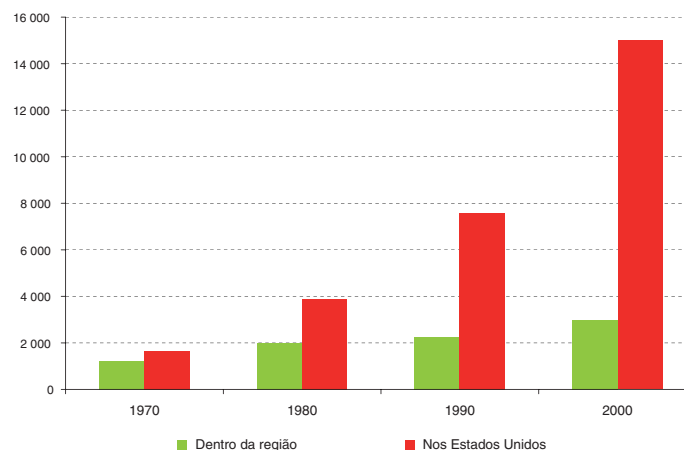
América Latina e Caribe: principais destinos dos emigrantes, cerca de 2000



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

■ Gráfico VI.4 ■

América Latina e Caribe: migrantes internacionais dentro da região e nos Estados Unidos, 1970-2000

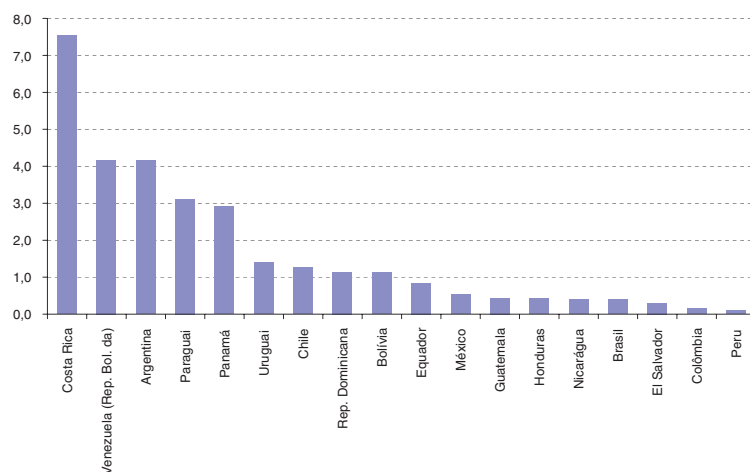


Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

5. A migração dentro da Ibero-América está em plena vigência

■ Gráfico VI.5 ■

América Latina: porcentagem de imigrantes em relação à população total



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

■ Durante os anos noventa —em contraste com a década de 1980— houve uma recuperação da mobilidade intra-regional, sobretudo entre países fronteiriços ou situados geograficamente próximos, que coincidiu com o renovado interesse nos projetos de integração sub-regional.

■ Procurou-se, no contexto desses projetos, uma crescente liberalização da mobilidade, conforme o demonstram as medidas recentemente adotadas no sentido de facilitar tal mobilidade dentro do Mercosul e da Comunidade Andina. Na América Central, os avanços foram mais lentos, porém também foram dados passos nessa direção.

■ As pessoas nascidas em países da região representaram mais de 60% dos imigrantes registrados em 2000 na América Latina e no Caribe. Além disso, vários países começaram a combinar a sua condição de receptor com a de emissor, de trânsito e de retorno —o caso não só de vários Estados da América Central como o do Chile.

■ A população de espanhóis nos países da região tem um ligeiro predomínio feminino e é de 300.000 pessoas, 59% das quais com mais de 60 anos de idade. Os portugueses no Brasil e na República Bolivariana da Venezuela, principais países receptores dos imigrantes dessa nacionalidade, são na sua maioria homens e somam 270.000 pessoas.

6. A imigração dentro da Ibero-América se caracteriza pela segmentação laboral

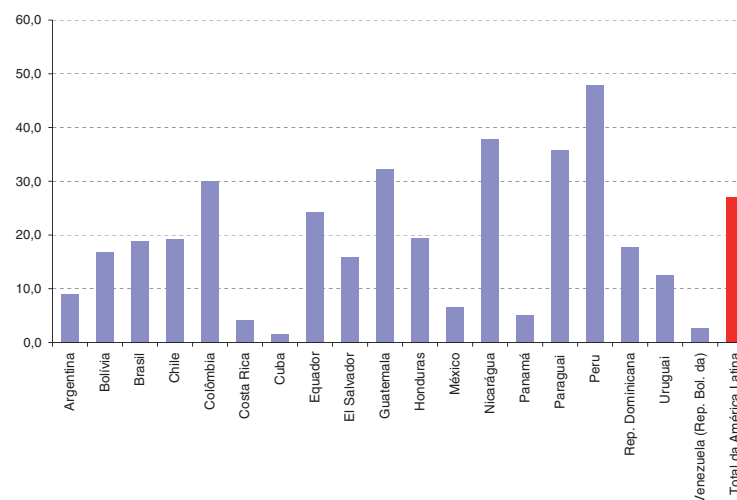
■ A migração intra-regional na América Latina apresenta outras características notórias, além da sua magnitude. Cabe destacar o seguinte: em primeiro lugar, o fato de a maioria dos migrantes intra-regionais ser constituída por mulheres; em segundo lugar, a concentração da migração em zonas preferentemente urbanas; em terceiro lugar, o aumento da migração de trabalhadores qualificados entre os países, e, em quarto lugar, a menor incidência de déficit habitacional entre os imigrantes da região em comparação com os naturais dos países de destino.

■ O traço que mais se destaca é a inserção segmentada no mercado de trabalho, que no caso das mulheres é patente, exceto em relação a Cuba e à República Bolivariana da Venezuela. O serviço doméstico constitui uma das oportunidades mais freqüentes de emprego para as migrantes. A combinação de nacionalidade, etnia e ocupação distingue as trabalhadoras estrangeiras das nacionais e expõe as primeiras, embora não em todos os casos, a discriminações entrecruzadas.

■ No caso da migração intra-regional, mais de um quarto das mulheres migrantes (27%) estão ocupadas no serviço doméstico. Certas nacionalidades registram um índice acima da média: no caso das colombianas, guatemaltecas, nicaragüenses, paraguaias e peruanas, ele ascende a mais de 30% das migrantes economicamente ativas.

■ Gráfico VI.6 ■

Porcentagem de mulheres imigrantes ocupadas no serviço doméstico nos países da América Latina, por país de nascimento, cerca de 2000

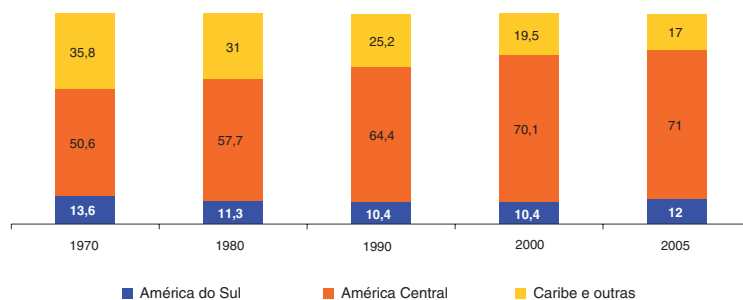


Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenh de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

7. Os Estados Unidos são o principal destino da migração regional e a maioria dos latino-americanos que emigram para esse país provém da América Central e do México

■ Gráfico VI.7 ■

Estados Unidos: porcentagem de imigrantes latino-americanos e caribenhos por sub-regiões de origem, 1970-2005



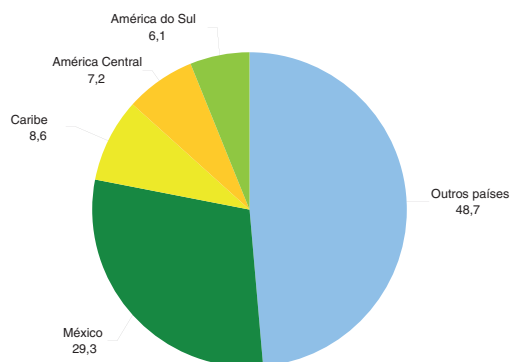
Fonte: Censos demográficos nacionais de 1970 a 2000 e *Current Population Survey*, 2005.

■ Entre 1990 e 2005, o número de imigrantes latino-americanos e caribenhos presentes nos Estados Unidos aumentou 130%, elevando-se a 19,3 milhões de pessoas (um milhão a mais do que no ano anterior). Desses imigrantes, 71% (13,7 milhões) são centro-americanos e mexicanos, 17% são caribenhos, e os 12% restantes, sul-americanos. Deve-se, também, destacar que os mexicanos são maioria no grupo que formam com os centro-americanos.

■ De modo geral, os imigrantes de um mesmo país de nascimento mantêm especificidades na sua migração para os Estados Unidos que vão além das características compartilhadas.

■ Gráfico VI.8 ■

Estados Unidos: porcentagem de imigrantes por país de nascimento, 2005



Fonte: *Current Population Survey*, 2005.

8. Os imigrantes nos Estados Unidos oriundos da América Latina e do Caribe apresentam uma heterogeneidade sociodemográfica marcante conforme sua sub-região de origem

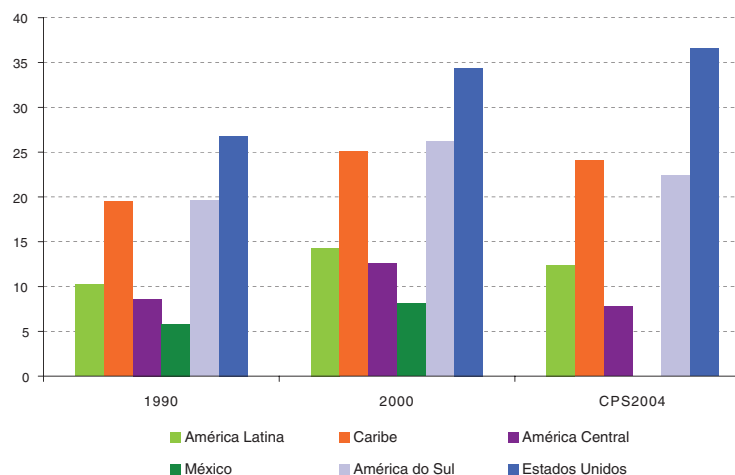
■ As características sociodemográficas dos imigrantes regionais nos Estados Unidos são heterogêneas. Sua inserção no mercado de trabalho está, em princípio, associada ao nível de escolaridade: os sul-americanos e caribenhos apresentam os melhores indicadores de inserção no mercado de trabalho, medida com base nas atividades profissionais e técnicas exercidas. No outro extremo encontram-se os centro-americanos e mexicanos, estes últimos com a menor proporção de exercício das citadas atividades.

■ O índice de profissionais e técnicos no total de imigrantes regionais nos Estados Unidos está muito longe do correspondente à população ocupada nascida nos Estados Unidos.

■ Os mexicanos e centro-americanos têm maior concentração de população em idade ativa e seus perfis de escolaridade são mais baixos do que os dos caribenhos e sul-americanos.

■ Gráfico VI.9 ■

Estados Unidos: porcentagem de profissionais e técnicos dentre a população economicamente ativa, por região ou país de nascimento, 1990, 2000 e 2004



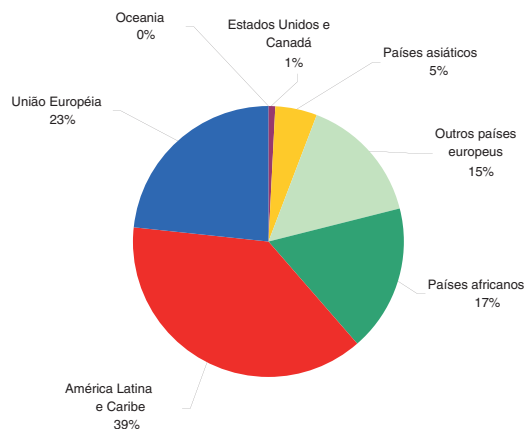
Fonte: Censos demográficos nacionais de 1990 e 2000 e *Current Population Survey*, 2004.

Nota: No Censo de 1990, a América Central não inclui Belize e a América do Sul não inclui o Brasil; no Censo de 2000, a América do Sul não inclui o Paraguai e o Uruguai. Os dados da Pesquisa Contínua da População de 2004 incluem os mexicanos na América Central.

9. A migração latino-americana para a Espanha e Portugal tem grande intensidade

■ Gráfico VI.10 ■

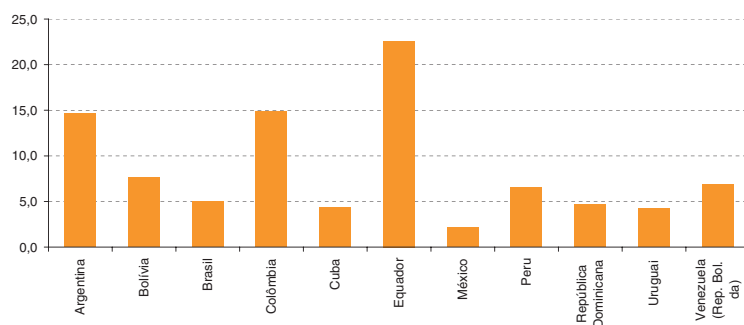
Espanha: imigrantes por regiões de origem, 2006



Fonte: INEbase, "Padrón municipal de habitantes, 2006", Madrid, Instituto Nacional de Estadística.

■ Gráfico VI.11 ■

Espanha: percentagem da participação dos imigrantes por país de nascimento no conjunto dos imigrantes latino-americanos, 2006



Fonte: INEbase, "Padrón municipal de habitantes, 2006", Madrid, Instituto Nacional de Estadística.

■ A partir dos anos noventa, as correntes migratórias para a Espanha aumentaram consideravelmente. As pessoas nascidas nos países da América Latina e recenseadas na Espanha passaram de 210.000, em 1991, para 840.000, em 2001. A tendência que esses números refletem é confirmada por outras fontes, como os dados do Padrão Municipal de Habitantes, segundo os quais havia no país, em janeiro de 2006, mais de 1,7 milhão de pessoas nascidas na América Latina (200.000 mais do que em 2004), das quais mais de 1,3 milhão não possuíam a nacionalidade espanhola.

■ As pessoas nascidas na América do Sul representam 82% dos emigrantes da região para a Espanha. Dois terços dessas pessoas provêm da Argentina, da Colômbia e do Equador. Esses emigrantes são, na sua maioria, mulheres.

■ Em Portugal, a escala e a dinâmica da migração são muito menores. Em 2000, segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), cerca de 75.000 pessoas nascidas na América Latina residiam em Portugal, das quais 39.000 não possuíam a nacionalidade portuguesa. A grande maioria desses imigrantes provém do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela, seguindo um padrão em conformidade com as ligações de uma antiga migração portuguesa.

B. Migração Internacional na Ibero-América: riscos e desafios

1. Na Espanha a inserção no mercado de trabalho se dá principalmente no serviço doméstico e no setor de construção

■ O protagonismo da mulher na migração oriunda da região e direcionada para a Espanha apresenta estreita relação com a demanda de mão-de-obra imigrante em nichos de trabalho tradicionalmente femininos, entre os quais se encontram o serviço doméstico e o cuidado de idosos. Mais de 40% das estrangeiras economicamente ativas e maiores de 16 anos nascidas em países latino-americanos estão ocupadas no serviço doméstico.

■ Mais de 30% dos homens trabalham no setor de construção. A indústria e a agricultura são outros setores relevantes para os latino-americanos.

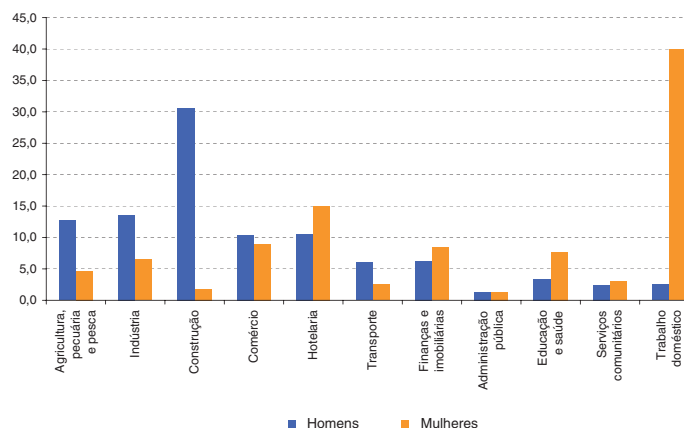
■ Durante o ano de 2005, os latino-americanos sem nacionalidade espanhola receberam 51% das permissões de trabalho outorgadas pelo governo.

■ Na Espanha, a proporção dos imigrantes latino-americanos com nível educacional superior é menor do que a correspondente à população espanhola. Os imigrantes oriundos da Bolívia, da Colômbia e do Equador apresentam os índices mais baixos, enquanto os nascidos na Argentina, Chile, Cuba e República Bolivariana da Venezuela (especialmente os homens) superam a proporção da população espanhola com estudos superiores.

■ Gráfico VI.12 ■

Espanha, 2001: distribuição ocupacional dos imigrantes latino-americanos por ramo de atividade econômica, por gênero

(Em porcentagens)

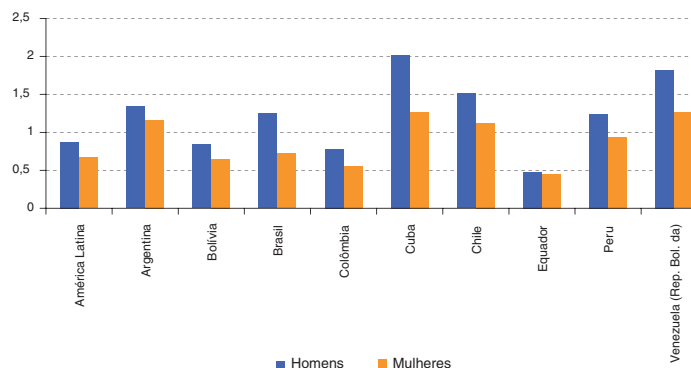


Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), *Censo de Población y Vivienda de 2001*, Madrid.

■ Gráfico VI.13 ■

Nível educacional superior dos estrangeiros de 16 a 54 anos de idade residentes na Espanha, por nacionalidade

(Índice Espanha=1)

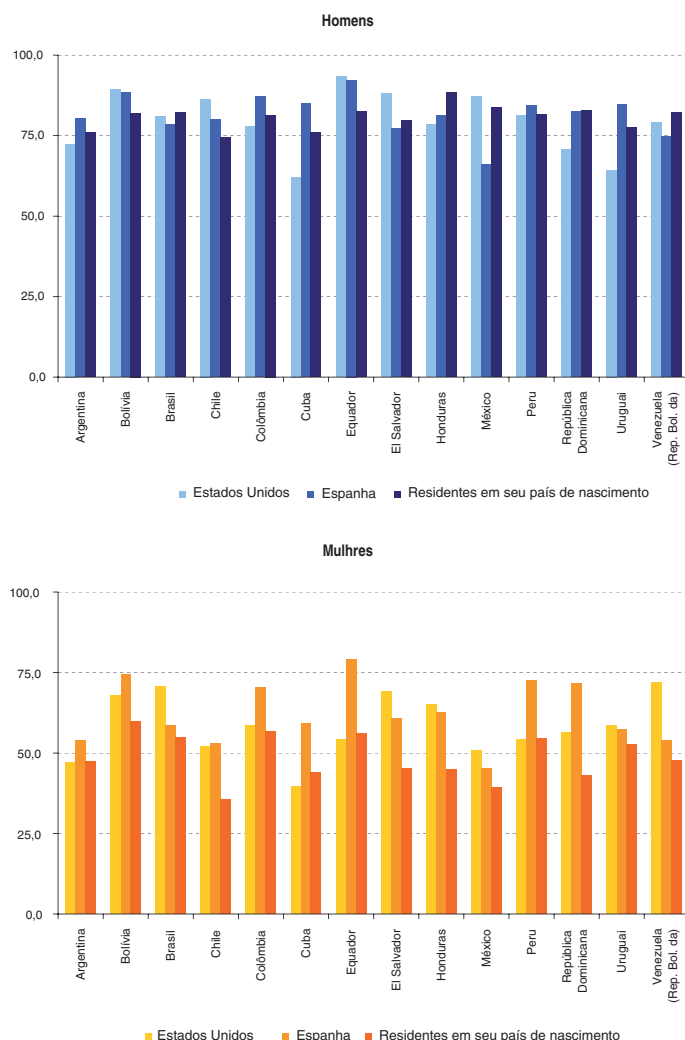


Fonte: Instituto Nacional de Estadística (INE), *Censo de Población y Vivienda de 2001*, Madrid.

2. Dadas as suas características, a migração supõe uma série de riscos e oportunidades

■ Gráfico VI.14 ■

América Latina (14 países): taxas de atividade econômica de pessoas residentes em seu país de nascimento e de emigrantes para os Estados Unidos e a Espanha, cerca de 2000



Fonte: *Current Population Survey, 2002*; Instituto Nacional de Estadística (INE), *Censo de Población de España 2001*, Madrid; Organização Internacional do Trabalho, com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Base de Estatísticas e Indicadores Sociais (BADEINSO), 2000.

Nota: Os dados dos Estados Unidos correspondem à população de 14 anos de idade em diante. No caso da Espanha, referem-se à população estrangeira de 16 anos de idade em diante, e no caso dos residentes em seu país de nascimento, maiores de 15 anos de idade.

■ Em termos comparativos, a região se caracteriza pela emigração de mão-de-obra: nos dois principais países de destino extra-regionais, Estados Unidos e Espanha, as taxas de atividade econômica dos migrantes superam as da população do país de origem, especialmente no caso das mulheres.

■ A demanda por trabalhadores migrantes nos países desenvolvidos aumenta, não só quando se trata do trabalho em áreas que requerem pouca capacitação —como agricultura, limpeza e manutenção, construção, serviço doméstico e cuidado de doentes—, mas também no caso das que exigem grande especialização. Muitos migrantes trabalham na economia informal, em condições precárias e sem proteção social.

■ Existe um consenso geral a respeito da contribuição potencial do trabalho dos migrantes para o crescimento e desenvolvimento dos países de origem e destino. Nos países de origem, a migração se traduz, por exemplo, nas remessas e nas transferências de capital, conhecimentos e tecnologia. Seria, entretanto, necessário relativizar tais contribuições em função das perdas que a emigração pode representar, em alguns países, em termos de recursos humanos qualificados.

3. A inserção no mercado de trabalho dos migrantes qualificados geralmente não corresponde a seu nível educacional

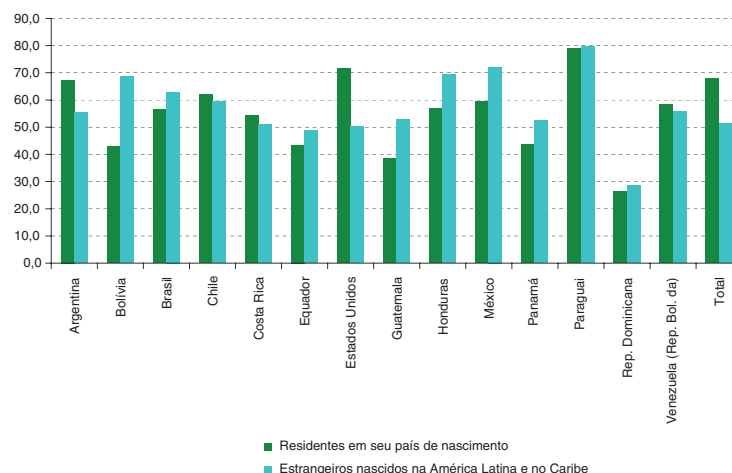
■ Segundo a informação censitária disponível até a data da rodada de 2000, 51% dos migrantes com formação universitária nascidos na América Latina e no Caribe e residentes nos países da região e nos Estados Unidos não ocupam cargos de direção ou de nível profissional, enquanto o mesmo índice correspondente às pessoas que residem em seus países de nascimento é de 68%.

■ Essa tendência regional sofre, entretanto, enorme influência dos dados dos principais países de imigração: Argentina, Chile, Costa Rica, Estados Unidos e República Bolivariana de Venezuela. Nesses países, a porcentagem de migrantes regionais com formação universitária empregados em níveis de direção e profissionais é mais baixa do que a da população nacional.

■ Em contraposição, os imigrantes universitários nos países com saldos migratórios negativos (maior número de emigrantes do que de imigrantes) conseguem maior inserção em cargos de direção e em níveis profissionais do que seus nacionais.

■ Gráfico VI.15 ■

América Latina (14 países) e Estados Unidos: porcentagem de pessoas residentes em seu país de nascimento e de imigrantes latino-americanos com formação universitária ocupados em níveis de direção e profissionais, cerca de 2000

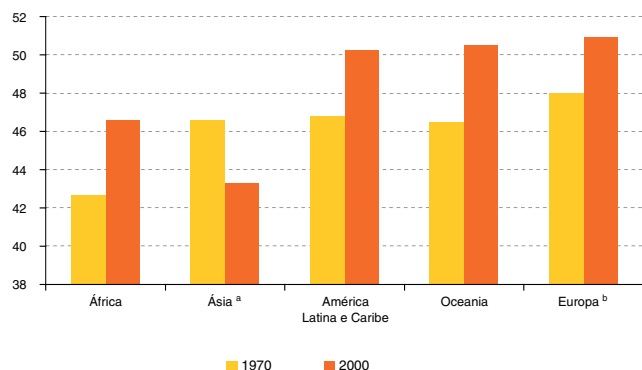


Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

4. A presença feminina nas correntes migratórias está relacionada com a sua crescente participação no mercado de trabalho

■ Gráfico VI.16 ■

Proporção de mulheres dentre os migrantes internacionais, por regiões, 1970 e 2000
(Em porcentagens)



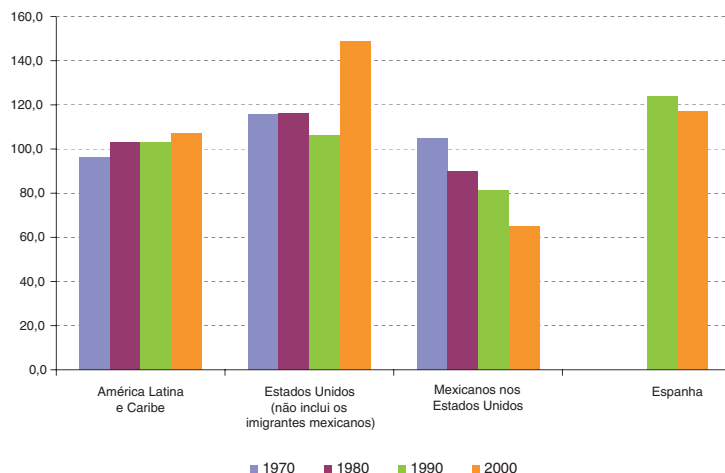
Fonte: Nações Unidas, *Trends in Total Migrant Stock: The 2003 Revision*, Nova York, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DAES).

^a Excluem-se a Armênia, Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Quirquístão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

^b Excluem-se a Bielo-Rússia, Estônia, Letônia, Lituânia, Rep. da Moldávia, Federação Russa e Ucrânia.

■ Gráfico VI.17 ■

Número de mulheres por cada 100 homens imigrantes nascidos na América Latina, por região e país de residência, 1970-2000



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

■ A participação das mulheres na migração latino-americana e caribenha é notória há décadas, bem como majoritária. Em 2000, as mulheres foram predominantes em relação aos homens nos Estados Unidos (à exceção dos imigrantes mexicanos) e na Espanha.

■ A composição das correntes migratórias segundo o gênero apresenta estreita relação com o grau de complementaridade entre os mercados de trabalho dos países, a demanda por mão-de-obra em atividades de serviços, os efeitos das redes e as modalidades da reunificação familiar, em contraste com o passado em que predominava a migração feminina para fins de reunificação familiar.

■ É nessa direção que aponta a presença marcante do serviço doméstico como modalidade de inserção no mercado de trabalho das imigrantes sul-americanas na Europa e, em menor grau, nos Estados Unidos e no Canadá. A reunificação familiar, que foi um motivo freqüente do ingresso de mulheres nos Estados Unidos, perdeu peso em comparação com as razões laborais.

5. Evolução e impacto das remessas

■ Uma consequência da emigração originada na América Latina e no Caribe é o fluxo de remessas que em 2005 chegou a um montante regional estimado em 54 bilhões de dólares. O México, o Brasil e a Colômbia concentram mais de 60% do total das remessas recebidas na região, enquanto a Guatemala, El Salvador e a República Dominicana são os destinatários de outros 20%.

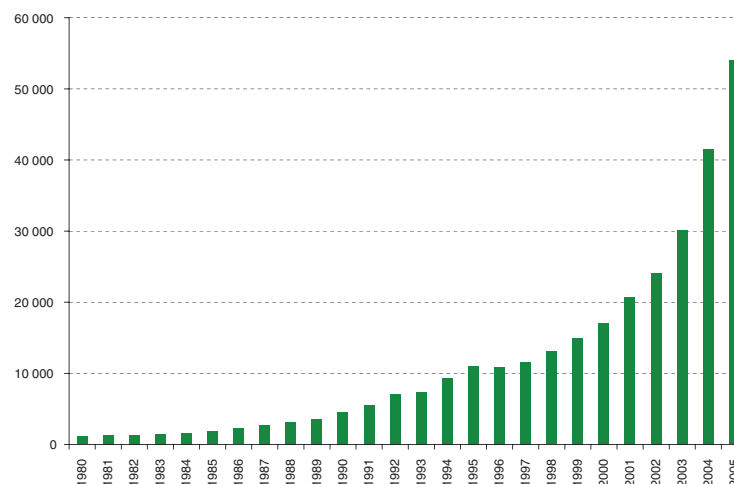
■ O tema das remessas está suscitando um amplo debate cuja base empírica é muito desigual nos países da região. Os dados de pesquisas domiciliares indicam que o efeito das remessas na redução da pobreza e na distribuição da renda do conjunto da população é pouco significativo, muito embora seja considerável nos lares receptores.

■ Nos países em que a emigração tem alta incidência, esses efeitos são muito maiores.

■ Gráfico VI.18 ■

Evolução das remessas na América Latina, 1980-2005

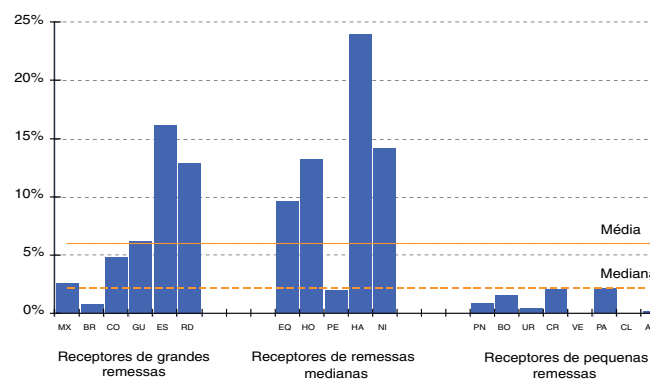
(Em milhões de dólares a preços correntes)



Fonte: Fundo Monetário Internacional, *Balance of Payments Statistics 2005*, e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2005.

■ Gráfico VI.19 ■

América Latina (19 países): remessas como proporção do produto interno bruto, 2000



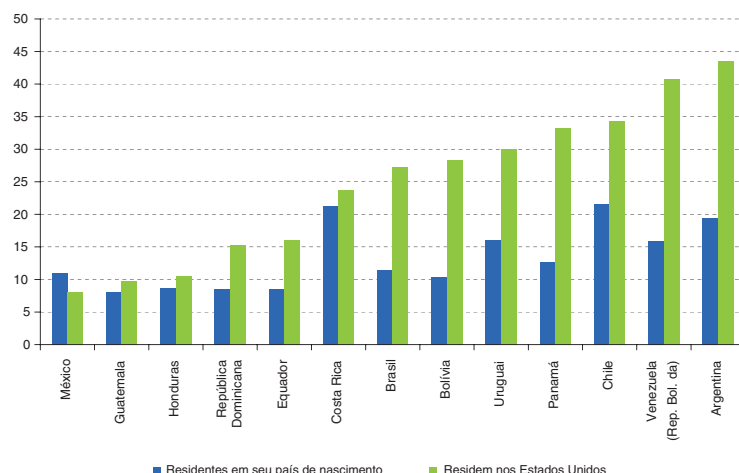
Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, com base em informação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Base de Estatísticas e Indicadores Sociais (BADEINSO), e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

6. A perda de recursos humanos qualificados persistem

■ Gráfico VI.20 ■

América Latina (13 países): taxa de ocupação de cargos profissionais, técnicos e afins por país de residência, cerca de 2000

(Em porcentagens da população economicamente ativa)



Fonte: Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL, Projeto de Pesquisa da Migração Internacional na América Latina (IMILA).

■ A América Latina e o Caribe vêm há décadas registrando perdas de população altamente qualificada, enquanto os possíveis benefícios associados ao retorno desses recursos humanos não parecerem haver se concretizado de maneira patente. Destacam-se, dentre os fatores que propiciam a emigração de pessoal qualificado, as condições do mercado de trabalho e as dificuldades no campo da pesquisa, da ciência e da tecnologia observadas nos países em desenvolvimento, às quais se associa a ativa demanda, nesses países, de competências específicas.

■ Pode-se observar que, à exceção do México, a proporção da população economicamente ativa que ocupa cargos profissionais e técnicos e reside no seu país natal é menor do que a da mesma população residente nos Estados Unidos. Este indicador reflete uma proporção generalizada de profissionais e técnicos maior nos Estados Unidos do que nos países de origem.

■ É especialmente preocupante a situação dos países de economias menores, já que estes costumam ver-se mais afetados pela emigração de seus profissionais para países desenvolvidos, a exemplo do que ocorre com a emigração de enfermeiras e docentes das nações caribenhas. Todavia, os países mais populosos da região também acusam perdas consideráveis, posto que a emigração de profissionais de áreas muito especializadas constitui uma fuga de conhecimentos em variados âmbitos do saber que pode restringir ou atrasar o desenvolvimento nos países de origem.

C. Considerações finais

1. O aumento, a diversificação e a heterogeneidade das características das correntes migratórias indicam a necessidade de políticas de vinculação entre os emigrantes e seus países de origem

■ As políticas de vinculação são recentes nos países da região e muitas vezes pautam-se mais pelas contribuições que os migrantes possam fazer ao país de origem do que por suas reais necessidades e interesses. Até o momento, poucos países apresentam uma política oficial integral de vinculação que trate o tema em todas as suas dimensões e se oriente para todos os emigrantes.

■ Nas recomendações emanadas do Encontro Ibero-Americano sobre Migração e Desenvolvimento, realizado em julho de 2006, reconhece-se que uma vinculação efetiva dos países com seus nacionais emigrados exige uma decidida reafirmação dos direitos humanos, a fim de garantir sua proteção além das fronteiras nacionais, e o reconhecimento da dupla nacionalidade. Reconhece-se, também, a importância do estabelecimento de uma estratégia de promoção da cultura do país de origem e da reafirmação da identidade, com vistas à construção de uma multiculturalidade concertada. Destaca-se a necessidade do envio das remessas por via bancária e da elaboração de marcos reguladores comuns que proporcionem garantias de transparência e segurança às pessoas que enviam e recebem esses valores. Por último, conclui-se que é fundamental afiançar os vínculos entre os imigrantes, suas organizações e os Estados de origem, bem como apoiar o desenvolvimento de organizações de imigrantes.

■ Bloco VI.1 ■

Iniciativas desenvolvidas pelos países de origem para estimular a vinculação com os emigrantes

Extensão de direitos aos nacionais no estrangeiro

- Dupla nacionalidade
- Voto no exterior
- Representação direta no parlamento
- Direito de filiação a administradoras de fundos de pensão no país de origem a partir do exterior

Institucionalidade

- Divisão administrativa virtual
- Ministério ou secretaria independente
- Divisão dependente do ministério ou secretaria de relações exteriores

Atenção e comunicação

- Página web com informação dirigida aos emigrantes
- Guia prático de vinculação para os emigrantes
- Programa de melhoria da assistência e proteção consular

Vinculação econômica

- Programas de uso produtivo das remessas em projetos de desenvolvimento local
- Programas de facilitação das remessas
- Orientação sobre investimento
- Estímulo ao desenvolvimento do comércio de produtos “nostálgicos”

Programas para a vinculação de recursos humanos qualificados

Participação dos emigrantes

- Apoio à formação e desenvolvimento de comunidades
- Conselhos consultivos
- Recenseamentos, pesquisas ou registros das características e expectativas dos emigrantes

Vinculação cultural

- Programa de promoção cultural no país de destino
- Programa de divulgação de informação sobre o país de origem

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

2. É importante considerar a migração a partir de uma perspectiva de responsabilidade compartilhada entre países de origem e destino

■ **Quadro VI.1** ■
Instâncias multilaterais no campo da governabilidade migratória

Tipos de processos	Ano de início
1. De alcance mundial	
- Iniciativa de Berna	2001
- Diálogo Internacional sobre a Migração	2001
- Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais	2003
2. Processos regionais: foros intergovernamentais sobre migração	
- Conferência Regional sobre Migração (Processo Puebla, 11 Estados)	1996
- Conferência Sul-Americana sobre Migrações (12 Estados)	2000

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

- A governabilidade exige o concurso ativo dos países e representa um desafio que começa no nível nacional. Fomentou-se a responsabilidade compartilhada por meio de diversas iniciativas, embora muito ainda se tenha de fazer. Houve avanço na identificação de prioridades, foram estabelecidas terminologias e normas comuns de administração migratória, bem como estabelecidos vínculos entre os campos da migração e o desenvolvimento. O balanço é aparentemente positivo, embora não isento de incertezas, tensões e omissões passíveis de solapar os interesses dos países em desenvolvimento, entre os quais os da região.
- É necessário continuar melhorando a governabilidade da migração em nível ibero-americano, a fim de promover uma efetiva inserção cívica dos migrantes nos países de origem e destino.
- Nesse sentido, os países receptores podem potencializar os benefícios da imigração com uma efetiva integração social dos imigrantes, o que permitiria fortalecer a luta contra o tráfico de pessoas e afiançar a proteção dos direitos humanos dos migrantes. A adoção de acordos de contratação temporária, o apoio à reunificação familiar e o reconhecimento de credenciais profissionais, entre outras medidas, constituem boas práticas para o espaço ibero-americano.

Assimetrias socioeconômicas na Ibero-América



A. Introdução

Neste capítulo resenham-se algumas características que fazem da Ibero-América uma região com marcantes disparidades tanto entre os países que a compõem como dentro deles. Nos seis capítulos anteriores deu-se conta de assimetrias existentes em âmbitos tão diversos quanto a macroeconomia, a situação social e os padrões migratórios, o comércio e a integração, os fluxos de investimento estrangeiro direto e as estratégias empresariais, as disparidades na dotação de recursos naturais e na segurança energética. A Ibero-América apresenta assimetrias macroeconômicas no tocante ao tamanho de suas economias (em termos tanto territoriais, demográficos e de produção), aos padrões de crescimento e à volatilidade do PIB, aos níveis de produtividade e investimento e ao desempenho fiscal, entre outras. No plano social, as assimetrias refletem elevados níveis de pobreza e desigualdade; no plano do comércio e da inserção internacional, as economias ibero-americanas apresentam assimetrias no que se refere a competitividade, conteúdo tecnológico, diversificação das exportações e fórmulas para a consecução de acordos de integração.

Embora o conceito de assimetria seja amplo e integre múltiplas dimensões, o enfoque deste capítulo está centrado em apenas dois tipos de disparidades que são, a nosso juízo, as que melhor revelam o diagnóstico requerido pelas nações ibero-americanas em matéria de políticas públicas: as de caráter sociodemográfico, de um lado, e econômico, do outro. Além da análise particular de cada categoria, é útil assinalar os seguintes aspectos de ordem geral:

- A principal assimetria que incide no desenvolvimento da Ibero-América é a sua condição de região de renda média em que a maioria dos seus países apresenta um alto nível de desigualdade na distribuição da renda. A região dispõe de um PIB per capita equivalente a um quinto do PIB dos países mais desenvolvidos, porém cinco vezes maior do que o da região do mundo com menor desenvolvimento relativo. De acordo com o novo paradigma da globalização, a maioria dos países que compõem a Ibero-América não recebe assistência oficial para o desenvolvimento e fica exposta às vulnerabilidades associadas aos mercados

internacionais de comércio e financiamento, dentro de um contexto de importantes atrasos sociais.

- No âmbito da grande desigualdade em termos de renda entre as economias ibero-americanas produz-se uma segunda assimetria da região que é fundamental. As pessoas de menores rendas, por carecerem de poder de compra —e na ausência de políticas públicas de adequada cobertura—, são excluídas das oportunidades de desenvolvimento do capital humano, o que imediatamente limita suas oportunidades de acesso aos benefícios proporcionados pela permanente transformação produtiva das economias. Estas assimetrias por estrato de renda e fatores étnicos se manifestam em importantes atrasos na transição demográfica, bem como na maior fecundidade e presença de crianças e jovens precisamente naquelas famílias em que há menos recursos para alimentá-los e educá-los. Aumenta assim a probabilidade de que tais crianças e jovens abandonem a escola ou de que o seu rendimento escolar seja inferior ao dos padrões competitivos, enquanto a fraca formação de capital humano limita o seu acesso às ocupações mais produtivas. Dadas as inércias do processo demográfico, a situação descrita se reproduz de uma geração para outra.
- Conforma-se, assim, uma situação em que os países da região devem enfrentar os desafios do acelerado envelhecimento da população em virtude do declínio rápido e generalizado da mortalidade, sem que antes tenham superado os desafios básicos da formação de capital humano dos jovens e do emprego produtivo dos adultos. Esta situação demanda a formulação de políticas públicas orientadas para o progresso social em um mundo incerto e exigirá que maior atenção seja dispensada ao enfoque de direitos, à solidariedade no financiamento e a um desenvolvimento institucional adequado.
- Na região existem ainda assimetrias no comércio relacionadas com a qualidade das instituições e com os níveis de desenvolvimento. A identificação dessas

assimetrias é fundamental para as políticas públicas e as relações regionais e internacionais que as abordam, com o propósito de atenuar o presente desequilíbrio. Sua identificação ajudaria, em parte, a estabelecer estruturas de preferências comerciais que possibilitassem “nivelar o campo de jogo” entre os países, o que se traduziria em acordos mais equitativos que permitissem às nações em desvantagem inserir-se em condições mais favoráveis no cenário global. Neste sentido, as novas propostas

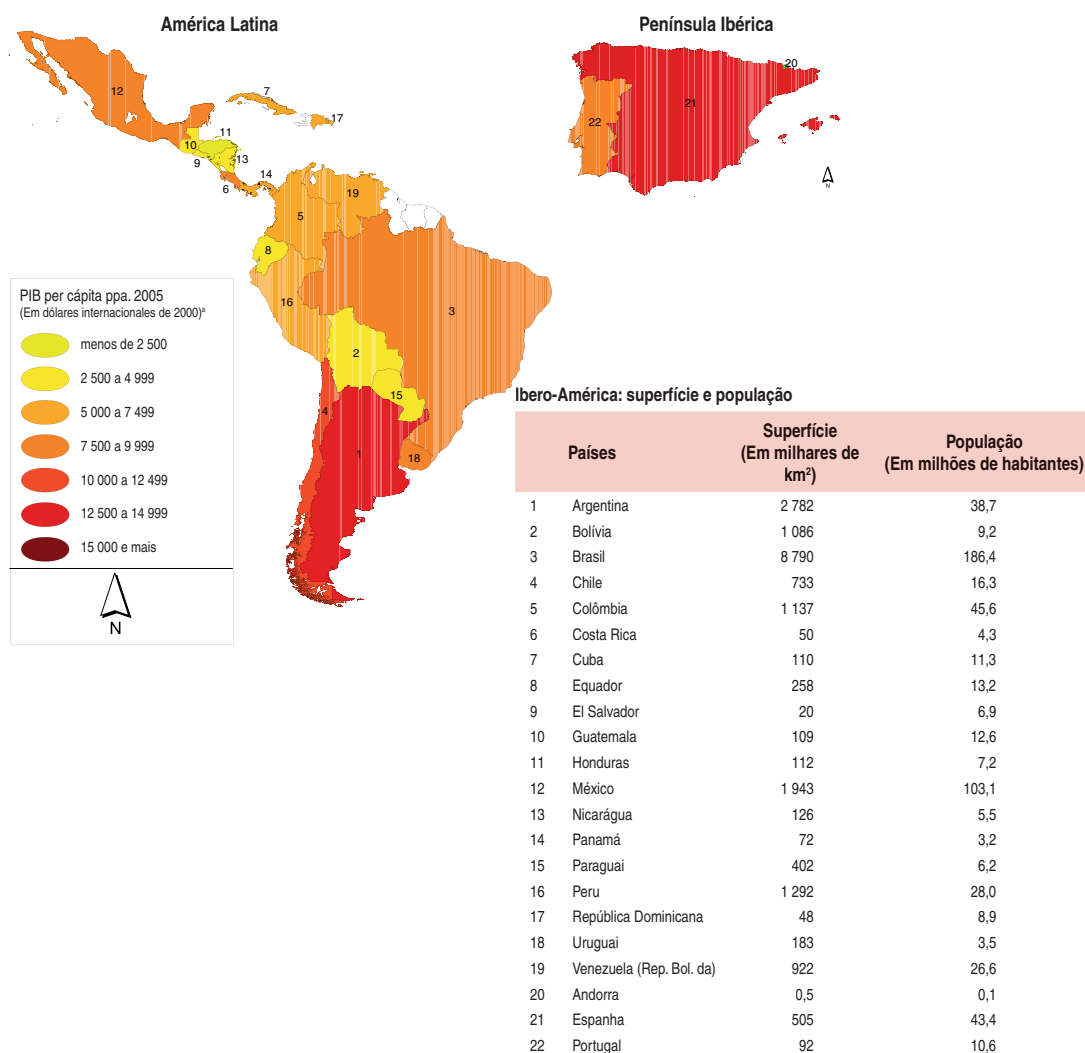
sobre o modo de focalizar a “ajuda para o comércio” —complementares ao fortalecimento do tratamento especial e diferenciado—, orientadas para o apoio aos países em desenvolvimento em seus processos de ajustamento à abertura econômica, podem contribuir para superar suas restrições de oferta com vistas a melhorar a inserção, fortalecer a assistência técnica relacionada com políticas comerciais (inclusive a facilitação do comércio) e aprimorar o funcionamento institucional.

B. Assimetrias na Ibero-América

1. Ibero-América: um espaço geográfico e socioeconômico heterogêneo e assimétrico

■ Mapa VII.1 ■

Ibero-América 2005: situação geográfica, superfície, população e renda per capita



Fonte: Elaboração própria com base na publicação do Banco Mundial, *World Development Indicators 2006*, e Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL.

Nota: Os limites que figuram neste mapa não implicam seu apoio e aceitação oficial pelas Nações Unidas.

^a A cifra de Cuba corresponde ao ano de 2002.

■ Vista de uma perspectiva territorial, a Ibero-América ocupa uma superfície de 20,8 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 20,2 milhões correspondem a território latino-americano e 0,6 milhão à Península Ibérica.

■ Em termos demográficos, 591 milhões de pessoas povoam o espaço ibero-americano. Deste total, 537 milhões correspondem à população latino-americana e 54 milhões a habitantes da Península Ibérica.

■ Uma das principais assimetrias que caracterizam o desenvolvimento da região é a ampla variação da renda per capita regional. Com efeito, economias cujo produto per capita é inferior a 5.000 dólares coexistem na Ibero-América com outras, como a Espanha e Portugal, que têm rendas superiores a 15.000 dólares por habitante.

■ Essas assimetrias da renda per capita, como se verá ao longo deste capítulo e como se viu nos anteriores, estão fortemente correlacionadas com outras divergências de natureza socio-demográfica, econômica e produtiva.

2. As altas taxas de fecundidade apresentadas pelos países latino-americanos mais pobres são substancialmente inferiores às de 40 anos atrás

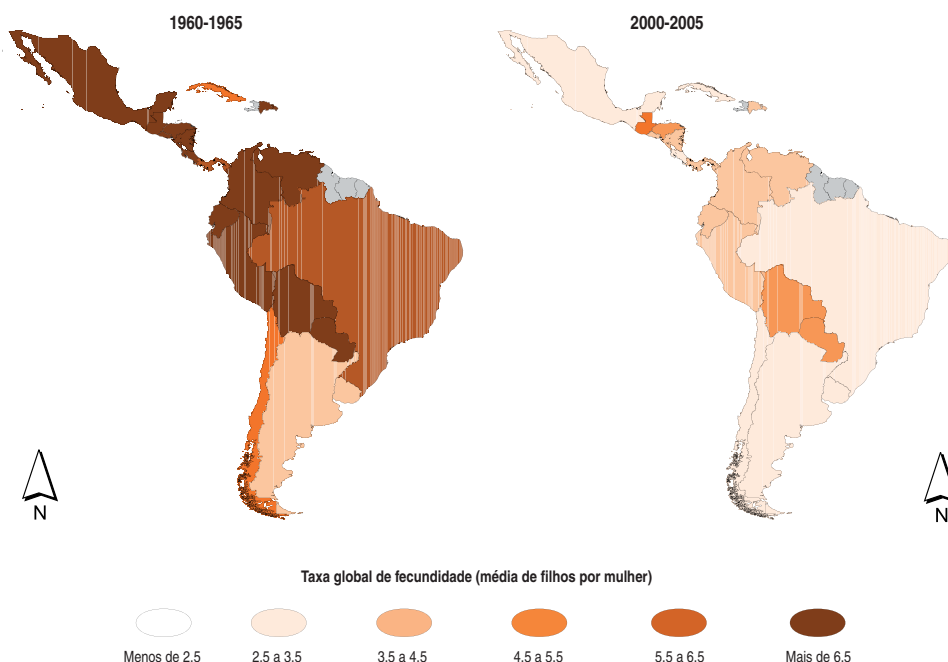
■ Durante as últimas quatro décadas as taxas de fecundidade caíram de forma sustentada. Hoje já não há países com taxas de fecundidade superiores à de cinco filhos por mulher; em começos da década de 1960, entretanto, 16 dos 20 países da América Latina apresentavam taxas globais de fecundidade acima desse índice. Por sua vez, a Espanha e Portugal têm atualmente taxas de fecundidade de 1,3 e 1,5 filhos por mulher, respectivamente, as quais se incluem entre as mais baixas do mundo.

■ Não obstante o declínio generalizado dos índices de fecundidade na região, não se atenuaram as desigualdades relativas entre os países. O coeficiente de variação da distribuição das taxas nacionais subiu de 21% para 26% nos últimos 40 anos. Isso indica que ainda há países que mantêm, associada a atrasos sociais, uma taxa de fecundidade muito superior à da média regional, em virtude de um processo mais tardio e lento de sua queda sustentada.

■ As mudanças recentes nos níveis de fecundidade incluem a sua redução nos estratos mais pobres nos quais se inserem, entre outros segmentos, a população rural e as mulheres com menor escolaridade. Todavia, não é evidente que se tenham atenuado as desigualdades entre grupos e entidades geográficas com distintos níveis socioeconômicos. Concretamente, a iniquidade social, traço constante e significativo da história regional, continua sendo um fator-chave do exercício dos direitos de reprodução.

■ Mapa VII.2 ■

América Latina e Caribe: taxa global de fecundidade por países, 1960-1965 e 2000-2005
(Média de filhos por mulher)



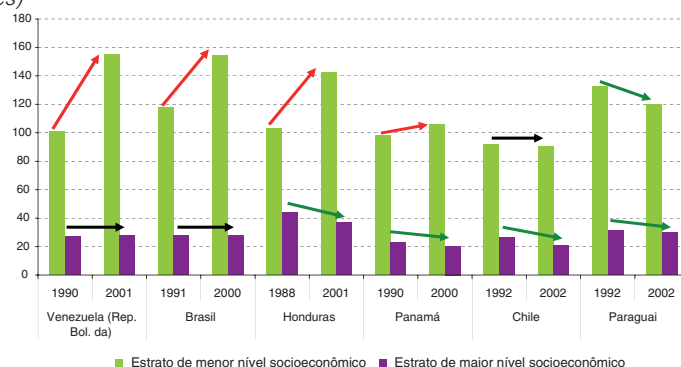
Fonte: Elaboração própria com base em informação do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL.

3. Existem nos países marcantes disparidades em relação à maternidade precoce associadas principalmente à desigualdade socioeconômica

■ Gráfico VII.1 ■

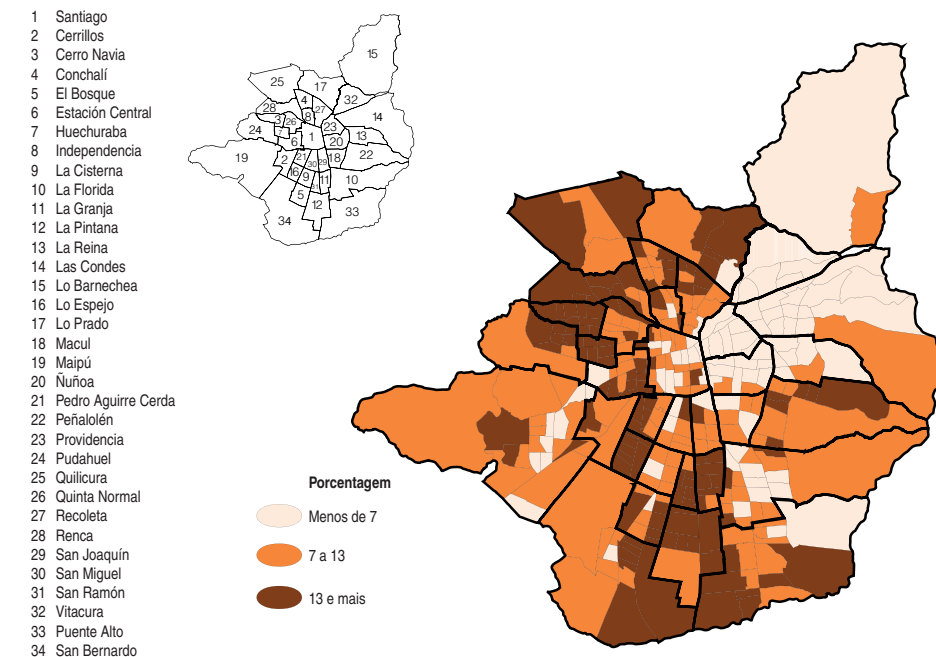
Taxa de fecundidade das adolescentes nos estratos socioeconômicos extremos: zonas urbanas de seis países

(Em milhares)



■ Mapa VII.3 ■

Grande Santiago: porcentagem de mães adolescentes por bairros, censo de 2002



Fonte: Elaboração própria com base em informação do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL.

■ A fecundidade e a maternidade das adolescentes preocupam porque são mais frequentes entre as jovens pobres em cujo meio não diminuirão tanto quanto o fizeram em outros grupos etários.

■ Na última década, a desigualdade social influenciou ainda mais como fator na maternidade durante a adolescência, o que ficou evidente no aumento da taxa de fecundidade nos estratos socioeconômicos de níveis baixo e médio e na sua queda no estrato superior.

■ Nas metrópoles, a fecundidade das adolescentes está circunscrita fundamentalmente aos estratos pobres. Por exemplo, a área leste de Santiago do Chile —onde vive a população de nível socioeconômico mais alto— registra os menores índices de fecundidade entre as adolescentes, enquanto os bairros mais pobres, localizados na zona oeste, concentram os índices mais altos.

■ A maternidade na adolescência é um dos elos da reprodução da pobreza entre gerações: a maternidade precoce impede a continuidade escolar, reduz as oportunidades de inserção no mercado de trabalho e não permite que se produzam os recursos necessários ao desenvolvimento dos filhos.

4. As várias probabilidades de as crianças latino-americanas sofrerem de desnutrição dependem do país e do estrato social de origem

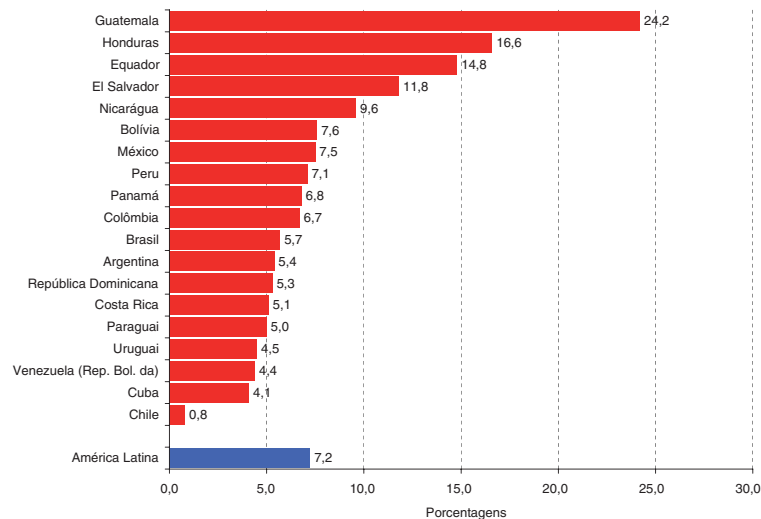
■ Na América Latina, a desnutrição global (insuficiência de peso) afeta 7,2% dos menores de cinco anos de idade, o que equivale a quase quatro milhões de crianças. Em termos de tendências, prevê-se que em 2015 será possível alcançar a meta de desenvolvimento do Milênio de reduzir à metade, entre 1990 e 2015, a porcentagem das pessoas que passam fome.

■ Existem, entretanto, grandes diferenças entre países e grupos sociais. As probabilidades que as crianças guatemaltecas têm de sofrer de desnutrição são 30 vezes maiores do que as das crianças chilenas. Além disso, o risco que as crianças latino-americanas em situação de indigência correm de sofrer de desnutrição é duas a seis vezes maior do que o das crianças que não são pobres.

■ Ao problema ético implícito na ocorrência de desnutrição numa região que produz bens alimentares mais do que suficientes para atender às suas necessidades somam-se conseqüências importantes em distintas dimensões da vida das pessoas, entre as quais se destacam os efeitos sobre a saúde, a educação e a participação no mercado de trabalho. Essas dimensões suscitam, por sua vez, problemas de inserção social e reproduzem o círculo vicioso da pobreza, dando origem a grandes perdas de capacidade produtiva dos países.

■ Gráfico VII.2 ■

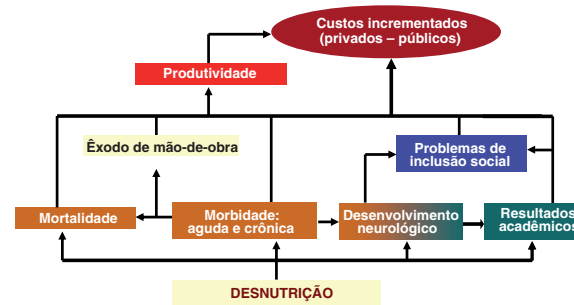
América Latina: desnutrição global (insuficiência ponderal moderada a grave) entre crianças menores de 5 anos, cerca de 2000



Fonte: Nações Unidas, *Objetivos de desarrollo del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe* (LC/G.2331-P), J.L. Machinea, A. Bárcena e A. León (coords.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2005. Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: S.05.II.G.107.

■ Gráfico VII.3 ■

As conseqüências da desnutrição

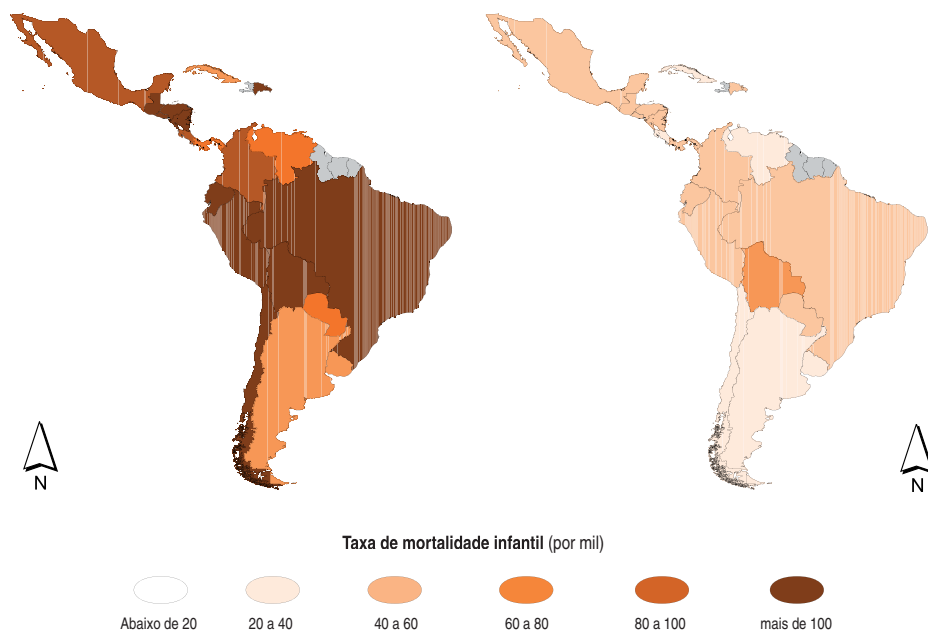


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e Programa Mundial de Alimentos (PMA), "Modelo de análisis del impacto social y económico de la desnutrición infantil en América Latina. Informe de proyecto", Santiago do Chile, maio de 2006.

5. A mortalidade infantil caiu consideravelmente nos últimos 40 anos, embora persistam as lacunas relativas entre países

■ Mapa VII.4 ■

América Latina e Caribe: taxa de mortalidade infantil por países, 1960-1965 e 2000-2005



Fonte: Elaboração própria com base em informação do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL.

■ Os maiores níveis de mortalidade infantil na América Latina são registrados nos países mais pobres da região. A persistência da pobreza e da desigualdade social não impediu, entretanto, um declínio sustentado da mortalidade infantil nos últimos 40 anos. A região está, portanto, bem encaminhada para dar cumprimento à meta de redução da mortalidade infantil constante dos objetivos de desenvolvimento do Milênio.

■ Embora a diferença absoluta entre o país que tem a mortalidade infantil mais alta (Bolívia) e o que registra a mais baixa (Cuba) tenha diminuído de 115 pontos no primeiro quinquênio dos anos sessenta para 49,5 pontos 40 anos mais tarde, a heterogeneidade entre os países da região acentuou-se, posto que o coeficiente de variação dos 20 países latino-americanos passou de 34% em 1960-1965 a 47,3% em 2000-2005.

■ A redução das lacunas relativas entre os países dependerá da capacidade daqueles com taxas de mortalidade infantil mais altas de baixá-las de forma acentuada e sustentada.

■ A situação nos países da Península Ibérica é muito melhor do que a observada na maioria dos países da América Latina, dado que para o quinquênio 2000-2005 se estimava uma taxa de mortalidade infantil na Espanha e em Portugal próxima de cinco por mil. Na América Latina, só Cuba, Chile e Costa Rica têm taxas inferiores a 10 por mil, enquanto a da Bolívia continua acima de 50 por mil e é superior à da Espanha 40 anos atrás.

6. Em que pese a queda generalizada da mortalidade infantil na região, a disparidade aumentou dentro dos países

■ Quando as cifras são desagregadas por área de residência, observa-se que a taxa de mortalidade infantil nacional oculta a heterogeneidade existente entre as divisões administrativas maiores e, inclusive, dentro delas.

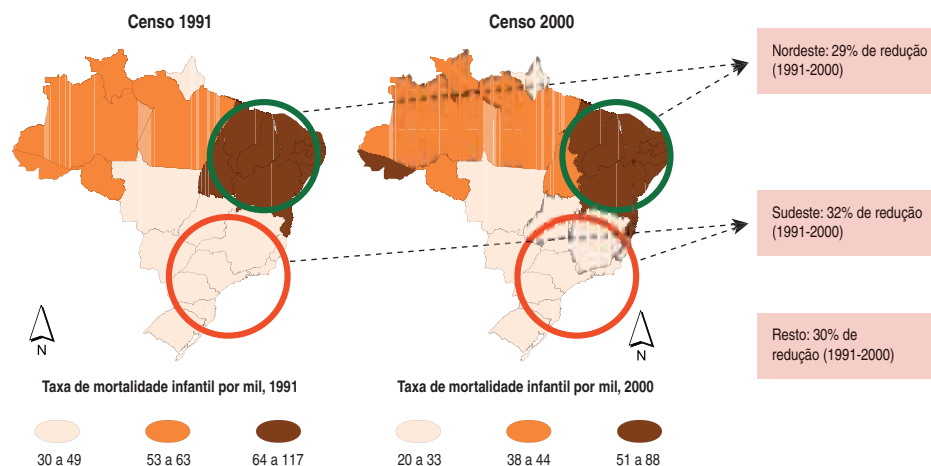
■ De modo geral, nas regiões mais urbanizadas e onde se alcançou maior desenvolvimento socioeconômico, há mais controle sobre os principais fatores de risco para a saúde infantil relacionados basicamente com uma baixa escolaridade, uma cobertura sanitária mais limitada e piores condições de acesso aos serviços básicos.

■ O declínio recente da mortalidade infantil na região não foi acompanhado, pelo menos de maneira sistemática —como no caso do Brasil—, por uma heterogeneidade menor entre entidades administrativas.

■ Nesse país, as taxas de mortalidade infantil diminuíram entre 1991 e 2002, porém no Nordeste a redução foi menor do que no resto do país, principalmente se o índice dessa região for comparado com os dos estados do Sudeste.

■ Mapa VII.5 ■

Brasil: taxas de mortalidade infantil por estados, censos de 1991 e 2000

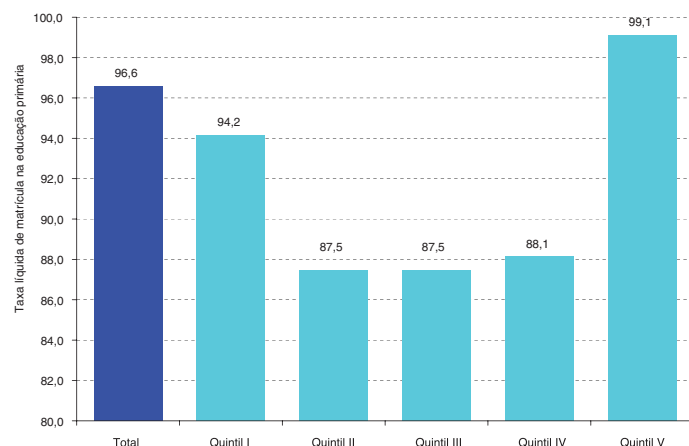


Fonte: Elaboração própria com base em informação do Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL.

7. As oportunidades de acesso ao sistema educacional também variam conforme o país e o nível de renda familiar

■ Gráfico VII.4 ■

América Latina: acesso à escola primária das crianças de 6 a 12 anos de idade, 2004
(Taxa líquida de matrícula por quintis)^a

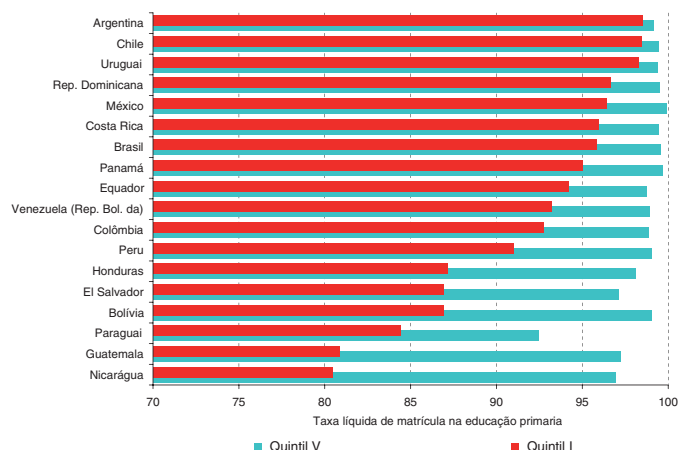


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Quintil I: mais pobre; Quintil V: mais rico.

■ Gráfico VII.5 ■

América Latina: acesso à escola primária das crianças de 6 a 12 anos de idade, 2004
(Taxa líquida de matrícula por quintis)^a



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

^a Quintil I: mais pobre; Quintil V: mais rico.

■ A educação primária completa é o mínimo que os países deveriam assegurar a toda a sua população de meninos e meninas, para que se integrem à sociedade e possam dar continuidade aos seus estudos.

■ Na América Latina, os níveis de acesso escolar são relativamente altos e a situação da educação primária melhorou nos últimos 15 anos, de modo que é válido esperar um progresso rápido no sentido da consecução da segunda meta de desenvolvimento do Milênio (a universalidade da educação primária).

■ As crianças mais pobres apresentam, entretanto, índices de matrícula no ensino primário inferiores aos das crianças mais abastadas: em média, 4,6 pontos percentuais; no nível nacional observa-se uma diferença que oscila entre 0,6 ponto percentual na Argentina e 16,5 pontos percentuais na Nicarágua.

■ Além disso, observam-se na região disparidades entre as populações que vivem em áreas rurais e as pertencentes a distintas origens étnicas ou étnico-lingüísticas, embora as diferenças mais acentuadas estejam relacionadas com o nível de renda familiar.

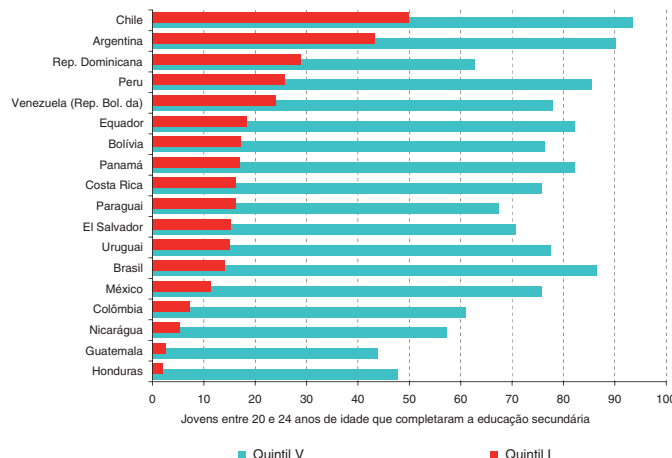
8. Uma vez na escola, os jovens mais pobres frequentemente não concluem os estudos primários, portanto os níveis de conclusão da educação secundária mostram grandes diferenças entre países

■ A cobertura da educação secundária na região é baixa, e os que a ela têm acesso com frequência a abandonam antes de concluí-la, dada a necessidade de começarem cedo a gerar renda.

■ Menos de um terço dos jovens mais pobres conseguem completar a educação secundária na região, excetuados os casos da Argentina e do Chile onde 43,2% e 49,9%, respectivamente, dos jovens pertencentes ao primeiro quintil a concluem. Na Colômbia, Guatemala, Honduras e Nicarágua, menos de 10% dos jovens mais pobres conseguem concluir o ensino secundário.

■ Gráfico VII.6 ■

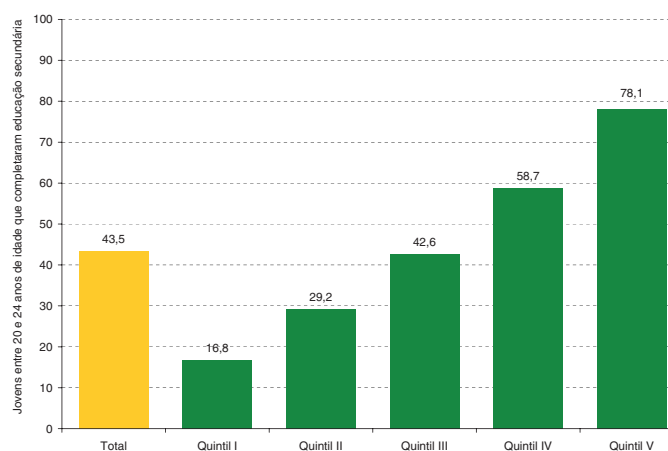
América Latina (18 países): jovens que completaram a educação secundária, 2004
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

■ Gráfico VII.7 ■

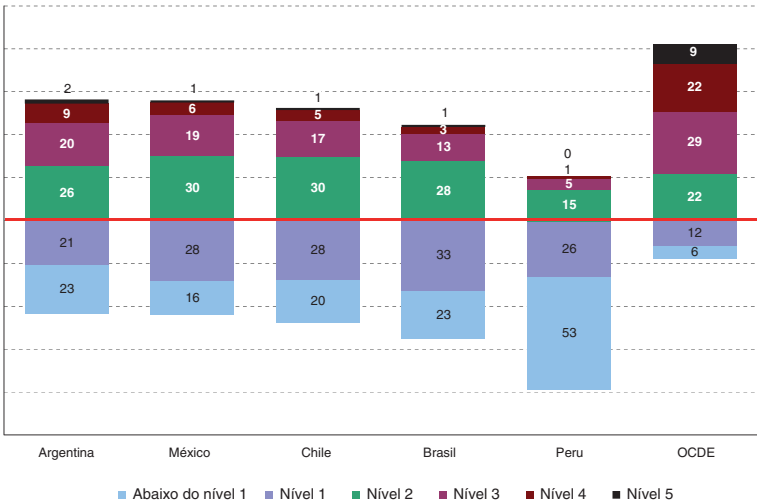
América Latina: jovens que completaram a educação secundária por quintis de renda per capita, 2004
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

9. Na região, a oferta educacional é extremamente segmentada pela renda, fato que se reproduz entre países

■ Gráfico VII.8 ■
América Latina/OCDE: pontuação obtida na prova de linguagem do PISA, 2000



Fonte: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)/Escritório Regional de Educação da UNESCO para a América Latina e o Caribe (OREALC).

- Nos últimos estudos internacionais que incluem a América Latina, entre eles o do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), registram-se não só baixas pontuações dos estudantes latino-americanos, mas também acentuadas diferenças no manejo da linguagem entre os alunos matriculados em escolas públicas e particulares.
- A lacuna de desempenho nas provas de linguagem entre os estudantes latino-americanos e os dos países da OCDE é enorme. Além disso, o índice de alunos com desempenho igual ou inferior ao nível 1, um patamar muito baixo, varia consideravelmente nos países da região: de 44%, na Argentina e no México, a 79%, no Peru.
- Nessas condições, reproduzem-se importantes desequilíbrios entre os diferentes países no tocante ao grau efetivo de qualificação e especialização da mão-de-obra.

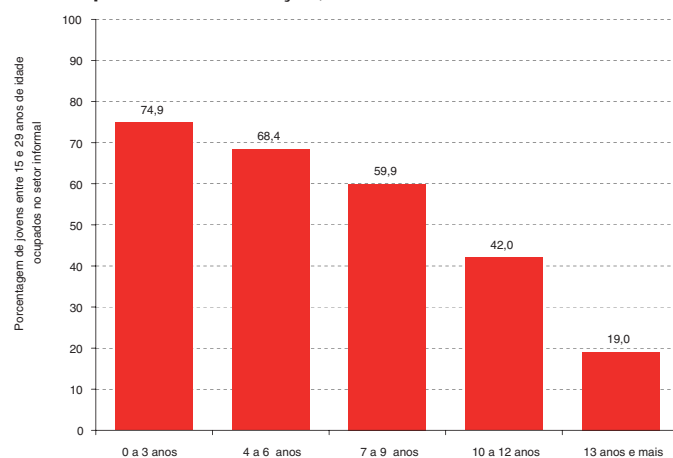
10. Em consequência, há uma profunda segmentação do mercado de trabalho segundo qualificações, produtividade e acesso a sistemas de proteção, tanto dentro dos países como entre países

■ As probabilidades dos jovens latino-americanos com menor formação trabalharem em setores econômicos de baixa produtividade são quatro vezes maiores do que as dos jovens com maior nível de escolaridade. A inserção da mão-de-obra nesses setores significa rendas mais baixas, bem como uma cobertura mais limitada da previdência social, em comparação com os setores de maior produtividade, embora as lacunas variem de um país para outro.

■ Por conseguinte, a grande segmentação do mercado de trabalho alarga a lacuna de bem-estar entre os que conseguem ou não uma boa inserção, reforçando assim os mecanismos de transmissão da pobreza entre gerações e a falta de oportunidades. A isso vem somar-se o fato de que uma parcela importante dos mais qualificados não está empregada nas atividades de sua especialização (34% dos profissionais e técnicos da região).

■ Gráfico VII.9 ■

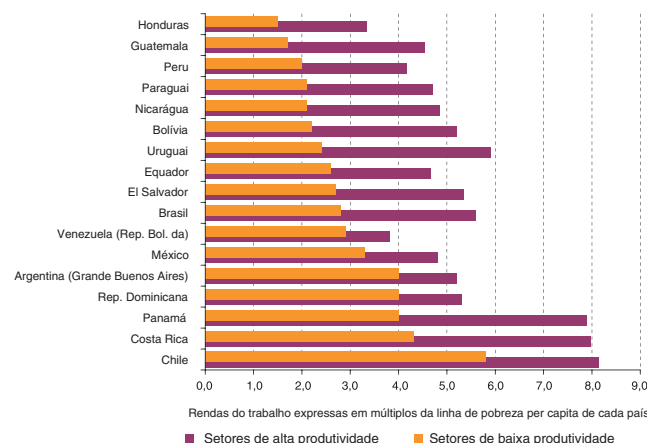
América Latina: jovens ocupados em setores de baixa produtividade relativa por anos de educação, 2004



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

■ Gráfico VII.10 ■

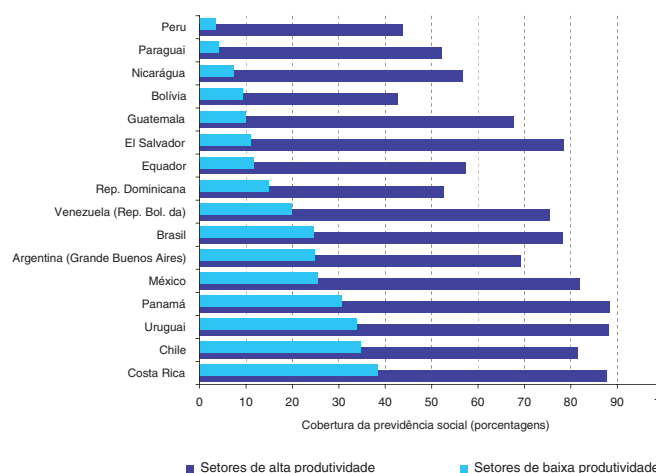
América Latina (17 países): rendas do trabalho expressas em múltiplos da linha nacional de pobreza, em setores de alta e baixa produtividade relativa, 2002



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

■ Gráfico VII.11 ■

América Latina (16 países): cobertura da previdência social, setores de alta e baixa produtividade relativa, 2002

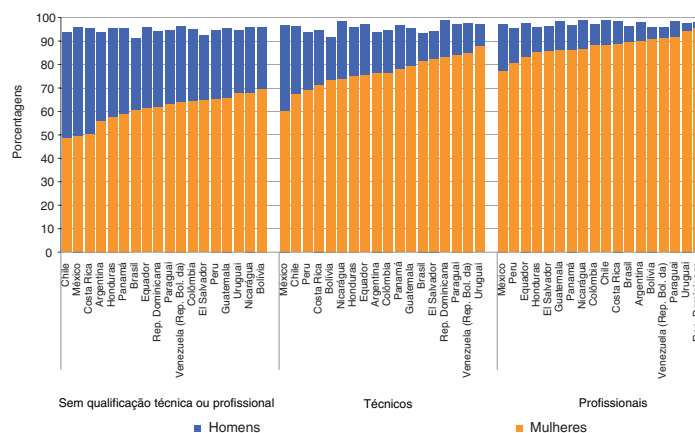


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

11. Não obstante o ingresso crescente das mulheres latino-americanas no mercado de trabalho, persistem importantes lacunas nas taxas de participação entre homens e mulheres

■ Gráfico VII.12 ■

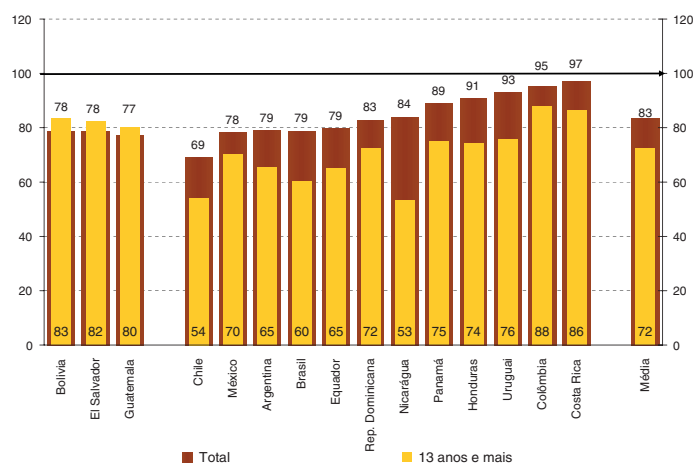
América Latina (18 países): taxa de participação da população de 25 a 59 anos de idade, por gênero e nível de qualificação, zonas urbanas, cerca de 2002



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares nos respectivos países.

■ Gráfico VII.13 ■

América Latina (15 países): renda média do trabalho/hora do total das mulheres e das que têm 13 anos ou mais de instrução, em zonas urbanas, cerca de 2002
(Renda masculina=100)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas domiciliares dos respectivos países.

■ Na América Latina, a taxa de participação feminina aumentou, em zonas urbanas, de 37,9%, em 1990, para 49,7%, em 2002.

■ Esse fenômeno, que tem implícito um conjunto de mudanças culturais, sociais e econômicas, se caracteriza pela concentração das mulheres em empregos precários, mal remunerados e de baixa produtividade, bem como pela coexistência de taxas de desemprego feminino mais altas.

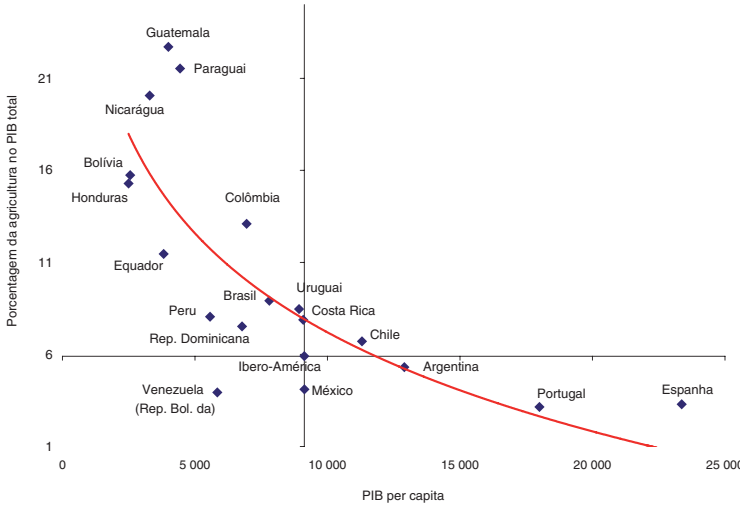
■ Além disso, continua-se a observar grandes diferenças nas taxas de participação das mulheres quando comparadas com as de participação dos homens. As lacunas maiores são observadas entre os trabalhadores sem qualificação técnica ou profissional.

■ Na América Latina observou-se uma diminuição da lacuna no mercado de trabalho entre homens e mulheres, apesar de ainda existirem desigualdades.

12. Nos últimos 35 anos a estrutura produtiva regional experimentou fortes mudanças, porém a agricultura continua sendo importante para muitos países latino-americanos e, de modo especial, para os mais pobres

- Em escala mundial, nos últimos 15 anos as atividades agrícolas e industriais cederam espaço ao setor de serviços, que passou dos 61% que ocupava em 1990 aos 68% atuais.
- Numa perspectiva de longo prazo, na Ibero-América aumentou consideravelmente a participação do valor agregado do setor de serviços no PIB regional, que se elevou de 48,6%, em 1971, para 62,85% em 2005. Deve-se esse forte incremento especialmente à importante perda de peso relativo do setor agrícola e, em menor medida, do setor industrial.
- Dentro da Ibero-América constata-se, entretanto, notórias assimetrias na estrutura setorial do produto; de modo geral, os países mais pobres são os que apresentam maior participação da agricultura no PIB nacional, enquanto a indústria e os serviços têm maior peso nas economias mais dinâmicas e de maior desenvolvimento produtivo.

■ Gráfico VII.14 ■
Ibero-América: PIB per capita e porcentagem do setor agrícola no PIB total
(Unidades internacionais de PPA constantes de 2000 e porcentagens)



Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators.

■ Quadro VII.1 ■
Ibero-América; evolução da estrutura setorial da produção
(Em porcentagens)

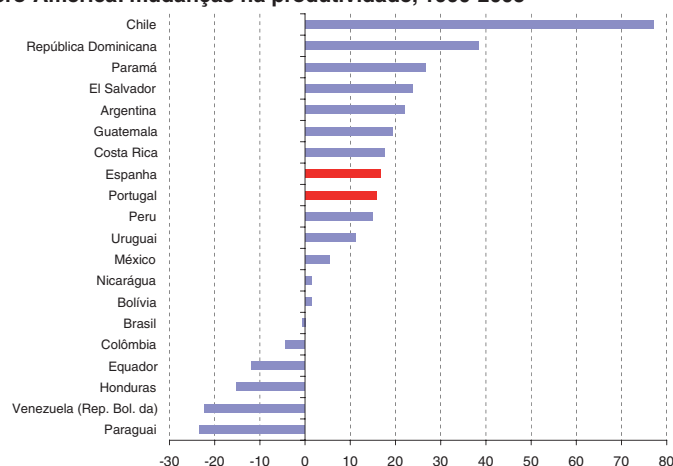
País	Agricultura		Indústria		Serviços	
	1971	2005	1971	2005	1971	2005
Ibero-América	13,8	5,9	37,6	31,3	48,6	62,8
América Latina e Caribe	7,1	7,0	33,4	32,4	59,5	60,6
América do Sul	7,5	7,9	36,9	35,6	55,5	56,5
Argentina	11,0	5,3	46,0	29,5	43,0	65,2
Bolívia	21,0	15,7	31,0	30,5	48,0	53,8
Brasil	13,0	8,9	38,0	37,3	49,0	53,8
Chile	8,0	6,7	39,0	37,8	53,0	55,4
Colômbia	24,0	13,1	28,0	32,1	48,0	54,8
Equador	24,0	11,5	27,0	41,7	49,0	46,9
Paraguai	33,0	21,5	21,0	23,6	46,0	54,9
Peru	18,0	8,0	32,0	31,4	50,0	60,5
Uruguai	17,0	7,9	30,0	28,3	53,0	63,9
Venezuela (Rep. Bol. da)	6,0	3,9	40,0	46,3	54,0	49,8
América Central e México	6,2	5,3	26,5	26,3	67,3	68,4
Costa Rica	23,0	8,5	28,0	31,6	49,0	60,0
El Salvador	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
Guatemala	28,0	22,7	19,0	18,8	53,0	58,5
Honduras	31,0	15,3	23,0	31,1	46,0	53,7
México	13,0	4,1	31,0	26,2	56,0	69,7
Nicarágua	26,0	20,1	25,0	29,1	49,0	50,9
Panamá	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d
República Dominicana	22,0	7,5	27,0	31,4	51,0	61,1
Península Ibérica	4,9	3,3	30,5	29,0	64,5	67,7
Espanha	14,0	3,3	40,0	29,3	46,0	67,4
Portugal	28,0	3,2	35,0	27,5	37,0	69,4

Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators.

13. Ibero-América: alarga-se a lacuna de produtividade do trabalho em relação às economias mais dinâmicas

■ Gráfico VII.15 ■

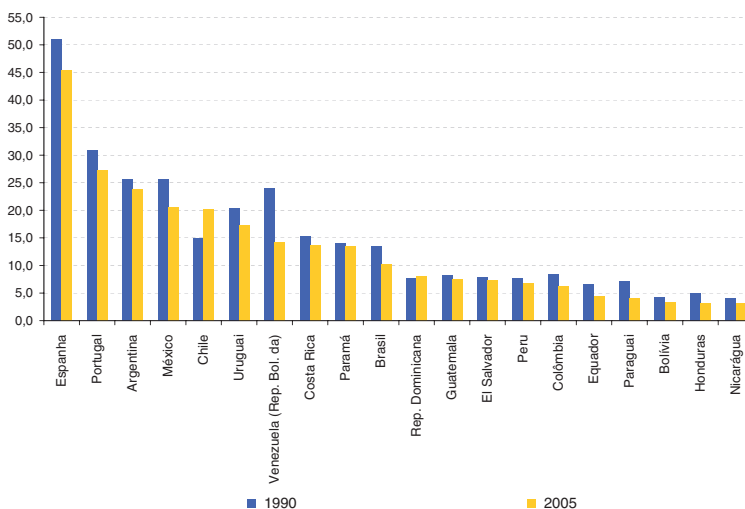
Ibero-América: mudanças na produtividade, 1990-2005



Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators.

■ Gráfico VII.16 ■

América Latina e Portugal: produtividade relativa do trabalho em comparação com os Estados Unidos, 1990-2005



Fonte: Banco Mundial, World Development Indicators.

■ É especialmente marcante na América Latina o fato de a composição do PIB regional estar estreitamente relacionada com o baixo nível de produtividade e a falta de incorporação de conhecimento e progresso técnico no processo produtivo.

■ Apesar de a maioria dos países da Ibero-América haver incrementado a produtividade do trabalho nos últimos 15 anos, ampliou-se a distância que nesse aspecto os separa das economias mais dinâmicas do resto do mundo.

■ Na América Latina, onde a Argentina e o México ostentam os maiores níveis absolutos de produtividade do trabalho, só o Chile e a República Dominicana conseguiram diminuir a lacuna existente.

■ Na atualidade, a Espanha e Portugal são as economias menos atrasadas da Ibero-América. Isso se deve, em boa parte, ao fato de que os dois países são membros da União Européia, o que permitiu maior grau de coesão social graças à integração, à livre circulação das pessoas e à transferência de recursos entre países, das regiões mais adiantadas para as mais atrasadas. Nesse aspecto, os países da América Latina registraram avanços tardios e muito díspares.

■ Isso também significou que as diferenças dentro do espaço ibero-americano igualmente se alargaram, principalmente entre os países da América Latina —caracterizados por uma força de trabalho menos qualificada— e a Espanha. De fato, só alguns países que foram bem-sucedidos na exploração de recursos naturais (Argentina e Chile) e se especializaram em atividades de montagem para fins de exportação (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Panamá e República Dominicana) conseguiram reduzir o hiato de produtividade em relação à Península Ibérica. Por conseguinte, a compatibilização entre os níveis de produtividade e desenvolvimento da região ibero-americana afigura-se muito distante.

14. Na América Latina, o nível e a composição das receitas fiscais são muito heterogêneos; não só dependem das políticas tributárias, mas também do grau de informalidade do mercado de trabalho, do nível de produtividade e da cobertura dos sistemas contributivos de previdência social

■ Os países da América Latina apresentam uma carga tributária pouco superior a 17% do PIB, índice muito menor do que o dos países da Península Ibérica (em torno de 34%).

■ Existe, entretanto, uma grande heterogeneidade na situação fiscal desses países: suas receitas fiscais oscilam entre aproximadamente 36%, no Brasil, e pouco mais de 10%, na Guatemala. Também há marcantes diferenças na estrutura tributária: em alguns países as taxas do IVA e os impostos específicos são comparativamente baixos; outros prevêem isenções para os rendimentos financeiros ou de capital; certos países recebem importantes doações (que são contabilizadas como “outras rendas”) e ainda há aqueles em que as receitas provenientes de empresas públicas muito rentáveis que se dedicam à produção, *inter alia*, de petróleo e cobre, adquirem grande importância.

■ Cabe também destacar que a relevância das contribuições privadas para a previdência social varia significativamente conforme o grau de desenvolvimento do sistema de proteção social. Nos últimos anos, e em consequência da privatização total ou parcial dos sistemas de pensão e de saúde, a importância dessas contribuições como fonte de arrecadação fiscal diminuiu em vários países.

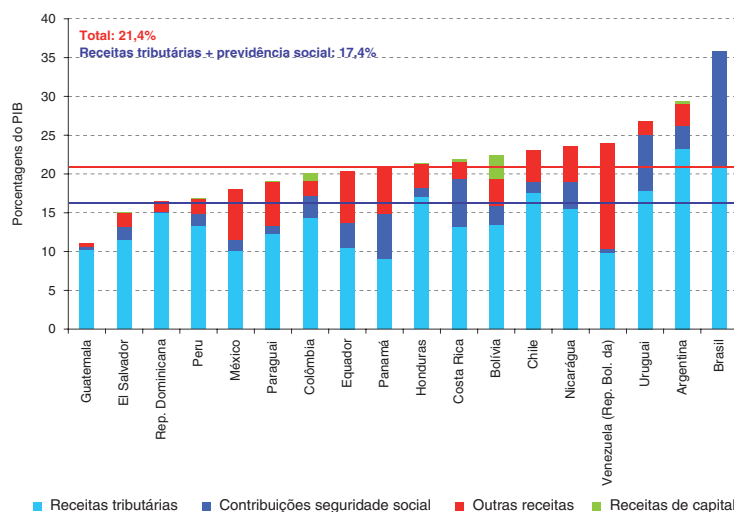
■ Apesar de a arrecadação fiscal heterogênea reproduzir o padrão costumeiro do aumento das receitas fiscais junto com o desenvolvimento econômico, sua composição está associada em grande medida à diversidade da estrutura produtiva dos diferentes países que se reflete nas características do mercado de trabalho.

■ Por sua vez, os mercados de trabalho da região refletem um alto grau de informalidade da economia que se expressa no sub-registro das atividades e nas conseqüentes perdas da capacidade de arrecadação tributária direta. O baixo rendimento de grandes segmentos produtivos limita ainda mais o volume dos recursos fiscais arrecadados.

■ Além disso, as atividades informais costumam aliar-se à precariedade das condições de contratação: o componente contributivo dos sistemas de previdência social diminui paralelamente ao aumento da informalidade.

■ Gráfico VII.17 ■

América Latina (18 países): estrutura da carga tributária, 2004
(Em porcentagens do PIB)

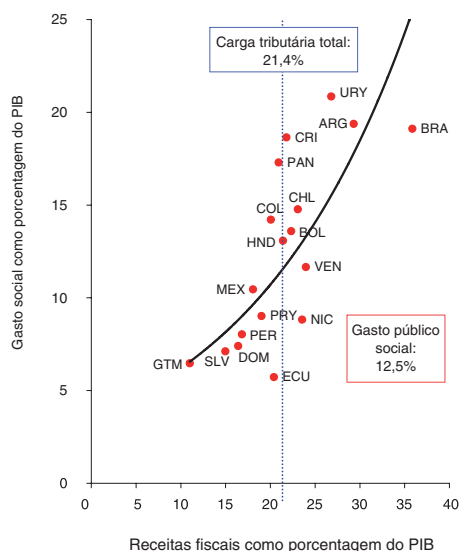


Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *La protección social de cara al futuro: acceso, financiamiento y solidaridad* (LC/G.2294(SES.31/3)) Santiago do Chile, fevereiro de 2006.

15. As diferenças na capacidade para dispor de recursos e cobrir as necessidades sociais afetam as possibilidades dos países de competir em um mundo globalizado

■ Gráfico VII.18 ■

América Latina (18 países): carga tributária e gasto público social, cerca de 2003
(Em porcentagens do PIB)



Fonte: Instituto Latino-Americano e Caribeno de Planejamento Econômico e Social (ILPES)/Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

■ São precisamente os países com maiores carências sociais que dispõem de menores recursos para compensar os efeitos da ausência de bem-estar.

■ Esse fato limita a capacidade das economias de manter os níveis de competitividade necessários dentro de um contexto de crescente globalização. A dificuldade para nivelar as condições iniciais ou preparar amplos segmentos da população para o mundo do trabalho perpetua essa estrutura, na qual os trabalhos têm pouco valor agregado, as taxas de rentabilidade são baixas e os níveis de informalidade e precariedade são altos. Tal conjuntura é, por sua vez, a principal responsável tanto pela reprodução da pobreza entre gerações como pela falta de oportunidades.

■ Existem, entretanto, margens para pôr fim a essas estruturas que reproduzem as carências: alguns países destinam grandes parcelas de suas receitas à prestação de serviços sociais, como a educação e a saúde, e a programas de luta contra a pobreza. A prioridade fiscal que os países atribuem ao gasto social reflete em parte o grau de vontade de cada sociedade, como um todo, de superar as condições que dificultam seu desenvolvimento a longo prazo.

16. As marcantes disparidades socioeconômicas da América Latina impõem diversos desafios em matéria de políticas sociais e produtivas

■ Na América Latina existem grandes diferenças no grau de desenvolvimento socioeconômico dos países, bem como diferenças entre grupos dentro de cada país. Alguns países apresentam altos níveis de desenvolvimento humano, enquanto muitos têm um desenvolvimento médio (Equador, El Salvador, Paraguai, Peru e República Dominicana) ou médio-baixo (Bolívia, Guatemala, Honduras e Nicarágua).

■ Em contraposição a essa situação, as assimetrias dentro da América Latina tornam-se mais evidentes quando se observa o processo de coesão que as economias ibéricas registraram no último quarto de século em matéria de desenvolvimento humano.

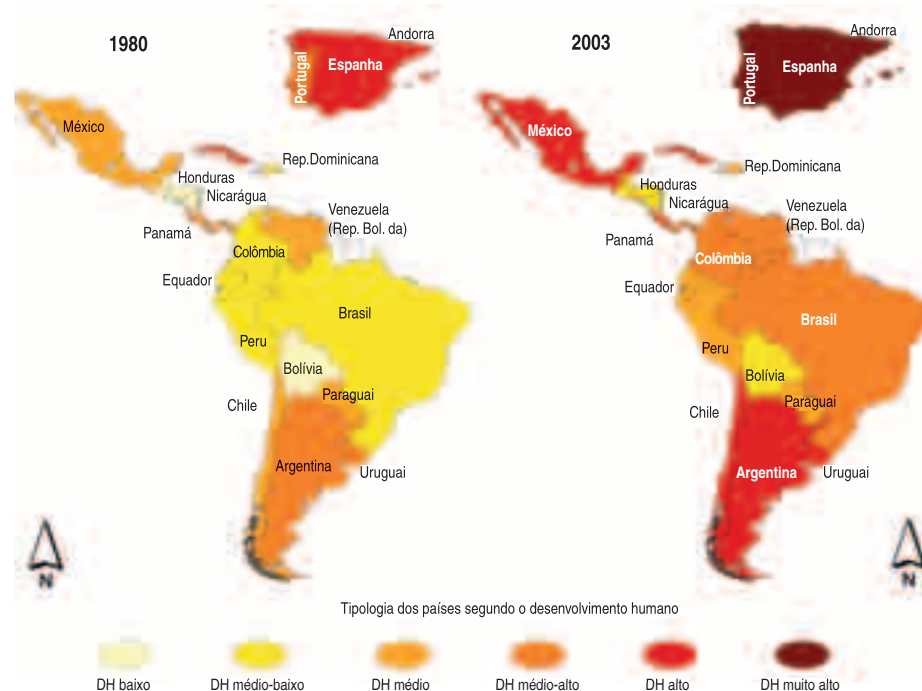
■ Para crescer mais aceleradamente e alcançar os níveis de renda per capita dos países desenvolvidos, a Espanha e Portugal não só investiram mais em capital humano e físico ou realizaram maiores esforços no sentido de incorporar progresso técnico à produção, como também adotaram, após sua incorporação à União Européia, modelos de forte integração comercial, beneficiando-se igualmente dos programas de coesão social.

■ Em matéria de políticas públicas (sociais, comerciais e produtivas), as grandes disparidades existentes na América Latina impõem desafios que variam de um país para outro. A história recente da Península Ibérica serve, entretanto, de adequado exemplo para a América Latina de como a integração real e a cooperação são instrumentos eficazes de desenvolvimento.

■ Mapa VII.6 ■

América Latina: tipologia dos países segundo condições de desenvolvimento socioeconômico

(Índice de desenvolvimento humano, 2003)



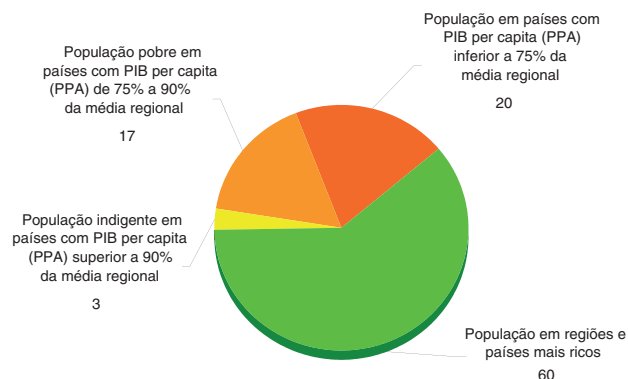
Fonte: Nações Unidas, *Objetivos de desarrollo del Milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe* (LC/G.2331-P), J.L. Machinea, A. Bárcena e A. León (coords.), Santiago do Chile, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2005. Publicação das Nações Unidas, Nº de venda: S.05.II.G.107.

Nota: Os limites que figuram neste mapa não implicam seu apoio e aceitação oficial pelas Nações Unidas.

17. Dada a iniquidade existente no espaço ibero-americano, ainda falta a uma grande parcela da população beneficiar-se de políticas e programas de coesão

■ Gráfico VII.19 ■

Ibero-América: percentagens de população excluídas



Fonte: Banco Mundial, *World Development Indicators*, Centro Latino-Americano e Caribenh de Demografia (CELADE) - Divisão de População da CEPAL.

Nota: De acordo com os critérios de alocação de recursos do FEDER, seus destinatários são as regiões com um PIB per capita expresso em paridade do poder aquisitivo inferior a 75% da média comunitária e regiões nas quais esse indicador se aproxima da média comunitária e há incidência de dificuldades socioeconômicas. Segundo os critérios de destinação do Fundo de Coesão, seus beneficiários são os Estados membros cujo PIB per capita expresso em paridade do poder aquisitivo é inferior a 90% da média comunitária.

■ Dentro do novo paradigma de globalização, e à exceção dos países que atendem aos requisitos para incorporação à Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC na sua sigla em inglês), os países da América Latina têm dependido do financiamento proveniente dos mercados de capitais internacionais e encontrado dificuldades para inserir-se nos mercados agrícolas internacionais e aproveitar os mercados de produtos básicos e de exportação.

■ Falta criar uma estrutura financeira ibero-americana regida por critérios semelhantes aos que o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e o Fundo de Coesão da União Européia aplicam na prestação de assistência oficial para o desenvolvimento.

■ Com base nesses critérios seriam então indicados não só os 3,7% da população de países incluídos na Iniciativa HIPC, mas também os 20% selecionados segundo os critérios do FEDER, além de outros 17%, caso também se aplicassem à população pobre os critérios do Fundo de Coesão.

■ Para que um modelo de desenvolvimento ibero-americano produza resultados satisfatórios, os cidadãos deveriam sentir que são parte de um sistema dotado de um alto componente de solidariedade em torno dos direitos e ter respeito por suas normas e instituições.

